

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NILDA FRANCHI

**TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO RS:
DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO DAS LUTAS SOCIAIS**

São Leopoldo/RS

2011

NILDA FRANCHI

**TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO RS:
DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO DAS LUTAS SOCIAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Professora Doutora Marília Veríssimo Veronese

São Leopoldo/RS

2011

NILDA FRANCHI

**TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO RS:
DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO DAS LUTAS SOCIAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovada em 09 /03/2011

Banca Examinadora

Marília Veríssimo Veronese – UNISINOS

Conceição Paludo – UFPEL

Jaime José Zitkoski – UFRGS

José Rogério Lopes – UNISINOS

Os meus pais, Nelson e Salete

Ao meu filho Álan

**E a todas as pessoas que não se
cansam de lutar por uma
igualdade entre todos os seres
humanos.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua presença em minha vida.

A minha orientadora, Professora Marília Veronese, pela orientação, amizade, incentivo e confiança a mim dedicada, ao longo deste estudo.

Ao Professor Jaime Zitkoski, pelo acolhimento, pela amizade e disponibilidade em me receber e por fazer-se presente neste momento final.

À Educadora Conceição Paludo, conhecedora das lutas dos MS do RS, pela sua atenção, sua colaboração e carisma. E por estar presente neste momento final.

Ao Professor José Rogério, pela amizade, indicações literárias, e por mostrar que a amorosidade ainda reside 'sob os muros' da Universidade.

Ao Professor Solon Viola, querido exemplo de grande homem.

A todos dos professores do PPGCS que, de forma singular, me foram importantes e essenciais ao longo desse meu estudo.

A José Alves, querido e sempre amigo.

Aos Professores Sérgio Trombetta e Inácio Pinzetta, pela amizade, incentivo e cafés, desta minha caminhada.

Aos funcionários do PPGCS, em especial, Maristela Simon, pela amizade e atenção dispensadas neste período de estudos.

Aos funcionários da Unisinos, Cris Pereira, do Laboratório de Informática, pela ajuda na inserção das fotos que compõem este estudo; e Eliete Brasil, da Biblioteca, pelas orientações e composição nas normas ABNT.

Às mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas, que me proporcionaram (re)descobrir parte de mim, que se encontrava adormecida e encoberta. Em especial, a Elisiane Jahn, exemplo de superação no MMC.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos e à Universidade do Estado de Mato Grosso, pela oportunidade de realizar mais esta conquista acadêmica, com a qual pude ampliar meus conhecimentos e comprometer-me com a transformação da sociedade brasileira.

A todos que estiveram comigo e me estenderam a mão nesta caminhada.

Por fim, ao meu filho, pelo seu amor e por me incentivar neste longo tempo que nos separou. Só nós sabemos o quanto ele nos foi difícil e doloroso de ser enfrentado. Mas, conseguimos superá-lo. Amo você.

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa condição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História.

Paulo Freire – 1996

RESUMO

Este estudo dedica-se a conhecer o Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul. Trata-se de refletir o processo de articulação dessas mulheres, observando sua inserção nos espaços sociopolíticos, econômicos e culturais, a fim de depreender como se dão suas relações sociais, que se encontra em permanente transformação no âmbito da estrutura familiar e das intervenções dos meios de produção agrícola. Por meio de narrativas sobre a trajetória do movimento, busca-se revelar como as camponesas projetam suas demandas, articulam suas lutas e problematizam a pluralidade de fenômenos que as cercam e que as mantêm perseverantes nestes vinte anos de existência. Para tanto, principia-se com uma leitura sobre os movimentos sociais na América Latina e no Brasil, discutindo o campesinato e o proletariado rural e abordando o papel do camponês e sua relação com a terra. Fazendo o uso da história oral, considera-se os aspectos sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais rurais, suas lutas e seu protagonismo e conclui-se com uma análise a respeito da produção de invisibilidade, do protagonismo e da busca pela superação das mulheres do MMC/RS, neste último século. Utiliza como marco de fundamentação teórico-metodológica a perspectiva crítico-dialética, que emprega o recurso de memória histórica do MMC/RS, obtida pelo uso do método de história oral, por meio de entrevistas, depoimentos e análise de arquivo documental. Com base nesses elementos, tornou-se possível ter uma melhor compreensão do processo de constituição do MMC/RS, de sua metamorfose histórica, e de suas interrelações e articulações com outros movimentos sociais do campo, bem como a construção do protagonismo dessas mulheres. Discute como categorias teórico-analíticas a invisibilidade e as questões de gênero e poder (patriarcado). Por isso, ao analisar a trajetória dessas mulheres, considerou-se como referencial teórico as transformações das relações de dominação sociopolíticas e econômicas, de gênero, de trabalho e familiar do grupo. Assim, refletir sobre essas mulheres camponesas é admitir que, no Brasil e na América Latina, a construção de suas conquistas ainda não está plena, mas é concreta em alguns aspectos, no âmbito do protagonismo social.

Palavras-chave: Movimentos Sociais do Campo. Mulheres Camponesas. Gênero. Capitalismo.

ABSTRACT

This paper is dedicated research to understand the Movement of Peasant Women of Rio Grande do Sul State. It is treaded to reflect the process of articulating these women, noting its inclusion in the sociopolitical, economic and cultural spaces in order to explain how to give their social relations of gender and domineer, which are constantly changing within the family structure and to show its effect on the means of agricultural production. Through narratives about the trajectory of movement, one reveals how these peasant women project their demands, how they articulate their struggles as well as how they problematize the plurality of phenomena that surround them and keep them steadfast, in the last twenty years. To do so, one starts with a reading on social movements in Latin America and Brazil, which discusses the question of the peasantry and rural proletariat, and argues the role of the peasant and his relationship with the land. Making use of oral history, one considers the aspects of women's participation in rural social movements, their struggles and their role and is concluded with an analysis about the invisibility of performance and resilience of women MMC/RS in this last century. Used as a framework of theoretical and methodological perspective the critical-dialectical approach that employs the use of historical memory MMC/RS, obtained using a method of oral history through interviews, statements and analysis of document archive. On that basis, became possible for me to have a better understanding of the formation of MMC/RS, of its historical metamorphosis and of its interrelationships and linkages with other social movements, as well as the construction of the social role of these women. Discuss as theoretical-analytical categories the invisibility of gender and domineer (patriarchy) issues. That is why, when analyzing the trajectory of movements of these women, was considered as a theoretical framework the transformation of relations of domination and socioeconomic policies, gender, work and family group. Therefore to reflect on the lives of these peasants women is to admit that, in Brazil and Latin America, the construction of their achievements is not complete yet, but it is practical_concrete in some aspects, within the social performance.

Key-words: Social movements of the Field. Women Peasants. Gender. Capitalism.

ABREVIATURAS

ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil
ANVISA – Agência Nacional da Vigilância Sanitária
CDS – Centro de Documentação do Sindicalismo
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEPAT – Centro de Extensão, Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FAG – Frente Agrária Gaúcha
FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MM – Movimento de Mulheres
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMM – Marcha Mundial de Mulheres
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MNMR – Movimento Nacional das Mulheres da Roça
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MS – Movimentos Sociais
MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NMS – Novos Movimentos Sociais
OMR – Organização das Mulheres da Roça
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista do Brasil
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QCMM – Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher
SUL-FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS
SUS – Sistema Único de Saúde
UNE – União Nacional Estudantil
ULTRAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
VC – Via Campesina

FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA REPRESENTATIVO DA ATUAÇÃO DAS MULHERES DO MMC/BRASIL.....	80
FIGURA 2 – ENCONTRO REGIONAL DO MMC/RS.	81
FIGURA 3 – PASSEATA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS: MOBILIZAÇÃO PELA SAÚDE PÚBLICA E PELA SAÚDE DA MULHER.	116
FIGURA 4 – PASSEATA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS: MOBILIZAÇÃO PELA FORÇA E UNIÃO DO MOVIMENTO.....	119
FIGURA 5 – CAMPANHA NACIONAL PELA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS.	121
FIGURA 6 – MULHERES CAMPONESAS COMEMORAM A APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE PREVÊ O DIREITO AO SALÁRIO-MATERNIDADE DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO PAÍS.	124
FIGURA 7 - CAMPANHA “NENHUMA TRABALHADORA RURAL SEM DOCUMENTOS.”.....	125
FIGURA 8 -FALTA DE DOCUMENTAÇÃO – VIOLÊNCIA SILENCIOSA.	127
FIGURA 9 – MULHERES CAMPONESAS REIVINDICAM O “SEGURO AGRÍCOLA”.	129
FIGURA 10 - A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER, NO ESPAÇO AGRÁRIO.....	133
FIGURA 11 – MULHERES CAMPONESAS DISCUTEM AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO.	136
FIGURA 12 - A VIOLÊNCIA NO CAMPO, POSTA PELO DOMÍNIO DA TERRA OU, EM FUNÇÃO DELA.	138
FIGURA 13 - 4ª ASSEMBLEIA PELO DIREITO À SAÚDE, MORADIA E EDUCAÇÃO.	142
FIGURA 14 - “PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER E DA FAMÍLIA RURAL DO RS”.	143
FIGURA 15 - PROGRAMA IMPLANTADO ATRAVÉS DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER/RS.....	145
FIGURA 16 - PROCESSO DE FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORAS- SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL.	149
FIGURA 17 – A CONSOLIDAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS, PARA FORMAR O MMC.	152
FIGURA 18 – EVENTO QUE MARCOU OS 20 DO MMC/RS. (CAMPONESAS APRESENTAM ALGUNS SÍMBOLOS QUE PERMEIAM SEU CONTEXTO, COMO FORMA DE CULTUAREM OS FRUTOS QUE A TERRA DÁ. OS ELEMENTOS ADVINDOS DA TERRA REPRESENTAM SUA SUBSISTÊNCIA E A DE SUAS FAMÍLIAS).....	165

FIGURA 19 – “A NOSSA SIMBOLOGIA SERÁ EXPRESSA NA BANDEIRA DO MMC”	166
FIGURA 20 – CAMPONESA SEGURA A BANDEIRA DO MOVIMENTO MMC. .	167
FIGURA 21 – UMA BANDEIRA ÚNICA, ‘COSTURANDO’ A TRAJETÓRIA DO MMC/RS.	168
FIGURA 22 – UM DOS SÍMBOLOS DA MULHER CAMPONESA, O CHAPÉU DE PALHA, DECORA O PALCO DA 7ª ASSEMBLEIA DO MMC/RS, EM 2009.	169
FIGURA 23 – A SIMBOLOGIA É PARTE DE CONSTANTES DE ESTUDOS DO MOVIMENTO.	169
FIGURA 24 - PANFLETO DISTRIBUÍDO DURANTE A 7ª ASSEMBLEIA DO MMC.	170
FIGURA 25 – MULHERES CAMPONESAS DO MMC E DE VÁRIOS OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS (MAB, MST, CPT, PJ) REALIZAM A 7ª ASSEMBLÉIA DO MMC/RS, 2009.	172
FIGURA 26 – MULHERES CAMPONESAS, NA 7ª ASSEMBLÉIA DO MMC/RS – 2009.	173
FIGURA 27 – LOGOTIPO QUE IDENTIFICA A BANDEIRA DO MMC/BRASIL. (O SÍMBOLO DO SEXO FEMININO - UM ESPELHO NA MÃO DA DEUSA VÊNUS, ENVOLVE MULHERES CAMPONESAS DE DIFERENTES ETNIAS, QUE TRAZEM EM SUAS MÃOS, OS FILHOS, A SUA FERRAMENTA DE TRABALHO E OS FRUTOS VINDOS DELE. AO FUNDO, TEMOS O MAPA DO BRASIL, QUE DEMARCA O ESPAÇO DAS AÇÕES DO MOVIMENTO.).....	173
FIGURA 28 – NO DIA 25 DE NOVEMBRO, A LUTA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. (NA ESCADARIA DO PRÉDIO DO GOVERNO FEDERAL, EM PORTO ALEGRE, VESTIDAS DE PRETO, PROTESTARAM CONTRA AS VIOLÊNCIAS SOCIAIS)	174
FIGURA 29 – REPRESENTANTES DA MARCHA MUNDIAL DE MULHERES (7ª ASSEMBLEIA DO MMC/RS, 2009).....	175
FIGURA 30 – “CANTANDO AS DIFERENÇAS”.	176
FIGURA 31 – CRIANÇAS, FILHAS E FILHOS DE CAMPONESES, PARTICIPAM DA 7ª ASSEMBLEIA.(ELAS SOBEM NO PALCO PARA APRESENTAREM SEUS TRABALHOS, PRODUZIDOS DURANTE O EVENTO).....	177
FIGURA 32 – MULHERES FAZEM JURAMENTO DE SEGUIR A MISSÃO DO MMC/RS.	178
FIGURA 33 – MOMENTO MÍSTICO DO ENCONTRO: BANDEIRAS E O LENÇO LILÁS, SÍMBOLO DE FORÇA.	179
FIGURA 34 – MULHERES COSTURAM SUAS BANDEIRAS À BANDEIRA DO MMC/RS (SINAL DE ALIANÇA ÀS	180
FIGURA 35 – MOMENTO MÍSTICO, MULHERES SOBEM NO PALCO E AGITAM SUAS BANDEIRAS.	181
FIGURA 36 – HOMENAGEM À LOIVA E MARGARIDA MARIA ALVES.....	182

FIGURA 37 – O LIVRO DO MMC/RS (A EDUCADORA POPULAR CONCEIÇÃO PALUDO APRESENTA O LIVRO ORGANIZADO POR ELA E ESCRITO POR VÁRIAS MÃOS CAMPONESAS. NELE, A HISTÓRIA, AS LUTAS E AS IDEOLOGIAS QUE VERSAM O MUNDO CAMPONÊS).....	182
FIGURA 38 – O LIVRO DO MMC/RS. (A CAMPONESA E EDUCADORA ELISIANE JAHN, CONTA COMO SE DEU O PROCESSO DE ESCRITA DO LIVRO, FEITO POR VÁRIAS MÃOS).....	183
FIGURA 39 – GRUPOS DE DEBATE.....	184
FIGURA 40 – IMAGENS DA PLENÁRIA DOS GRUPOS DE DEBATE.....	185
FIGURA 41 – O CANTOR E COMPOSITOR ZÉ MARTINS HOMENAGEA OS 20 ANOS DO MMC/RS.	186
FIGURA 42 – FOTOS SOBRE A CONFRATERNIZAÇÃO FEITA COM PRODUTOS VINDOS DO CAMPO.....	188
FIGURA 43 – FOLDER SOBRE A MOBILIZAÇÃO DE 8 DE MARÇO.	190
FIGURA 44 – CARTAZ SOBRE A CAMPANHA NACIONAL PELA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS.	191

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 MOVIMENTOS SOCIAIS: DE PROTESTOS ISOLADOS À ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS	31
1.1 Movimentos Sociais: história, teoria e conceitos	32
1.2 Movimentos Sociais na América Latina e no Brasil: caráter político e social	36
1.3 Movimentos Sociais no Brasil, nas duas últimas décadas	47
2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: UMA HISTÓRIA DAS LUTAS E CONQUISTAS NO BRASIL	53
2.1 As origens do Camponato no Brasil: o camponês e sua história sem registro	55
2.2 O Camponês e o Espaço Agrário	59
2.2.1 O Camponato e o Proletariado: a terra como valor de capital	61
2.2.2 Os movimentos sociais do campo: das Ligas Camponesas aos Movimentos Sociais	64
2.3 Movimento de Mulheres Camponesas: uma leitura atual de uma história sem rascunho	66
2.3.1 O MMC/RS e sua articulação com outros Movimentos Sociais	73
2.3.2 O MMC/RS no cenário do século XXI	76
2.3.3 As diferentes formas de organicidade e formação educacional do MMC/RS	79
3 MOVIMENTOS SOCIAIS E GÊNERO	84
3.1 Mulheres e Movimentos Sociais: do espaço urbano ao rural	87
3.1.1 As mulheres do Meio Rural: da invisibilidade às lutas reivindicatórias	90
3.2 Final do Século XX: o feminismo e a busca pela igualdade de gênero das mulheres Latino-Americanas	96
3.3 Participação das Mulheres nos Movimentos Sociais: o que há de novo?	103
4 BUSCANDO CONHECER O MMC/RS A PARTIR DA HISTÓRIA DOS PRÓPRIOS SUJEITOS	107
4.1 As Mulheres Camponesas do MMC/RS: quem são elas e a trajetória de sua organização	110
4.2 Invisibilidade, Protagonismo e Superação das mulheres camponesas	122
4.2.1 Organizando e constituindo o processo na luta de “gênero” e “feminismo”	134
4.3 Os congressos, as Assembleias e as demandas que mobilizaram o MMTR/RS no final do último século	138
4.3.1 A luta contra o avanço do capitalismo no campo	146
4.4 A dinâmica da evolução trouxe uma nova roupagem ao MMTR	150

4.4.1 A Agricultura Familiar: novo modelo de organização no campo.....	154
CAPITULO V.....	158
5 INVISIBILIDADE E PROTAGONISMO: SUPERAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS DO MMC/RS.....	158
5.1 Interpretando os Símbolos, Bandeiras de Luta: Valores e Cidadania do MMC/RS.....	164
5.2 História Visual do Movimento das Mulheres Camponesas.....	169
6 ÚLTIMOS OLHARES DA PESQUISADORA.....	189
REFERÊNCIAS.....	193
APÊNDICE A – ORGANIZAÇÃO DO MMC/RS.....	207
APÊNDICE B – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA.....	208

APRESENTAÇÃO

“...Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar...”¹

Este verso alude minha caminhada, que se materializou assim, ao longo do meu caminhar... No início, havia um olhar e um querer curioso acerca das experiências educacionais vividas e dos valores e sentidos que o saber escolar representava (ou não), para um grupo de mulheres moradoras de um assentamento rural, na cidade de Juara, norte do Estado de Mato Grosso.

Minha caminhada iniciou-se em uma pequena e improvisada sala de aula, que ocupava o espaço de uma capela, no Assentamento Água Boa – Juara/MT². Devanira, Laudiceia, Lena, Rute, Silvia... Marias e Terezas... mulheres que, caminhando, também caminharam comigo, em meu caminho, que se fazia por mim, por elas e com elas. Assim, caminhamos mais longe...

No decorrer de nossos encontros, meu olhar saiu do contemplativo e foi para o papel, onde tomou forma de um processo investigativo. Nele, procurei ler e rabiscar as linhas da vida dessas mulheres do meio rural que, em especial, me traziam um saudosismo agreste, pois, com algumas delas, eu nasci, cresci e aprendi muito do que sei hoje do campo: minha avó, mãe e tias...

Assim, percorrendo sobre essas mulheres neste espaço, percorri meu olhar para além de um querer específico, que foi produzindo e reproduzindo, e me conduziu para outras terras, longínquas e com outros cenários. Neles, meu caminhar descobriu novos personagens, novas possibilidades e novos olhares sobre o rural: um espaço onde algumas mulheres do campo buscavam, além do conhecimento ou do labor cotidiano, uma sociedade solidária, que tivesse sua marca, seu fazer e seu reconhecimento como mulher camponesa³.

Mas, quem e de que origem seriam essas mulheres? Que lutas traziam? Como seria seu cotidiano e como elas o transformavam? O que as mantinha unidas e perseverantes em uma organização de composição assaz heterogênea?

Diante dessas interrogativas, outras foram surgindo a cada passo: como encontrar essas respostas? Que percurso investigativo seguir? Depois de algumas observações e reflexões,

¹ Antonio Machado (Sevilha 1875 – Collioure/França 1939), verso que integra sua obra “Cantares”.

² Assentamento Rural implantado pelo INCRA, na década de 1990, na cidade de Juara/MT. As quarenta e oito famílias moradoras do local possuem a escritura definitiva da terra e trabalham com a produção de hortifrutigranjeiro, sem regime de cooperativismo. Alguns assentados, além do trabalho na terra, prestam serviços em outras unidades rurais, ou, na cidade.

³ Nesta pesquisa, emprego o termo camponesa/camponês, para designar a trabalhadora ou trabalhador rural, considerados pequenos e médios produtores agrícolas.

verifiquei que havia, no contexto dessas mulheres, várias lutas socialmente construídas e mobilizações que decorreram dentro de um espaço/tempo cronológico, que se iniciara há vinte anos. Assim, pensei buscar por essas respostas delineando um caminho investigativo sobre o processo histórico do Movimento de Mulheres Camponesas no Rio Grande do Sul. Meu caminho se fez neste andar.

E andando, descobri que, para ir ao encontro dessas respostas, necessitaria perpetrar um denso estudo sobre as lutas e os protagonismos das mulheres do MMC/RS, a partir da sua trajetória histórica, que percorreria pelos espaços da casa, da família, de produção, do trabalho; pelos espaços de se fazer política e de buscar pela democracia. Um ambiente singular, onde essas mulheres aprenderam a se organizar e a combater as diferentes formas de poder, que eventualmente as oprimiam. Assim, descobri o fio condutor para resgatar a origem dessa narrativa, bem como os motes do Movimento, instigada pelas mulheres camponesas que o compõem.

Entre idas e vindas no seio da vivência deste grupo, constatei que, para efetivarem este papel de protagonistas, muitas reuniões, mobilizações, experiências coletivas e encontros haviam sido necessários. Mas, quais seriam os elementos plantados nesses eventos, que fizeram germinar efetivamente frutos, para garantir sua continuidade enquanto movimento e instrumento transformador dessa classe? Então, procurei desvendar o cotidiano dessas personagens, para conhecer os pontos que asseveravam fortemente suas interrelações entre o mundo rural e o social.

A aproximação deste universo revelou-me, aos poucos, que meu horizonte investigativo era mais amplo do que eu esperava. Minhas reflexões sobre este sujeito coletivo me levaram a compreender melhor suas perspectivas, suas demandas por direitos e a necessidade de se constituírem como sujeitos históricos e promotores de mudanças. Observei também que, na metamorfose dessa trajetória, uma questão em particular, a perseverança do grupo, mantida durante suas lutas sociais, poderia ser o elemento propulsor da superação de sua invisibilidade e do seu protagonismo, significativos neste processo.

Assim, esse novo caminho investigativo levou-me a ampliar meus objetivos investigatórios: conhecer a trajetória dessas mulheres e, através dela, revelar quais elementos corroboraram para gerar a invisibilidade destas atrizes⁴ sociais e quais fatores as motivaram a ser protagonistas de suas lutas singulares.

⁴ “Freqüentemente (sic) as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes.” SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 247.

Uma leitura inicial sobre o tema da investigação

Mulheres – resistência e luta em defesa da vida. (MMC/RS-2009)⁵

Historicamente, a inserção da mulher nos espaços públicos originou conflitos frente as suas transformações comportamentais e rompeu com o sentido tradicional de sua forma de participação na sociedade, mudando a moldura da esfera produtiva socioeconômica. Esse fenômeno pode ser atribuído às constantes mudanças e transformações nas relações entre homens e mulheres, em busca da igualdade substantiva⁶, que lhes garantisse seus direitos civis, políticos, socioeconômicos e culturais.

Na contemporaneidade, a presença e participação feminina, tanto nas esferas públicas como privadas, nos ambientes políticos ou de reivindicações vem aumentando significativamente. Grande parte da literatura atual tem dedicado seus temas a este acontecimento, abordando algumas revoluções nas estruturas sociais das últimas décadas e retratando seus contextos de lutas por demandas diversas.

O Movimento Feminista, como movimento social transformador, foi um dos primeiros a ser contextualizado pela literatura, onde denunciou as várias formas de opressão e submissão da mulher, principalmente no espaço doméstico. Revelou que, ocupando outros espaços e o mercado de trabalho, públicos ou privados, elas enfrentavam o preconceito de uma sociedade patriarcal conservadora e buscavam outros caminhos, através de novas formas de relação social. Nesta busca por mudanças nos espaços públicos, elas encontraram outros tipos de exploração: passaram a ser consideradas como mão de obra barata e desqualificada no universo do mercado de trabalho. Esse espaço se transformou em palco para inúmeras mobilizações e articulações em busca de melhores condições no trabalho e de direitos específicos para essa classe⁷.

Na década de 1980, algumas mudanças e transformações foram pensadas para além das fronteiras do espaço urbano. Asseverando outras demandas, as mulheres do espaço rural também se uniram em busca de sua autonomia, a fim de atender os objetivos comuns da classe trabalhadora rural, e assegurar direitos específicos e singulares às mulheres do campo. Direitos que as perfilassem como sujeitos capazes de operar e transformar sua realidade.

Partindo desse recorte, essa pesquisa objetiva conhecer e analisar o Movimento de mulheres Camponesas (MMC/RS) como um sujeito coletivo (todo) e, também, como um sujeito individual e singular (parte), considerando, fundamentalmente, abranger seu processo histórico.

⁵ Livro do MMC/RS, publicado em 2009, em comemoração aos 20 anos do Movimento.

⁶ CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 199-219.

⁷ Para um entendimento mais abrangente sobre o termo “classe”, ler “Consciência de Classe” de Georg Lukács, 1920.

Os movimentos sociais, populares ou não, expressaram a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões e segmentações⁸.

Considerando-se a temática da pesquisa, tenho como objetivo primeiro, trazer uma sucinta leitura sobre o papel dos movimentos sociais na América Latina e Brasil, com a finalidade de construir uma visão particular das trajetórias dos movimentos rurais, elencados como marco precursor as Ligas Camponesas. Estes movimentos, de característica popular, impulsionaram a participação dos camponeses nos espaços sociais, inserindo-os nas esferas econômicas e políticas, o que, no decorrer desse processo, instigou, também, a participação das mulheres camponesas na organização de alguns movimentos rurais.

No Brasil, existem vários movimentos sociais rurais, que contam com a presença de mulheres em suas articulações e mobilizações de luta pela terra e pelos direitos sociais, econômicos e políticos do espaço agrário. Entre eles, está o Movimento de Mulheres Camponesas no Rio Grande do Sul (MMC/RS).

O MMC/RS é fruto de uma trajetória histórica de vinte anos, e está constituído e é coordenado por mulheres camponesas, algumas advindas de outros movimentos rurais, que se uniram em defesa de seus direitos sociais. Trazendo sua constituição baseada em novas formas de relação de gênero, que resignificaram suas relações de poder, este movimento feminino apresenta uma diversidade étnica e cultural, e se propõe como um grupo autônomo e plural, que acolhe a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de côco, as ribeirinhas, posseiras, meeiras, acampadas e assentadas. Mulheres que articulam e unificam suas experiências camponesas, assumindo o papel de protagonistas de sua própria história. Com isso, ao longo destes anos, o Movimento legitimou sua identidade como movimento popular, camponês e feminista⁹, em busca da libertação de qualquer forma de opressão e discriminação, e da construção de novas relações sociais e de gênero.

Nesta dinâmica, as mulheres camponesas suplantaram seus plurificados olhares para além do mundo rural. Não mais presas apenas a sua realidade cotidiana abreviada, descobriram que seus espaços, transformados pela inserção do capitalismo no campo e pelas novas tecnologias, elementos modificadores e, por vezes, também opressores, passou a produzir e a reproduzir, juntamente com o desenvolvimento econômico, várias formas de desigualdade social.

⁸ GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995. p. 203.

⁹ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 94.

O MMC/RS tornou-se, ao longo dos anos, sinalizado como um fenômeno recente, se analisado sob a ótica da persistência, tida como um dos elementos responsáveis pela sustentação desta trajetória. Embora exista uma razoável bibliografia a respeito deste elemento, ainda são poucas as publicações desenvolvidas, pois o fenômeno da perseverança, no campo dos Movimentos Sociais, muitas vezes, é passado despercebido de seu contexto externo. No entanto, no interior de sua organização, em suas atividades e mobilizações, ele surgiu e se mantém sustentado por meio da valorização do papel da mulher camponesa, frente às demandas sociais e ao protagonismo, que se torna visível no rigor de suas lutas e bandeiras.

Neste imenso e complexo cenário, me coloco diante de falas uniformes e de histórias em comum, estabelecidas a partir das lutas e conquistas dessas mulheres que, neste estudo, procuro ver sob um diferente olhar. Um olhar propositado e atento às palavras e expectativas originadas destes sujeitos. Palavras e olhares que reorientam o sentido dessa pesquisa, pautado nas possibilidades de mudanças e de efetivação de conquistas, que retratam o contexto da existência e da perdurância do MMC/RS, para além das relações de gêneros, dentro dos movimentos sociais.

Portanto, esta pesquisa perpassa por uma reflexão exigente e instigante, frente ao nível de responsabilidade da pesquisadora, diante de um campo-objeto e de atrizes que traduzem o fazer de uma história, permeada de possibilidades, experiências e desafios. Mulheres que, mesmo silenciadas, invisibilizadas e discriminadas historicamente, buscaram por realizações e transformações singulares e imprescindíveis a sua classe. Para tanto, essa investigação terá sustento teórico de alguns autores, como Gaiger¹⁰, Gohn¹¹, Scherer-Warren¹² e Gadea¹³, que explicitam em suas literaturas, questões relacionadas aos movimentos sociais na América Latina e Brasil; Martins¹⁴, Bastos¹⁵, Boron e Pegoraro¹⁶, Graziano da Silva¹⁷, Ianni¹⁸ e Iokoi¹⁹, que trazem as questões do campesinato e da reforma agrária no país; Conte;Martins;Daron²⁰, Franchi²¹,

¹⁰ GAIGER, L. I. G. **Agentes religiosos e camponeses sem terra**: quadro sociológico de interpretação. Petrópolis: Vozes, 1987.

Id. A ambivalência da pastoral popular libertadora frente à razão moderna. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, n. 25, p. 163-80, 1993.

Id. As razões da luta: uma análise das condições sócio-culturais do engajamento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. **Caderno de Resumos**. Caxambu: ANPOCS, 1998.

¹¹ GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

Id. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

Id. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis, 2003.

Id. Mulheres atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Dossiê Política & Sociedade**. n. 11, p. 41- 70, out. 2007.

¹² SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

Id. **Democratização em Florianópolis**: resgatando a memória dos movimentos sociais. Florianópolis: Editora UNIVALI, 1999.

Id. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

¹³ GADEA, Carlos A. The study of social movements and the political left in Latin America. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, Dec. 2008.

¹⁴ MARTINS, José de Sousa. **Campesinato e política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

¹⁵ BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984. 141 p.

¹⁶ BORÓN, A.; PEGORARO, J. Luchas Sociales en el Agro Argentino. In: Casanova, P. G. (Org.). **História política de los campesinatos latinoamericanos**. México, Siglo XXI, 1985.

¹⁷ GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Id. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994. . p. 137-143.

¹⁸ IANNI, O. A utopia camponesa. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1986.

Id. Revoluções camponesas na América Latina. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (Org.). **Revoluções camponesas na América Latina**. São Paulo: Unicamp, 1985. 286 p. (Coleção: América Latina).

Id. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI. Tamás. QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

¹⁹ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 10.

²⁰ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 86-132.

²¹ FRANCHI, Nilza. Os estudos de gênero e a história das mulheres. **Expressão**: Revista Científica da Fundação Educacional Guaxupé, Guaxupé, MG, v. 1, n. 1, 2000. p. 155-167.

Gebara²², Paludo²³, Saffioti²⁴, Manzini-Covre²⁵, Tedeschi²⁶ e Del Priore e Bassanezi²⁷, que apresentam recortes sobre a constituição da identidade feminina nas distintas esferas sociais, nos movimentos sociais femininos e a importância do papel da mulher na história das sociedades. Por fim, trago Freire²⁸, Gramsci²⁹ e Zitkoski³⁰, para sustentação das análises dos dados.

No encerramento deste estudo, registro algumas mobilizações realizadas pelas mulheres do MMC/RS. Aponto suas principais lutas sociais, que perpassam pelo campo da efetivação de políticas públicas e direitos sociais, que venham a beneficiar não somente o espaço rural, mas, também, a sociedade como um todo. Para tanto, me apoio nas articulações e mobilizações deste movimento social autônomo de mulheres que, ao longo de sua trajetória, além de assinalarem suas vozes contra as relações latentes de poder e submissão, promovem transformações sociais.

Porém, antes de adentrar às literaturas que me possibilitarão revelar minhas indagações e reflexões acerca do tema investigado, discorrerei sobre meu plano de trabalho, apresentando seus fundamentos teóricos e metodológicos.

O caminho teórico e multimetodológico da investigação

Após situar breve e historicamente o MMC/RS, apresento neste item a abordagem teórico-metodológica. Para guiar a análise deste estudo e fundamentar a interpretação dos dados levantados, considereirei como estratégia desta pesquisa, a abordagem qualitativa, apoiada na metodologia de História Oral, com o uso das técnicas de entrevistas, depoimentos e de pesquisa documental. O recorte temporal deste estudo está definido entre os anos de 1989 a 2009,

²² GEBARA, Ivone. **Cultura e relações de gênero**. São Paulo: Cepis, 2001.

²³ PALUDO, Conceição. **Mulheres: resistência e luta em defesa da vida**. Rio Grande do Sul: Ed. CESE, 2009. Id. **Movimento de mulheres trabalhadoras rurais do Estado do Rio Grande do Sul** – MMTR/RS: síntese da trajetória. Porto Alegre: Ponto & Vírgula, n. 46, p. 19-23, 2002.

²⁴ SAFFIOTI Heleieth; BONGIOVANI, Iara. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

²⁵ MANZINI-COVRE, Marilou. **No caminho de Hermes e Sherazade**. São Paulo: Vogal, 1996.

²⁶ TEDESCHI, Losandro Antônio. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970 – 1990)**, Brasil, 2008. 245 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

Id. O Fazer Histórico e a invisibilidade da mulher. **OP SIS**, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007. p. 329-339.

Id. Do silêncio à palavra: identidades e representações sociais de mulheres camponesas no Noroeste do RS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de História – ANPUH, 2007a.

²⁷ DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997.

²⁸ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Id. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²⁹ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

Id. Cadernos do Cárcere (v. 3: **Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política**). Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

³⁰ ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 95.

Id. Humanização/Desumanização. In: **Dicionário Paulo Freire**. STRECK, Danilo. R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Id. **Freire e o pensamento latino Americano: raízes da educação Popular**, 2007.

ZITKOSKI, Jaime José; TROMBETTA, Sérgio. Educação e política em Paulo Freire. **Colóquio** – Revista das Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, v. 6, n. 1/2, p. 57-64, jan./dez. 2008/2009.

marcados, respectivamente, pela Assembleia no Rio Grande do Sul, que deu origem ao Movimento MTR/RS e pela Assembleia Estadual em Palmeira da Missões/RS, que comemorou os vinte anos de organização do MMC/RS.

A primeira experiência de uso da história oral como metodologia data de 1948³¹, na Universidade de Columbia. Mas, seu *boom* ocorreu no final dos anos 1960 e início dos 1970³², com a proliferação de programas e centros de pesquisa de instituições americanas, que passaram a tê-la em seus currículos escolares, nos diferentes níveis de aprendizagem. O historiador social Paul Thompson (1960),

ao estudar um período da história inglesa, sem documentação nos arquivos e com uma literatura insuficiente, descobriu a importância das pessoas como testemunhas do passado e, ao ouvi-las, descobriu que estas têm sempre alguma coisa interessante a dizer³³.

Assim, a história oral possibilita uma exposição que pode nos levar mais próximos do seu original histórico. A entrevista, uma de suas técnicas, também se tornou instrumento sociológico de pesquisas sociais. Aliada às gravações, foi usada como alternativa perfeita para obter a história social (acontecimentos administrativos, legislativos, população, taxas de nascimento, estruturas doméstica e familiar) que, rapidamente, se proliferou nos espaços de pesquisa, dando suporte às instituições como Museus e Centros de Cultura.

No Brasil, as primeiras experiências utilizando o método da história oral ocorreram em 1971, em São Paulo, no Museu da Imagem e do Som (MIS), alargando-se para Universidades no Paraná e Santa Catarina. Através de bem-sucedidas experiências, tanto no plano de acervos, constituídos principalmente de entrevistas com personagens da história política contemporânea do país, como no plano das comunicações, palestras e publicações de sua equipe,³⁴ contribuiu para a preservação da memória nacional.

Por não ser entendido como um instrumento de mudança, a história oral desafia a finalidade social, isto é, ao mesmo tempo em que pode ser utilizada de maneira conservadora, também

pode ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de

³¹ Professor Allan Nevis – The Oral History Project da Universidade de Colúmbia.

³² Originou a Oral History Association (OHA), em 1967, com publicação anual Oral History Rewiew.

³³ FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio à Edição Brasileira. In: THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 15.

³⁴ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 17.

investigação [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras³⁵.

No sentido mais geral, a história oral é concebida como um método, que se estende através de entrevistas implexas de textos ou documentos de cunho social, que possibilitam novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores, dentro de um determinado período.

Sendo considerada como um dos ramos da história oral, a *História Oral de Vida*, ou a História de Vida, tem como pressuposto traçar os caminhos de vivências pessoais, de grupos ou de comunidades, que tenham destinos comuns.

Ao narrarmos uma história de vida ou fazermos uma narração biográfica, através de diversos discursos ou de autorrelatos de acontecimentos sobre um determinado, ou determinados atores sociais, pressupomos contar algo de seu passado, para conhecermos seu presente. O conceito de história de vida é transposto, introduzindo o conceito de história de trajetória de vida,³⁶ que se articula aos conceitos de campo e de *habitus*, elementos que orientam as representações e as ações que caracterizam uma trajetória, onde o *habitus* seria entendido como um

sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes³⁷.

De tal modo, o *habitus* passa a ser considerado como um processo de ruptura do indivíduo, com algumas práticas e ideologias produzidas por sua visão particular de mundo, para a (re)construção de novas relações entre ele e a sociedade, onde coexistem. Então, *habitus* não pode ser considerado estável, dada a ideia de trajetória. Podemos concebê-lo como mediador entre as práticas individuais e as condições sociais de existência. Desta forma, consideramos que a trajetória de um indivíduo, ou de um grupo, se concebe a partir do momento que este vai ocupando uma posição e um espaço em um determinado campo.

Analogamente, o MMC/RS foi ocupando sua posição e espaços na sociedade, através de práticas e ideologias produzidas pelas mulheres camponesas que o compõem. Assim, dentro de uma cronologia espaço/tempo, revelarei alguns fatos marcantes e eventos significativos, para descrever a história de vida/trajetória destas atrizes.

³⁵ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 22.

³⁶ BORDIEU, P. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996.

³⁷ Id., **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Valendo-me do recurso da história oral, procurei reproduzir a trajetória do MMC no RS, para poder perpetrar uma leitura sobre os vinte anos de existência do Movimento. A preferência por este método não se deu pela carência documental ou escrita, mas, pela perspectiva de se abrir maiores possibilidades de recuperação do contexto estudado. Deste modo, as integrantes do MMC/RS não seriam apenas objetos de pesquisa, mas, sujeitos históricos, que carregam em seus silêncios uma narrativa, que contribuiu para a criação de uma consciência histórica. Para tanto, priorizei as fontes orais, as quais tornaram possível reconstruir uma memória coletiva, e construir uma memória oficial.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva³⁸.

Este recurso me permitiu um contato mais aproximado e informal (uma aproximação geral) com as pesquisadas que, ao contarem sua história de vida, sua trajetória no Movimento e relembrem seus passos, não só incorporaram elementos importantes, mas, também, relevaram um desejo subjetivo de se fazerem conhecidas e reconhecidas. Este desejo está explícito em várias falas que traremos nesta discussão.

As entrevistas se constituíram em um conjunto de memória coletiva, me revelaram algumas dimensões significativas sobre a história do MMC/RS, até então desconhecidas pela sociedade e/ou academia. Possibilitaram-me compreender a luta pela superação da dominação de gênero, bem como, alguns significados socioculturais e simbólicos, específicos de seus momentos de místicas ou de lutas. Essas mulheres, por vezes excluídas da história oficial e dos grandes acontecimentos sociais, reavivaram suas “memórias subterrâneas³⁹”, e registraram suas visões de mundo sobre a realidade do cenário político, socioeconômico e cultural.

Na cidade de Palmeira das Missões/RS, em outubro de 2009 (17-18), participei da 7ª Assembleia do MMC. Neste evento, pude conhecer mais intensamente os sujeitos de minha pesquisa; como se da suas interrelações no interior de suas mobilizações e debates e quais os temas geradores que perpassam suas lutas, que permeiam o MMC/RS. Estar neste evento foi imprescindível para o desenvolvimento desta investigação, pois contribuiu para preencher lacunas e dirimir dúvidas sobre algumas questões trazidas para o debate da pesquisa.

Na cidade de Passo Fundo/RS, em junho de 2010, estive no espaço da Secretaria Central do Movimento, onde fiquei instalada por dois dias. Lá, encontrei um rico material manuscrito,

³⁸ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990. p. 422.

³⁹ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3, 1989.

boletins informativos e registros gerais, os quais me forneceram subsídios que explicitaram a origem do movimento até os dias atuais. Alguns relatórios de reuniões e atas pertencentes ao arquivo também me auxiliaram no estudo sobre o memorial histórico do Movimento.

A documentação existente nos arquivos da Secretaria, bem como as retiradas do endereço eletrônico da internet <www.mmcbrasil.com.br>, possibilitou-me identificar, no tempo e no espaço, a maioria de suas campanhas, estudos e projetos de formação, descritos ao longo deste estudo.

É a ação e a palavra das mulheres que revertem o “curso da história”, o que não significa que elas voltem atrás: efetivamente, elas transformam as relações do passado e do futuro freqüentemente (sic) no futuro anterior⁴⁰.

O conhecimento da realidade sociohistórica, econômica e cultural específica dessas militantes, propiciou momentos de interação harmoniosa entre as entrevistadas e mim, visto alguma apreensão ulterior sobre seu cotidiano.

Os sujeitos da pesquisa e a coleta de dados

A seleção das mulheres, tanto para a entrevista, quanto para aplicar o questionário, se deu mais pela oportunidade, isto é, pelo encontro entre elas e a pesquisadora, nos seus espaços de trabalho e em assembleia realizada pela organização. As entrevistas, com duração de aproximadamente uma hora e meia, sob forma de relato pessoal, apresentou a possibilidade de algumas intervenções da entrevistadora, no sentido de instigar o contexto, tendo em vista ser o meio mais adequado para atingir meus objetivos: conhecer o como se deu o processo histórico do MMC/RS e como se dá sua perdurância ao longo destes 20 anos.

Abordadas de forma individual, as entrevistadas apresentaram informações relevantes sobre o processo de constituição do Movimento, bem como sobre sua vida cotidiana, suas experiências, ideologias e concepções, acerca dos fatos que as permeiam. Foram realizadas entrevistas⁴¹ e, embora admita um número limitado de abordagens, ajuízo que,

fundamentalmente, em uma entrevista em profundidade bem feita, a cosmovisão pessoal do entrevistado é explorada em detalhe. Embora tais pontos de vista pessoais reflitam os resíduos ou memórias de conversações passadas, o entrevistado possui o papel central no palco. É a sua construção pessoal do passado. No decurso de tal entrevista, é fascinante ouvir a narrativa em construção: alguns dos elementos são muito bem lembrados, mas detalhes e interpretações faladas podem até mesmo

⁴⁰ TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 168.

⁴¹ Todas as entrevistas foram feitas pela própria pesquisadora.

surpreender o próprio entrevistado. Talvez seja apenas falando que nós podemos saber o que pensamos⁴².

Nesta perspectiva, as entrevistas realizadas me proporcionaram a amplitude do meu conhecimento sobre alguns aspectos anteriores do grupo. Destaco que não houve objeção, por parte das entrevistadas, de expor seus nomes ou dados relativos a sua pessoa.

A primeira delas foi realizada na cidade de Porto Alegre/RS (setembro de 2009), com a militante e coordenadora estadual do MMC/RS, Elisiane de Fátima Jahn. Deste modo, se deu meu primeiro contato com as camponesas do Movimento. Indicada por uma militante do MDT, Lurdes Santin (minha coordenadora na Recid-MT), entrei em contato com Elisiane Jahn, que se disponibilizou a me conceder uma entrevista. Como mora no interior do estado, Novo Barreiro, marcamos de nos encontrar em Porto Alegre, em uma de suas vindas à capital. Nosso encontro se deu no espaço do Mercado Municipal. Com voz segura, essa camponesa relatou-me alguns avanços pessoais e coletivos, e também me falou sobre a importância do MMC/RS em sua vida e na vida das demais participantes: *“A partir deste ingresso no movimento, tu começa a perceber primeiro que tu és gente, que tu podes e que tens direitos. A vida se amplia, a visão de mundo também.”* Com sua fala, comecei a conhecer o perfil dessas mulheres, o que ajudou a direcionar meu caminho de pesquisa.

A segunda entrevista se deu por ocasião de minha ida à Secretaria do Movimento, na cidade de Passo Fundo/RS. Em meu segundo dia no local, a militante e agricultora Luci Rodrigues, natural da cidade de Ibirubá/RS, chegou de seu município para cumprir uma agenda local. Foi quando lhe falei sobre minha pesquisa e lhe solicitei uma entrevista. Ela se prontificou a colaborar com meu estudo. Em seu relato, descreveu-me pontos importantes de sua trajetória de luta como militante nos movimentos sociais e de sua relação com o MMC/RS. Assim, relatou-me como se deram seus primeiros passos nos assentamentos do RS e como foi a primeira grande ocupação de terra no Estado, da qual fez parte. Assinalou, também, a importância da luta feminina frente às questões de gênero, as relações de poder e, principalmente, o agronegócio.

A terceira entrevista foi realizada, com a Educadora Popular e colaboradora do MMC/RS, Conceição Paludo, em sua casa, na cidade de Porto Alegre/RS. Meu primeiro contato com a educadora se deu anteriormente, por ocasião do FSM 2010, na cidade de Canoas/RS, embora já a conhecesse da Assembleia ocorrida em Passo Fundo/RS. Suas informações me permitiram ter maior clareza sobre os temas: invisibilidade, gênero e feminismo, específicos do Movimento. Sua explanação também colaborou para o fechamento de minhas análises sobre estes e demais

⁴² GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

aspectos pesquisados.

Além dessas entrevistas, faço uso de vinte e quatro (24) depoimentos dados pelas camponesas, durante a 7ª Assembleia do Movimento. É importante destacar que esses depoimentos são recortes de trechos, por mim gravados, com permissão prévia e mediante documento formal, entregue anteriormente à direção do evento. Este amplo material me revelou detalhes pessoais e organizacionais, que elucidaram grande parte dos acontecimentos e fases (metamorfose) do Movimento, bem como a participação subjetiva dessas mulheres, em sua essência.

Quanto aos questionários, sua aplicação foi feita a um número mais restrito de mulheres, por indisponibilidade de tempo das participantes. Apenas cinco questionários foram aplicados. Composto de questões fechadas e respostas objetivas, este instrumento me ajudou a ter uma leitura mais minuciosa sobre os perfis dessas camponesas. Através deles, pude depreender suas características mais pontuais, suas visões de mundo, e alguns aspectos sobre a organicidade do Movimento e similitudes dos fatos relatados, sobre suas lutas. Apenas um deles me foi devolvido com todas as questões respondidas por completo. E, devido à distância física e minha indisponibilidade financeira de viajar, não tive como reaplicá-los.

A coleta de dados também contou com um diário de campo, onde anotei como se dão, durante seus encontros, as articulações e os debates em pequenos grupos, entre as participantes. Durante um desses debates, aproveitei o grupo formado para aplicar uma entrevista de grupo focal, com oito mulheres, utilizando como ponto de partida, algumas questões que foram propostas pela Assembleia (que serão apresentadas adiante, no capítulo 4). Também constam em meu diário de campo, minhas impressões sobre o evento, que me pareceram importantes para serem anotadas.

Entendendo “que o documento não é mero papel, mas a realidade”,⁴³ alguns deles foram tomados para análise desta pesquisa. De natureza predominantemente textual, o material estava constituído de boletins informativos, boletins de campanhas, artigos e material digitalizado,⁴⁴ todos produzidos pelo MMC/RS, retratando os fatos, estudos e ideologias que permeiam o Movimento. Com eles, foi possível aproximar o tempo cronológico do espaço social, que assinalou cada uma das ações dessa trajetória.

Procurando dar completude a este estudo, trago algumas bibliografias que versam sobre os movimentos sociais do campo, sobre as questões do campesinato e sua relação com a terra, bem como o processo de inserção das mulheres nos diversos espaços e esferas sociais. Essas

⁴³ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 75.

⁴⁴ MOVIMENTO DE MULHERES COMPOSASAS. Disponível em: <www.mmcbrasil.com.br>. Acesso em: 15 out. 2010.

abordagens perpassam também, em alguns momentos, pelo cenário socioeconômico e cultural da América Latina e, em particular, o do Brasil. Esse diálogo, para a pesquisadora, é entendido como necessário, pois discorre sobre o princípio dos MS rurais e sobre a origem das revoluções no campo, precursoras dos atuais movimentos sociais rurais, embora possuam distintas formatações.

A história Visual do MMC/RS

A sociologia visual surge a partir da preocupação em integrar outras linguagens, além da textual, na forma de coletar dados, registrar e divulgar resultados de pesquisas.⁴⁵

Entre as formas mais importantes ou significativas de se fazer um resgate histórico ou memorial, está a fotografia

que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e evolução cronológica.⁴⁶

Sem a intenção de fazer uma análise de cunho profundo, obstante ao tempo reservado para a pesquisa, optei por utilizá-las somente como técnica complementar, embora a riqueza do material seja abundante. Assim, a leitura sobre a subjetividade das mulheres camponesas do MMC/RS será para além dos documentos textuais, tendo a imagem com um artefato, que servirá de mediador entre mim e, posteriormente, o leitor e a realidade pesquisada. Essa comunicação não verbal nos revelará que

a complementaridade das imagens e das palavras reside também no fato de elas se alimentarem umas das outras, embora não existe qualquer necessidade de uma co-presença da imagem e do texto⁴⁷.

Na perspectiva de que a iconografia evidencia os valores simbólicos, as informações visuais sobre o mundo pesquisado e a rememoração dos fatos⁴⁸, as imagens utilizadas retratarão alguns momentos do MMC/RS, dentro do recorte de 1998 a 2009. A seleção feita pela pesquisadora retrata, sem se prender a uma visão particular do autorⁱ das fotos, as relações sociais,

⁴⁵ STEREN DOS SANTOS, Tânia. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 120-156, jan./jul. 2009.

⁴⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990. p. 466.

⁴⁷ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa, Editora 70, 2007. p. 141.

⁴⁸ AUMONT, Jacques. *A imagem*. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Cláudio Cesar Santoro. Campinas-SP: Papirus, 1993. p. 78-81.

as ideologias e os símbolos dessas mulheres, num contexto de espaço e tempo da realidade social, para além de um simples fragmento.

Além dos recursos iconográficos, apresento uma das músicas escolhidas para exaltar a comemoração dos vinte anos do MMC/RS. Embora minha pesquisa não avance no sentido de realizar um estudo sobre o significado da música por parte dos movimentos sociais (análise de música como dado empírico na pesquisa social), explico que este é um tema ainda pouco estudado pela sociologia. Assim, aspiro apresentá-la por entendê-la como um artifício capaz de exercer a formação e transformação cultural, quando apropriado pelos movimentos sociais, devido a sua dimensão política e mobilizatória, e por trazer elementos da tradição e da memória coletiva, ao transmitir imagens e símbolos imaginários, que se convertem em suporte da ação, especialmente da ação política⁴⁹. “*Canção Campesina*”, foi a música por mim escolhida (Zé Martins e Grupo Tempero Verdeⁱⁱ).

No capítulo 4, descrevo a trajetória histórica do MMC/RS. Por meio de uma leitura cronológica (espaço/tempo) de suas lutas, protagonismo e ideologias, essa narrativa, alimentada pelas próprias atrizes, com suas falas, relatos e depoimentos, nos revelará essa caminhada. Constituir a história do MMC/RS pelo próprio MMC/RS, usando a cronologia para demarcar sua identificação e dar voz a este Movimento silenciado pela opressão deste momento conjuntural foi, para mim, imprescindível.

As datas, utilizadas como marcadores da descrição da trajetória, nos darão indicações de um tempo social, posto que a história não possa fazer reviver, mas, apenas reconstruir os fatos passados, para entender o presente e o futuro. Seguindo uma ordem cronológica, guiada por episódios cotidianos, aponto os passos dessa organização, desde sua origem até o ano de 2009.

Ainda sobre o campo das análises, advirto que, em alguns momentos, o leitor se defrontará com interpretações, com relação aos dados ou depoimentos, que eventualmente deixam transparecer a dimensão dos valores da pesquisadora, como militante. Ciente sobre a validade de uma abordagem desta natureza, sob o peso do pensamento científico, que se apóia no empirismo e desaprova o juízo de valor, tomo, em minha defesa, as palavras de Weber, citado por Lazarte:

sem as idéias (sic) de valor do investigador não existiria qualquer princípio de seleção do material nem conhecimento dotado de sentido real enquanto individual; ademais, assim como sem a fé do investigador na significação de qualquer conteúdo cultural todo labor de conhecimento da realidade individual careceria simplesmente de sentido,

⁴⁹ PIANA, Marivone. Música e movimentos sociais: perspectivas iniciais de análise. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

do mesmo modo, seu labor estará orientado pela direção de sua fé pessoal, pela refração dos valores no prisma de sua alma.⁵⁰

Esta minha postura analítica, se deve ao fato de que muitos materiais, ao me serem disponibilizados, se encontravam em estado bruto; outro ponto, não considerar a minha leitura sobre estes dados, neutra, na medida em que o método se baseia na interpretação. Como diz J. B. Thompson (1998), toda a interpretação é arriscada, um terreno minado, e precisa ser muito bem fundamentada e justificada para fazer sentido.

⁵⁰ LAZARTE, Rolando. **Max Weber**: ciência e valores. 2. ed. São Paulo. Cortez. 2001, p. 68 (Coleção Questões da Nossa Época).

CAPÍTULO I

1 MOVIMENTOS SOCIAIS: DE PROTESTOS ISOLADOS À ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS

Este capítulo constitui-se em uma síntese sobre os Movimentos Sociais urbanos e rurais, e resgata as principais teorias e conceitos que versam sobre sua historicidade e paradigmas. Para melhor compreensão desta trajetória, exponho o perfil de suas demandas e suas lutas sociopolíticas e culturais. Assim, esta reflexão será um dos panos de fundo para versar sobre o cenário dos movimentos sociais na América Latina, mais especificamente, os Movimentos Sociais do Brasil, precursores dos MS contemporâneos.

Porém, antes de adentrarmos na leitura desse processo, trago uma síntese sobre a construção histórica da regulação de direitos e deveres individuais e coletivos da sociedade brasileira; o enfoque das primeiras mobilizações sociais e o marco das lutas reivindicatórias pelos direitos sociais. O período delimitado será a partir do século XVII e XVIII, perpassando pelo advento da modernidade, quando intensas mudanças de parâmetros na sociedade e na igreja prenunciam as primeiras lutas pelos direitos civis, políticos, individuais e coletivos.

A cidadania individual pressupõe a liberdade e a autonomia dos indivíduos [...] pressupõe ainda um ente (Estado) mediador que atue como árbitro na sociedade e reponha, sempre que se fizer necessário, o lugar dos indivíduos no conjunto social [...] A cidadania coletiva [...] diz respeito à busca de direitos para categorias sociais até então excluídas da sociedade, principalmente do ponto de vista econômico [...] e privilegia a dimensão sociocultural, reivindicando direitos sob a forma de concessão de bens e serviços; reivindica espaços sociopolíticos [...].⁵¹

A busca pela cidadania coletiva propulsionou as primeiras manifestações sociais coletivas, precursoras dos movimentos sociais reivindicatórios da contemporaneidade, que traziam como característica, apenas reivindicações na esfera socioeconômica, não considerando a esfera política como espaço de transformação.

No período colonial (1530), a baixa sociedade demarcou seus espaços ao reivindicar a libertação política, através da identidade nacional. Na fase imperial (1820-1837), acrescentou

⁵¹ GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis, 2003. p. 195-196.

outras lutas, como a do trabalho livre e as lutas nativistas. Entretanto, somente para a pequena burguesia urbana e rural é que a cidadania coletiva se mostrou altamente contestatória e transformadora.

Na metade do século XIX, a negação à ordem escravocrata e a busca por uma composição de trabalhadores livres e assalariados propulsionou o movimento republicano a ter como bandeira de luta abolicionista, a cidadania e os direitos civis dos escravos. Ideia até então não questionada pela maioria dos movimentos sociais daquele século, mesmo estando ante uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, pelo escravismo e por uma corte de luxos e exploração.

Esse cenário não se modificou muito com o advento da República. A ausência da participação popular continuava viva nas relações entre a sociedade/Estado e, apesar de se ter instaurado uma nova ordem, as raízes oligárquicas e elitistas ainda predominaram. Assim, o campo da cidadania continuou limitado pela decisão da Comissão Institucional.

1.1 Movimentos Sociais: história, teoria e conceitos

Os movimentos sociais não trilham caminhos previamente definidos, mas os constroem ao se mover.⁵²

Toda análise sobre a sociedade e suas mudanças sociais, culturais e políticas pressupõe alguma visão teórica e conceitual sobre seu tempo, espaço e movimento histórico. A teoria nos permite interpretar a conjuntura e identificar sua estrutura que explicita ou encobre, ao mesmo tempo, seus comportamentos temporais. Os conceitos nos ajudam a analisar o pensamento civil e o político, e os alcances e limites entre sociedade e Estado.

Ao trazer o resgate teórico do tema expresso, valemo-nos de alguns autores que o abordam, iniciando com o pensamento sociológico de Maria da Glória Gohn. Em seus estudos⁵³, a autora retoma a sociologia americana dos anos 1960, para discorrer sobre a teoria da ação social e os fundamentos dos Movimentos Sociais. Para ela, as questões que instigaram as mobilizações da sociedade civil, a partir deste período, refletiam preocupações e interesses de significativas parcelas da população, isto é, refletiam interesses específicos de grupos distintos.

Para sua teorização, a pesquisadora se apóia em autores da Escola de Chicago, como

⁵² Antonio Machado (Sevilha 1875–Collioure/França 1939), alusão a um dos versos que integra sua obra “Cantares.”

⁵³ GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis, 2003. p. 23.

Thomas⁵⁴ (1966), Park⁵⁵ (1952) e Blumer⁵⁶ (1939); principais promotores do temas ligados ao desenvolvimento de comunidades e ordenamentos de processos sociais. Para estes estudiosos, as mudanças sociais passavam pela perspectiva de uma reforma social necessária para o progresso e que deveria ser feita por lideranças detentoras de um conhecimento científico útil. Gohn vale-se do estudo sobre a sociologia urbana de Park, para asseverar que, na essência,

a sociedade era uma questão de comunicação e esta continha a possibilidade de maior consciência. Portanto, a necessidade era de líderes bem formados, que estimulassem a mudança por meio de seus próprios exemplos, da realização de suas próprias vidas e das relações que estabeleciam com os outros.⁵⁷

Trazendo características reformistas, esses líderes seriam os guias da sociedade, conduziriam seus conflitos decorrentes de diferenças culturais e sociais, levando-a um ideal democrático. Através deles, os movimentos de conflito seriam transformados em instituições sociais que, acomodadas, fariam a reforma de modo pacífico.

Sobre algumas considerações de Blumer⁵⁸, a autora destaca que os movimentos sociais, ao se constituírem, trouxeram características amorfas, de organização pobre e indefinida, pois, segundo o autor, o comportamento coletivo continha aspectos primitivos, com mecanismos de interação elementares. Com o tempo, os movimentos se desenvolveriam e adquiririam características de uma sociedade organizativa, com forma, corpo de costumes e tradições, lideranças, divisão de trabalho duradoura, valores e regras sociais – em resumo, cultura, organização e um novo esquema de vida. Para o teórico, os movimentos sociais são considerados empreendimentos coletivos que estabelecem uma nova vida, que surge de inquietações e insatisfações sociais.

Em sua pesquisa⁵⁹ sobre os movimentos sociais no paradigma clássico, a autora nos apresenta os movimentos sociais divididos em três categorias: genéricos, específicos e expressivos. Na primeira, estariam os movimentos dos operários, dos jovens, das mulheres e da paz; ligados aos valores pessoais, de direito e privilégios, com bases interiores e individuais; na segunda, estariam os que tivessem metas e objetivos melhor definidos e fossem organizados num corpo de tradições, valores, filosofias e regras.⁶⁰ Estes seriam os movimentos reformistas ou

⁵⁴ THOMAS, W. I. **On social organization and social personality**. Chicago: Ed. Morris Janowitz, 1966.

⁵⁵ PARK, Robert E. Human communities - the city and human ecology. In: PARK, Robert E. **The collected papers**, Nova York: Free Press, 1952. v. 2. p. 28.

⁵⁶ BLUMER, Herbert. Social movements. In: ALFRED, Lee. **Principles of sociology**. Nova York: Barnes & Noble, 1951.

⁵⁷ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000, 2003. p. 29.

⁵⁸ Ibid., p. 30.

⁵⁹ Ibid., p. 30.

⁶⁰ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000, p. 32.

revolucionários, que passariam pelos estágios de inquietação ou agitação; de objetivos e, por último, de cristalização da organização. No processo das relações no interior desses grupos, “Blumer retoma a questão dos mitos, dos símbolos, da criação de ídolos e heróis e personagens carismáticos.”⁶¹

Abordando a importância da Escola de Chicago para a análise dos movimentos sociais, a autora explicita os mecanismos de Blumer, quanto ao sucesso ou não de um movimento, onde o teórico os divide em duas categorias: reformistas e revolucionários, que traziam como diferenças o escopo e o alvo de seus objetivos, os procedimentos e as táticas; e, como pontos em comum, seus ciclos de vida. Enquanto os reformistas buscam mudanças e pontos específicos, baseados na ética e na moral, para persuadir a opinião pública, os revolucionários buscam reconstruir a ordem social sob novos esquemas e novos valores morais, num espaço contraditório às instituições, fazendo uso da conversão da opinião pública.

Uma segunda teoria⁶² perpassa pelas contribuições de Fromm⁶³ e Hoffer⁶⁴, que trazem os comportamentos coletivos como resultados de ações advindas de participantes descontentes das relações em ações normais e tradicionais.

A nova corrente estava mais preocupada com o totalitarismo, com os movimentos não democráticos, com a alienação das massas, a perda de controle de influências das elites culturais, e com o desamparo das massas para encontrar tipos substanciais de racionalidade à elaboração política, numa sociedade dominada cada vez mais por tecnologias complexas.⁶⁵

Para elucidar esta nova corrente, a autora pauta-se em Offe⁶⁶ e suas teorias sobre os comportamentos políticos não convencionais, denominados “de massa” ou “desviantes”, despojados de status econômicos, políticos e integrados nas formas intermediárias sociais e culturais.

No período da Guerra Fria (1950), surge uma nova abordagem política sobre as teorias clássicas dos movimentos sociais. Chamada de terceira teoria e trazendo contribuições de autores como Lipset e Heberle, essa teoria classificou os MS como sendo articuladores da problemática das classes sociais e das relações de produção. Para estes autores era necessário, naquele momento, discutir o processo das revoluções e conflitos entre as nações, para compreender o comportamento político das redes de movimento, visto que o caráter político era um elemento

⁶¹ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000, p. 34.

⁶² Ibid., p. 35.

⁶³ FROMM, E. **Escape from freedom**. Nova York: Rinehart, 1941.

⁶⁴ HOFFER, E. **The true believer: thoughts on the nature of mass movements**. Nova York: Mentor, 1951.

⁶⁵ GOHN, op. cit., 2000, p. 36.

⁶⁶ OFFE, Claus. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madri: Sistema, 1988. p. 200.

comum entre distintos movimentos sociais.

No julgamento de Heberle⁶⁷, esses movimentos sociais são considerados um grupo especial, que poderiam ter uma estrutura particular organizada ou não, e que distinguem entre si pelo caráter histórico, efêmero ou de simples protestos. Para o autor, estes já apontavam uma tendência à internacionalização, nas suas dimensões nacionais, internacionais e supranacionais, que seriam dadas pelas suas vontades comuns políticas e sociais e, também, pelo descontentamento “diante das normas e valores vigentes.”⁶⁸

Gohn menciona a originalidade de Heberle que, ao tratar a dimensão dos movimentos sociais, “amplia o leque das ações coletivas a ser considerado pelos movimentos sociais, incluindo as lutas dos camponeses, dos negros, dos socialistas e dos nazi-facistas”⁶⁹, surgido nos vários espaços globais, distintos apenas por seus objetivos.

Na quarta e última teoria, o paradigma clássico perpassa pela leitura parsoniana sobre os movimentos sociais, a qual “deu origem à abordagem funcionalista, em que são vistos como comportamentos coletivos originados em períodos de inquietação social, de incerteza, de impulsos reprimidos, de ações frustradas, de mal-estar, de desconforto.”⁷⁰ Essa inquietação desmonta as formas de controle social vigente e indicam uma mudança social emergente. Assim, os movimentos sociais saem do estado de isolamento e de anomia⁷¹ e se apóiam à sociedade, à medida de sua coerção para promover a mudança social.

A nova geopolítica das nações tem trazido consigo uma grande mobilização social e política, a favor de transformações sociais e igualitárias das sociedades mais afetadas pelas mudanças do sistema mundial [...] o mundo viveu uma era de euforia liberal depois de 1990, mas agora parece que está em curso uma nova era de convergência entre os movimentos de autoproteção nacional que questionem o *status quo* internacional, e os movimentos sociais que estão lutando contra a desigualdade, dentro de cada um destes países e regiões.⁷²

A pesquisadora Gohn, amparada pelas obras de cientistas sociais positivistas como Lee (1969) e Willson (1974), define os movimentos sociais como grupos agenciadores de “esforços da coletividade para promover ou resistir às mudanças”. Menciona, também, Turner [19--?] e Killian (1957), quando estes retomam as teorias de Parsons e Blumer, para formularem uma teoria geral

⁶⁷ HEBERLE, Rudolf. **Social movements**: an introduction to political sociology. Nova York: Appleton-Century-Crofts Inc., 1951.

⁶⁸ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000. p. 37-38.

⁶⁹ Ibid., p. 38-39.

⁷⁰ Ibid., p. 40.

⁷¹ O individualismo exacerbado pode levar um grupo ou uma sociedade a um estado de anomia moral, ou seja, à perda de uma moral orientadora e disciplinadora de comportamentos. DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁷² FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações: e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. **Revista Oikos** – Revista de Economia Ortodoxa, 2004.

sobre os comportamentos coletivos, publicada em uma coletânea clássica na sociologia – *Collection Behavior*. Nestes escritos, os pesquisadores abordaram as características e “os processos de um movimento social, os valores que os orientam, a emergência e a construção de novas formas de relações sociais e de novos significados da vida social”,⁷³ elementos importantes para um estudo mais aprofundado deste contexto (estes não serão tratados neste estudo, pois não é o nosso objetivo).

Finalizando, a autora traz a mobilização de atores coletivos e solidários em luta contra um adversário (capital/Estado), que expropria seus recursos e os leva além dos limites do sistema de relações sociais, mantendo-os sob um mesmo eixo diretivo. Neste sentido, suas lutas os caracterizam e os identificam pela sua cultura, ideologia, classe e solidariedade entre as pessoas de um grupo ou MS. Para conhecermos alguns destes, trazemos uma breve leitura do MS na América Latina e Brasil.

1.2 Movimentos Sociais na América Latina e no Brasil⁷⁴: caráter político e social

A produção das teorias sociais nos movimentos sociais da América Latina está vinculada à história de seu desenvolvimento nos “aspectos econômicos, políticos e culturais, e [...] na história do pensamento social latino americano” articulado com o pensamento teórico internacional.⁷⁵

Movimentos Sociais na América Latina

Na história social latino-americana do século XX, a presença dos movimentos sociais camponeses registra uma constante preocupação com questões relacionadas ao desenvolvimento cultural, étnico, político e outros, que marcam uma ligação singular entre o campo e da cidade, assinalando o elo entre estes dois espaços. Isto se explica pelo fato de a maioria das revoluções latino-americanas terem sido influenciadas pelos camponeses.

As revoluções mexicana (1910), boliviana (1952), cubana (1959) e nicaragüense (sic) (1979) contaram com a participação de camponeses, ao lado de operários urbanos, operários rurais, mineiros, empregados, funcionários e outras categorias sociais. [...] No Brasil, em 1954-64, as ligas camponesas criadas no Nordeste recolocaram a questão

⁷³ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000. p. 43.

⁷⁴ Por se tratar de uma literatura extensa e especial, não trago para o debate as questões que tratam sobre a crise dos NMS.

⁷⁵ SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 13.

agrária e puseram em causa o bloco do poder organizado sob o lema do desenvolvimento capitalista.⁷⁶

Essas revoluções destacam elementos que foram deixados como herança das revoluções do século XIX (as revoltas indígenas e as de independência), que são explicitadas ao reconhecermos que, no século XX, a grande maioria das revoluções iniciou no campo e se estendeu à cidade.

Numa leitura sobre os MS da América Latina, os temos sob um campo político construído pelo liberalismo ou populismo. Essas formas de governo vêm sendo questionadas em alguns estudos como os *Espaços políticos e movimentos sociais na América Latina (1983)*⁷⁷, que os observam nessa nova experiência de democracia.

Não há dúvidas de que as sociedades latino-americanas ainda possuem carências significativas de democratização política e social, mas entender apenas que os movimentos sociais lutam para "democratizar a sociedade", por se contrapor ao poder do Estado, ou por denunciar um modelo econômico injusto, restringe o sentido e o significado sócio-histórico que esses movimentos possuem, na atualidade.⁷⁸

Compartilham desse pensamento, neste novo milênio, não só intelectuais, mas diversas instituições sociais como igrejas, organizações e movimentos, que vêm refletindo mais intensamente sobre o destino social e político das sociedades latino-americanas.

Nas disputas e nas lutas políticas, os movimentos sociais latino-americanos trazem uma reação em comum, mesmo que de formas distintas, contra o neoliberalismo. Lutam por um novo projeto de democracia, pautado contra a lógica dos processos da globalização econômica e das políticas neoliberais, que inseriram novas formas de relações sociais entre o Estado e a sociedade civil.

Nascido no pós II Guerra, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo, o neoliberalismo se colocou como uma reação política e teórica forte contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Tendo o percurso de uma década para se implantar efetivamente no cenário europeu, através de medidas empenhadas e postas em prática sob a forma de um pacote de medidas sistemáticas e ambiciosas do capitalismo avançado, o neoliberalismo se fortaleceu nos anos 1980. “Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as

⁷⁶ IANNI, Octavio. Revoluções camponesas na América Latina. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (Org.). **Revoluções camponesas na América Latina**. São Paulo: Unicamp, 1985. p. 15-45. (Coleção: América Latina).

⁷⁷ LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Caxambu, 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm>. Acesso em: 21 out. 2010.

⁷⁸ GADEA, Carlos A. The study of social movements and the political left in Latin America. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300006lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 nov. 2010.

experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.” Fortalecido, aos poucos se espalhou por todos os países do continente europeu, com exceção da Suécia e Áustria, trazendo êxito e poder econômico a esses países. Em contraponto, com a derrota dos sindicatos e dos movimentos sociais, veio o desemprego, aliado às altas taxas de juros e inflação galopante e à desigualdade social, que aumentou consideravelmente. Este resultado foi considerado satisfatório para esse novo regime, pois eram objetivos “sumariamente importantes para o neoliberalismo.” Para Hayek, de início, o principal pensador do novo sistema, a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos vinte anos.⁷⁹

Com a retirada parcial do Estado de suas responsabilidades sociais, as organizações e movimentos sociais entraram em cena, para buscar suprir algumas necessidades: o recrudescimento do desemprego e a precarização social, não só da classe trabalhadora urbana ou rural, mas, também, da classe média, dependente do mercado interno. A falta de suporte para superação desse cenário levou a sociedade civil a fazer uma redefinição tanto do sistema político, como das práticas sociais e culturais, sobre o processo de desenvolvimento futuro dos países da América Latina. Esse pensamento expandiu o campo de ação das lutas democratizantes, trazendo para a pauta, questões sobre o plano das desigualdades sociais e das políticas governamentais, que visam resgatar a identidade e a autonomia dos direitos individuais e coletivos.

Retomando aos movimentos sociais, mais especificamente os MS do campo, verificamos que, aos poucos, eles foram inserindo novas demandas em suas agendas públicas e expandindo suas fronteiras de participação e representação política nos espaços. Historicamente, essa inserção se deu no início do século XIX, por ocasião da transição colonial capitalista, que ocasionou profundas transformações socioeconômicas e culturais em vários países deste Continente.

No século XX, final dos anos 1950, se deu o processo de inserção dos movimentos sociais nas esferas políticas, social e econômica na América Latina. Este mesmo período foi marcado pela implantação de novas forças produtivas, baseadas nas relações capitalistas, que suplantou o trabalho assalariado, ao antigo trabalho escravo semilivre⁸⁰, originário da exploração colonial.

Em seu estudo sobre as Lutas Sociais na América Latina – Argentina-Brasil-Chile (1989), a historiadora Zilda Márcia Gricoli Iokoi abordou alguns processos de lutas sociais e acontecimentos históricos dos movimentos camponeses e operários, ocorridos em meados do século XIX até a década de 1980. Nele, a autora explicita que a maioria dos estudiosos em sociologia e antropologia privilegiou seus discursos às organizações urbanas, talvez dada a

⁷⁹ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.

⁸⁰ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 10.

importância dos sindicatos e partidos políticos, na trajetória da luta contra a exploração capitalista. Com isso, esqueceu-se da necessidade de valorar e analisar, ao mesmo tempo, as lutas rurais. Para ela, essa negação se deu por haver, entre esses estudiosos, uma análise das lutas sociais baseada nos modelos europeus, que pensavam a América Latina como se fosse uma realidade feudal, onde os camponeses buscavam apenas a conservação de suas glebas.

Mas, vivendo sob outra realidade, com pretensões que iam além de garantir a terra para produzir, o camponês e o trabalhador rural latino-americanos buscaram forças contra o poder hegemônico dos latifúndios e das propriedades de cunho capitalista. Fazer a distinção entre o espaço europeu e o latino-americano e entre suas formas de lutas sociais no campo, ajuda-nos a apreender o processo das lutas camponesas que se desenvolveram no Brasil, na Argentina e no Chile, entre o final do século XIX até o início dos anos 1980; bem como sua formação socioeconômica e sua resistência ao domínio capitalista, inserida nessas classes sociais.

Considerando-se a realidade do espaço geográfico deste Continente, de marco colonial ibérico, de complexa produção historiográfica religiosa, cultural e política; e subordinado a um projeto da elite dominante, resgatamos os enfrentamentos das massas que, submetidas ao trabalho exploratório, à dominação dos “senhores da terra” e à lógica da produção industrial nas suas relações internacionais, buscaram pela superação ao capitalismo.

Em uma leitura sobre a trajetória das lutas sociais na América Latina, Iokoi ⁸¹ destaca as contribuições do pensamento socialista, em estudos feitos por Martí, Rodó, Mariátegui entre outros; e as ações não logradas dos trabalhadores anarco-sindicalistas (primeiros anos do século XX), que lutaram pela revolução social contra a sociedade e o Estado burgueses. Neste contexto, a pesquisadora enfatiza a divisão e desagregação dos movimentos sociais, em dois momentos: primeiro, no final da década de 1910, com a Revolução Russa, dada pelo dirigismo dos partidos políticos e; depois, nos pós II Guerra, com o avanço do capital e a democratização das sociedades, que levou a esquerda a crer

na possibilidade de desideologia da economia, condicionando os movimentos sociais à ótica do capital transnacional, ampliando a margem da miséria, da desnutrição. A democratização não se dava da distribuição da riqueza, ao contrário, tornava os frutos do trabalho e do crescimento econômico acessíveis apenas a faixas sociais médias e dominantes.⁸²

Ao realizar uma análise sobre o campesinato na Argentina, em meados do século XIX, a autora relata um cenário marcado pelo processo de quebra da auto-suficiência econômica das

⁸¹ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p. 13.

⁸² *Ibid.*, p. 16.

comunidades, dada pela ocupação europeia. Essa ocupação, sustentada pelo Governo, dizimou as populações indígenas, com a justificativa de que o massacre era necessário para se impetrar o avanço da civilização. Cumpria-se, assim, um dos quesitos básicos do capitalismo: a terra deixava de ser cativa, tornando-se livre para ocupação e especulação,⁸³ que domestica o gaúcho ao trabalho assalariado e passivo, às novas relações de produção.

Essa conjuntura culminou em violentos conflitos sociais no limiar do século XX (1912-1919), onde trabalhadores da agricultura, de várias regiões do país, reivindicavam salários melhores e novas formas de arrendamentos. Mesmo suprimidos pela burguesia, através de leis que reprimiram suas agitações, a greve na empresa La Florestal⁸⁴ (1919) foi o marco das lutas sociais no campo, demonstrando que mesmo nos setores mais atrasados era possível a organização das classes subalternas.⁸⁵ Esses levantes levaram o Governo a iniciar uma política contra a ação especuladora das grandes companhias comercializadoras de cereais e normatizar as relações trabalhistas, embora o fortalecimento da elite dominante conseguisse que algumas lutas fossem conjuntas e perdessem seu vigor e eixo político.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o processo de luta se reestrutura com as Ligas Agrárias, que buscam a organização e a posse da terra, demonstrando com clareza a luta de classes existente nas relações argentinas pela ação camponesa. A ação militar da Argentina foi extremamente conservadora e contrária ao desenvolvimento tecnológico e científico desta classe, fator que abalou os alicerces do governo peronista. Assim, os setores industriais e agro-exportadores, mais os sindicatos rurais e urbanos, apoiados pelos intelectuais e a ala progressista da Igreja, se articularam em prol destes elementos, para garantirem sua aplicação. Esses segmentos se posicionaram dotados de nova experiência política, e sem submissão do poder dominante.

Para os autores Baron e Pegoraro (1985), esta leitura sobre a situação do camponês na Argentina, ajuda-nos a compreender a participação do campesinato nos movimentos sociais, e “a avaliar o seu avanço e limite, na América Latina”, na contemporaneidade.

No final do século XX, não só as classes trabalhadoras urbanas, como também as massas rurais da América Latina, passaram a enfrentar novos desafios. Para Iokoi, as sociedades latino-americanas se modificaram muito após os enfrentamentos das ditaduras, lutando contra um cenário marcado pelo aumento dos índices de pobreza, os entraves do desenvolvimento econômico, como a má distribuição de renda, o desemprego e a inflação. Essas modificações,

⁸³ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p. 22.

⁸⁴ SIROUYAN, Cristian. El triste recuerdo de La Forestal. **Clarín**, 22 fev. 1999. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/1999/02/22/e-04802d.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

⁸⁵ IOKOI, op. cit., 1989. p. 28.

para Laclau, são reflexos de uma nova forma de mobilização dos movimentos sociais sobre seu horizonte político, e

que – talvez pela primeira vez – este momento totalizante [povo/oligarquia, nação/imperialismo] se encontre ausente ou, pelo menos, seriamente questionado. As mobilizações populares não mais se baseiam num modelo de sociedade total ou na cristalização, em termos de equivalência de um único conflito que divida a totalidade do social em dois campos, mas numa pluralidade de exigências concretas, conduzindo a uma proliferação de espaços políticos.⁸⁶

Para o sociólogo, uma questão de fundamental importância seria: em que medida esse rompimento com o imaginário totalizante traria modificações efetivas para o futuro da democracia da América Latina?

Tomando nota que este capitalismo há sido calificado deste distintos âmbitos como salvaje y asesino, por us carencia total de dimensión humana y social y por su radicalidad alimentada por la ideología neoliberal. El enemigo histórico del movimiento obrero emerge hoy con más fuerza que nunca, haciendo sentir sus efectos muy duros sobre la clase trabajadora e interroga e interpela a todas as organizaciones de trabajadores que deben ajustar sus conceptos, sus políticas, sus estrategias y sus acciones para encarar

com efectividad esta nuerva fase del capitalismo global.⁸⁷

Assim, neste novo milênio, esse rompimento trouxe elementos que sinalizaram que a luta política dos movimentos sociais da América Latina ainda enfrentaria seu maior competidor: o capitalismo, inserido pela globalização econômica e pelas políticas neoliberais, frente ao encolhimento do Estado, sobre suas responsabilidades.

Movimentos Sociais no Brasil

Assinalando a hipótese de que nenhum movimento social pode ser isolado do seu contexto histórico e cultural, historiamos, num primeiro momento, sobre a lógica capitalista situacional do Brasil, no início do século XIX, período do surgimento dos movimentos sociais urbanos e do campo. Num segundo momento, discorreremos sobre as teorias sociais e conceitos que relacionaram e hierarquizaram suas ações coletivas, a partir do século XX.

Ao estudarmos o processo histórico econômico do Brasil, constatamos que, na segunda

⁸⁶ LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Caxambu, 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm>. Acesso em: 21 out. 2010.

⁸⁷ MÁSPERO, Emilio. **Movimiento de trabajadores siglo XXI**. [S.l.]: Ediciones FLATES, 2004. p. 13-14.

metade desse século (1850-1890), os movimentos que mais se enfatizaram foram os messiânicos,⁸⁸ ligados à questão agrária e de resistência às oligarquias rurais brasileiras.⁸⁹ Neste cenário, o desenvolvimento capitalista seguiu os moldes da estrutura tradicional de produção, onde a estrutura agrária e produtiva passou, dos anos 1830 – com o comércio africano de mercadoria humana; para os anos 1945 – com a promoção da mão de obra imigrante nas lavouras de café. Com a tomada do aparelho do Estado pela burguesia (ora iniciado já na Proclamação da República), esse se reforçou hegemonicamente, dado ao processo de industrialização.

O capitalismo enquanto sistema mundial englobou e subordinou diferentes formas de produção e possibilitou a apropriação do trabalho social, da divisão social do trabalho e da sua divisão internacional.⁹⁰

Essa nova lógica capitalista impôs adequação tanto da terra⁹¹, como da mão de obra do imigrante, que não podia dela se apropriar, mas apenas trabalhar. Assim, o Estado não só captava recursos com seus investidores, mas, também, monopolizava o território, mantendo-o com valor elevado, sob forma de excluir os camponeses, desbravadores destes espaços durante os últimos 30 anos. Este processo beneficiava a burguesia agrária, que agora substituíra a aristocracia fundiária e atendia ao mercado exportador, submetido a um capitalismo emergente.

Embora não tenha obtido participação efetiva nas decisões políticas e econômicas do comércio exportado, a burguesia adentrou-se nesse espaço através de cargos de poder dos grupos ingleses, que se viam pressionados pelos interesses regionais cada vez mais agudos.⁹² Sem contar com uma unidade produtiva mecanizada, a burguesia agrária avançou no campo apoiada numa estrutura tradicional, baseada na monocultura e na mão de obra livre, sem tecnologia. Esse processo mitificou o espaço urbano como lugar de progresso e, o rural, como espaço de conservação.

Para atender a grande produção do campo, que era exigida pelo mercado exportador, e também poder sustentar suas famílias, tanto o assalariado livre, como o imigrante, foi levado à posição do sobretrabalho, com o aumento de seu tempo de trabalho.

⁸⁸ Os movimentos messiânicos se caracterizaram, inicialmente, pelo conflito entre a religiosidade popular e a religião oficial. Na realidade, eles representaram uma ruptura com a ideologia dominante do período. N. A.

⁸⁹ GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995. p. 40.

⁹⁰ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 63.

⁹¹ Para maiores detalhes, ler sobre a Lei de Terras (1850). BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>>. Acesso em: 11 out. 2010.

⁹² IOKOI, op. cit., 1989. p. 57.

Evidentemente que as condições de vida desse assalariado eram péssimas, semelhantes até certo ponto às do escravo, mas ele tinha juridicamente maior possibilidade de luta, luta que se dava em alguns espaços definidos.⁹³

Esses espaços se configuravam no parlamento e na imprensa – o aparato burguês, que defendia uma proteção ao imigrante, pois tinha seus interesses voltados à “necessidade de organização da sociedade através do contrato: contrato do cidadão com o Estado via texto constitucional; contrato do homem com o partido via partido único, o Republicano [...]; contrato do trabalhador com o trabalho; contrato do cidadão com o poder através do sistema eleitoral.”⁹⁴

Esta articulação do Estado capitalista com a burguesia criou, no Brasil e em outros países da América Latina, um desenvolvimento desigual e dependente do mercado e capital externos e também da agricultura, elemento basilar da indústria existente. Esse processo colocou a burguesia numa posição antagônica ao sistema. Ao pretender se desenvolver e subalternizar as massas trabalhadoras, não desejava a presença da democracia; mas precisava dela, pois, dependia das massas acalmadas, para obter sua renda.

Naquele momento complexo, deram-se as primeiras lutas camponesas e de trabalhadores rurais no Brasil, evidenciando que o isolamento desses sujeitos dos processos políticos e do acesso aos bens de produção e a terra, subjugados pelo capitalismo agrário, foram os principais promotores dessas revoltas.⁹⁵ Esta forma de exclusão também os colocou sob o olhar dicotômico da sociedade: às vezes eram vistos como promotores de mudanças; outras vezes, como incapazes de fazer história e alterar o debate político. Sobre a exclusão ideológica, os retirou dos principais acontecimentos políticos do país, promovendo seu não reconhecimento pela massa e pelos intelectuais. “Na cabeça de muita gente fina da universidade, da Igreja, da intelectualidade esclarecida, estão ausentes estes acontecimentos”⁹⁶ que retrataram as origens desse processo na história brasileira.

Na década de 1930, sob os reflexos revolucionários de insatisfação ao Governo, promovidos, principalmente, pelo movimento 'tenentismo' e pela ação da 'Coluna Pestes', na década anterior, somados aos movimentos de revolta contra o Governo, iniciados após a eleição de Júlio Prestes, observamos um marco divisor da História do Brasil.

O declínio da elite agrária, frente à ascensão da burguesia industrial e o crescimento do proletariado urbano que, aliado aos trabalhadores rurais, iniciam reivindicações, ameaçam a consolidação do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937). Esses trabalhadores rurais e urbanos, estimulados pelos ideais socialistas e anárquicos, iniciados na década de 1920, geram grandes

⁹³ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p. 61.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 61.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 66.

⁹⁶ MARTINS, José de Souza. **Os caminhos e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990. p. 25-26.

tensões com o Estado, o qual estabelece quase total controle sobre a autonomia dos sindicatos e os movimentos do proletariado. Naquele momento de repressão política, observamos um refluxo dos MS, promovido pelo Estado que, fruindo de seus poderes discricionários sobre a política e a economia, promove disputas entre vários setores que constituíam a coalizão revolucionária.

Neste contexto de mudanças e ameaças pela nova ordem, o trabalhador migrante entra em cena e toma a centralidade das questões das lutas sociais, protagonizando o surgimento de organizações de auxílio mútuo.⁹⁷ Essa nova sociedade civil, formada por sujeitos coletivos e organizados, marcou com suas revoltas, resistências e inúmeros movimentos de asseveração na história, um novo período histórico. Podemos assinalar essa nova configuração de sociedade civil, como um grupo que se articulou com capacidade diretiva ética-política, para produzir um novo tipo de organização, como novos atores dotados de vontades coletivas.⁹⁸

Entre os anos 1940 e 1964, ano do golpe militar, a necessidade de retomada da democracia fomentou os sujeitos sociais em busca de um processo de libertação e de transformação social, numa perspectiva de participação social e revitalização dos movimentos sociais e dos sindicatos. Nesse processo de redemocratização, emergiu no cenário urbano nacional, as classes populares, que buscavam pelos recursos necessários a sua reprodução e urbanização.

O setor rural também se mostrou desprovido de ações positivas do Estado e, nestes anos da ditadura, os movimentos do campo expandiram suas emergências. Acontecimentos envolvendo conflitos agrários entre militantes e o Governo foram frequentes: conflito da Fazenda Primavera, de Araçatuba/SP (1940-1947); domínio do território do Livre Formoso (1948-1964); guerrilha do Partido Comunista do Paraná (1951); conflitos de Capanema/PR (1957); entre outros.

A Igreja, com grande eficiência, traça uma ação através da CEB's, e passa a trabalhar junto aos camponeses na orientação de sua ação política, através de cursos, palestras, cartilhas, etc.⁹⁹

Fortalecidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), ligadas à Teologia da Libertação e também à Comissão Pastoral da Terra (CPT), deram curso as suas ideologias.

Naquele momento, a Comissão Pastoral da Terra foi fundamental para esse desenvolvimento, que passou, também, a contar com o MST¹⁰⁰, que nascia em Santa Catarina, nos

⁹⁷ ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos, 3).

⁹⁸ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

⁹⁹ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 79.

¹⁰⁰ APÊNDICE B

anos 1979. Ambos, apoiados pela Igreja Católica, com orientações recebidas em cartilhas orientadoras de formação¹⁰¹, também auxiliavam os grupos da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (SC).

Assim, os primeiros Movimentos Sociais no Campo pela Reforma Agrária abriram um confronto direto com os interesses latifundiários, que os tolheu. Nesta luta, a questão agrária faz a distinção entre terra de negócio e terra de trabalho, onde a primeira se configura como a propriedade capitalista e, a segunda, como a propriedade familiar, embora ambas sejam propriedades privadas. O que as distingue, seria o resultado social, isto é, a origem e o destino do lucro do trabalho. Assim, seria impossível idealizar uma Reforma Agrária

que não incorpore os projetos e formulações já revelados nas próprias lutas dos lavradores, que não combine as diferentes concepções e práticas alternativas de propriedade, e que ao mesmo tempo não abra a possibilidade de crescimento desses regimes alternativos sem a tutela do capital, poderia se transformar num mero exercício de ficção.¹⁰²

Nesta acepção, nos anos sessenta (1961-1964) a Liga Camponesa no Nordeste, Liderada por Francisco Julião¹⁰³, se transformou no maior movimento agrário do país e, em 1963, com a legalização dos sindicatos no meio rural, essa mobilização passou para esta figuração.

As Ligas tornaram-se a forma de emergência da luta do campesinato e contribuíram para a sua politização. Elas o colocaram no cenário político daquele tempo. A estratégia usada foi a de buscar ressonância. Estabelecer a sua sede nos centros urbanos também passou a ser um meio importante para solidificar as Ligas. Segundo dizia o próprio Julião, o recurso à lei e à fé - o Código Civil e a Bíblia - tinha o intuito de obter a confiança e o comprometimento, duas qualidades que uniriam os camponeses num movimento maior - numa luta política e ideológica.¹⁰⁴

Com a criação e expansão do sindicalismo rural, criou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entidade que representou (e ainda representa) o sindicalismo rural brasileiro, como porta voz das bandeiras dos trabalhadores do campo. Articulados a essas bases, passam a constituir associações de luta pela moradia e pela reforma agrária (1974).

¹⁰¹ CUT. CONTAG. **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil caderno de apoio aos seminários microrregionais**. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/enfoc/imagens/fl091cartilhaprojetocutcontag.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

¹⁰² MARTINS, José de Sousa. **Campesinato e política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 59.

¹⁰³ Falecido no México, em julho de 1999, aos 84 anos, Francisco Julião Arruda de Paula foi, sem dúvida, um dos responsáveis pela primeira grande discussão da reforma agrária neste país. O maior líder camponês do Brasil morreu numa situação de esquecimento e, segundo notícias da imprensa, em condições de penúria. SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador**. Recife: Assembleia Legislativa, 2001. (Série Perfil Parlamentar Século XX). 126 p.

¹⁰⁴ SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador**. Recife: Assembleia Legislativa, 2001. (Série Perfil Parlamentar Século XX). 126 p.

Essa articulação perpassou pelo momento ditatorial, com mudanças políticas, sociais e econômicas, que buscavam assegurar o crescimento do mercado capitalista através da exploração da mão de obra e da maximização dos preços. Emergidos com uma nova roupagem e elencando outras propostas reivindicatórias, como novas formas de relações sociais e de produção, buscaram diferentes demandas para além das lutas ordinárias, com olhares voltados para mudanças nos setores de educação, de moradia (iniciados nos anos 1930), e demais direitos.

Também neste período, aconteciam mudanças no espaço urbano. O surgimento de vários Movimentos Feministas, estimulados pelos movimentos europeus dos anos 1960, que através de reuniões em sindicatos, mulheres e mães de presos políticos legitimaram suas reivindicações aos desaparecidos do regime militar, contando com a força do Movimento pela Anistia, que exortava pela volta dos exilados políticos. O Movimento Estudantil (1968), unido à União Nacional dos Estudantes (UNE), organizou passeatas e momentos de protestos, pela Reforma Universitária, passando por vários enfrentamentos armados, de perseguição e torturas, contra a Ditadura Militar no país. Alguns movimentos políticos de guerrilha em zonas rurais e urbanas também surgiram, lutando contra as forças de opressão deste regime.

No final dos anos 1970, o sociólogo Alain Touraine escolheu os movimentos de gênero, pacifistas, ecológicos e nacionalistas, para representarem os novos movimentos sociais, enfatizando que, com a proximidade da sociedade pós-moderna, o movimento operário não poderia ser o único personagem nas principais contestações e lutas.¹⁰⁵

A atenção destes movimentos não se prendeu mais apenas na esfera econômica, mas, também contra as forças políticas e a racionalidade do Estado.¹⁰⁶ Concebidos como agentes de transformação histórica, por dirigir mudanças organizacionais, que são também mudanças institucionais, emergiu uma força social de mudança histórica

centrando suas inquietudes ao redor da figura do Estado e de atores político-sociais tradicionais: sindicatos, movimentos populares e de massa, setores sociais muitas vezes pertencentes a estruturas partidárias”.¹⁰⁷

Esse foi um dos períodos mais ricos na história dos movimentos sociais do Brasil. No enfrentamento ao regime militar, a sociedade se rearticulou através de projetos de mudança social e na luta pela democratização, os movimentos sociais se apresentaram como forma de oposição.

¹⁰⁵ GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 121.

¹⁰⁶ TOURAINE, Alain. The study of social movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, 1985.

¹⁰⁷ GADEA, Carlos A. The study of social movements and the political left in Latin America. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, Dec. 2008. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4979200800030006&lng=en&nrm=iso>. Access em: 23 nov. 2010.

Neste sentido, nos últimos anos do século XX, não só cresceu a diversidade dos movimentos sociais urbanos e rurais, como também a violência e a repressão a seus agentes sociais, conforme veremos no capítulo a seguir.

1.3 Movimentos Sociais no Brasil, nas duas últimas décadas

O movimento social é muito mais do que a defesa de interesses particulares. É uma vontade de construir ou reconstruir a sociedade em seu conjunto, de maneira favorável aos interesses de um grupo.¹⁰⁸

Os movimentos sociais brasileiros, no final do século XX, trouxeram consigo uma herança histórica dos MS da primeira metade do século anterior, caracterizada por levantes e insurreições. Uma herança que se transfigurou em lutas pelo direito à cidadania e em reivindicações para efetivação de projetos voltados ao mercado de trabalho e ao setor político, baseados na estrutura social e de produção existentes.

Com o avanço da modernidade ocidental, a sociedade civil, conceituada como um espaço de elaboração e viabilização de projetos globais societários passou a se organizar sob diferentes aspectos e estratégias. Procurou viabilizar suas ações sociais e coletivas, no sentido de aditar e mobilizar interesses e preocupações que atendessem suas demandas, antes voltadas apenas às causas trabalhistas ou comuns à classe trabalhadora.

Suas reivindicações, direcionadas a todos os segmentos sociais marcados pela desigualdade na distribuição de direitos, reconhecimento, riqueza e poder, passaram a atender diferentes demandas como: saúde, habitação, educação, direito a terra e direitos trabalhistas.

Sob este novo aspecto, promoveram uma crise nos paradigmas tradicionais da sociedade organizada, pois trouxeram nova *performance* de lutas e ideologias sociais, com um tipo de integração que caracterizou singularmente seus agentes sociais e suas formas de conflito. Esta nova forma de organização civil rompeu com a unidade paradigmática que assinalava os conflitos sociais tradicionais: a *identidade dos agentes* (lutas camponesas, lutas burguesas, lutas feministas); o *tipo de conflito* (diacrônico-revolucionário); e o *espaço político unificado* (representação de interesses).

Essas mobilizações não ficaram restritas aos espaços urbanos, mas, emergiram fortemente

¹⁰⁸ TOURAINE, Alain. A sociologia da ação: uma abordagem teórica dos movimentos sociais. In: PERALVA, A.; SPOSITO, M.; JACOBI, P. (Org.). *Anais do Seminário O Retorno do Ator*. França/Brasil. Movimentos Sociais em Perspectiva. SP, FEUSP, 1991. p. 33.

no espaço rural, revelando que os movimentos do campo, igualmente, procuravam outras formas de superação política e social.

Por não serem estudadas em profundidade nos espaços educacionais de Ensino dos níveis Básico e Médio (ou o serem na perspectiva da história oficial elitizada), as lutas camponesas no Brasil têm sido, desde o início de suas contestações, ignoradas ou, inferiorizadas. “Ainda são poucos os que sabem que a maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a Revolta do Contestado, que durou de 1912 a 1916 [...] pouco antes, em 1896-97, a Revolta de Canudos [...] A Revolta do Formoso, que durou mais de uma década, entre 1950-60, e plantou um território livre dominado por camponeses”.¹⁰⁹ Essas e tantas outras lutas, em diversos Estados brasileiros, buscaram a afirmação de direito de permanência na terra, sob a consciência da dominação que sofriam.

Tendo o debate da globalização como pano de fundo, os movimentos sociais se redefiniram como atores mais visíveis e emergentes, assumindo o centro das atenções, não podendo mais ser abordados sem distinções analíticas.¹¹⁰ Esse conjunto de transformações sociais trazidas por esses novos movimentos, revelou a necessidade de nova definição subjetiva, baseada na ação coletiva e em outras formas de articulação. Esses novos projetos, baseados na solidariedade e na superação de barreiras, que limitam o sistema e o espaço onde ocorrem suas ações, explicitaram um novo protagonista, em busca de transformações sociais.¹¹¹

Os movimentos sociais foram objetos de exaustivas análises sociológicas, principalmente na década de 1980. Entre suas características estão a diversidade de temas de lutas (gênero, raça, etnia, ecologia, etc.) e a pluralidade de atores que deles participam (mulheres, negros, gays, agricultores, entre muitos outros. [...]) A plurimilitância caracteriza uma rede local de articulações, permitindo que atores encontrem-se em vários lugares, como eventos, manifestações, reuniões e mobilizações em geral.¹¹²

Os anos 1980 e 1990 registra um período de enfraquecimento da ditadura e reestruturação da sociedade, que remodelou a *performance* das lutas reivindicatórias, prenunciando mobilizações multifacetadas que marcaram época. Através de manifestações sociais como as “Diretas Já” e o nascimento do Movimento dos Sem Terra (MST) e vários outros movimentos urbanos, como os de luta pela moradia, implantação de creches, movimentos ecológicos, emergiu o fortalecimento das mobilizações dos movimentos feministas do Brasil.

¹⁰⁹ MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. p. 51-59. (Série Princípios).

¹¹⁰ GADEA, Carlos A. The study of social movements and the political left in Latin America. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, Dec. 2008. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4979200800030006&lng=en&nrm=iso>. Access em: 23 nov. 2010.

¹¹¹ MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** São Paulo: Lua Nova, 1989. p. 57-59.

¹¹² SCHERER-WARREN, Ilse. ROSSIAUD, Jean. **Democratização em Florianópolis**: resgatando a memória dos Movimentos Sociais. Florianópolis: Diálogo/Editora da UNIVALI, 1999. p. 82.

A década de 80 foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais [...] o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo o território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente [...] revelam a face de sujeitos até então ocultos ou com vozes sufocadas nas últimas décadas.¹¹³

Entre esses movimentos, destaca-se a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, na cidade de São Bernardo do Campo/SP. Protagonizada pelos movimentos sociais, o chamado 'novo sindicalismo', a organização sindical CUT, liderada pelos sindicatos contrários aos corporativistas, surge como um instrumento de luta e representação real da classe trabalhadora. Suas lutas se desenvolveram no campo da política nacional e na garantia de políticas públicas e afirmativas para vários setores e segmentos da sociedade, com destaque para mulheres, jovens e discriminação racial. Através de seus conselhos, mesas de negociação e espaços ocupados, a Central procura promover a inclusão social e política, combatendo as políticas neoliberais, "que ferem a soberania nacional e proliferam práticas especulativas, resultando na proliferação das condições e relações de trabalho".¹¹⁴

Na década de 1990, tivemos acontecimentos políticos de relevância no país. Entre eles, podemos destacar o processo do *impeachment* do presidente Collor de Melo, em resposta do povo às elites políticas, que não se fizeram capazes de desenvolver um programa social que reerguesse a nação do caos econômico e social. Neste decênio, o cenário de lutas dos Novos Movimentos Sociais (NMS) passa a ser organizado e centrado nas questões éticas e de revalorização da vida humana, revitalizando questões sociais através de projetos de aspecto plural.¹¹⁵

Portanto, o "novo" dos movimentos sociais se redefine novamente nos anos 90, e isto se faz em duas direções. Primeiro deslocando o eixo das reivindicações do plano econômico, em termos de infra-estrutura (sic) básica para o consumo coletivo [...] Retoma-se a questão dos direitos sociais tradicionais, nunca antes resolvidos no país. Segundo, o plano da moral ganha o lugar central como eixo articulatório das lutas sociais.¹¹⁶

Nesses novos espaços de sociabilidade, abrangendo novos elementos culturais e políticos, os NMS não mais utilizam os canais tradicionais políticos e institucionais existentes, como sindicatos ou partidos políticos, já desgastados em seus processos. Partiram para prática renovada

¹¹³ GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995. p. 123-124.

¹¹⁴ CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHARES – CUT BRASIL. Histórico: O que é a CUT. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>>. Acesso em 30 mar 2011.

¹¹⁵ Dentre vários, destacamos: Criação da Força Sindical (1990), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Movimento de Ética na Política (1992), Movimento dos 'Cara-Pintadas' (1992), Movimentos Ecológicos (1992/5), Fórum das ONGs Brasileiras (1992), Primeira Delegacia Especializada em Crimes Raciais (1993), Movimento Ação de Cidadania, Contra a Fome e Pela Vida (1995).

¹¹⁶ GOHN, op. cit., 1995. p. 125-126.

e autônoma.

Em uma interpretação do debate político dos anos 1990 “Sem pena, nem glória”, Lavalle¹¹⁷ discorre sobre essas características e os limites da literatura sociológica, acerca desses atores sociais. Para o autor, as organizações, inseridas na “perspectiva da emergência de uma nova sociedade civil” passaram a discutir novas formas de representatividades: “em vez de ‘atores’, discutem-se ‘espaços’ e o ‘lugar’ das distinções – por vezes maniqueístas – entre a sociedade civil e o Estado, é ocupado por estudos empíricos sobre o papel de determinados atores da sociedade civil, em ambientes institucionais específicos.”

Nesse novo contexto de atores e organizações que emergiu, eles preservaram de seus antecessores apenas as características da continuidade do fazer e do pensar coletivo. Passaram a direcionar suas ações sob o caráter sociopolítico e cultural.

Os movimentos sociais não podem mais ser pensados, apenas, como meros resultados de luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços.¹¹⁸

Esses novos movimentos sociais avançam para além da defesa de interesses particulares, para construir ou reconstruir a sociedade em seu conjunto, de maneira favorável aos interesses de um grupo.¹¹⁹ Baseados nessas novas formas de relações sociais, estabelecem um novo momento histórico e, a partir da tomada de consciência,¹²⁰ se organizam contra a insatisfação com as ordens econômicas, sociais e políticas, na tentativa de estabelecer uma nova ordem social e um novo sistema e programa de vida.

Estas insatisfações ou desajustes sociais são originários de períodos de inquietação social, incertezas ou frustrações que surgem em momentos de crise, indicando mudanças na sociedade.¹²¹

A partir de uma reflexão da sociedade sobre a sua própria experiência ou interpretação de

¹¹⁷ LAVALLE, Adrián Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 66, p. 93, 2003.

¹¹⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 51.

¹¹⁹ TOURAINE, Alain. The study of social movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, 1985.

¹²⁰ Em *A Ideologia Alemã Karl Marx e Friedrich Engels*, temos que “a consciência da necessidade de entabular relações com os indivíduos que o cercam, marcam, para o homem, a tomada de consciência de que vive efetivamente em sociedade. [Nota de Marx:] Os homens têm uma história pelo fato de serem obrigados a produzir a sua vida e de terem de fazê-la de um determinado modo: esta necessidade é uma consequência da sua organização física; o mesmo acontece com a sua consciência. [Variante no manuscrito:] apercebemo-nos de que, entre outras coisas, o homem tem "espírito", e que esse "espírito" se "manifesta" como consciência. [Frase cortada no manuscrito:] a minha consciência é a minha relação com o que me rodeia. Versão eletrônica. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/porta/docs/aideologiaalema.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2010.

¹²¹ PARSONS, Talcott. **The social system**. Londres: Tavistock, 1952.

valores sociopolíticos e culturais¹²², essas mudanças surgem dentro de um campo de disputa, onde se desenrola o conflito¹²³. Um conflito central que,¹²⁴ abordando temas de liberdade e direitos fundamentais, levou o sujeito em luta, a buscar saída contra os poderes e mecanismos autoritários existentes em seus espaços, modificando suas relações sociais, políticas e econômicas.

Esses elementos se tornaram temas de debates e se transformaram em bandeira dos direitos sociais modernos¹²⁵ e de mudanças políticas e culturais para os novos movimentos sociais, inaugurando novos tempos e novos direitos básicos e de cidadania¹²⁶. Desta forma, a força transformadora destes novos coletivos não seria apenas econômica, mas sociocultural e política, que são elementos de mediações necessários à construção de uma unidade de propósitos, que caracteriza um genuíno movimento social¹²⁷.

Os movimentos sindicalistas, de bairro, feministas e dos Sem-Terra, mesmo com suas especificidades e seus descompassos entre os velhos e os novos, refletiram os significados e os efeitos cumulativos destas novas práticas políticas.

A diferenciação entre os velhos movimentos sociais e os novos movimentos sociais pode ser encontrada nas formas de suas organizações e de encaminhamento de lutas [...] o que há de inovador é a luta pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações cotidianas.¹²⁸

Esse exercício foi no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre o Estado e a sociedade civil, bem como as relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados. Assim, suas ações coletivas associadas à luta por interesses e especificidades organizacionais, vão definir seus significados políticos nas relações sociais.

Neste contexto, a diversidade de movimentos sociais emergidos em várias partes do país aponta para projetos alternativos, que buscam transformações concretas na sociedade civil, onde sociedade e Estado se interpenetram em dinâmicas próprias.

¹²² GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995. p. 150.

¹²³ Clauss Offe, em sua obra “O capitalismo desorganizado”, observa que, embora a maioria dos conflitos surja das relações de trabalho, há outros que se dá em outras esferas da vida social. OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

¹²⁴ TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução Gentil Avelino Tilton. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 130.

¹²⁵ O Art. 6. da Constituição Federal de 1988 estabelece oito direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Uma emenda constitucional no ano 2000 acrescentou a moradia como direito social. BRASIL. (Constituição, 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.direitosociais.org.br/secoes_detalhes.php?id=171>. Acesso em: 02 fev. 2010.

¹²⁶ GOHN, op. cit., 1995. p. 145.

¹²⁷ TOURAINÉ, op. cit., 2007. p. 142.

¹²⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 52.

Todavia, o Estado, enquanto aparelho, possui um campo institucional de atuação privilegiada, e a sociedade civil, pela sua força numérica e vital na produção social, poderá ter uma atuação mais ou menos agressiva na transformação social.¹²⁹

Desta forma, os NMS e a sociedade civil buscaram seu fortalecimento em relação ao Estado. Recentes e fragmentados, iniciaram um novo modelo cultural pluralista e criaram um novo sujeito social que, com o sentimento de exclusão econômica, política e cultural, aspiraram por direitos e representatividade social, através de uma nova cidadania.

Parece que estamos vivendo um processo de construção coletiva de uma nova cidadania, definida por um conjunto de direitos, tomados como autoevidentes, que é pressuposto da atuação política e fundamento de avaliação da legitimidade do poder.¹³⁰

A recusa à ideia do sujeito único reproduz uma pluralidade de sujeitos, com uma constelação de novos significados, que os identificam como novos sujeitos políticos, portadores de uma nova identidade sociocultural, que os direciona a uma radical transformação política.¹³¹

Já no final do século XX e início do novo milênio, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais passam a valorizar cada vez mais formas de participação institucional (audiências públicas, assembleias e conferências políticas, fóruns, conselhos setoriais de políticas públicas, orçamento participativo, Agenda 21, etc.). Tais organizações percebem, nesses espaços, a oportunidade do exercício do “controle social pela cidadania”, considerado como um meio político adequado e legítimo para a expansão da democracia.¹³²

A busca por essa transformação, não só política, mas, também social e econômica, perpassou, também, pelo espaço rural do Brasil.

Neste sentido, uma breve leitura nos elucidará sobre o nosso espaço agrário, tantas vezes estigmatizado e tido como desimportante, por uma nova sociedade pautada nos imediatismos e brutalmente colonizada pelas ideologias do capitalismo moderno.

¹²⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 53.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 53.

¹³¹ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995. p. 48.

¹³² SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. História: debates e tendências. [S.l.], Editora da UPF, 2008.

CAPITULO II

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: UMA HISTÓRIA DAS LUTAS E CONQUISTAS NO BRASIL

[...] no meio rural encontramos, ainda, as inovações sociais e políticas mais significativas: as lutas pela sustentabilidade econômica, os enfrentamentos de natureza estrutural em relação aos projetos governamentais [...] os modelos de gestão participativa mais radicais [...] os projetos de combate à pobreza [...] Estrangeiro em seu próprio país, o mundo rural continua exótico, estranho para grande parte dos brasileiros, incluindo nossos pesquisadores sociais.¹³³

O processo de colonização do Brasil foi marcado pela característica eurocêntrica de exploração e dominação, o que fomentou a formação de sociedades rurais até certo ponto conservadoras, tanto nos seus modos de produção quanto nas suas relações sociais. Essas sociedades traziam como atores sociais a figura do camponês, do homem sitiante, do pequeno agricultor ou do proprietário rural, possuidores de uma pequena quantia de terra, da qual tiravam seu sustento familiar com a produção de alimentos variados.

Nos anos 1960, a política de colonização agrícola do Estado, como resposta aos protestos dos movimentos camponeses que reivindicavam o acesso a terra, mostrou-se ineficaz para resolver a questão agrária.

A política agrícola dos governos autoritários definiu como objetivo a modernização da agricultura, e para atingi-la muitos instrumentos econômicos foram utilizados: crédito agrícola, incentivos fiscais, política de sustentação de preços mínimos, etc. Os resultados, depois de quase duas décadas, foram a subordinação da agricultura aos complexos agroindustriais, a tecnificação do processo de trabalho agrícola, o crescimento da produção para o mercado externo, o incentivo à média propriedade e a crise de reprodução da pequena propriedade.¹³⁴

Após esse processo de colonização, a década de 1970 foi marcada pela colonização programada, promovidas pelas agências de colonização, incentivadas pelo Governo, que criou

¹³³ RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 1999. p. 01.

¹³⁴ TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Política de colonização agrícola e o protesto camponês. **ENSAIOS FEE**, Porto Alegre, 1985. p. 127-140.

representações ideológicas, na tentativa de afastar as possibilidades de reforma agrária. A ocupação destes espaços foi feita sob condições precárias, não só estruturais, mas, também, de saúde e de acesso à sistemas de tecnologia para a produção.

Essas mudanças no desenvolvimento e na modernização do capitalismo rural, ao longo dos anos 1980, trouxeram outras formas de produção. O surgimento de grandes concentrações de terra causou profundas transformações na forma de produção agrícola, que passou de artesanal e rudimentar tecnologicamente, para industrial e modernizada.

A modernização da economia agrária não é, em si e por si mesma, um fator de mudança estrutural da situação de superação efetiva das iniquidades (sic) socioeconômicas, culturais e políticas. [...] Em países como o Brasil, nos quais não há qualquer *tradição democrática*, ela pode ser manipulada de maneira a incrementar as desigualdades existentes e aumentar a eficácia dos controles sociais diretos e indiretos, manejados pelos setores privilegiados do meio rural.¹³⁵

Os camponeses, despossuídos de acesso à modernização agrária, passaram a sofrer profundas consequências socioeconômicas, culturais e territoriais. Forçosamente, foram levados a mudar seu estilo de vida/trabalho e suas formas de produção, ficando sob uma situação de vulnerabilidade e de dependência do sistema capitalista. Submetidos a este sistema, tiveram sua mão de obra explorada, ou se tornaram agricultores voltados à produção do mercado, numa tentativa de superarem suas dificuldades.

O dilema rural brasileiro não se reduz apenas, com muitos pensam, a questões de ordem econômica e técnica. Ele implica e impõe um desafio social em termos especificamente políticos.¹³⁶

Este novo desafio levou os camponeses a buscarem sustentação através de organizações coletivas, que lutavam contra os avanços do capitalismo na agricultura, contra a economia mercantil localizada e as injustiças sociais produzidas. Essas ações coletivas resultaram no surgimento dos primeiros movimentos sociais no campo que, a partir dos anos 1940, começaram a se organizar em vários Estados do Brasil. Seus enfrentamentos originários se deram pela manutenção ou posse da terra, contra a formação de latifúndios, e pela regularização da profissão camponesa, baseada nos direitos relativos ao homem do campo.

Nesse processo histórico, os movimentos sociais do campo foram se constituindo em diferentes movimentos ligados à questão agrária que, ao longo dos anos, foram se estabilizando,

¹³⁵FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI. Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972. p. 131-150.

¹³⁶Ibid., p. 131-150.

ganhando espaços, conquistando alguns direitos e se diversificando nas suas especificidades de demandas regionais.

Para melhor entendimento desse processo, trazemos uma breve leitura sobre as origens do campesinato brasileiro. Abordaremos seus principais enfrentamentos diante da implantação do capitalismo no espaço rural; das mudanças na economia, das transformações nas relações do camponês com o espaço agrário; das novas relações de trabalho, de produção e de valoração da terra.

2.1 As origens do Campesinato no Brasil: o camponês e sua história sem registro

A pouca documentação existente em nossa literatura dos anos anteriores ao século XV, dificulta uma leitura mais detalhada do sistema econômico dessa época e, conseqüentemente, nos limita saber com minúcia sobre a inserção do campesinato¹³⁷ brasileiro em nossa organização econômica e social daquele momento. Alguns poucos dados que nos permitem refletir mais sobre a questão se encontram “espalhados nas obras da História, do Direito e da Economia Política”.¹³⁸

Portanto, a revisão histórica mais remota sobre o campesinato, na maioria dessas análises, é oriunda dos fenômenos sociais trazidos pelo feudalismo da Itália, França e Portugal, para o caso do Brasil, que não chegou a conhecer o campesinato, propriamente dito.

Em uma leitura sociológica sobre o campesinato brasileiro, descobrimos um estilo de vida considerado arcaico e conservador do meio rural, que se tornou objeto de estudo das Ciências Sociais nos anos finais do século XIX. Estudiosos como Silvio Romero (1883-1888), Euclides da Cunha (1936) e outros importantes nomes da literatura da época basearam suas análises de estudos em interpretações feitas sobre o caboclo rural e os fazendeiros: o isolamento das populações caboclas em suas glebas e a inexistência de uma distinção social – camada intermediária, entre ambos, foi promotora e justificou estilo de vida caboclo.¹³⁹

Este pensamento de que a paisagem social do meio rural brasileiro era compartilhada apenas por estas duas figuras: caboclo e fazendeiro, não sendo reconhecida a camada intermediária, desfez-se com Caio Prado Júnior (1963) e Jacques Lambert (1959). Para o primeiro, havia uma camada que não compunha o grupo de fazendeiros e nem o de trabalhadores

¹³⁷ O termo campesinato será caracterizado com as seguintes particularidades: ligação do homem com a natureza e seu profundo conhecimento sobre ela; território ou espaço geracional, onde acontece a produção e reprodução econômica e social do homem; policultivos produzidos para subsistência, com mão de obra familiar, utilizando meios rústicos e sem pretensão de acúmulo de capital. (N.A.)

¹³⁸ CARVALHO, João Carlos Monteiro de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 29.

¹³⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 8-9.

sem terra. Para Lambert, essa camada social intermediária seria a responsável pelo abastecimento da maioria da população, com a produção de sortimentos de policulturas¹⁴⁰ advindas de suas roças de sitiantes.¹⁴¹

Em seu estudo, Nice Lecocq Müller¹⁴² apresentou uma definição para a figura do sitiante, como sendo aquele homem ligado ao seu trabalho sobre a terra, onde produzia através de técnicas rudimentares, morava em casa de pau a pique e possuía utensílios e objetos “que não eram difíceis de carregar”¹⁴³. No meio rural, esta relação do homem com a terra teve seu significado real, onde a natureza de suas atividades no campo se diferenciava muito das do mundo urbano, pois se dedicavam às ocupações ao ar livre, as quais dependiam das condições e variações da Natureza.¹⁴⁴

Este espaço social e geográfico, tomado de elementos de afinidades e de uma vida rústica, onde famílias de sitiantes se vizinhavam e interagiam seus valores – capela, venda e núcleo de reuniões – tornou ilusório o pensamento sobre a possibilidade de existir um “isolamento” no universo dos “caipiras”. Isto porque a figura do sitiante estava em constante circulação dentro e fora de seu espaço rural, ora motivado pelas atividades econômicas, ora, pelas práticas religiosas, que o levava sempre ao contato com diferentes realidades.¹⁴⁵

Deste modo, observamos que uma camada social intermediária, formada pelos sitiantes, desde a colonização do país, sempre existiu. Segundo a Sociologia Rural, na concepção de Robert Redfield (1956) e Henry Mendras (1965), o sitiante tradicional brasileiro se classificaria como um camponês.

Na língua portuguesa, as definições dos termos camponês/campesinato são recentes (datadas do final do século XIX), e vêm sendo empregados pelas Ciências Sociais em estudos sobre indivíduos que habitam o campo. Estão divididas em duas vertentes: uma histórica e, outra, socioantropológica. Na leitura histórica do campesinato na América Latina, Richard Schaedel apresenta os camponeses como grupos variados, compostos de diversas línguas, trajes, aspectos físicos e étnicos, que possuíam em comum a prática da policultura e da criação. Para o autor, em geral, compunham um grupo de iletrados, que cultivavam a terra sem fazer uso da tecnologia e, na sua maioria, colhiam para subsistência.

¹⁴⁰ Tipo de cultura de viveres que, em 1959, no Brasil, ocupava 14 milhões de hectares de área plantada.

¹⁴¹ QUEIROZ, op. cit., 1976. p. 10.

¹⁴² MÜLLER, N. L. **Tipos de sitiantes em algumas regiões do Estado de São Paulo**. Brasil. 1946. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1946.

¹⁴³ QUEIROZ, op. cit., 1976. p. 12.

¹⁴⁴ SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1972. p. 8.

¹⁴⁵ QUEIROZ, op. cit., 1976. p. 14.

Embora esses camponeses possam ser pequenos produtores e, ao mesmo tempo, parceiros, servos, arrendatários ou assalariados de outrem – atividades econômicas que exercem em tempo parcial – distinguem-se por possuir, no sentido de usufruir, uma parte da terra que cultivam, sendo chamados minifundiários, camponeses, habitantes, parceiros [...] conforme as regiões”.¹⁴⁶

Tendo a família como unidade básica para a produção do trabalho e a geração de sua economia, o campesinato possibilitou manter sua independência econômica com relação à cidade. Embora não tendo noção clara do duplo caráter de produção, o produtor/camponês acreditava na autonomia de seu trabalho, na possibilidade de escolher o que se queria comer, vender, quando e/ou como trabalhar.¹⁴⁷

No Brasil, durante muito tempo foi negada a existência de uma camada social camponesa, mesmo estando esta coexistindo nas fazendas de monoculturas ou de criação, ou, vendendo sua mão de obra a fazendeiros, para quaisquer serviços. Lembrando a situação do camponês medieval, muitas vezes se colocava em condição de subordinada ou clientela dos plantadores e criadores de gado, que se postavam como figuras protetoras e elementos de ligação com a sociedade global. Em regiões onde não existiam grandes fazendas, apenas os sitiantes tradicionais, esta camada se diferenciava entre os seus de forma hierárquica: “dos demais abastados aos mais pobres”, tendo como critério, o poder econômico diferenciado.¹⁴⁸

A relação com a terra entre os camponeses sempre foi variada, no sentido do tamanho da propriedade, onde poderiam trabalhar só ou junto com seus companheiros. Quanto a sua forma de usufruto, tinham uma rotina anual que lhes garantia a programação para o ano seguinte. Um camponês também podia ser simultaneamente, proprietário, posseiro, parceiro, arrendatário, morador ou agregado de seus vizinhos, ou de uma plantação sazonal das redondezas.¹⁴⁹

Dentro de qualquer uma dessas formas, eles estariam sempre na condição de dependentes de uma camada superior, composta pelos fazendeiros, criadores de gado, comerciantes ou políticos, que detinham o prestígio social e o poder financeiro e político. Os conflitos socioeconômicos produzidos nesta camada os colocavam em um estado de anomia endêmica e latente, sob a figura de meros espectadores das lutas políticas.

Queiroz cita que as reações contra este estado das coisas eram feitas através da intervenção religiosa, onde um líder acalmava e eclipsava as organizações sindicais e

¹⁴⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 25.

¹⁴⁷ BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 13.

¹⁴⁸ QUEIROZ, op. cit., 1976. p. 27.

¹⁴⁹ WOLF, Eric R. Revoluções sociais no campo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.) **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972. p. 117.

cooperativas, mantendo uma solidariedade vertical¹⁵⁰. Sendo assim, o campesinato brasileiro, subjugado pela sociedade capitalista e impelido a concorrer com as produções do mercado global, passa a ser definido, sociologicamente, como uma camada subordinada econômica, social e politicamente.

Mesmo que os camponeses, à testa de pequenas autarquias de produção, sejam economicamente autônomos (por exemplo, quanto são proprietários de suas terras, de seus instrumentos de lavoura, de seus animais de tração), ainda assim são sempre subordinados do ponto de vista social político a outras camadas, ou a outros grupos socioeconômicos (como os cidadãos).¹⁵¹

Para a autora, estavam obstantes de serem identificados como uma sociedade camponesa, pois, uma sociedade só pode ser caracterizada como tal quando possuir uma posição dominante, patamar não alcançado por eles, que ocupavam a camada intermediária da população rural brasileira. Esta estratificação os levou a serem definidos pela Sociologia Rural, como

Lavradores cuja produção é orientada para a subsistência, o que os distingue dos agricultores, cuja produção ao contrário é orientada para o comércio dos gêneros produzidos [...] e seus estabelecimentos são do tipo familiar [...] o gênero de vida do camponês se forma em função da cidade, com a qual aparecem em equilíbrio de complementaridade, de tal ordem que a cidade necessita muito mais dele do que ele dela.¹⁵²

Essa simbiose entre cidade e camponês, manteve os laços econômicos no Brasil até o século XIX. Mas, fatores peculiares a este contexto tornaram intoleráveis as condições de vida: a crise demográfica, a crise ecológica e a crise do poder de autoridade.

Assim, a sociedade moderna, global e complexa os empurrou mais para baixo nesta hierarquia socioeconômica. Além dos fatores acima, a fragmentação das propriedades, o surgimento de novos tipos de estabelecimentos agrícolas – horticulturas e cerealistas – orientados para uma produção de grande mercado e a introdução da mecanização da terra,¹⁵³ também contribuíram para as transformações do campo.

Uma maior aproximação dos camponeses com a civilização urbana que, outrora, se dava apenas nas relações econômicas, com a venda dos produtos excedentes, deixou de existir, com o alargamento das cidades. Essas novas formas de socialização e produção tomaram seus espaços e estes, perdendo o mercado consumidor, voltam a ser produtores locais ou passaram a vender

¹⁵⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 28.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 30.

¹⁵² *Ibid.*, p. 35.

¹⁵³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 71.

exclusivamente em feiras. Paralelamente, devido à indisponibilidade financeira, deixaram seu papel de consumidores citadinos.

O isolamento da cidade e do campo - objeto de estudo inicial das Ciências Sociais do fim do século XIX – se torna realidade. À medida que as cidades cresciam, repeliam o camponês “que, antigamente, fora seu abastecedor,”¹⁵⁴ pois, “tendendo para uma sociedade de massa, requerem abastecimento maciço, em produtos diversos – cereais, legumes, frutas, etc. [...]. O aprovisionamento citadino que se fazia por intermédio dos sitiantes tradicionais” não conseguiu acompanhar esta evolução, frente aos aspectos modernos da agricultura brasileira e frente a um abastecimento que exigia outro rigor.¹⁵⁵

Para o estudo sociológico, aquele isolamento se deu apenas aparentemente. Em maior ou menor grau, as relações econômicas e sociais nunca deixaram de existir e, embora as transformações socioeconômicas da sociedade global tenham trazido muitos sitiantes para o meio urbano, sua camada social é numericamente “não desdenhável”. Não obstante, mesmo diante dessas transformações, a permanência e a importância desse ator social no espaço agrário ainda são evidentes e necessários para a economia local.

2.2 O Camponês e o Espaço Agrário

[...] no meio rural se verificam as primeiras relações entre os grupos que formavam nossas populações; no meio rural se encontraram as raízes de nossa organização social. Quando aparece o meio urbano, quando a cidade começa a formar-se [...] são as influências rurais que sobre ela se projetam, dando-lhes os primeiros contornos.¹⁵⁶

Durante muito tempo, a sociedade brasileira foi identificada pelo seu meio rural, tendo sido o Brasil reconhecido como um país de grandes monoculturas – soja, café, algodão. As roças, ou pequenas propriedades rurais, ainda representam mais da metade da mão de obra agrícola brasileira. Em alguns destes espaços tradicionais afastados, o modelo das relações sociais ainda se perpetua na forma de povoamento dos primeiros tempos da colonização, mantendo os diferentes papéis reservados a homens e a mulheres, na produção do trabalho e também nos valores dados aos costumes simbólicos. A participação nas festividades religiosas, as formas de trabalho e

¹⁵⁴ Ibid., p. 43.

¹⁵⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972. p. 199-219.

¹⁵⁶ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Populações rurais brasileiras. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972. p. 151-164.

cultivo e as células doméstica e familiar, continuam quase imutáveis. Esta unidade se perdura longe dos preconceitos étnicos raciais, religiosos ou das relações de migração familiares e também pelas tradições culturais no contorno dos grupos de parentesco.

As diferenças econômicas no interior dessas comunidades rurais, formadas pelos bairros, que se acomodou em várias pequenas propriedades, pouco existem e não se traduzem por uma estratificação social muito visível. Este fato justifica a continuidade perceptível na manutenção das interrelações, onde as necessidades, aspirações e o consumo são praticamente semelhantes. As únicas diferenças sociais que claramente se delineiam são devidas à variação do prestígio de que gozam esses indivíduos. Conforme sua riqueza, ela pode aumentar, mas, não é a causa direta deste. Depende de qualidades pessoais positivamente sancionadas pela tradição, como: desinteresse, generosidade, respeito pelos outros, bondade, coragem, bom-senso e, em último lugar, instrução. Quanto mais o indivíduo der provas destas qualidades, mais sua autoridade aumentará no bairro; mais sua voz será ouvida nas deliberações tomadas em comum; mais será procurado para conselheiro, ou para padrinho das crianças. Quando essas qualidades desaparecerem, outro que as possuir, análogos ao primeiro, naturalmente lhe toma o lugar.¹⁵⁷

Historicamente, embora sejam consideradas comunidades arcaicas e resistentes às mudanças e desigualmente subdesenvolvidas, devido ao desenvolvimento desigual do país, as comunidades rurais são, muitas vezes, consideradas como bastante independentes do setor citadino, tido como moderno ou avançado.

As comunidades rurais são encaradas como receptoras passivas de toda a mudança provinda das áreas urbanas. Se algum papel dinâmico lhes é atribuído, isto se faz principalmente em termos de seleção de elementos culturais que elas aceitam ou recusam, ou ainda da possível reinterpretação de tais elementos.¹⁵⁸

Assim, a coesão e as práticas sociais, na tentativa de serem perpetuadas, promovem o reconhecimento de um gênero espacial e socialmente diferente do mundo citadino, que os distinguem pelo modelo de vida, que é peculiar ao homem e a mulher do campo. Esses laços anulam a tendência à anomia, embora não lhes deem a noção exata da existência de uma estratificação social, própria de uma sociedade de classes.

A consciência que têm da própria dignidade, do seu valor pessoal, é muito viva. Em sua visão, a sociedade perde a dimensão vertical dada pela superposição das classes sociais;

¹⁵⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 55.

¹⁵⁸ STAVENHAGEN, Rodolfo. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972. p. 32-47.

[...] O que não os impede de ter consciência nítida da diferença que existe entre ele e o cidadão [mas] Não as percebe como superpostas.¹⁵⁹

Essa consciência nítida dos camponeses, quanto ao seu espaço geográfico, embora não os fizesse se sentir menores os fez se descobrirem sob um sistema capitalista de produção. Dada a ocupação de grandes extensões de terra pelos fazendeiros - na volta das monoculturas, agora sustentadas pelo uso de fertilizantes e pelas novas tecnologias - e a fragmentação do espaço rural, esses pequenos lavradores se viram acuados. Sustentados por uma agricultura de subsistência em sua propriedade tradicional, onde viviam e conviviam dentro das relações ecológicas tradicionais, agora, muitos se depararam sem alternativas. Sem incentivos econômicos para permanecer em suas regiões e conservar suas roças, inúmeros trabalhadores rurais foram forçados a abandonar seu estilo de vida e cultivo rústico.

Assim, reproduzindo o ciclo histórico, tornaram-se assalariados dos grandes latifúndios ou do meio urbano, que passaram a cerceá-los, transformando-os em mão de obra precária, suprimida pela tecnificação do campo. Mesmo os que resistiram, acabaram sofrendo influências do meio urbano e modificando seus espaços, diluindo suas raízes históricas e fazendo aparecer novos tipos de população rural.

Assim, observamos a penetração do capitalismo no campo, trazido pela sociedade moderna, regida pela dinâmica industrial agrícola, que aumentou a diferença entre as formas de exploração do campo e levou à condenação, ou ao quase desaparecimento, os pequenos agricultores familiares, como consequência da superioridade das grandes empresas. Esse processo modificou profundamente a estrutura social do campo e a relação do homem com a terra.

2.2.1 O Campesinato e o Proletariado: a terra como valor de capital

[...] Os movimentos camponeses revelam as muitas formas sociais da terra; [...] A história da terra que aparece nos movimentos camponeses, é a história das diferentes modulações da revolução que o capitalismo provoca no campo. É uma história permeada de brigas, conflitos, vinganças, tocaias, lutas. [...] Mesclam e embaralham valor de uso e valor de troca, trabalho privado e trabalho social, comunidade e sociedade. [...] No bojo desse processo, desenvolvem-se diferentes formas da terra.¹⁶⁰

¹⁵⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 66.

¹⁶⁰ IANNI, Otávio. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972. p. 15-45.

Com a modificação da estrutura social rural, dada pela chegada do capitalismo no campo, a posição dos camponeses de outrora se tornou mais complexa, levando-os ao subemprego proletarizado. Numa estrutura agrária, o fator de produção terra tende a ser abundante, na mesma forma que também o é a mão de obra subtraída dos trabalhadores agrícolas. “Daí resulta, por parte do grande proprietário, maior utilização da terra e da mão de obra e menor uso do capital.”¹⁶¹

O desenvolvimento do capitalismo ainda se acha no estágio de satelização permanente e de espoliação sistemática da economia agrária. Os estratos possuidores rurais não se ressentem dessa situação, porque eles extraem de ambos os processos o privilégio relativo de sua própria condição econômica, sociocultural e política. O mesmo não sucede com as massas despossuídas rurais, que se vêem (sic) irremediavelmente compelidas ao pauperismo e condenadas à marginalização. É nesse nível que se desvendam as iniquidades (sic) e a impotência da economia agrária brasileira: uma moenda que destrói inexoravelmente os agentes humanos de sua força de trabalho.¹⁶²

Contra os riscos de instabilidades do mercado, o grande proprietário, em forma de arranjos e parcerias, transfere-os, em parte, para os camponeses. Primeiro, porque o trabalho assalariado se torna mais produtivo para os proprietários de terra; segundo, porque o arrendamento de terras às famílias de pequenos agricultores passa a proporcionar uma renda a mais ao grande proprietário. Nesse processo de reorganização econômica social rural, os camponeses que não possuem mais a posse da terra para sobreviver no meio rural, passam a ser subordinados ao sistema.

O capitalismo penetra no campo quando se institui a propriedade capitalista da terra, através de classificação desta como equivalente de capital, ou seja, renda territorial capitalizada [...] Assim o camponês só pode se assenorear-se da terra através de um sobre-trabalho que deve realizar-se em dinheiro de mercado, conforme as suas leis, para se constituir um capital que pague a terra e que, assim, se transforme em renda territorial capitalizada.¹⁶³

A relação entre o camponês e a terra passa de uma relação com a natureza, para uma relação com a sociedade capitalista, o que põe em risco sua unidade produtiva, tendida, assim, à proletarização e à empresariação. Em sua obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lênin (1899) analisou, na sociedade russa, a desintegração do camponês com a terra e apontou a decadência, não só do estabelecimento agrícola, mas do próprio camponês, que foi levado ao empobrecimento e à sujeição ao sistema proletário. Esse mesmo cenário se reproduziu no Brasil,

¹⁶¹ CARVALHO, João Carlos Monteiro de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 98.

¹⁶² FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972. p. 131-150.

¹⁶³ MARTINS, José de Sousa. **Campesinato e política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 23-25.

neste último século.

Em seus estudos sobre a gênese rural, ao explicitar sobre a transformação do lavrador em proletário rural, Ianni faz uma distinção entre o produtor (o lavrador) e a propriedade dos meios de produção.

Talvez se possa dizer que a ocasião em que o proletariado aparece de fato (como categoria econômica, social e política) é aquela em que ele já não possui, nem de fato, nem imaginariamente, os meios de produção.¹⁶⁴

Neste contexto, duas configurações econômicas sociais e políticas aparecem no processo de transição do mundo rural: a do lavrador, inserido no universo sociocultural ideológico, sem distinção entre o espaço de trabalho e o da casa e; a do lavrador, como parte do sistema social das fazendas.

A ruptura entre a propriedade dos meios de produção e o camponês, agora em situação de proletariado, trouxe um predomínio ainda mais contundente das concepções capitalistas no campo, através da exploração fundiária. A terra passa a ser objeto de comércio, tendo seu preço aumentado. Como valor monetário, passa, também, a ser considerada “reserva de capital”¹⁶⁵ para grandes grupos econômicos, que começaram a investir no setor do campo, realocando fatores de produção e expulsando parte da população camponesa de seu espaço original. Os que persistem em se manter buscam uma maior produção voltada ao mercado, a fim de se sustentarem na terra.

Assim, o capital se promove, destruindo e fragilizando o artesanato agrícola, e transformando os camponeses em agricultores de alimentos para o mercado capitalista, concorrentes do mercado de alimentos.

As relações de produção pré-capitalistas que se estabelecem entre os grandes proprietários e camponeses estão no fato de existir uma relação entre eles e o mercado, onde surgem como vendedores de produtos agrícolas compradores de bens industrializados e tomadores de capital a juros.¹⁶⁶

A terra deixa de ser o meio, e passa a ser o fim, para a sobrevivência dos camponeses, subordinados ao mercado interno de produção capitalista. “Um dos níveis em que essa subordinação se manifesta é o da necessidade, dada a pauperização do produtor, da imediata realização do produto no mercado, e por isso condições de preços desfavoráveis”.¹⁶⁷

¹⁶⁴ IANNI, Otávio. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972.

¹⁶⁵ GRAZIANO NETO, F. **Qual reforma agrária?** terra, pobreza e cidadania. São Paulo: Geração, 1996. p. 48.

¹⁶⁶ CARVALHO, João Carlos Monteiro de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. p.105.

¹⁶⁷ BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 28.

Os camponeses que não conseguem manter os níveis de produção para se manterem na terra, dão-se conta da privação do acesso a terra e sentem a necessidade de lutar para solucionar esta situação, a da posse da terra. “A perda da terra não representa apenas a perda do objeto e meio de trabalho, mas também da moradia e dos elementos que se constituem em meios de vida”.¹⁶⁸

Isso coloca em questão a propriedade dos meios de produção, a concentração da terra e a perda das condições de sobreviver na e da terra. Esses elementos, somados à própria tentativa de manter sua tradição, que os caracteriza, os levam a desenvolver algumas atividades revolucionárias, como as insurreições rurais, que foram propulsoras dos movimentos sociais do campo.

2.2.2 Os movimentos sociais do campo: das Ligas Camponesas aos Movimentos Sociais

Através dos movimentos, os trabalhadores rurais elaboram as suas diferentes identidades sociais, ampliam a sua presença na arena política e impõem para a sociedade o reconhecimento de sua existência e de sua cidadania.¹⁶⁹

Historicamente, os processos de constituição das sociedades brasileiras no espaço agrário se deram através da subordinação dada pela ocupação da terra, que se constituiu em uma nova forma de relação no campo entre latifundiários e camponeses e levou à dimensão da exploração econômica por parte destes primeiros. Esses trabalhadores rurais, sem reconhecimento de classe e sem identidade social e política, dão início às primeiras ações coletivas do campo em nome da aplicação dos direitos, com a qual acreditam resolver seus problemas e poder enfrentar o capitalismo agrário.

É necessário entender as revoltas e resistências camponesas não como episódios isolados, mas como capacidade continuada e orgânica de reprodução de um modo de vida, o que exige perceber o protagonismo de mulheres e homens, da família/comunidade camponesa como expressão da classe trabalhadora.¹⁷⁰

O processo histórico dessas lutas coletivas passou por vários episódios políticos e sociais desde os anos 1940, quando estas tomaram configuração de lutas políticas e começaram a se

¹⁶⁸ BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 35.

¹⁶⁹ GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 13.

¹⁷⁰ JAHN, Elisiane de Fátima; PEREIRA, Nancy Cardoso. *Todas as vidas... todas as vias camponesas!* In: PALUDO, Conceição. **Mulheres: resistência e luta em defesa da vida**. Rio Grande do Sul: CESE. 2009, p. 47.

organizar em alguns Estados do Brasil, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, em forma de sindicatos. Isso levou ao crescimento das tensões, dos conflitos e da violência dos fazendeiros contra essas organizações, as quais deram origem às primeiras Ligas Camponesas.¹⁷¹ A crise da lavoura – cana de açúcar e café, estabelecida durante o período da Guerra (1939-1945), que se intensificou nas décadas de 1950 e 1960, pelo desenvolvimento industrial e o crescimento do mercado interno, impulsionou os trabalhadores do campo, através de suas mobilizações, a ganhar posições sociais e políticas, se transformando em movimentos.

As mobilizações de massa de trabalhadores rurais já eram comuns no período logo anterior ao Golpe Militar de 1964, através das Ligas Camponesas (nordeste), as Associações de Lavradores e Sindicatos (nordeste, sudoeste e Goiás), do MASTER (RS). A partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, as mobilizações e manifestações de trabalhadores rurais ressurgem com vigor, se ampliam em número e extensão, como novos segmentos de trabalhadores e novas regiões.¹⁷²

Estes novos segmentos, a partir de 1955, agora sob o formato de movimentos sociais do campo, se diversificaram e descentralizaram seus interesses, apresentando frentes específicas de lutas: os Movimentos dos Posseiros – que se originaram da expropriação de suas terras pelo processo de grilagem, pecuarização ou expansão agrícola; os Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra – que se originaram de associações ligadas a ações de resistência às ocupações de terra, excluídos pelas transformações da produção do campo e por recusarem a proletarização.

Dentre estes segmentos, é importante referir os Movimentos dos Atingidos por Barragens. Diferentemente dos dois citados, estes lutam pela expropriação dada pelo próprio Estado que, em nome da sociedade e apoiado na legalidade, desapropria e expulsa grande número de camponeses, pequenos proprietários e arrendatários, sob um processo que mensura apenas o elemento terra, esquecendo-se dos elementos socioculturais dos grupos atingidos.

Nesse cenário, onde várias formas de opressão se deram nos distintos espaços da sociedade, esses movimentos se articularam procurando realizar ações coletivas, que atendessem e fomentassem demandas comuns.

As revoltas camponesas do século XX não constituem mais simples respostas a problemas locais [...] elas não são mais do que reações locais às grandes transformações desencadeadas por uma mudança social avassaladora [...] A expansão da economia de mercado [...] a industrialização e o desenvolvimento das comunicações (que) deram origem a novos grupos sociais, ainda mais inseguros quanto às suas posições e interesses sociais [...] A autoridade política tradicional (que) se desgastou e desmoronou [...] fizeram ascender a revolta e protagonismo rural. Ao saírem de sua posição estática,

¹⁷¹ MARTINS, José de Sousa. **Campeinato e política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 66-69.

¹⁷² GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 17.

adotaram novas soluções para tentar sobreviver ao sistema, que se tornou incompatível à manutenção de uma estrutura social equalizadora.¹⁷³

Sob uma perspectiva de mudanças, os MS da contemporaneidade asseveraram sua importância no cenário nacional e mundial, provocando impactos na sociedade. Neste sentido, traremos para o debate, uma leitura sobre nosso objeto de estudo, que compõe o cenário dos movimentos rurais da atualidade.

2.3 Movimento de Mulheres Camponesas: uma leitura atual de uma história sem rascunho

Há um movimento no país/Que não se pode acabar Luta em defesa da vida/Não cansa de sempre lutar Estar sempre alerta/Para o opressor derrotar.¹⁷⁴
Mulheres Camponesas, setembro de 2007.

Nas considerações expostas anteriormente, sobre os múltiplos processos histórico-sociais de conflitos do meio rural, tivemos como elemento fundamental deste cenário, a terra. Apresentada como objeto de aspiração de diferentes atores das esferas sociais, nos remetemos a uma leitura de conhecimento e reconhecimento dos distintos movimentos rurais que a buscaram. Mas, essa leitura vai além de sua conquista e manutenção. Temos, em suas entrelinhas, sujeitos, atores, atrizes e protagonistas que, além de sua posse, almejavam viver e sobreviver dela; nela serem reconhecidos e respeitados. Para esta conquista, muitos escrevem sua própria história.

Nestas entrelinhas, encontra-se o Movimento de Mulheres Camponesas do RS. Um movimento social do campo que, não propriamente lutando pelo direito a terra, mas, pelo direito de viver sobre ela com dignidade, respeito, cidadania e liberdade, e de exercer sua promoção social, econômica e política, vem escrevendo sua história, na contemporaneidade.

O Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul reúne mulheres trabalhadoras rurais oriundas de diversos movimentos sociais, como do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, da Via Campesina; das pastorais sociais, da igreja, de clube de mães e está organizado em mais de quinhentos grupos de base, em 14 regiões - Litorânea, Pelotas, Vale do Rio Pardo, Santa Maria, Missões I, Missões II, Celeiro, Planalto, Palmeiras das Missões, Serra, Alto Uruguai, Altos da Serra, Cruz Alta, Vale do

¹⁷³ WOLF, Eric R. Revoluções sociais no campo. In: SZMRECSÁNYI. Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Nacional, 1972. p. 126.

¹⁷⁴ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/poesias/100108_movimento.html>. Acesso em: 22 out. 2010.

Botucaraí, envolvendo aproximadamente cem municípios no estado, atingindo indiretamente em torno de quarenta mil pessoas.¹⁷⁵

As mulheres que hoje compõem o MMC/RS são, na maioria, oriundas de outros movimentos sociais, ou são apenas trabalhadoras rurais que, diante das adversidades da vida rural, da falta de contemplação civil e social, reuniram suas forças, e desafiaram sua condição subalterna de vida.

As mulheres camponesas, que inicialmente compuseram este Movimento, eram originárias de distintas organizações que perpassavam desde o espaço da casa, onde participavam da reprodução familiar e de algumas poucas ações da comunidade; ou de clubes de mães, ligados à Igreja e, algumas, eram ligadas a sindicatos ou Comunidades Eclesiais de Base, também vinculadas à Igreja, e sob a influência da Teologia da Libertação.¹⁷⁶

Ao norte do Rio Grande do Sul, sob forte influência do MMC/SC¹⁷⁷, o Movimento teve início e se fortaleceu. O cotidiano dessas mulheres do meio rural se dava no mesmo contexto que em outros espaços agrários do Brasil: a mulher na lida da casa, dos campos, do cuidado da família, da criação e nas suas horas de folga, na participação da igreja, na ajuda à comunidade e aos familiares. Assim, elas viviam em um espaço fechado, chamado de interior.

Mas, algumas não se contentaram e foram além dele, passando a ocupar lugares de presença em sindicatos e ou entidades com esta formatação, começando por suas comunidades rurais.

Em meados da década de 1980, as mulheres camponesas subdividiram-se, basicamente, no RS em três formas distintas de organização: aquelas que [...] participavam na reprodução familiar [...] as mulheres que participavam de alguma instituição assistencialista ou religiosa, [...] um terceiro grupo que, sob a coordenação de certas instituições, como sindicatos combatidos e CEB's, percebiam que era necessária outra leitura da realidade, a qual deveria incluir a participação efetiva das mulheres. É a partir deste último grupo que começam as organizações das mulheres do campo, especialmente na região Sul do Brasil.¹⁷⁸

Os espaços dessas instituições formais foram essenciais para uma mudança de concepção de vida de muitas dessas camponesas que, mesmo conhecedoras de suas muitas limitações e

¹⁷⁵ DARON, Vanderléia Laodete Pulga. **Educação, cultura popular e saúde**: experiências de mulheres trabalhadoras rurais, Brasil. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2003. p. 60.

¹⁷⁶ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 94.

¹⁷⁷ O MMC/SC surgiu no Oeste Catarinense (1983), denominado de MMA. Sua trajetória, nestes 26 anos, foi estímulo para outros movimentos de mulheres rurais, como o MMC/RS. Após 2004, também passou a se chamar MMC/SC. (N.A.)

¹⁷⁸ CONTE; MARTINS; DARON, op. cit., 2009. p. 94.

sabendo que o caminho não seria fácil, começaram a se organizar.

Conhecendo o perfil e origem de algumas mulheres do MMC/RS

Lucis, Anas, Marias, Terezas, Rosanas... todas provenientes de espaços rurais diversos (do interior do Estado), trouxeram para o movimento, características próprias das mulheres do campo, e fomentaram um grupo evidenciado pela heterogeneidade étnica, cultural, de idade e de origem. Algumas de descendência alemã, italiana; outras, quilombolas, negras e mestiças... Algumas, com pouca educação formal; porque não tiveram oportunidades ou acesso às escolas; outras, com graduação, pós-graduação, professoras, estudantes e profissionais. Enfim, todas potencializam e empoderam o Movimento, através da troca produtiva de saberes. (Como exemplo, trago neste estudo, vários artigos e textos que foram produzidos por algumas militantes camponesas.)

As primeiras mulheres a se reunir eram, na sua maioria, jovens, porém, muitas já casadas e com famílias constituídas. Trabalhadoras no campo desde crianças, onde ajudavam seus pais no plantio da roça, quase totalidade delas não teve oportunidade ou acesso ao estudo, além das séries iniciais. Mulheres tinham que ficar em casa, cuidar dos afazeres domésticos, da criação e dos irmãos mais novos. O estudo mais avançado era prioridade dos homens, pois, para ter acesso a ele, quase sempre, tinham que se mudar para a cidade.

O MMC nasceu como movimento autônomo, com atuação específica junto às mulheres da roça. [...] Pesquisa realizada pelo MMC (2004) na região Missões I, no Rio Grande do Sul, mostrou que 80% das mulheres pesquisadas, militantes do MMC, possuíam somente até cinco anos de escolarização. Destas, 92% tiveram de deixar de estudar porque precisavam trabalhar para contribuir no sustento da família.¹⁷⁹

Algumas integrantes do MMC/RS vieram de outros movimentos sociais agrários, como o MST, onde, embora presentes em suas reuniões, não compartilhavam das decisões ou podiam dar sugestões sobre alguma atividade ou ação, devido ao pensamento dominante e masculino do movimento.

Eu fui assentada e continuei minha militância dentro dos assentamentos, mas sempre, pelo processo do acampamento, eu era a única mulher que participava da direção do acampamento. Por que nós vemos que hoje, hoje não, naquele tempo, se hoje o machismo é muito grande, naquele tempo era muito maior. E, aí, foi assim um desafio muito grande para a gente estar na direção do acampamento. Então

¹⁷⁹ CONTE, Isaura Isabel. Mulheres na luta: o feminino camponês. In: **Le Monde diplomatique Brasil.**, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=78&PHPSESSID=2992_afb2cd65c8594faad_2ff286459fc>. Acesso em 11 dez. 2010.

*eu fui me dando conta e, aí, no momento em que fomos assentados, já começou esse processo, o processo da criação do movimento de mulheres.*¹⁸⁰

Através desta fala, fica perceptível que, mesmo quando elas se tornavam lideranças em MS mistos, o espaço para as demandas femininas não surgia, ficando sua participação restrita às demandas políticas e não às questões específicas de gênero. Este tipo de isolamento da mulher do poder participativo, no interior do MS do campo, contribuiu para a busca de um movimento autônomo e feminino.

Autônomo, formado e dirigido por mulheres camponesas do interior do estado do Rio Grande do Sul, o MMC/RS está enraizado nas comunidades rurais, através de grupos de mulheres que desenvolvem processos formativos e de lutas por direitos, implantando experiências inovadoras e enfrentando questões relacionadas ao capitalismo e a cultura histórica patriarcal.

A busca pela autonomia e a conquista de espaços estava além do fato de serem mulheres e camponesas. A necessidade de se reunirem apenas entre mulheres, estava na possibilidade de transformar seus descontentamentos pessoais e cotidianos em concepções de mundo e de libertação, de forma coletiva e compartilhada. Para essas camponesas, esses elementos colaboraram com o processo de superação a todas as formas de opressão, exploração, discriminação e violência.¹⁸¹

Quanto ao número exato de participantes do MMC/RS, principalmente no início de sua constituição, não se pode precisar, por se tratar de um Movimento aberto a todas as mulheres do mundo rural. Podemos ter uma noção de quantas são as participantes, através de seus eventos de lutas e reivindicações sociais, os quais costumam agrupar inúmeras delas, quando se põem em marcha.

*O MMC da região próxima a Santa Maria reuniu aproximadamente 600 mulheres camponesas para um dia de estudo e celebração. O encontro aconteceu no município de Ivorá. Na região Litorânea, as mulheres camponesas realizaram encontro regional no dia 6 para debate sobre políticas públicas e realizam audiências em todos os municípios pautando os temas do Código Florestal e do combate à violência.*¹⁸²

Cerca de 800 mulheres do campo e da cidade também realizam manifestação no município de Palmeira das Missões. Na cidade, as mulheres bloqueiam a rodovia RS569, entre Palmeira das Missões e Novo Barreiro, em frente ao acampamento de Sem Terra. Elas protestam contra a lentidão do processo de Reforma Agrária no país. Depois disso, as trabalhadoras realizam uma marcha no

¹⁸⁰ Luci Rodrigues, conhecida como “Chica”, militante do MMC/RS. Entrevista concedida no mês de agosto de 2010, na cidade de Passo Fundo/RS.

¹⁸¹ DARON. Vanderléia L. P. A dimensão educativa da luta por saúde no movimento de mulheres camponesas e os desafios político-pedagógicos para a educação popular em saúde. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 29, n. 79, p. 387-399, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

¹⁸² MMC mobiliza trabalhadoras do campo em todo o país. 9 mar. 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticias/090310_mmc.html>. Acesso em: 11 dez. 2010.

centro de Palmeira das Missões para reivindicar o combate a violência contra a mulher. Os portões de entrada da empresa Solae em Esteio (RS), região metropolitana de Porto Alegre (RS), também foi ocupado por cerca de 800 mulheres. Com esta ação, as trabalhadoras querem chamar atenção para o tipo de alimentos que o agronegócio produz.¹⁸³

O MMC/RS, atualmente, está sob um processo de reorganização interna, adequando suas bases, para dar continuidade aos processos de lutas e melhor atender suas demandas locais específicas.

Nós, num primeiro momento, nos organizávamos num grupo de base de onde saíam todas as discussões e os encaminhamentos para os conjuntos do movimento. Depois, começamos a perceber que existiam mulheres que simpatizavam com a luta, mas que não necessariamente, faziam parte de um grupo. Essa diversidade também existe no meu município, tanto que, na minha comunidade temos as simpatizantes; as militantes, mas que não participam da organização e as que se articulam num grupo de base.¹⁸⁴

Os grupos de base são os responsáveis pelas agendas e linhas de ação do Movimento, que são discutidas em Assembleias, com as coordenações municipais e estadual do MMC/RS. Assim, parte da coordenação que gesta o movimento no Estado, o mantém articulado com outros movimentos sociais, independente de suas especificidades.¹⁸⁵

Entre vários fatores que levaram essas mulheres a se unirem, o preponderante e tema central de seus debates, está relacionado às questões de gênero. Para elas, embora muito se tenha debatido e avançado, ainda existem mulheres que, por não terem ainda conquistado sua autonomia, ainda não conseguiram participar integralmente das atividades ou lutas promovidas pelo movimento.

Ainda não dividimos nossas tarefas domésticas, ainda temos que, para sair de casa, deixar a comida pronta para o outro dia, deixar nossa mãe, nossa avó ou uma tia para tomar conta de casa, do filho, das pessoas idosas e até mesmo do companheiro.¹⁸⁶

Ainda tem muita coisa. Elas precisam se libertar. Elas ficam ainda muito presas. Lá na base, quanto formos organizar as mulheres para vir aqui, tinha umas vinte ou trinta. Mas, quando chegou a hora de vir, tinha um número bem menor, por causa, ainda, do compromisso que elas acham que é em primeiro lugar: a casa; e não vieram. Ainda precisa muito trabalhar esta questão de gênero.¹⁸⁷

¹⁸³ JORNADA de luta contra o agronegócio e contra a violência: por reforma agrária e soberania alimentar. **Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas**, n. 35, 2010. <<http://www.mst.org.br/book/export/html/9188>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

¹⁸⁴ Elisiane de Fátima Jahn, 27 anos, Educadora, militante há sete anos, coordenadora do MMC/RS no município de Palmeira das Missões/RS e representante na Nacional do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

¹⁸⁵ APÊNDICE A.

¹⁸⁶ Rosana Tenroller, coordenadora de base e militante do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS.

¹⁸⁷ Neli Maria Otfínowski, coordenadora de base e militante do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS.

Através dessas falas, percebe-se que, para elas, a libertação das mulheres do estigma da subalteridade, embora possível, ainda está longe de acontecer. Mas, isto não se configura em um obstáculo, para impedir a luta cotidiana contra este tipo de opressão.

Ao resgatar o perfil e a origem de algumas dessas atrizes, através de seus depoimentos, percebemos suas perspectivas e anseios de fazerem parte desta história.

Eu sou Luci Rodrigues. Sou natural de Ibirubá/RS, onde nasci e me criei. Sou filha de camponeses. Em minha família, nós somos em oito irmãos. Meus pais foram desalojados por uma barragem, a barragem do Passo Real, e foram assentados na fazenda Ibaiba, dentro do município de Ibirubá. Na época de 1970. Eu, nesta época, tinha 13 anos, éramos ainda todos solteiros e eu sou a quarta filha dos oito irmãos [...] A gente participava das Pastorais. E eu sempre fiz parte da Pastoral da Terra na minha comunidade. [...] E, neste meio tempo, também surgiu o MST, que já conhecíamos pelo acampamento da Encruzilhada Natalino, que era um processo de luta pela terra. [...] eu, sempre participei como liderança dentro do acampamento. [...] eu era a única mulher que participava da direção do acampamento. [...] As mulheres têm que estar juntos nos movimentos e nas lutas conjuntas. [...] eu não participava diretamente do Movimento (MMC), mas eu tinha essa relação com o movimento [...] Eu casei dentro do acampamento, depois meu companheiro foi estudar e ficamos muito tempo fora do acampamento. E, quando eu voltei, eu voltei novamente para as lutas sociais. E, agora, com uma opção realmente, pela luta das mulheres. Como eu já tinha essa ligação com o Movimento, comecei a atuar por entender essa dificuldade toda que vivi, e que vivo, e a minha família vive, minhas irmãs vivem, minha mãe, viveu.¹⁸⁸

Percebe-se, nesta fala, a consciência da mulher camponesa sobre a importância subjetiva da presença feminina nas frentes de luta dos movimentos sociais, como sendo um espaço que também tem que ser pensado e protagonizado por elas.

Sou Ancila Ferrari, conhecida por Cila, da cidade de Passo Fundo. A gente faz um pouco de tudo. Tira o leite, arruma a casa, cuida dos filhos, do pátio, da horta, na comunidade tem sempre alguma coisa para se fazer. Ainda participa do movimento e participa como hoje estamos aqui. Em nosso município, o MMC/RS começou em 1984. Só não participei da primeira reunião porque me atrasei. Eu entrei na luta porque minha sogra estava muito mal, doente e estava gastando o dinheirinho dela das produções, porque só o marido era aposentado e ganhava aquele meio salário. E eu me perguntava: ela, que trabalhou mais que ele, não tem direito de se aposentar? Isso me doía e comigo eu pensava: um dia eu vou lutar pelas mulheres e quero estar de frente neste movimento. E comecei. Estou até hoje. A caminhada foi dura, porque eu me lembro da primeira reunião que fizemos em Passo Fundo um deputado que ficou sabendo nos chamou de agitadoras e fez uma reportagem no jornal local. A reportagem local me chamou para o jornal, para eu falar. Eu nem sabia o porquê. Era tanta coisa, tanta coisa que, ela (a jornalista) esperava outra pessoa “eu estou aqui esperando uma mulher que vem dar entrevista” e eu lá, de chinelo, fui lá. Disse a ela “sou eu quem vai falar” e ela ficou toda sem jeito. Quando eu terminei a entrevista ela falou “eu nunca mais vou duvidar de uma pessoa pela aparência”. E desde aquela vez eu não parei.¹⁸⁹

A conquista por estes espaços de protagonismo era, para elas, emergente e necessária. A luta pela ampliação dos direitos previdenciários rurais foi puxada, inicialmente, pelas

¹⁸⁸ Luci Rodrigues, conhecida como “Chica”, militante do MMC/RS. Entrevista concedida no mês de agosto de 2010, na cidade de Passo Fundo/RS.

¹⁸⁹ Ancila Ferrari (Cila), 47 anos, moradora de Passo Fundo/RS, militante do MMC desde 1984. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS.

mulheres. Mas, a exclusão do mundo do trabalho, através da cobertura social, não era a única luta a ser enfrentada. O estereótipo sobre a imagem do camponês e da camponesa é clara.

Eu sou Elisiane de Fátima Jahn, moro em Novo Barrero, região noroeste do estado do RS, tenho 27 anos e tenho dois filhos, Henrique Eduardo de quatro anos e Emile Emanuele de oito anos. Moro em uma comunidade rural, Novo Progresso, sempre morei ali, desde que nasci. Estudei até a quarta série e depois fui para o meio urbano para continuar estudando. Conheci, lá, o movimento de mulheres através da participação de um curso que o MMC/RS tinha vaga e eu fui indicada pela minha mãe que já participava juntamente com meu pai, que também participava de uma organização social. Ai, então meu nome foi indicado para o curso. A partir deste momento, comecei a conhecer realmente quem era, o que era e o que realmente fazia o MMC/RS. Fui conhecendo e me somando a luta porque percebi que muitas coisas relativas às mulheres não aconteciam na prática, não eram efetivadas. Além de me simpatizar, me senti parte desta história. Faz sete anos que faço parte desta organização. Tenho como tarefa no movimento, a formação e, mais especificamente, a comunicação.¹⁹⁰

A percepção de que elas mesmas poderiam escrever sua história e fazer construir seus espaços, foi, para a grande maioria dessas camponesas, a passo inicial para a libertação feminina e busca de novos conhecimentos.

Sou Carmen Lorenzoni, tenho 61 anos, sou solteira. Fiz os primeiros contatos com as mulheres para articular e organizar na base desde as primeiras raízes do movimento. Por volta dos anos de 1980, iniciei as bases do MMC/RS no trabalho junto às mulheres trabalhadoras rurais. Eu era agente de Pastoral e me identificava muito com a realidade dura das mulheres e queria fazer um trabalho de libertação junto a elas. Eu me sinto parte constitutiva do movimento por estar trabalhando nele desde as suas raízes. Meu sentido de pertença é total. No início, eu trouxe minha vontade e disposição de trabalhar; minha formação acadêmica, para investir no trabalho; e minha experiência de camponesa vivida junto a minha família. Depois, a contribuição com as diversas formas de formação: articulação, organização, construção e acompanhamento do processo. [...] No decorrer de minha inserção nesse processo fui desafiada a estudar, aperfeiçoar, especializar, etc., para poder responder as exigências que no passo a passo da caminhada o movimento vinha levantando.¹⁹¹

Sob uma constituição que se deu pela união multicultural e multissocial de diversas mulheres camponesas, essa miscelânea de origens, idades e ideologias, que ora poderia ser considerada complexa para a consolidação do Movimento, não se comportou assim. Ao contrário, se tornou elemento firmador, visto que, no bojo de sua constituição, o Movimento sempre foi considerado, por elas, como um espaço aglutinador de milhares de vozes femininas ocultadas e silenciadas na sociedade.¹⁹²

Assim, sem esconder seus nomes e sem medo de expor seus pensamentos e ideologias, essas mulheres foram escrevendo sua história sem rascunho, e demarcando seus passos ao longo

¹⁹⁰ Elisiane de Fátima Jahn, 27 anos, Educadora, militante há sete anos, coordena o município de Palmeira das Missões/RS, é representante na Nacional do MMC/RS. Entrevista feita na cidade de Porto Alegre-RS, no dia 22 de setembro de 2009.

¹⁹¹ Carmen Lorenzoni, 61 anos, militante do MMC desde 1980, hoje é coordenadora de projetos do MMC/RS, na cidade de Passo Fundo/RS. (Questionário aplicado em agosto de 2010).

¹⁹² DARON, Vanderléia Laodete Pulga. **Educação, cultura popular e saúde**: experiências de mulheres trabalhadoras rurais, Brasil. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2003. p. 66.

desses vinte anos. (Este percurso será contato em capítulo específico).

2.3.1 O MMC/RS e sua articulação com outros Movimentos Sociais

Embora seja um movimento autônomo e específico, várias articulações do MMC/RS são promovidas conjuntamente a outros movimentos, que compartilham suas ideologias. Assim, ele estabelece relações democráticas com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Com a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o MMC estabelece relações de formação e estudos políticos.

Sei quanto é importante [as lutas] para as mulheres sem terra e o quanto tem sido importante o MMC/RS (na articulação) ao longo destes 20 anos de luta que vocês comemoram este ano. Porque as mulheres sempre estiveram presentes na luta pela terra e na luta pela reforma agrária. Mas, foi com o estímulo e com a importância da situação que as mulheres trouxeram e que nos organizamos também no MST, através do setor de gênero.¹⁹³

Eu quero dizer que a PJR tem sua história desde 1983 e tem construído muito junto com as mulheres camponesas. Nós, jovens rurais, sabemos o quanto é importante que as jovens e os jovens do campo se organizem no campo. A roça precisa das mulheres e as mulheres são muito importantes [...] Então a PJR se engancha na luta com o MMC nestes 20 anos de história e que vamos construir muito mais. A luta começa e não pára.¹⁹⁴

Com a Via Campesina, numa relação imediata de atividades e demandas sociais, ambos debatem questões, como “a preservação da natureza com a produção de alimentos saudáveis, entendido como um compromisso de todas as pessoas do campo e da cidade”. Há, neste perfil, uma identificação de forças coletivas, que proporcionaram diversas ações conjuntas ao longo dos anos.

Mas, mais importante que isto [estudo de gênero] ainda, é a realização, através da Via Campesina, que tem dado qualidade a nossa formação, nossa organização e luta, para melhorar as condições de vida da nossa comunidade, visando transformar a sociedade. [...] com a articulação com a Via Campesina nós temos muitas expectativas no MMC/RS, neste desafio de espalhar teoria feminista. Vocês têm contribuído muito conosco e queremos, com certeza, caminharmos juntas e professar muitas lutas no próximo período. Porque, na articulação e na luta, é que vamos conseguir avançar e mudar a sociedade, que é o que precisamos.¹⁹⁵

¹⁹³ Ana Rodrigues, militante do MMC/RS desde 1990. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS.

¹⁹⁴ Luzimar, da PJR do interior do RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS.

Embora tragam pautas, limitações conjunturais e formas metodológicas específicas, estes grupos organizados se articulam em muitos momentos, para tentarem despertar a consciência social - as classes subalternas se articulam para construir subjetividades, que darão condições de superação dos processos opressores, que as impedem de emancipar-se.¹⁹⁶

É fundamental, pois a troca é sempre enriquecedora, a articulação vai somando e articulando forças, o crescimento do nível de consciência e formativo via agregando o empoderamento, e construindo saberes que vão se tornando partilhados, avaliados, e somados, acumulando forças.¹⁹⁷

Quando realizam mobilizações conjuntas, trazem para o debate alguns elementos comuns de luta, como o resgate de dívidas sociais do Estado e da sociedade, que reafirmam a necessidade de mudanças estruturais no processo de democratização social; bem como na socialização dos bens da natureza, da preservação e manutenção do meio, além de sua legitimação. Suas diferenças ideológicas e as lutas específicas não são elementos que impeçam sua luta conjunta e solidária.

Essas experiências conjuntas demonstram que os MS têm passado por transformações históricas relevantes neste último. E, de forma genérica, eles têm se utilizado de recursos heurísticos para entendimento entre os velhos e novos MS que, através da valoração intersubjetiva, têm possibilitado a articulação entre eles.¹⁹⁸

Via Campesina, uma breve leitura

Constituída como uma organização mundial, a Via Campesina reúne camponeses, pequenos produtores rurais – mulheres, indígenas e trabalhadores agrícolas, num movimento autônomo e multicultural, estando presente em 69 países da Ásia, África, Europa e continente Americano. Dentro de um pensamento solidário, de justiça social e conquista pela terra, a VC, no Brasil, também agencia um modelo de agricultura familiar¹⁹⁹, preocupado com a sustentabilidade do meio, com os recursos naturais e a preservação da cultura e tradições locais daqueles que vivem da e na terra.²⁰⁰

¹⁹⁵ Ana Rodrigues, militante do MMC/RS desde 1990. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS.

¹⁹⁶ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p. 09.

¹⁹⁷ Carmen Lorenzoni, 61 anos, militante do MMC (1980), é coordenadora de projetos do MMC/RS, na cidade de Passo Fundo/RS. (Questionário aplicado em agosto de 2010).

¹⁹⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 103. (Estudos brasileiros 1).

¹⁹⁹ “A expressão “agricultura familiar” é de uso recente no vocabulário científico, governamental e das políticas públicas, no Brasil. Os termos empregados até alguns 10 anos atrás – pequena produção, produção de baixa renda, de subsistência, agricultura não-comercial – revelavam o tratamento dado a esse segmento social e o seu destino presumível: era encarado como importante socialmente, mas de expressão econômica marginal, e seu futuro já estava selado pelo próprio rumo do desenvolvimento capitalista, que acabaria fatalmente por suprimir tais reminiscências do passado.” ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005. p. 52.

²⁰⁰ NIEMEYER, Carolina Burle de. Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. In: SEMINÁRIO NACIONAL: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007, p. 164.

Formada por uma rede transnacional de movimentos sociais (1992), a VC se constitui em um dos movimentos sociais mais atuantes na atualidade, reunindo camponeses e pequenos agricultores, nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, inclusive o Brasil.

Sua motivação pela luta contra a globalização e, mais especificamente, contra a crise agrícola dos anos 1970-1980, que favoreceu a concentração da produção e de recursos agrícolas nas mãos das grandes organizações rurais, fez com que esses atores sociais interagissem para novos desafios e oportunidades. As boas relações entre as organizações que a compõe (1980), promoveram processos ligados à proteção da natureza contra a economia globalizada e neoliberal, na Europa, América do Norte e América Latina.

Refletindo sobre a “razão de ser” da Via Campesina, as lideranças camponesas teriam concluído que esta seria a oportunidade para a criação de um movimento social liderado e conduzido por camponeses e pequenos agricultores, através do qual pudessem falar por si mesmos, sem a intermediação de ONGs ou outros atores.²⁰¹

Os anos de 1992 e 1994 foram dedicados à consolidação da VC como um movimento internacional das lutas camponesas. No ano de 2004, esse movimento em Rede iniciou sua inserção mais efetiva com os movimentos sociais rurais no Brasil, através da realização de uma Conferência na cidade de Itací, Estado de Minas Gerais, com a proposta de unir os agricultores de países desenvolvidos e em desenvolvimento em uma proposta comum: criar laços de cooperação e solidariedade entre esses países.

Entre os anos de 2004 e 2006, inúmeras organizações se filiaram à VC, no sudeste e leste da Ásia, na África, com propostas antiglobalizantes. Pode-se considerar a Via Campesina como parte dos chamados novos movimentos sociais contra a globalização, que seria o “fruto e motor para mudanças nas esferas de identidade e conhecimento”²⁰², elementos que alteraram o padrão de relacionamento e troca entre os atores privilegiados (elites) e desprivilegiados (camponeses, pequenos produtores) da sociedade.

A identificação deste traço ajuda a explicar as parcerias estabelecidas entre a Via Campesina e movimentos sociais de ambientalistas e grupos de consumidores, além de outros, não diretamente interessados na questão camponesa.²⁰³

Sua reunião com outros movimentos possibilitou inúmeras articulações, em variados

²⁰¹ NIEMEYER, Carolina Burle de. Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. In: SEMINÁRIO NACIONAL: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007, p 164.

²⁰² *Ibid.*, p. 169.

²⁰³ *Ibid.*, p. 175.

espaços com diferentes perspectivas econômicas, políticas e socioculturais, gerando grande visibilidade no cenário internacional. Em algumas dessas articulações, contou com a colaboração do MMC/RS.

Neste sentido, VC e MMC/RS parecem caminhar na direção de se afirmarem pela práxis que realizam, estão se tornando em um componente fundamental de luta pela construção de outro desenvolvimento social do campo, sob um novo Projeto de Nação²⁰⁴.

2.3.2 O MMC/RS no cenário do século XXI

Compreender o Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul, neste momento contemporâneo, implica trazer algumas questões específicas, que foram inseridas por essas mulheres, no debate com a sociedade: o agronegócio e a degradação ambiental. Para elas, essas questões esbarram em um problema central do MMC/RS: as elites reacionárias, parte integrante de uma sociedade, cuja ideologia hegemônica naturalizou as injustiças sociais, o que, conseqüentemente, levou a uma fácil aceitação, ou negação, do cenário.²⁰⁵

Na conjuntura política e social da atualidade, os movimentos sociais do campo se compreendem sob um tempo de repressão, onde perpassam por enfrentamentos e desafios frente ao Estado, à sociedade e às empresas, principalmente às direcionadas à exploração do setor rural. Com relação ao Estado, os conflitos estariam ligados a três planos: ao plano das políticas públicas, que dizem respeito à ampliação de direitos sociais, como a melhoria na saúde (estendida às especificidades da saúde da mulher do campo) e à Educação do Campo,²⁰⁶ ainda não efetivada plenamente; ao plano de políticas econômicas, como a ampliação de recursos para o campo; ao plano ecológico, que se pauta numa agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

*[...] O MMC é a ferramenta para luta continuar no campo, a luta das mulheres. E nossos grandes desafios para os próximos anos é construir um projeto de agricultura camponesa que venha a se opor a este modelo de agricultura que está aí, que mata, mata pelo seu jeito de ser. Porque se usam venenos que destroem a natureza e estão destruindo a vida das pessoas. Por isso é urgente esse novo projeto de agricultura. E que somos nós que vamos construir.*²⁰⁷

²⁰⁴ PALUDO, Conceição. Movimento de mulheres camponesas: há muito para aprender com elas! In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 8-15.

²⁰⁵ Conceição Paludo, Educadora Popular e colaboradora do MMC/RS desde 1980. Entrevista concedida no mês de setembro de 2010, na cidade de Porto Alegre/RS.

²⁰⁶ EDUCAÇÃO de qualidade para a população do campo. 4 nov. 2010. **Blog do Planalto** Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/educacao-de-qualidade-para-a-populacao-do-campo/>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

²⁰⁷ Lurdes, 55 anos, militante e uma das fundadoras do MMTR/RS (1989), moradora de Cruz Alta/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

Procurando realizar mudanças que venham a beneficiar não somente os sujeitos do campo, o MMC/RS propõe: “reconstruir uma sociedade fundada em valores como a vida, o respeito, a participação efetiva, a promoção à saúde e com políticas sociais e econômicas que viabilizem a garantia dos direitos fundamentais das pessoas para todos (alimentação, proteção, abrigo, saúde, educação, terra, trabalho, lazer...)”.²⁰⁸ Essa essência societária que procuram é desafiadora, pois, no entendimento dessas camponesas, “construir relações humanas a partir de uma visão ampla e íntegra de vida”²⁰⁹, em uma sociedade marcada pela subvalorização do homem, não é tarefa fácil.

O enfrentamento ao capital, mais especificamente, contra as empresas capitalistas internacionais, que se instalaram no cenário brasileiro, é outro grande desafio para o MMC/RS. Através de inúmeros debates realizados sobre a questão das monoculturas, que estão sendo inseridas pelas grandes empresas no território nacional, elas procuram revelar à sociedade um outro olhar, encoberto, segundo elas, por um novo processo de recolonização que estamos vivendo. “A terra, as águas, as sementes, o ar, as matas e as pessoas passaram a ser, mais do que nunca, mercadorias a serem exploradas [...] (e) com a conivência da maioria dos governos, transformaram a agricultura num negócio, no agronegócio, e se apodera das riquezas naturais e, conseqüentemente (sic), de territórios”.²¹⁰

No ano de 2006, coincidindo com a realização da II Conferência Internacional da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, as mulheres camponesas tornaram pública a indignação contra o deserto verde implantado pelas empresas transnacionais. [...] A luta foi à explicitação e ao desvelamento da desgraça causada pelos monocultivos de eucalipto, pinos e acácia em várias regiões do País e também no RS, incentivada, inclusive, pelo Estado.²¹¹

Ao ampliar sua leitura crítica sobre as graves consequências relativas à poluição, degradação ambiental e agravo à saúde no campo, trazida pelo uso dos agrotóxicos, fruto da exploração e acumulação do capital, elas reconstruíram sua utopia e idealizaram uma nova forma de produzir a vida, no campo. Para elas, esse processo de exploração transforma o monocultivo em uma monocultura, que “acaba inferindo tanto na vida das pessoas e do ambiente, que altera a

²⁰⁸ DARON, Vanderléia Laodete Pulga. **Educação, cultura popular e saúde**: experiências de mulheres trabalhadoras rurais, Brasil. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2003. p. 93.

²⁰⁹ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 128.

²¹⁰ CARLOS, Daiane dos Santos. CONTE, Isaura Isabel. Oito de março de 2006: em defesa da vida, mais um marco na luta das mulheres camponesas. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 133.

²¹¹ CARLOS, Daiane dos Santos. CONTE, Isaura Isabel. Oito de março de 2006: em defesa da vida, mais um marco na luta das mulheres camponesas. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 135.

própria cultura dos povos”.

A reconstrução dessa utopia, que se encontra amortecida e contida neste cenário, perpassar pela superação da homogeneização entre os diversos MS da atualidade; e pela sua inserção na sociedade civil como um todo. Precisariam, movimentos e sociedade, repensar os valores tradicionais ligados ao paternalismo do Estado; para, por fim, superar a distância entre o discurso ideológico e a prática efetiva.²¹²

Neste sentido, as mulheres do MMC/RS vêm discutindo sua participação como responsáveis pela elaboração de um novo modelo de agricultura, através de mobilizações no Estado do Rio Grande do Sul e em vários outros pelo país. Com a realização de marchas e promoção de campanhas, elas visam assegurar as condições de plantio e sobrevivência no campo, como forma de garantir a produção de alimentos saudáveis e sem o uso de agrotóxicos.

Além da superação destes entraves, na concepção do MMC/RS, os MS estão, também, vivenciando um processo de correlação de forças com organismos sociais e políticos. No início desse novo milênio, os MS se posicionam contra o processo de institucionalização, fomentado pelo Estado, com o intento de mudar radicalmente a identidade política destes grupos. Através da forma de oferecimento de políticas públicas, que alteraram o sentido e o formato de suas mobilizações, o Estado jugulou os MS a um período de refluxo.

Este refluxo, que perpassa pelo campo democrático popular, acabou sucumbindo à proposição e as perspectivas de um projeto de social democracia. Devido às pressões originárias dos organismos superiores do Estado, das elites ruralistas e da mídia, como forma de conservar seus privilégios seculares sobre as esferas políticas e econômicas, os MS sofreram retaliações de uma parte da sociedade, que desconhecia a realidade (im)posta ou, que se beneficiou desta ação.

Falando sobre o cenário atual, trago a criminalização dos movimentos sociais, que vem sendo feita principalmente pela mídia e, na verdade, não só pela mídia. Os Órgãos da Justiça, que se dizem da Justiça, começando aqui pelo RS, pelo fato de o RS se despontar como um dos berços dos MS, e, talvez seja por aqui que eles tenham que terminar com os MS. Em um relatório emitido pela PF do RS e pelo Governo, está bem claro, quanto eles dizem isso: que eles têm que acabar com os MS, que eles não podem mais existir. [...] E os MS pautam por outras coisas. Eles querem uma mudança realmente na sociedade. Não basta este “Bem Estar”, que penso que nem isto se tenha. E a Direita sabe disto. Ela sabe, também, que quem fomenta esta luta são os movimentos. Não estamos satisfeitos com as políticas públicas que estão implementadas, pois, não resolvem o problema da sociedade. Os trabalhadores continuam sendo explorados, continua existindo “Sem-terra”, continua um monte de coisas: as mulheres exploradas, muitos trabalhadores urbanos desempregados. Então, isso não satisfaz os MS. E são eles quem puxam a luta, a luta de classes realmente. E que a Direita sabe disso. [...] Quem, na visão deles, que pode causar maiores problemas, somos nós. Os movimentos de mulheres vêm sofrendo uma perseguição muito grande. Não estamos mais conseguindo trabalhar. [...] e a cada 8 de março que se aproxima, é uma vigilância que se tem. A PF não tem nem mais vergonha de nos seguir, ‘nos pé dois’, que chamamos. Nossos telefones são grampeados. Então, quando eles suspeitam que vamos nos mobilizar, estamos sempre sendo seguidas, gente vigiando. É um jeito que eles têm de acabar com os

²¹² SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 60-62. (Estudos brasileiros 1).

movimentos. Eles ainda acham que somos os que podem, assim dizer, puxarmos uma mudança estrutural. E isso é muito sério. Isso não é só daqui. Sabemos que há uma ligação com os EUA, alguns lugares da Europa. Os MS têm que ir se acabando, como os da Europa, que hoje, começam a abrir os olhos e vendo que a vida deles também não está fácil. Estão sentido o que são os problemas. Ai a repressão vem de fato. Isto é provado, por documento do MP, que o objetivo deles é acabar com os MS. Essa perseguição é muito forte. [...] E o capital tem influência nisso. Nós sabemos que a perseguição mais forte mesmo veio depois de 2006. É uma questão política e econômica. [...] É uma junção de Governo/Justiça/capital e a própria sociedade, que desconhece o fato, porque não vive o problema. [...] A sociedade não tem a capacidade de analisar isto, e entender. Então, é mais fácil culpar o MST que ocupa uma área, do que ver o que está por traz daquelas terras. Por que aquela área não produz? Por que tem tanta gente sem terra? Alguém (latifúndio) se apropriou daquelas terras, que foram doadas pelo governo. O MST, quando ocupa uma área, é bandido. E a sociedade não analisa que 'os caras' que se apropriaram destas terras (políticos, latifundiários) são o quê? É a mesma coisa a luta das mulheres. [...] Bom, acho que isto é um pouco do que eu posso colaborar com sua pesquisa, dentro da visão e do entendimento que tenho.²¹³

Fica perceptível neste depoimento que, embora exista uma intranquilidade nos MS (mais especificamente no MMC/RS, MST e VC), trazida pelas esferas políticas institucionais, governamentais, societárias e globalizantes, que visam dissolver processos e expectativas dos movimentos sociais, esses atores sociais pretendem continuar em cena. Para eles, a expansão e ampliação de alternativas democráticas, que visem pôr em prática suas propostas, nos âmbitos da promoção de direitos, saúde, políticas públicas, educação e, principalmente, contra a globalização e o capitalismo agrário, continuarão a emergir, desde as esferas locais até as globais.

2.3.3 As diferentes formas de organicidade e formação educacional do MMC/RS

Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua historia. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza.²¹⁴

O MMC/RS se define, segundo seus documentos e pautas de debate, como um Movimento pautado na ética, no direito às diferenças, na solidariedade e companheirismo entre as mulheres, buscando a valorização dos seres humanos, a preservação, conservação e proteção da natureza. Esse campo semântico é produtor de identidades ligadas à utopia, transformação social no sentido da justiça.

²¹³ Luci Rodrigues, conhecida como "Chica", militante do MMC/RS. Entrevista concedida no mês de agosto de 2010, na cidade de Passo Fundo/RS.

²¹⁴ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Missão do MMC Brasil**. Disponível em: <<http://www.mmc-brasil.com.br/menu/missao.html>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

Aos poucos, os movimentos de mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas específicas e gerais, na organização da base, na formação de lideranças e na compreensão do momento histórico em que vivemos. A partir desta leitura e movidas pelo sentimento de fortalecer a luta em defesa da vida, começamos a potencializar e unificar o movimento autônomo para ter expressão e caráter nacional.²¹⁵



Figura 1 – Mapa representativo da atuação das mulheres do MMC/Brasil.
Fonte: Movimento de Mulheres Camponesas²¹⁶

O MMC/BRASIL está presente em praticamente todos os Estados. No Rio Grande do Sul, ele possui coordenações nas regionais de Cruz Alta, Santa Maria, Torres e Alto da Serra. A sede de sua secretaria estadual fica na cidade de Passo Fundo, norte do Estado.

Para atender as demandas diversificadas e específicas de cada região, a forma de organicidade do Movimento sofre variações de acordo com o espaço, baseando-se nas percepções das mulheres que o compõe. Mas, essencialmente, todos eles possuem uma estrutura comum, que se constitui de: grupo de base, direções municipais, regionais e estaduais, que se articulam via Coordenação nacional (com representações estaduais) e via Direção executiva. Esta última é composta pelas equipes: lutas, formação, finanças, organização, relações internacionais e nacionais e comunicação. No estado do RS, a estrutura de apoio conta a Secretaria Nacional, com sede na cidade de Passo Fundo/RS. Seu quadro organizativo nos revela que suas ações são realizadas através de processos participativos e são articuladas em todo o Brasil.

²¹⁵ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **A afirmação de muitas histórias** Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

²¹⁶ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Organização do MMC**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/organizacao.html>>. Acesso em: 19 nov. 2010.



Figura 2 – Encontro Regional do MMC/RS.
Fonte: AS MULHERES...²¹⁷

Fica perceptível que o Movimento procura atender as especificidades das mulheres camponesas, baseada em suas vivências e seus saberes populares, conservados e disseminados por elas, através das gerações.

*Agora, então, vou contar um pouco como é que a organização das mulheres no meu município, Novo Barreiro. Começando pela minha comunidade [...] e outras comunidades do meu município, como por exemplo, Três Passinhos: temos um grupo de base que é do MMC/RS, que se reúne para fazer desde os elixires, os chás, pomadas, estudo de materiais e até para conversar sobre a vida tentando construir juntas esse processo de libertação que é individual, mas que também se dá no coletivo. Temos outra comunidade também tem outro grupo que fica na linha Jogareta. Esse é um pouco do que acontece no MMC/RS de meu município.*²¹⁸

Sob formas singulares de organização, as mulheres resignificam e divulgam seus saberes multiculturais, produzidos pelo e no mundo rural, contribuindo, singularmente, para a história do MMC/RS: “O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/médica tradicional²¹⁹,” ou, também, em outras dicotomias trazidas pela inserção das novas tecnologias?²²⁰

Com o Plantando Saúde foi possível socializar práticas populares e tradicionais de cuidados em relação à saúde das pessoas e intensivas práticas de utilização de plantas medicinais, como fitoterapia animal [...] Fica bastante evidentes os sinais de

²¹⁷ AS MULHERES trabalhadoras rurais mostram sua capacidade de organização. **Jornal Informativo do MMRT/RS (Desperta Mulher)**, Passo Fundo, RS, ano 5, n. 23, mar./abr. 1997.

²¹⁸ Elisiane de Fátima Jahn, 27 anos, Educadora, militante há sete anos do MMC/RS, coordena o município de Palmeira das Missões/RS e é representante na Nacional do MMC/RS (2009). Entrevista realizada na cidade de Porto Alegre-RS, no dia 22 de setembro de 2009.

²¹⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo, Cortez, 2004.

²²⁰ Para maiores detalhes, ler PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. v.1, 531 p. e PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. v. 2, 794 p.

resistência das mulheres com relação à teimosia de guardar sementes crioulas, e conhecimentos acumulados de geração em geração.²²¹

O Programa buscou desconstruir a cultura colonizadora que ridiculariza e marginaliza a cultura popular, guardada por gerações. Para tanto, realizaram cursos de formação, centralizando a discussão na prevenção de doenças, na melhoria da qualidade da alimentação e na superação das relações sociais. Esse compromisso do Movimento, para elas, está intrinsecamente ligado à questão da Educação e a formação de suas militantes e toda a comunidade do campo. Sob um entendimento de que a Educação ocorre muito mais no âmbito formal, como a escola e, a Formação se dá mais no espaço informal, o MMC/RS assume essas duas tarefas. Assim, Formação e Educação são pensadas por níveis não hierárquicos, mas, em níveis que vão desde a formação de base, com militantes e dirigentes, até as educandas mais jovens, que estão ingressando no Movimento.²²²

Para que essas atividades se desenvolvam, algumas parcerias com fundações e instituições de ensino foram feitas. Com a Fundação de Desenvolvimento de Educação e Pesquisa da região Celeiro (Fundep) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foram promovidos cursos sobre Economia Rural e Produção de Subsistência, relativos à agricultura camponesa, como a produção de sementes e o uso de agrotóxicos na lavoura. Com a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS), foram promovidos dois cursos de graduação na área rural, em convênio com a Via Campesina. Pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foram realizados projetos de análises que estudaram os efeitos nocivos dos agrotóxicos sobre os camponeses vinicultores do RS. Na educação informal, cursos de capacitação na área da agroecologia, abordaram o uso de elixires e o trabalho medicinal com plantas. Estas produções de conhecimento fazem parte dos processos de formação, baseados na Educação Popular²²³. Tanto a educação formal, quanto à informal, ambas são entendidas como parte do processo de emancipação e formação das mulheres camponesas do MMC/RS.

Por ocasião do I Congresso Nacional de Unificação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil (2004), que reuniu cerca de mil e quinhentas mulheres camponesas, vindas de vários Estados do país, elas discutiram temas ligados à conjuntura

²²¹ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 111.

²²² Elisiane de Fátima Jahn, 27 anos, Educadora, militante há sete anos do MMC/RS, coordena o município de Palmeira das Missões/RS e é representante na Nacional do MMC/RS (2009). Entrevista realizada na cidade de Porto Alegre-RS, no dia 22 de setembro de 2009.

²²³ INFORMATIVO MMC. Movimento de mulheres camponesas - SC, Chapecó, SC, ano 17, jul./ago. 2010. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/informativo_sc_julhoagosto10.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2010.

socioeconômica e política mundial. Definiram, também, o teor do documento de apoio de Base, bem como as linhas de ação para o próximo triênio: o projeto de educação popular e o projeto popular de agricultura camponesa e feminismo/gênero. Essa ação evidencia que a preocupação dessas camponesas pela promoção e superação histórica das condições de negação da mulher rural está em seu bojo, pois, trazem uma ação educativa, formativa, politizada e politicamente comprometida com a participação de seus iguais.

Não podemos aceitar o argumento ingênuo da separação entre educação e política. Educar é também politizar. Há uma dialética irrefutável entre o ato político e o ato educativo. A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é em sua essência um ato político.²²⁴

A ação educativa politizada é definida, portanto, por essas mulheres, como um dos elementos de luta que irão alicerçar o processo das suas interrelações sociais, para além do espaço agrário.

²²⁴ ZITKOSKI, Jaime José; TROMBETTA, Sérgio. Educação e política em Paulo Freire. In: **Colóquio—Revista das Faculdades Integradas de Taquara**, Taquara, v. 6, n. 1/2, jan./dez. 2008/2009. p. 57-64.

CAPITULO III

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E GÊNERO

Na modernidade, a participação das mulheres nos Movimentos Sociais de vários segmentos da sociedade produziu e reproduziu diferentes formas de organização política e social, frente às reivindicações pelo seu reconhecimento e legitimidade. Essas reivindicações, muitas vezes conflituosas, modificaram as relações das conjunturas sociais, descobrindo o véu da discriminação, da opressão e violência sofridas por essa parcela da sociedade que, embora majoritária, se mantinha oculta.

Ao trazermos para o debate a inserção feminina nos espaços dos movimentos sociais urbanos e rurais, observamos que alguns desses conflitos assentados foram decorrentes da aceitação, ou não, de seu papel, em um universo estabelecido, historicamente, como masculino. Essa inserção, enquanto agente de transformações, trouxe questionamentos aos paradigmas tradicionais da sociedade como um todo.

Quando nos remetemos à questão de gênero na sociedade, não só na atualidade, encontramos uma leitura que vai além da construção social do masculino e do feminino. A sociedade, de acordo com a história mais recente do ocidente, foi estruturada nas bases de relações de dominação patriarcal, que delegou ao gênero masculino o poder de comando e decisões. Ao feminino, atribuiu a submissão, em todos os seus aspectos.

As diferenças e desigualdades, constitutivas da sociedade, produziram, em seu senso comum, a aceitação natural desses elementos de subordinação, nos campos das relações sexuais, sociais, econômicas e educativas. Ao promover o deslocamento das posições de gênero: da submissão ao empoderamento, as mulheres propuseram mudanças nas relações de direitos sociais, relacionados às questões de justiça social, econômica e cultural; elementos intrinsecamente ligados e correlacionados.

Desta forma, temos a busca pela igualdade de gênero, para além da posição que homem ou mulher ocupam. Essa busca perpassou por mudanças das práticas sociais, voltadas no respeito às mulheres, nos espaços da sexualidade, nos espaços familiares, de trabalho, e nas práticas educativas dos espaços difusos de conhecimento formal ou acadêmico. A partir desta breve

reflexão, destinaremos nossa escrita ao mundo do trabalho, um dos espaços percorridos pelas mulheres, para promoverem uma ruptura com suas formas de submissão.

As sociedades, ao longo de sua constituição, sempre apresentaram uma divisão social e sexista do trabalho, seguindo padrões de uma cultural patriarcal pré-determinada e evidenciando a subalteridade da mulher nestes espaços. Como consequência, gerou inúmeras formas de invisibilidade na sociedade, frente à identidade e ao trabalho da mulher.

Desde a organização social dos homens pré-históricos, a luta pela sobrevivência sinalizou aos homens a missão de garantir a subsistência e a proteção da família, que contava com o apoio da mulher, acrescentada do cuidado às crianças. Este apoio, advindo da divisão sexual do trabalho, atendendo ao critério de sexo, não implicou, necessariamente, na desvalorização do trabalho da mulher.

Nas sociedades de caça e coleta, por exemplo, a primeira atividade cabe aos homens e a segunda às mulheres [...] em tais sociedades, as mulheres eram responsáveis em 60% da provisão dos víveres necessários ao grupo [...] Enquanto a coleta é certa, a caça é incerta. Um grupo de homens pode voltar da caçada com um animal de grande ou médio porte, provendo a necessidade do grupo, como pode voltar sem nada [...] Já a das mulheres lhes permite voltar a sua comunidade sempre com algumas raízes, folhas ou frutos.²²⁵

Com o desenvolvimento dessa sociedade, o abastecimento das famílias passou a ser feito através de plantações sazonais e não mais pela coleta de alimentos. Diante desta nova forma de sobrevivência, a mão de obra para a produção, armazenamento e acumulação de bens precisou ser aumentada, auferindo o sinônimo de poder. Essa suposta soberania passou a desprezar a participação da mulher e deu mais poder ao homem, permitindo-lhes a implantação de um regime de dominação-exploração das mulheres. Neste contexto da sociedade agrícola, a mulher começou a acrescer funções: além das funções da subsistência, a maternidade, o lar e o trabalho agrário junto com os homens que, com menos atividades, obtêm mais tempo livre, usado para o exercício da criatividade²²⁶. Passa, então, a subordinar a mulher, através da exploração do trabalho manual, marcando, assim, o princípio da violência orientada pelo trabalho.

A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas da feminilidade, enquanto a iniciativa a participação no mercado de trabalho, força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade.²²⁷

²²⁵ SAFFIOTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 58.

²²⁶ *Ibid.*, p. 60.

²²⁷ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997. p. 609.

Com a inovação das técnicas do trabalho, as possibilidades de aumentar ou melhorar a qualidade e quantidade de produção passou a existir. Devido ao privilégio do ócio, apenas o homem deteve o conhecimento e a exclusividade dessa especialização. A mulher, nessa sociedade tecnificada, passou a ser subordinada, novamente ao homem, através da não apropriação e acesso ao conhecimento, marcando o princípio da violência orientada pela exclusão técnica.²²⁸

Na sociedade rural, antes de a técnica se inserir nas pequenas propriedades, essa subordinação se deu pelas relações sociais que prescreviam (e ainda prescrevem, em alguns casos) a chefia familiar e o trabalho rural como função majoritariamente masculina. Deste modo, a subordinação se deu pelo não acesso a alguns direitos civis, como a documentação, que a tornariam reconhecida como cidadã. Sem a sua posse, os direitos trabalhistas tiveram representação predominantemente do sexo masculino, afastando a mulher da seguridade social.

Conhecer o conjunto de manipulações que levou a sociedade a não valorizar as atividades laborais da mulher, desde o início de sua participação no mundo do trabalho, nos ajuda a compreender como se deu o processo do não reconhecimento de sua identidade e de sua participação social. É o caso da filiação sindical rural que, até os anos 1980, ocorria exclusivamente para os homens da casa. As mulheres rurais só tinham acesso à sindicalização pela carteira do pai, do marido ou do irmão. Não lhes era permitida uma carteira individual.

As desigualdades entre homens e mulheres estruturam as relações sociais e se manifestam, também, na obtenção da cidadania formal. Sem documentos, as mulheres não acessam as demais políticas públicas tais como acesso à (sic) terra e créditos produtivos.²²⁹

Essa realidade se transformou quando, em 1980, as mulheres rurais começaram a participar de forma expressiva e autônoma no interior dos Sindicatos Rurais, atuando na reivindicação pelo direito a terra (conforme CF 88, artigo 189). Esse processo levou doze anos para ser atendido.

Em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta para casais de terra sob reforma agrária finalmente apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais já feitas. Essa marcha em Brasília, conhecida como *Marcha das Margaridas*, foi coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos. Como em outros países latino-americanos, organizadas, as mulheres começaram a reivindicar

²²⁸ PESSIS, Anne-Marie; MARTÍN, Gabriela. **Das origens das desigualdades de gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 17-22.

²²⁹ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia. **Documentação da trabalhadora rural**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/pndtr>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

o direito a terra e, consistentemente, confrontaram o Estado nessa questão, forçando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a revisar seus regulamentos.²³⁰

Esta reivindicação pelo direito de ter o título conjunto da propriedade teve origem no RS, onde o movimento de mulheres havia chegado a uma posição de liderança dentro dos sindicatos rurais e de outros movimentos como o MST, somado ao apoio recebido da CUT. Foi o início de uma série de mudanças para o mundo feminino rural.

3.1 Mulheres e Movimentos Sociais: do espaço urbano ao rural

Historicamente, a inserção da mulher nos espaços públicos originou conflitos frente às transformações comportamentais e rompeu com o sentido tradicional de sua forma de participação na sociedade, mudando a moldura da esfera produtiva socioeconômica.

Os primeiros sinais dessa mudança se deram também com o movimento feminista que, em oposição à cultura ideológica naturalista, denunciou de forma coletiva, a opressão trazida pela realização gratuita e invisível do trabalho realizado pelas mulheres no espaço doméstico. Esse movimento promoveu um repensar sobre a esfera profissional e a divisão sexual do trabalho, propiciando, no início dos anos 1970, na França, uma nova abordagem conceitual histórico sociológica sobre esta questão. Isto levou o paradigma funcionalista familiar a uma necessária desconstrução sobre o campo da sociologia do trabalho, propiciando à mulher sair de sua posição submissa, historicamente reprodutiva, para a esfera produtiva. Mas, essa mudança não provocou transformações apenas positivas. À medida que a mulher abriu seu caminho e provocou o repensar na esfera do trabalho doméstico e produtivo, motivou reflexões sobre o paradigma da sociologia do trabalho e da família.

Ao pensarmos e repensarmos o mundo do trabalho, ajuizamos que, por ser a sua força de trabalho abundante e barata, as mulheres, sempre em maior número, estavam presentes no chão da fábrica das indústrias de fiação e tecelagem, nos setores de metalurgia e calçados, ou, como costureiras, complementando o orçamento doméstico. Nesse contexto, as mulheres se constituíram em um número expressivo no proletariado, embora ainda fosse uma figura sem rosto e sem corpo no universo do trabalho feminino.

Por dividirem o seu tempo entre o espaço do mercado de trabalho e o doméstico, as

²³⁰ DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 nov. 2010.

mulheres não se tornaram completamente proletarizadas como o homem. Assim, criaram duas formas de participação do espaço do trabalho: uma ativa e remunerada e outra, ativa e não remunerada. O que assinala a divisão do trabalho por linhas de gênero.

Outro aspecto é que as mulheres nunca estiveram totalmente fora do mercado de trabalho ou das esferas produtivas e de atividades econômicas, mas, desde o início de sua participação nestes espaços, seus salários foram inferiores e segregados, bem como sua participação da distribuição do reconhecimento laboral ou intelectual.²³¹ O sujeito pensante, racional, é masculino. *“A mulher é apenas o seu outro, o ‘outro’ da razão”*²³².

A sua constante presença nos vários espaços públicos e privados as levou também a enfrentar o preconceito da moralidade social²³³, sendo estigmatizadas e associadas à imagem de perdição moral; principalmente, as trabalhadoras pobres e de classe média que, para sobrevivência pessoal ou familiar, passaram a desempenhar funções no mundo do trabalho masculino.

Este discurso representou uma ameaça à honra feminina e pôs em xeque o lugar da mulher na sociedade, “justamente no momento em que a crescente urbanização das cidades e a industrialização abriam para elas novas perspectivas de trabalho e de atuação”²³⁴. Além desses conflitos, a dupla jornada de trabalho, no lar e nas fábricas, as levou a uma nova realidade exploratória: “salários menores, maior frequência do não registro em carteira, além dos assédios sexuais por parte dos feitores, empreiteiros e outros agentes do controle do trabalho”,²³⁵ além de, na maioria das vezes, ficarem com as piores áreas de trabalho e terem uma maior intensidade deste, que os homens.

O não reconhecimento da dupla jornada de trabalho das mulheres, manifesta um conjunto de representações sociais que estabelecem a legitimidade deste discurso, fazendo com que a maioria das mulheres interiorize este discurso e o consinta, legitimando o poder masculino e desqualificando seu trabalho.²³⁶

Buscando provocar mudanças nesta realidade marcada pela situação de submissão e conflito, desde meados da década de 1920, quando o número de mulheres e crianças imigrantes

²³¹ MARKUS, Maria. Mulheres, êxito e sociedade civil: submissão a ou subversão do princípio de realização. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 114-115.

²³² TEDESCHI, Losandro Antônio. O fazer histórico e a invisibilidade da mulher. **OPIS**, Goiás, v. 7, n. 9, p. 329-339, jul./dez. 2007a.

²³³ Baseado no pensamento de Sófocles: “Antígona: a questão da moralidade”

²³⁴ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997. p. 585.

²³⁵ SILVA, Maria Aparecida. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997. p. 563.

²³⁶ TEDESCHI, Losandro Antônio. Do silêncio à palavra: identidades e representações sociais de mulheres camponesas no Noroeste do RS. Associação Nacional de História – ANPUH. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007. São Leopoldo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2007b. p. 2.

assinalava a força de trabalho abundante e barata, na maioria de nossas primeiras fábricas,²³⁷ elas se rebelaram.

Formando uma corrente do movimento operário, iniciaram sua participação em sindicatos e em manifestações, repensando sua condição feminina. Algumas mulheres passaram a ocupar a liderança de turmas de trabalhadores que, organizados, apontaram os problemas enfrentados pelas trabalhadoras nos setores de produção e no meio social.

Nos anos 1970, organizadas em grupos de reflexão, as mulheres iniciaram sua participação em movimentos urbanos, que traziam em suas pautas algumas lutas como a moradia, a anistia e atividades ligadas a comunidades eclesiais de base e sindicatos. Esta década também foi marcada pelo início da formação dos movimentos feministas, preconizadores das gerações feministas daquele século que, abrindo espaços nos protestos políticos e sociais, exerceram de forma significativa sua condição feminina, seu papel e seu poder nas relações sociais, “articulando gênero e classe”²³⁸.

Na transição do cenário dos anos 1980, marcada pelos novos ideais políticos e sociais, as mulheres trouxeram para suas pautas, temas e discussões que transformaram o bojo da sociedade, ao incluírem sua participação no cenário social e político, através de vários movimentos sociais.

Para que os seres humanos se movam no tempo e no espaço no cumprimento de sua vocação, na realização de seu destino, obviamente não no sentido comum da palavra, como algo a que se está fadado, como sinal inexorável, é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias.²³⁹

Nesses movimentos, a igualdade política, os direitos sociais e econômicos, as relações produtivas e econômicas, associados às questões relativas à discriminação étnica e de direitos reprodutivos, bem como acesso à educação e à saúde, foram algumas das propostas que elas trouxeram ao buscar a ampliação da cidadania relativa às mulheres.

As mulheres são maiorias nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres se destacam por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas (certamente estamos considerando nos movimentos de gênero a presença feminina e a masculina). As mulheres também sustentam, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas; educadores

²³⁷ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997. p. 580.

²³⁸ Sobre este tema, entre outros autores, ler SCOTT, James. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. New Haven. Londres: Yale University Press, 1999. 251 p.

²³⁹ FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 2001. p. 01.

das escolas articulam-se com grupos comunitários e desenvolvem trabalhos contra a violência e o uso de drogas.²⁴⁰

Através dessa constelação de movimentos, elas se inserem nos espaços públicos e privados, por meio da participação em assembleias, conferências, conselhos e outras formas participativas, produzindo um novo olhar da sociedade sobre questões que versam sobre os direitos humanos e difusos; as formas de discriminação, a pobreza e a exclusão social.

Neste contexto, podemos considerar que o século XX foi marcado pelo crescimento do protagonismo e das lutas efetivas das mulheres, em vários setores e em várias organizações, no mercado de trabalho, no campo da educação e da ciência, no campo cultural e do conhecimento; rompendo barreiras e vencendo obstáculos. Mas, também foi marcado pela violência contra a mãe trabalhadora e provedora da casa, a operária das fábricas equipadas com alta tecnologia, a educadora de conhecimento superior, a empregada doméstica que manuseia aparelhos ultramodernos, as modelos que desfilam grifes de alta moda, a dona de casa que se dedica somente ao lar, a trabalhadora do campo que luta contra as diversidades naturais e o capitalismo agrário... Enfim, pela violência que, silenciosa ou não, ainda permeia seu cotidiano.

Destarte esta realidade, esse novo século se principia revelando, com mais sagacidade, a participação das mulheres que trazem uma nova roupagem para a história, considerando novos conteúdos reivindicatórios, permeados por maior consciência de seu papel na sociedade. Embora ainda haja na bagagem velhas questões, como as relações de gênero, a inserção no mundo do trabalho, no lar e na política, elas sabem que, sem a luta política, que é a luta pelo poder, essas condições (sociais e econômicas) não se criam. Sem as condições necessárias à liberdade, elas serão mobilizadas pelos privilégios da minoria dominante.²⁴¹

Numa leitura mais ampla sobre a caminhada pela busca de autonomia, liberdade e efetivação dos direitos das mulheres, é possível perceber que este histórico de lutas não ficou limitado ao espaço urbano. Foi além dele.

3.1.1 As mulheres do Meio Rural: da invisibilidade às lutas reivindicatórias

O que as mulheres camponesas sabem de feminismo. Não podemos até saber na teoria, mas, na prática a gente sabe o que fazer a luta feminista: quando tu enfrentas o companheiro, dentro de casa, para dizer do direito de tu

²⁴⁰ GOHN, Maria da Glória. Mulheres atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Dossiê Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 11, p. 41-70, out. 2007.

²⁴¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006. p. 61.

plantares o que quiser, e de não se usar veneno. Quanto tu saís de casa, tu enfrentas o companheiro; para defender teus filhos, tu enfrentas o companheiro... e muitas outras coisas.²⁴²

Desde o momento em que a mão de obra escrava foi substituída pela mão de obra livre na agricultura, nas últimas décadas do século XIX, o trabalho das mulheres foi incluído no ambiente fora do espaço da casa, conjugando as tarefas do lar com as da roça. “O poder masculino centrava-se na figura do pai-marido-patrão”²⁴³.

No século XX, o processo de modernização da agricultura ocasionou uma revolução no campo, e foi trazida pelos novos meios de organização produtiva e pelas novas formas laborais do mundo rural. Na virada dos anos 1960, o chamado êxodo rural, fruto destas transformações, fez “aparecer” a figura do bóia-fria, e o trabalho da mulher foi redefinido, passando, também, a se assalariar para garantir, juntamente ao marido ou ao pai, a sobrevivência da família. Começou, então, um intenso processo de exploração e dominação das mulheres nos canaviais, laranjais e cafezais, que promoveu uma profunda mudança na estrutura familiar.

A partir dessas transformações sociais, a participação das mulheres nos movimentos sociais do campo ficou tão efusiva quanto às mulheres do espaço urbano. Nas últimas duas décadas, elas também se uniram em busca de sua autonomia, assumindo posições de solidariedade e de construção coletiva para seus projetos.²⁴⁴ A fim de atender os objetivos comuns da classe trabalhadora rural, e assegurar direitos específicos e singulares às mulheres do campo, elas se unificaram, convictas da possibilidade de promover a mudança de sua realidade, apoiadas na subjetividade. Uma subjetividade que, encontrando-se dialeticamente com a objetividade, resultou em um atuar “este com aquele”, gerando um pensar sobre a transformação da realidade.²⁴⁵

A história da participação das mulheres nos movimentos sociais não é recente. Teve sua origem com os MS rurais que lutavam pela posse da terra, no processo do campesinato e das Ligas Camponesas. Na contemporaneidade, as mulheres que participam dos movimentos sociais femininos ligados à questão do campo, estão inseridas no movimento da Via Campesina, que junta e agrega o MST, o MAB e o MMC, e outros deste seguimento. Em alguns desses espaços, mesmo sendo participantes das mobilizações acenadas pelos movimentos aos quais pertencem, sejam elas acampadas ou assentadas, não há uma visibilidade efetiva de suas ações, nem mesmo

²⁴² Luci Rodrigues, conhecida como “Chica”, militante do MMC/RS. Entrevista concedida no mês de agosto de 2010, na cidade de Passo Fundo/RS.

²⁴³ SILVA, Maria Aparecida. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997. p. 558.

²⁴⁴ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006. p. 60-64.

²⁴⁵ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

por parte de seus companheiros. Acolhidas pelos movimentos, muitas exercem as mesmas atividades que os homens, na força de trabalho, embora suas condições sejam desiguais nas relações.

A infravaloração do trabalho da mulher é algo que continua fortemente arraigado na sociedade, tanto nos espaços urbanos e rurais quanto nos territórios da luta.²⁴⁶

Mesmo diante deste cenário de impossibilidades ou de menores possibilidades de participação dessas mulheres nas relações sociais e nos processos decisórios dentro dos próprios movimentos, elas iniciaram a busca por um espaço específico, com lutas singulares, onde pudessem ser percebidas e valorizadas por elas mesmas e também pela sociedade. Assim, os espaços dos assentamentos, dos acampamentos ou das pequenas propriedades onde vivem e trabalham com os familiares, se tornou pequeno para a realização de um protagonismo maior.

A literatura e uma história quase contada

As construções teóricas científicas são masculinas e sempre relegaram as realizações femininas a um nível praticamente inexistente. Assim, assinalaram a dificuldade de interpretação da realidade das mulheres mediatizada pelo olhar masculino.²⁴⁷

No cenário histórico sobre as relações de trabalho do campo, desde a Antiguidade, é notável a presença da mulher como força de trabalho na agricultura, onde era a responsável pela preservação das sementes, que lhes garantia sempre uma nova coleta. Na produção de monocultivo, passando pela mecanização do campo até a modernização da agricultura, revela-se a atuação da mulher no mundo do trabalho, principalmente no roçado e em outros afazeres específicos da lavoura.

Obstante a existências de algumas sociedades matriarcais, no ocidente e oriente, onde se endeusavam as mulheres, a chegada do regime escravocrata (em 4.000 a.C.), trouxe a figura do patriarcado, que se constituiu hierarquizando as relações e criando as desigualdades de poder. Seguindo esse modelo dominante, possuidor de um discurso focado na figura do homem como ator principal da estrutura familiar, como provedor e mantenedor econômico, as narrativas

²⁴⁶ FRANCO GARCÍA, M.; THOMAZ JUNIOR, A. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 6. n. 119 (27), 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-27.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

²⁴⁷ FRANCHI, Nilza. Os estudos de gênero e a história das mulheres. *Expressão*: Revista Científica da Fundação Educacional Guaxupé, Guaxupé, MG, v. 1, n. 1, p. 155-167, 2000.

literárias se permitiram limitar, não explicitando o papel e a importância da figura da mulher nesse espaço.

Na formação da sociedade brasileira, este cenário não foi diverso. Mas, devido à inexpressiva literatura sociohistórica e econômica, específica e densa, sobre a atuação do feminino no mundo rural, atualmente, pouco se sabe sobre o protagonismo ou sobre a visibilidade das mulheres no contexto decorrido. Desde o período da colonização, as mulheres brancas, negras e escravas, estiveram presentes no cenário dos grandes latifúndios e fazendas, perfazendo o cenário da organização da sociedade. Às poucas mulheres brancas que nele configuravam, era limitado o espaço da casa, delimitado pelo marido. Às negras e escravas, além de serviços sexuais prestados aos seus senhores, eram responsáveis pelo trabalho e acondicionamento dessas casas, ou dos trabalhos forçados nos canaviais, juntamente com os homens. Há, ainda, aquelas que nunca entraram em cena.

Por volta dos anos de 1800, quando iniciou o processo de lutas pela terra e pela libertação dos escravos (1870-1888), a História contada invisibilizou muitas mulheres que, juntamente aos homens, sofreram vários tipos de violência, dadas pelos massacres e enfrentamentos contra os exércitos dos coronéis. Ao longo daquele século, ajuizamos que muitas protagonistas poderiam ter existido, nesta história sem registros, que teve a figura masculina como principal protagonista.

No entanto, foram elas as responsáveis pela plantação, coleta e preservação das sementes de frutos, fabricação de tendas e criação dos filhos. Muitas foram grandes guerreiras como, Aqualtune, uma das fundadoras do Quilombo do Palmares e avó de Zumbi; Dandara, guerreira de Palmares e companheira de Zumbi; Tereza de Benguela, líder do Quilombo do Piolho (MT), onde chefiava cerca de três mil homens, entre eles, negros, índios, bolivianos e brasileiros, para garantir a produção das roças e a segurança do quilombo.²⁴⁸

Na contemporaneidade, a partir dos anos 1945, nos acampamentos ou assentamentos camponeses, onde se deram as primeiras lutas camponesas pelos territórios de liberdade desta classe, as mulheres também foram protagonistas desses processos, através das Ligas Femininas, como a Liga Camponesa de Sapé²⁴⁹.

As lutas no campo já produziram mulheres líderes do porte de Elizabeth Teixeira (da Ligas Camponesas), Margarida Maria Alves (Presidente do Sindicato de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada em 1983), Maria Oneide Costa Lima (líder dos posseiros em São Geraldo, na conflagrada região do Araguaia – Tocantins). Em todas as lutas, as mulheres

²⁴⁸ JAHN, Elisiane de Fátima; PEREIRA, Nancy Cardoso. Todas as vidas... todas as vias camponesas! In. PALUDO, Conceição. **Mulheres: resistência e luta em defesa da vida**. Rio Grande do Sul: CESE. 2009. p. 34-57.

²⁴⁹ RAMOS, Alcides Freire. A historicidade de Cabra marcado para Morrer (1964-84, Eduardo Coutinho). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1520>>. Acesso em: 31 nov. 2010.

se fazem presentes e empurram os próprios maridos: nas lutas de posseiros, dos sem-terra, das barragens, de assalariados, de integrados.²⁵⁰

Ao longo dos anos 1960, mulheres como Margarida Alves, líder sindical e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PA), assassinada por grupos de coronéis opositores à Reforma Agrária; e Dorcelina Folador, militante da PJR e MST, repórter e educadora. Como prefeita, priorizou projetos que beneficiavam pobres e excluídos do município de Mundo Novo (MT), promovendo mudanças no mundo rural.

E tantas outras mulheres... presentes e atuantes na vida do povo... na vida social desta gente camponesa...²⁵¹

Tantas outras, como Dorothy Stang, Fordalice Dal’Ross, Loiva Rübenich, Paulina Pagliari Balém... Marias... Terezas... Mulheres camponesas de todas as épocas, de todas as lutas, que se tornaram visíveis apenas aos olhos do opressor.

Na constituição das primeiras propriedades camponesas, conforme dados históricos sobre o campesinato, a co-participação das mulheres na esfera produtiva e no desempenho na construção social rural não é destacada. Se solteiras, o seu trabalho precoce garantia a ajuda à mãe, auxiliando nas tarefas domésticas, no cuidados aos irmãos e na ajuda das colheitas do campo; se jovem ou adulta, suas tarefas eram destinadas ao cuidado da casa, dos filhos e do marido. Em todas essas situações, seus encargos sempre foram considerados um trabalho improdutivo do ponto de vista econômico e do modelo “tradicional” familiar. Portanto, não valorizados socialmente. Mas, seu tempo não ficava limitado às atividades domésticas. Mesmo a pecuária e a lavoura sendo afazeres tidos como fundamentalmente masculinos, o trabalho na roça, como a produção de alimentos, o trato com os animais e o cultivo da horta, tornavam seu labor mais diversificado que o do homem, ampliando sua esfera doméstica e, conseqüentemente, sua carga horária de trabalho.

Apesar da função das mulheres camponesas como geradoras de mão-de-obra (sic), elas realizavam, também, o trabalho na roça e as tarefas domésticas de lavar, cozinhar, tecer, remendar, fazer remédios, cuidar dos pequenos animais e horta, etc... [...] as mulheres assumiam jornada tripla de trabalho, inclusive, as tarefas inerentes à reprodução, as quais não são consideradas trabalho.²⁵²

²⁵⁰ GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 40.

²⁵¹ JAHN, Elisiane de Fátima; PEREIRA, Nancy Cardoso. Todas as vidas... todas as vias camponesas! In. PALUDO, Conceição. **Mulheres: resistência e luta em defesa da vida**. Rio Grande do Sul: CESE. 2009, p. 64.

²⁵² CONTE, Isaura Isabel. **Mulheres camponesas, e, feministas?** Revista Espaço da Sophia, Tomazina, PR, ano. 2. n. 15, jun. 2008.

Logo depreendemos que, mesmo participando ativamente das tarefas da casa e ainda dependendo seu tempo às ocupações da roça, as mulheres ainda ganharam o atributo de ajudante ou de subalternas, ficando a responsabilidade pelas decisões econômicas ou de comercialização da plantação, sempre a cargo do homem.

Procurando sair desta condição de trabalho invisível, as mulheres trabalhadoras do campo iniciam suas mobilizações, através da participação de movimentos sociais rurais, saindo do espaço doméstico e do trabalho, para reafirmarem a sua importância no núcleo da sociedade.

Por mais que as mulheres levantassem de madrugada e trabalhassem até o final do dia, esse trabalho não era reconhecido ou valorizado. Vocês se lembram disto. Na verdade o cotidiano, com o trabalho pesado não reconhecido e não valorizado na agricultura, porque a mulher não era considerada trabalhadora. Quando a gente ia ver, era considerada do lar. Não sendo trabalhadora rural, não tinha direito algum.²⁵³

O tema sobre a divisão sexual do trabalho²⁵⁴ e a dimensão de sua valoração, afirmaram a existência da invisibilidade do trabalho da mulher, que criou e reproduziu uma ideologia hegemônica que dominou as relações de gênero, e mantém o controle do homem sobre as interações desses espaços, oprimindo a subjetividade feminina.

As relações de gênero estão associadas a padrões culturais de comportamentos, considerando sociedades distintas em espaços singulares e tempos históricos, por conseguinte, são as formulações culturais que definem os papéis masculinos e femininos em cada sociedade.²⁵⁵

A invisibilidade das mulheres, ou melhor, a invisibilidade da dimensão do trabalho das mulheres (sua dimensão é invisível, porque interessa ao capital que ela seja) interessa aos homens, mesmo aos que estão no interior de alguns movimentos sociais.²⁵⁶ Assim, à sombra do *homem trabalhador*, invisíveis e sem reconhecimento por grande parte da população economicamente ativa, as mulheres trabalhadoras rurais, sempre estiveram à margem da vida política brasileira sindical e das pautas reivindicatórias empregatícias, estabelecidas como interlocutoras desprivilegiadas das relações de trabalho. Os desafios à polarização masculina, como principal pilar da sociedade modelo, também são ferramentas para essas mulheres que, dentro dos movimentos sociais, procuram construir seu projeto de libertação, conquista e igualdade feminina.

²⁵³ Vanderléia L. P. Daron, 37 anos, educadora, doutoranda em educação, militante do MMC/RS desde 1980, mora em Passo Fundo/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

²⁵⁴ DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

²⁵⁵ FRANCHI, Nilza. Os estudos de gênero e a história das mulheres. **Expressão**: Revista Científica da Fundação Educacional Guaxupé. Guaxupé, MG, v. 1, n. 1, p. 155-167, 2000. p. 156.

²⁵⁶ Conceição Paludo, Educadora Popular e colaboradora do MMC/RS desde 1980. Entrevista concedida no mês de setembro de 2010, na cidade de Porto Alegre/RS.

Nos movimentos rurais clássicos, suplantar este estigma ainda é questão divergente entre os homens. Embora alguns companheiros apresentem um pensamento diferente sobre a forma de participação das mulheres nos espaços de liderança e decisões, acabam sendo coagidos pelos demais, que não partilham da mesma percepção.

Este é nosso grande desafio. É uma opção política nossa construir no feminismo a igualdade. Muitos se apavoram com a palavra feminismo. Mas ela não é mais do que uma opção política de igualdade. E igualdade para as mulheres, porque quando fazemos o mesmo trabalho que os homens, ganhamos menos que eles. Então, a construção dessa nova sociedade só vai ser possível se as mulheres forem consideradas iguais na prática e não só na lei. Isso é no dia a dia, na nossa vivência e em todos os momentos.²⁵⁷

Quando essas mulheres reivindicam pela igualdade, passam por uma redefinição também política, em consideração à identidade, à diversidade e às diferenças, centradas no individual e coletivo. A busca para suplantar e avançar na questão da igualdade de gênero se torna imprescindível, principalmente dentro dos próprios espaços de lutas sociais.

3.2 Final do Século XX: o feminismo e a busca pela igualdade de gênero das mulheres Latino-Americanas

Todos sabemos que alcançar a igualdade de gênero e o poder da mulher são um desafio para toda a sociedade, homens e mulheres. Não é um assunto feminino, mas de toda a sociedade. Quando as mulheres podem participar, quando não sofrem violência, quando podem dar à luz sem morrer nem terem seqüelas (sic), quando podem receber educação e ganhar seu sustento, tudo isso é bom, não só para elas, mas também para os homens.²⁵⁸

Numa leitura sobre historicidade do feminismo, tanto na Europa, quanto na América Latina, embora sob contextos peculiares, observamos que as mulheres que participaram das primeiras mobilizações, foram nutridas por ideários voltados à conquista de direitos civis e políticos, específicos e centralizados em sua imagem. Elas se opunham a todas as formas de discriminação e opressão, buscando a afirmação da identidade feminina. O feminismo foi a porta de entrada das mulheres, para gerar uma visibilidade pública, um coletivo.

²⁵⁷ Lurdes, 55 anos, militante e uma das fundadoras do MMTR/RS (1989), moradora de Cruz Alta/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

²⁵⁸ Entrevista de Thalif Deen, da IPS, a Thoraya Ahmed Obaid, diretora-executiva do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), publicada pela Agência Envolverde, 02-03-2010.

Desde Mary Wollstonecraft (*Reivindicação dos direitos das mulheres*, 1792) gerações de mulheres e alguns homens apresentaram esmerada argumentação para demonstrar que excluir as mulheres da vida pública e política moderna contradiz com a promessa democrática liberal de emancipação e igualdades universais. Identificaram a libertação das mulheres com a ampliação dos direitos civis e políticos para incluir as mulheres nas condições que os homens, e com a entrada das mulheres na vida pública dominada pelos homens em igualdade de condições.²⁵⁹ (grifo nosso)

Este discurso e a crença por este ideal mostrou, ao longo das décadas, que estes elementos (democracia e aplicação dos direitos) ainda não eram suficientes para o processo de libertação e visibilidade desejadas, frente o forte discurso masculino das sociedades. A ampliação da participação das mulheres em vários espaços da sociedade, dada pelo avanço da democracia, nas esferas de direitos e valores e a sua participação em inúmeros movimentos sociais, não conseguiram mudar totalmente a realidade.

De outro lado, das ações e do despontar de seu papel na sociedade, emergiram os primeiros enfoques coletivos, visando a construção de um novo termo e uma nova categoria nos aspectos culturais e sociais: a categoria de gênero.

O gênero é um termo relacional, que nomeia a interação entre o masculino e o feminino; portanto, o estudo de um é coadjuvante do outro. O conceito de gênero é uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas.²⁶⁰

As desigualdades, assinaladas entre homens e mulheres, inspiraram as feministas a assumir a frente de movimentos, sindicatos e congressos, trazendo para o debate, questões sobre a saúde, a sexualidade e a violência contra a mulher. (Se fizermos uma análise mais profunda, perceberemos que estas questões, de certa forma, também beneficiaram os homens e a família, como um todo).

Mas, não nos prendendo a conceituar gênero apenas como uma categoria de análise, o apresentaremos, também, como

uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instancias: como aparelho semiótico [...]; como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva [...]; como, numa certa

²⁵⁹ YOUNG, Íris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIBI, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1987. p. 67.

²⁶⁰ SOARE S, V. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo; Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 113-114.

instância, uma gramática sexual, regulando não apenas as relações homem-mulher, mas também as relações homem-homem e relações mulher-mulher.²⁶¹

Independente da determinação que é dada ao aspecto de gênero, há um consenso entre estudiosos (as) do assunto: “o gênero é a construção social do masculino e do feminino,”²⁶² embora não explicita, necessariamente, apenas o aspecto de desigualdade, mas, uma hierarquia que, muitas vezes, é presumida.

Num debate atual, a questão de gênero apresenta dois lados: o positivo e o negativo. O primeiro, porque colocaram o feminino ao lado do masculino, para se discutir as diferenças historicamente construídas pela sociedade. Em contraponto, “houve uma (sic) certa diluição das mulheres na temática de gênero e a invisibilidade da maioria delas continuou nos movimentos sociais não-feministas, embora possamos denominá-los de movimentos de mulheres”²⁶³, dividindo os movimentos em: movimento feminista e movimento de mulheres.

As primeiras são mais visibilizadas dado às formas de participação nos espaços públicos e privados e as formas de mobilizações, que se apresentam mais centradas a elas mesmas e ao exercício da democracia. As outras, por terem sua visibilidade perceptível apenas quando suas demandas se direcionam a toda a população e aos sexos. Mas, quando focalizam um universo restrito, como os espaços rurais, no caso das camponesas, das mulheres indígenas ou afrodescendentes, as mulheres não têm visibilidade. Nestes espaços, elas se tornam importantes apenas dentro de seus próprios grupos ou comunidades.

Dar-lhes visibilidade, em suas demandas específicas ou mais amplas – que dizem respeito às suas condições de vida e trabalho, das de seus familiares e de seus grupos de pertencimento, é fundamental para o fortalecimento da identidade coletiva das mulheres e é uma urgência para o avanço do processo democrático do país.²⁶⁴

Procurando pelo fortalecimento da classe, “o feminismo se firmou como um movimento social, essencialmente moderno, sob o contexto das idéias (sic) iluministas e das idéias (sic) transformadoras da Revolução Francesa (1960) e da Americana, e se espalhou, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos.” Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista.²⁶⁵

²⁶¹ SAFFIOTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. p. 44.

²⁶² Ibid., p. 45.

²⁶³ Ibid., p. 55.

²⁶⁴ GOHN, Maria da Glória. **Mulheres Atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático**. Dossiê Política & Sociedade, n. 11, out. 2007.

²⁶⁵ COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: PISCITELLI, Adriana et al. (Org.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. p. 51-81.

No Brasil, o movimento feminista emergiu em meados do século XIX (1850), quando um restrito grupo de mulheres declarou-se insatisfeito com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres e pelo *status* econômico social e legal dados a elas.²⁶⁶

Esse acontecimento não se deu isolado ou alheio, mas com forte afinidade com o feminismo latino-americano, onde em alguns países como Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, as mulheres já apresentavam suas primeiras manifestações contra as situações de desigualdades sociais e econômicas. Mas, foi apenas no final do século XX que as mulheres, constituindo alguns setores de produção econômica, impetraram as primeiras lutas sindicais, em defesa de melhores condições sociais e de trabalho, que as dominavam por sua condição de gênero.²⁶⁷

No início do século XX (1930), com o *Annales*,²⁶⁸ os aspectos econômicos e sociais ainda não as consideravam como parte de seus cenários. A partir dos anos 1970, com o questionamento da sociedade e da Antropologia Histórica sobre o papel da família, elaborou-se uma nova interpretação, descortinando novas relações sociais de gênero, ocultas pelas relações desiguais entre homens e mulheres, até então, aceitas como relações naturais, na milenar e histórica sociedade de subordinação feminina.

No campo democrático e de oposição aos regimes militares dos anos 1960-70, as mulheres da pequena burguesia e, mais adiante, as dos mais variados setores e categorias sociais como: dona de casas dos bairros pobres, agricultoras, trabalhadoras da indústria e militantes dos movimentos populares, definiram a nova face do movimento feminista.

Ser uma feminista (no Brasil) passou a significar ter uma política contratada num conjunto de questões específicas das mulheres; aderir a determinadas normas de organização (tais como participação direta, informalidade de procedimentos e ausência de funções especializadas) e agir em certos espaços públicos (por exemplo, em organizações feministas autônomas) para aprofundar a análise da opressão de gênero e, no movimento de mulheres mais amplo, promover a consciência dessa opressão.²⁶⁹

Ao definirem suas bandeiras de luta, as mulheres adentraram os espaços públicos e privados, trazendo questionamentos sobre as condutas, práticas e conceitos societários que deveriam ser repensados. Com eles, outros interesses, como o de gênero, também foram

²⁶⁶ FRANCHI, Nilza. Os estudos de gênero e a história das mulheres. **Expressão**: Revista Científica da Fundação Educacional Guaxupé. Guaxupé, MG, v. 1, n. 1, p. 155-167, 2000. p. 158.

²⁶⁷ COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: PISCITELLI, Adriana et al. (Org.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009, p. 51-81.

²⁶⁸ Publicação periódica lançada em outubro de 1929, pelos historiadores franceses BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien. *Annales d'histoire économique et sociale* (Anais de História Econômica e Social), pela Universidade de Estrasburgo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revue_des_Anales> . Acesso em: 18 nov. 2010.

²⁶⁹ ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 389.

colocados em xeque. Seguindo o modelo latino-americano, que se caracterizou com as primeiras organizações feministas dadas pelos clubes de mães, que se reuniam nos espaços das comunidades e das escolas, elas se articularam em vários contextos.

A partir dos anos 1975, mães brasileiras iniciaram sua luta pelo direito de saber sobre seus filhos desaparecidos na ditadura; mães da periferia clamaram por creches e; mães trabalhadoras lutaram contra a exploração no trabalho e pelo direito à maternidade. Esses grupos de luta, organizados em vários espaços da vida cotidiana, embora sob contextos e as formas diferentes, tinham em comum suas ambições: a afirmação de direitos e de identidade. Impulsionadas para novas mobilizações, em busca de solução para novas demandas feministas e femininas, elas entram no debate de planos e programas vinculados às políticas públicas de inclusão de mulheres, presentes nas políticas sociais de Estado.

Nos anos 1980, como parte dos novos movimentos sociais, essas atuações se acentuaram, embora não fosse tão perceptível aos olhos da sociedade e meio acadêmico, que continuavam a abordar, separadamente, os temas sociais e os conjunturais. Nos anos 1990, essas articulações tomaram outros caminhos e, com a constituição de organizações institucionalizadas, elas direcionaram suas pautas aos excluídos e aos atores subalternos da sociedade. Assim, nestas duas últimas décadas do século XX, as mulheres

construíram-se duas representações sobre o feminismo: a da igualdade – que enfatiza a similitude entre homens e mulheres e destaca as lutas mais gerais contra todas as formas de opressão – e o feminismo da diferença, das desigualdades – que defende haver uma diferença fundamental entre os sexos que levam a *práxis* diferentes.²⁷⁰ (grifo original)

A busca por este ideal também foi assinalada no contexto dos movimentos sociais do espaço rural nacional. As primeiras lutas internas deste aspecto se deram dentro do MST, por ser o marco das lutas contemporâneas do campo, com características de movimento misto. Nestes espaços se asseverou as primeiras articulações de cunho feminista rural, através do Coletivo Nacional de Gênero (1999).

*Eu fui assentada e continuei minha militância dentro dos assentamentos [...] eu era a única mulher que participava da direção do acampamento (MST/RS). Porque nós vemos que hoje, hoje não, naquele tempo, se hoje o machismo é muito grande, naquele tempo era muito maior. E aí, foi assim um desafio muito grande para a gente estar na direção do acampamento. E, que a minha luta sempre foi pela questão da igualdade.*²⁷¹

²⁷⁰ GOHN, Maria da Glória. **Mulheres Atrizes dos movimentos sociais:** relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. Dossiê Política & Sociedade, n. 11, out. 2007.p. 48.

²⁷¹ Luci Rodrigues, conhecida como “Chica”, militante do MMC/RS. Entrevista concedida no mês de agosto de 2010, na cidade de Passo Fundo/RS.

Para elas, o processo gerador desta desigualdade de gênero está relacionado à cultura patriarcal que ordenou a constituição da estrutura familiar, e se disseminou para outros espaços sociais, guiados por esta ótica.

Com o passar dos anos, da luta toda, veio o meu entendimento de que não era tão simples assim as mulheres serem iguais. E dentro do movimento misto era muito difícil trabalhar isso.²⁷²

Esse fenômeno se deu tanto dentro dos acampamentos, como dos assentamentos do MST. Para elas, as questões de gênero sempre foram pontos difíceis de serem trabalhados nestes espaços

[...] Você passa a enfrentar homens com a capacidade, não é capacidade, mas, com preparo melhor que as mulheres. Porque os homens eram preparados para serem lideranças. As mulheres não. Não é que os homens tenham mais capacidade, é que eles eram preparados para isso. Enquanto que as mulheres tinham que tomar conta da casa. Dentro do acampamento, concretamente, a mulher é que tinha que lavar a roupa na sanga. Caminhar quilômetros para lavar roupa. A mulher é que tinha que puxar água, tomar conta dos filhos. Tomar conta de tudo. Como é que ela ia ser liderança?²⁷³

A aspiração pela efetivação do direito à igualdade de gêneros levou algumas dessas mulheres a alcançar a compreensão de que são tão capazes quanto os homens, que se mantêm no poder, firmados por um discurso patriarcal e dominante.

O que é que te diz gênero? É lutar contra o patriarcalismo. Mas, isto só não basta. Aliás, tu não rompes com o patriarcalismo se tu não mudas as relações que objetivamente produzem o ser humano e o condicionam a ter que competir para poder sobreviver. Isto tudo é forma de competição. Tudo isso tão óbvio, tão claro da forma como enxergo... não sei...²⁷⁴

Assim, no processo de constituição dos primeiros movimentos femininos rurais, a utilização de gênero como categoria de análise foi atribuída como fundamental para se compreender a vida das mulheres e para se conhecer como se dão as relações de poder.

O patriarcado como cultura de opressão

A esperança não pode aspirar em tornar o mutilado caráter social das mulheres idêntico ao mutilado caráter social dos homens; ao invés disso, sua inspiração dever

²⁷² Luci Rodrigues, conhecida como “Chica”, militante do MMC/RS. Entrevista concedida no mês de agosto de 2010, na cidade de Passo Fundo/RS.

²⁷³ Ibid.

²⁷⁴ Conceição Paludo, Educadora Popular e colaboradora do MMC/RS desde 1980. Entrevista concedida no mês de setembro de 2010, na cidade de Porto Alegre/RS.

ser um estado, no qual tudo que sobrevive à desgraça entre os sexos é a felicidade que esta diferença permite. Theodor Adorno, *Prisms*.

Um dos conceitos dados ao termo patriarcado²⁷⁵, nos aponta sua origem assinalada pelo controle da sexualidade feminina sob seu poder. Essa sua capacidade lhe dá o direito de acesso sexual, sob forma de contrato sexual e social (casamento ou algo que remeta a esta interpretação), baseados na sujeição feminina em todas as suas formas.

Desta forma, não seria possível dizer que o patriarcado está restrito ao mundo privado, visto que suas relações de dominação e estrutura de poder perpassam o espaço da casa e cai da esfera pública, contaminando a sociedade e impregnando o Estado, que se encontram profundamente ligados, através de suas interrelações sociais.

A superação desta dominação pela sociedade e, mais especificamente, pelas mulheres, só se dará à “medida em que as (os) teóricas (os) feministas forem se desvencilhando das categorias patriarcais”, postas como superiores à figura do marido, e as entendendo como direito sexual. “Isto equivale a dizer o agente social marido se constitui antes que a figura do pai,”²⁷⁶ onde a figura do primeiro é que se origina do contrato social, não a do segundo.

Mantendo-se essa expressão, contribui-se significativamente para se manter o patriarcado como cultura de opressão, dando-lhe direitos sexuais dos homens sobre as mulheres, configurando-lhes hierarquias sobre os distintos espaços da sociedade, tanto na ideologia quanto na violência, ou no mundo do trabalho. A ideologia está presente em todas as esferas sociais, não podendo ser entendida como algo separado. A ideologia patriarcal “justifica” a violência contra a mulher.

Partindo da aceção postulada sobre gênero e suas relações de poder, poderíamos nos interrogar se o patriarcalismo está ligado à dimensão da cultura, ou a do trabalho? No entendimento das mulheres camponesas, para deixar de ter uma relação de exploração, a cultura dessas relações deverá ser mudada. Como exemplo, indicamos alguns modelos de cooperativismo, onde suas relações de produção, supostamente sem exploração, ainda apresentarão resquícios de hierarquia, se não houver modificações nas relações econômicas. A cultura está dentro dessas relações, está arraigada, assim como em nós, porque não somos imunes a esta ideologia. Para as camponesas, as dimensões: ideologia, política e economia – tomando o pensamento de Bobbio,²⁷⁷ têm que ser superadas juntas, numa totalidade, porque as relações de produção, sozinhas, não darão conta de mudar as questões da desigualdade de gênero. “As

²⁷⁵ SAFFIOTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. p. 53-68.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 56

²⁷⁷ BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

desigualdades estão para além das relações do trabalho e cultura, porque nenhuma mulher luta pela mudança, se não existe uma compreensão de que ela é um ser humano, muito antes de ser mulher. É o caso das mulheres do MMC.”²⁷⁸

3.3 Participação das Mulheres nos Movimentos Sociais: o que há de novo?

Nos anos 1980, os encontros feministas latino-americanos e caribenhos assinalaram a afirmação das mulheres nos diversos espaços da sociedade, ao apontarem o caminho para que elas pudessem chamar a atenção do mundo, frente às necessidades das mulheres desse Continente.

Em 1995, a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (QCMM), realizada em Beijing, na China, retomou a dinâmica dos Fóruns Feministas anteriores. Neste “espaço planetário” conquistado, as mulheres latino-americanas, altamente profissionalizadas, especializadas e articuladas, se manifestaram através de oficinas temáticas (racismo, negritude, pobreza, entre outras) e eventos culturais, somados a reuniões estratégicas e de planejamento, com o intuito de influenciar a Plataforma de Ação que seria redigida no encontro. Essas negociações e debates diversos e complexos resultaram na proliferação, no final dos anos 1990, de espaços feministas que suplantaram e reconfiguraram a identidade política feminista latino-americana, dos anos 1970 e 1980. Também revelaram discursos feministas dominantes, desvelando a crescente profissionalização especializada e articulada dos movimentos de mulheres e feministas, através da formação de Redes, que passaram a atuar nos distintos espaços de políticas feministas, nascidos desse processo.

Embora as mulheres feministas latino-americanas ainda permaneçam às margens da sociedade global, a QCMM foi profícua, pois ajudou a expandir sua capacidade e suas influências culturais, políticas e sociais no Continente. Esta expansão caracterizou as lutas femininas como “geral” e “específica” e como “política” e “cultural”, ao desvelar duas faces de lutas do feminismo latino-americano, isto é, “duas dimensões fundadoras”. Na chamada “segunda onda do feminismo latino-americano”, uma primeira dimensão se engajou plenamente na “luta geral”, contra os modelos capitalistas, implantados pelos militares e pela elite imperialista e dominante, nas décadas de 1960 e 1970; e se organizou em movimentos de oposição e revolucionários, de mulheres da classe trabalhadora e sindicalizada, que deram origem aos movimentos de

²⁷⁸ Conceição Paludo, Educadora Popular e colaboradora do MMC/RS desde 1980. Entrevista concedida no mês de setembro de 2010, na cidade de Porto Alegre/RS.

mulheres.²⁷⁹

Por entender que, além dos problemas de ordem do trabalho e da exploração capitalista, as mulheres ainda estavam permeadas pelo discurso cultural sexista, dominado pelos homens, outro grupo de mulheres achou que deveria haver uma “luta específica”. Numa outra leitura, estas assinalaram a necessidade de haver uma luta que estivesse centrada em interesses que foram, por vezes, deixados à margem dos debates: a violência doméstica e sexual; a não participação das mulheres nas transformações estruturais-institucionais, os direitos sociais e a dignidade humana da mulher. Assim, seus discursos elevaram o processo da luta de classes, para além das relações interpessoais e sociais.

As estratégias voltadas para a “conscientização” – intervenções culturais – políticas tais como a realização de oficinas e cursos sobre as relações de poder entre os gêneros, o enfrentamento da discriminação sexual no trabalho, o ensino de saúde reprodutiva e a assessoria às participantes de organizações populares de mulheres que se defrontavam com a violência doméstica – foram também consideradas cruciais para a luta contra a opressão das mulheres.²⁸⁰

Essas estratégias se espalharam, promovendo vários agrupamentos e mobilizações ideológicas, visando promover uma oposição tanto à esquerda política, quanto ao Estado. Embora os espaços políticos e socioeconômicos ainda fossem restritos e seus discursos ainda permanecessem pouco efetivos, a QCMM impetrou suas articulações, evidenciando a pluralidade do feminismo latino-americano e a reconfiguração de suas identidades.

A palavra feminismo é, em si, provocadora, porque evoca as Mulheres e o poder delas, que grita por reapropriação; ocupação de espaço que é seu e que, no momento, está ocupado por outro.²⁸¹

Na contemporaneidade da América Latina, esse cenário feminista foi redefinindo suas reivindicações históricas em detrimento de novas estratégias, isto é, descentralizando as lutas políticas e de classes, para as grandes preocupações globais, como: os Direitos Humanos, a erradicação da pobreza, a conquista da seguridade social, o desenvolvimento sustentável e todas as formas de violência e preconceitos.

O processo de Beijing revelou que a fronteira outrora rígida entre feministas e não-feministas também estava sendo contestada por novas protagonistas do movimento que

²⁷⁹ ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 386.

²⁸⁰ Ibid., p. 388.

²⁸¹ GEBARA, Ivone. **Cultura e relações de gênero**. São Paulo: Cepis, 2001. p. 7.

insistiam em dar novo significado ao feminismo e reivindicavam pôr em ação sua política feminista numa ampla variedade de arenas.²⁸²

Estas novas protagonistas, a partir dos anos 1990, entraram em cena e ampliaram seus discursos para os campos da etnia, classe, sexualidade e práticas culturais. Esse caráter plural, multicultural e pluriétnico dos movimentos de mulheres latino-americanas, se desvelou nos documentos gerados a partir do processo de Beijing, que foram usados para orientar as articulações entre Estado/Sociedade, bem como, nas novas demandas e mobilizações.

No quadro de novas protagonistas, destacamos as Organizações Não Governamentais feministas “ONG Feminista”, designadas como “grupos com orientações e práticas distintas daquelas dos grupos feministas históricos dos anos 70 e início de 80”.²⁸³ Assim, elas se diferenciam dos “movimentos”, por possuírem equipes especializadas e pagas, que recebem fundos privados ou governamentais, além de apresentar um planejamento estratégico e pragmático.²⁸⁴

Esse novo formato de organização trouxe algumas divergências no campo de estratégias entre ONG’s e militantes do movimento de mulheres, que alegam serem, as primeiras, ingênuas ao pensar que, com a lógica dos lobbies e a negociação, elas irão atingir uma utopia que permeie o imaginário humano. Destarte esses desacordos, ambas têm obtido sucesso e avançado de suas agendas de luta das mulheres na história.

Embora as idéias (sic), energias e atividades feministas estejam hoje difundidas em vários domínios novos [...] elas continuam articuladas por meio de redes ou teias político-comunicativas cada vez mais formalizadas que configura um campo feminista latino-americano cada vez mais heterogêneo, policêntrico e disperso do ponto de vista do espaço e da organização.²⁸⁵

Ao mesmo tempo em que a diversidade de articulações amplia as possibilidades de resolver questões de interesse desse público excetuado, também constrói ligações determinantes nas arenas políticas institucionais. Nos últimos dez anos, presumimos que parte dessas arenas institucionais têm se empenhado em desestimular e tornar parco os espaços de democratização e publicização do debate político dos movimentos de mulheres.

Contrariando essas aspirações e marcando resistência, os movimentos sociais femininos, dentro de sua diversidade, têm apresentado um maior número de ações coletivas públicas,

²⁸² ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 393.

²⁸³ Ibid., p. 403.

²⁸⁴ Ibid., p. 403.

²⁸⁵ Ibid., p. 414.

mobilizações e articulações, que sustentam a importância dessas atrizes no cenário social. Assim, o MMC/RS tenta resgatar a visibilidade e o significado dos MS nesta disputa simbólica, que perpassa, também, pela busca de uma reconstrução democrática.

CAPÍTULO IV

4 BUSCANDO CONHECER O MMC/RS A PARTIR DA HISTÓRIA DOS PRÓPRIOS SUJEITOS

Com um olhar propositado e atento às palavras e expectativas originadas de narrativas das atrizes do Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul, apresento sua trajetória, contada por elas mesmas.

Propondo desvendar o universo singular de camponesas que se definem como sujeitos de uma sociedade refém dos resquícios de um passado marcado pela dominação patriarcal, apresento seus elementos para melhor compreensão desta proposição.

Foco minhas análises em suas mobilizações políticas e sociais, promovidas no interior do Movimento e em seus vários espaços de lutas, como: assembleias, lugares públicos, eventos de formação política e educacional, enfim, lugares fundamentais para seu protagonismo. Para tanto, decomporei o capítulo em quatro tópicos, a saber.

Inicialmente, descrevo quem são essas mulheres camponesas, que vêm ascendendo seus espaços e, com isso, deixando marcas de comportamento e atitudes contestatórias e revolucionárias no cenário brasileiro e também mundial. Para tanto, me assevero em seus depoimentos e diálogos, desvelando suas faces, trajetória de suas lutas, resistências e conquistas, na tentativa de compreender como se dá a perdurância deste grupo. Essa descrição perpassa pelo espaço geográfico histórico, onde ocorreram as primeiras articulações dessas camponesas, o interior do Rio Grande do Sul. Explicito suas formas de organização social e suas primeiras demandas, em luta contra o sistema hegemônico patriarcal e capitalista, pressupostos elementos orientadores, que levou à metamorfose do movimento de mulheres trabalhadoras rurais.

Na sequência, abordo o protagonismo dessas mulheres camponesas, sobre questões relacionadas à superação de sua invisibilidade no interior dos movimentos sociais e nos espaços da sociedade, sob as categorias gênero e feminismo. Posteriormente, apresento suas mobilizações e assembleias, realizadas no final deste último século. Destaco a preocupação dessas atrizes no âmbito da saúde e da educação da população do meio rural, bem como, suas inquietações frente às ameaças do sistema capitalista e neoliberal agrário, voltado à exploração da vida humana e da

natureza.

Finalizando, relato a nova performance do MMTR/RS que, sob o processo de unificação dos MS de mulheres do Estado do RS, dá origem ao MMC/RS. Apresento seus novos projetos e pautas de luta, em oposição ao capitalismo internacional, à modernização da agricultura, bem como suas propostas no âmbito da conservação da agricultura camponesa, fundamentada nos princípios agroecológicos, que pautam pela manutenção de uma vida saudável.

Procuro tomar o Movimento de Mulheres Camponesas não pelo o que ele pode ser, mas, pelo que é na prática, pelas suas lutas e protagonismos que essas mulheres constroem ao se moverem.²⁸⁶

Iniciando essa contextualização, ajuízo ser importante conhecer a origem dos movimentos populares e sociais deste Estado, que emergiram a partir dos anos 1980. Por não configurarem objetos desta minha investigação, apresento apenas os pontos que penso serem essenciais para compreender o surgimento do MMC/RS, em terras sulistas.

Um estudo realizado por historiadores do Centro de Documentação do Sindicalismo (CDS) da UFRGS/RS,²⁸⁷ no início dos anos 1990, trouxe numa reflexão geral sobre os movimentos sociais e seus personagens históricos, apontando suas memórias e origens.

Segundo este estudo, baseado em registros históricos, entre os anos 1888 a 1945, o movimento operário do Rio Grande do Sul já realizava suas primeiras manifestações frente ao processo de industrialização do Estado. Nos anos 1960, no norte do Estado, o movimento “Capão da Cascavel”, formado por pequenos agricultores do município de Ronda Alta/RS (na época, pertencente ao município de Sarandi/RS), através de mobilização, obteve a desapropriação da Fazenda Sarandi, arrendada por agricultores e pecuaristas uruguaios. Outras desapropriações foram articuladas no Estado do RS, através do Movimento dos Agricultores Sem Terra²⁸⁸ (Master, 1960-64), criado no município de Encruzilhada do Sul/RS; e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)²⁸⁹, formada por entidades gaúchas, responsáveis pelas primeiras mobilizações dos camponeses, que buscavam a legitimação da terra.

²⁸⁶ Nota da Pesquisadora.

²⁸⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Núcleo de Pesquisa em História. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nph/>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

²⁸⁸ O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) nasceu no município de Encruzilhada do Sul. O motivo foi a tentativa de um proprietário de terras de retomar uma área com cerca de 1.800 hectares, situada no distrito de Faxinal – que hoje faz parte do município de Amaral Ferrador –, que há 40 anos foi habitada por cerca de 300 famílias. O MASTER nasceu há 50 anos na luta pela reforma agrária no RS. 24 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/10167>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

Íntegra da desapropriação da “Fazenda Sarandi” e seus considerados. O Governador Brizola assinou sábado o Decreto 13.034 declarando de utilidade pública para fins de desapropriação por interesse social, as três fazendas do Sarandi. A área a ser desapropriada eleva-se a 24.239 hectares de terras e matos. Acentua o documento que o movimento dos “agricultores sem terra”, que motivou o ato do governo, não se afastou da ordem, conservando sempre o caráter pacífico [...] ²⁹⁰

Esta mobilização, que se deu de forma ordeira e pacífica, identificou o Master como sendo o movimento precursor dos projetos de lutas sociais do RS. Seu continuísmo, pós 1964, se deu pela Frente Agrária Gaúcha ²⁹¹ (FAG) e pelo MST, em 1979. Após este primeiro intento

vários acampamentos tiveram desfechos variados, metodologias de ação das partes (governo, Movimento e proprietários), com violência ostensiva ou não, represálias ou não de ruralistas, da Brigada, da Farsul, de participação pública, de apoio social. Dentre esses, no período em questão, estão os acampamentos de Cruz Alta, Giruá, Taquari, Gravataí, Itapoá, São Francisco de Paula, Santa Maria, Camaquã, Tupanciretã, Sapucaia. ²⁹²

Com a adesão do governo do estado, vários espaços agrários foram desapropriados e cedidos durante o governo de Leonel Brizola. Esta ação, na época, foi aludida pelo povo como sendo um “gesto de benevolência” deste governo, e não como um resultado de uma ação coletiva ou vontade de um grupo. Obstante a forma de pensamento do povo, outros governos não se posicionaram da mesma forma. No entanto, o Movimento se fortaleceu e deu base para que outras lutas rurais se desenvolvessem no Estado.

A Frente Agrária Gaúcha, movimento inspirado na doutrina de Deus, impulsionado pelas forças cristãs e compreensivas, é uma organização brasileira democrática, pacífica e sem política, a serviço da promoção do homem rural. ²⁹³

É interessante lembrar que, neste período, a Igreja Católica já se posicionava como grande apoiadora destas lutas, de forma paternalista e carismática, o que contribuiu com a consolidação dos projetos organizados pelos movimentos sociais do campo. Este apoio só foi

²⁸⁹ Fundada em São Paulo, em 1954, tendo à frente [Lindolfo Silva](#), militante do PCB a ULTAB foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos anos 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade. Em 1964 foi extinta pelo golpe que implantou a ditadura militar no Brasil. MARXIST INTERNET ARCHIVE. **Dicionário político**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/u/uni_lavrad_trab_agricolas.htm>. Acesso em: 11 nov. 2010.

²⁹⁰ TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. Governador Brizola, o Master o e conflito na Fazenda Sarandi, 1960-1962. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2007.

²⁹¹ “A FAG apresentou como prioridade de sua ação, a promoção do homem rural por meio da articulação dos camponeses e da formação de sindicatos. [...] A Frente Agrária Gaúcha (FAG) teve sua data de fundação em 18 de outubro de 1961 [...] na cidade de Porto Alegre, capital do estado do RS [...] (e) tinha por base a defesa de um projeto agrário, uma Reforma Agrária [...]”. BASSANI, Paulo. **Frente Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2008. p. 14-58.

²⁹² TEDESCO; CARINI, op. cit., 2007. p. 8.

²⁹³ *Ibid.*, p. 23.

interrompido, assim como os movimentos sociais, com o Golpe de 1964.

Com o Golpe Militar não só o Master, mas movimentos sociais em geral entram numa situação de aparente imobilismo; lutas mais radicais e que mexiam com formas históricas e estruturais como as da propriedade da terra foram desmobilizadas, desviadas para outras questões no campo do trabalho, no meio urbano, nas questões de produção, produtividade, crédito, etc., até porque, dependendo do conteúdo das demandas sociais, os sujeitos e entidades em torno das mesmas eram considerados subversivos, inimigos da pátria, eram reprimidos, presos, ameaçados.²⁹⁴

Neste período, a participação das mulheres na cena política foi efusiva, através das mobilizações voltadas às demandas coletivas, para ambos os sexos, principalmente contra o sistema instalado. Essas mobilizações, embora inibidas pelo regime, não morreram.

No início dos anos 1980, algumas mulheres camponesas do Rio Grande do Sul, norte do Estado (Passo Fundo, Palmeira das Missões, Cruz Alta)²⁹⁵, incentivadas pelas vizinhas catarinenses que, no ano de 1979, já haviam criado movimentos populares rurais naquele Estado (SC), se organizaram. Em outubro de 1985, reunindo em torno de 10 mil mulheres, realizaram o I Congresso da Trabalhadora Rural, na cidade de Porto Alegre/RS. Em passeata pela cidade, exaltaram a necessidade e a possibilidade de mudanças sociais no Estado, através da articulação entre movimentos sociais.²⁹⁶

4.1 As Mulheres Camponesas do MMC/RS: quem são elas e a trajetória de sua organização

... são agricultoras, meeiras, ribeirinhas, posseiras, diaristas, bóias frias, pescadoras, quebradeiras de côco... e muitas mais... são mães, filhas, camaradas, companheiras, esposas, cúmplices, amantes e parceiras... são mulheres e não precisa mais.²⁹⁷

Sendo a proposta deste estudo, apresentar a trajetória do MMC/RS (1989-2009), inicio este memorial localizando essas mulheres camponesas, no tempo e no espaço, quando se deram seus primeiros passos. Assim, penso possibilitar maior ciência sobre as proposições sociais, econômicas, políticas e culturais, que assentam suas lutas e protagonismos.

No tempo, retomo o cenário da conjuntura política da época, quando se deram os

²⁹⁴ TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. Governador Brizola, o Master o e conflito na Fazenda Sarandi, 1960-1962. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2007, p. 36.

²⁹⁵ Estas cidades pertencem à região agrícola do Estado (produção de milho, soja, leite, frutas, etc.). N. A.

²⁹⁶ GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 47.

²⁹⁷ Música composta por Zé Martins, para homenagear o MMC/RS. 2009.

primeiros processos reivindicatórios do meio rural: o final dos anos 1970, marcado pela opressão ao campesinato do Brasil e da América Latina; e os anos 1980, marcado pela instalação de uma política neoliberal no país. Esses foram alguns dos elementos propulsores da busca por mudança da realidade das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais.

No espaço, apresento um grupo de mulheres trabalhadoras rurais, de diferentes idades, etnias, origens e culturas, que se reuniram em suas comunidades, igrejas ou clubes de mães para, inicialmente, desabafar sobre seu cotidiano e, posteriormente, para mudar sua trajetória de vida. Assim, ao longo dos anos, essas mulheres vêm promovendo ações coletivas, na perspectiva de organizar e mobilizar, não só as trabalhadoras do campo, mas toda a sociedade, para a construção de um novo modelo de organização social.

O grande desafio é o modelo de sociedade capitalista [...] Enquanto poucos têm muito, a maioria não tem nada. Temos milhões e milhões de pessoas morrendo de fome a cada dia. Então, este modelo tem que ser combatido sim, e mudado, sim. E isso só vai mudar se as mulheres estiverem juntas para construir uma nova sociedade.²⁹⁸

Segundo suas concepções, a ideologia patriarcal e capitalista produziu, ao longo da história, a proposição masculina e dominante, exercida de forma plena e legítima, pelos aparelhos ideológicos da sociedade: igreja, família, escola, e outros. Estes aparelhos ideológicos sempre estiveram a serviço dos “donos do capital” e atuaram, na maioria das vezes, contra a “outra classe”, a dos trabalhadores; com raras exceções.²⁹⁹

Sentimos a necessidade de nós mulheres sermos reconhecidas na nossa profissão de trabalhadoras rurais bem como de ter um espaço de formação e discussão de nossa identidade, como trabalhadora, mulher e lutadora.³⁰⁰

Nestes espaços, descobriram que suas semelhanças e diferenças estavam além da estética. Seus sonhos, objetivos e perspectivas de luta por reconhecimento na sociedade, as faziam identificar-se. Assim, passaram a buscar alternativas, através de ações coletivas,³⁰¹ para o resgate da utopia de uma sociedade, que priorizasse o social, incluindo o individual e o pessoal. Suas participações nos distintos espaços (clubes, igrejas, sindicatos), as fizeram se conhecer e se reconhecer como sujeitos sociais e sentirem a necessidade de mudar a realidade social de suas vidas e de enfrentar as adversidades que, segundo elas, as faziam fragmentadas ou as

²⁹⁸ Lurdes, 55 anos, militante e uma das fundadoras do MMTR/RS (1989), moradora de Cruz Alta/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

²⁹⁹ GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica**: alternativas de mudança. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2007. p. 92.

³⁰⁰ Salete Girarde, 53 anos, militante desde 1989. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³⁰¹ GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

transformavam em propriedade. Consequentemente, elas buscaram um novo caminho.

1980 – Organização das Mulheres da Roça: a busca pelo ‘ser mais’³⁰²

A Organização das Mulheres da Roça, em nosso Estado (RS), inicia-se a partir de uma necessidade concreta: a luta pelos direitos e pelo reconhecimento. No campo, neste processo, as mulheres começam a projetar suas vidas e seus mundos para além do espaço doméstico, familiar e da propriedade. Ao mesmo tempo, foram construindo seu processo de libertação e escrevendo a sua história de mulheres e de camponesas.³⁰³

No início dos anos 1980, essa nova organização, ao refletir sobre a importância do papel das mulheres na construção de uma utopia, iniciou suas primeiras articulações, fomentadas pelas mulheres trabalhadoras rurais do Rio Grande do Sul.

O movimento, na sua origem, era denominado “Movimento das Margaridas”, em alusão à sindicalista Margarida Alves, assassinada em 1983, no interior do Estado de Alagoas, tornando-se um símbolo de luta pelos direitos das mulheres agricultoras.³⁰⁴

O objetivo inicial dessa Organização foi o de contrapor ao contexto político opressor e cultural que, historicamente explicitado, se mostrava tradicional e machista, desde as relações de poder familiar, social e de hierarquias.

[...] eu, mulher, preciso me libertar, não é outra pessoa que vai fazer isto por mim, eu tenho que fazer isto também, tanto individualmente, como de maneira coletiva. [...] Estar no movimento traz esta coisa que é pessoal. Não sei se é um avanço, ou se é uma conquista pessoal, mas, também, traz frutos para o conjunto, assim, da coletividade.³⁰⁵

Com esse entendimento, essas mulheres deram início a uma nova forma de interação social, e passam a escrever a sua própria história. *Vem, vamos embora que a nossa história a gente faz. E esta história é feita pelas mulheres do campo, da cidade e das organizações [...]*³⁰⁶

³⁰² FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006. p. 83-87.

³⁰³ Elisiane de Fátima Jahn, 27 anos, Educadora, militante há sete anos, coordenadora do MMC/RS no município de Palmeira das Missões/RS e representante na Nacional do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³⁰⁴ TEDESCHI, Losandro Antônio. Do silêncio à palavra: identidades e representações sociais de mulheres camponesas no Noroeste do RS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2007b. p. 19.

³⁰⁵ Elisiane de Fátima Jahn, 27 anos, Educadora, militante há sete anos do MMC/RS, coordena o município de Palmeira das Missões/RS e é representante na Nacional do MMC/RS (2009). Entrevista realizada na cidade de Porto Alegre-RS, no dia 22 de setembro de 2009.

³⁰⁶ Luciana, 30 anos, moradora da Serra Gaúcha, é militante do MMC desde 1990 e coordenadora de sua Região. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

A OMR, articulada pela consciência de que as mulheres deveriam participar e comandar, juntamente com o homem, desenvolvendo seu papel político na sociedade, fez com que elas deixassem para trás o ‘ser menos’, para serem sujeitos da história.³⁰⁷

A busca pelo “ser mais”³⁰⁸ as levaria à luta pela afirmação/conquista de sua liberdade. Isto as levou a depararem com condicionantes sociohistóricos, como as transformações nas relações sociais e de gênero, entendidas como papéis culturalmente atribuídos ao homem e à mulher, e que definiram os padrões das relações sociais existentes.

Diferentemente das Margaridas que, por estarem ligadas à FETAG/RS e a EMATER, mantinham características de rainha do lar, as mulheres da OMR preconizaram suas demandas a partir de necessidades que viraram bandeiras de luta: os direitos civis e sociais; e a conquista do acesso a terra, espaço de sobrevivência das famílias camponesas, e elemento de aspiração dessas mulheres.

*A gente faz um pouco de tudo. Tira o leite, arruma a casa, cuida dos filhos, do pátio, da horta, na comunidade tem sempre alguma coisa para se fazer. Ainda participa do movimento.*³⁰⁹

Mesmo tendo o trabalho doméstico e a responsabilidade pela casa como elementos centrais e comuns em suas vidas, essas mulheres não deixaram de “ser menos” importantes em suas casas, ou no seu cotidiano. Assim, a Organização começou a ser constituída.

*Chamaram-me para participar do Movimento. E eu pensei “mas eu”. Mas, dizer não também era impossível. E aceitei o desafio de sair de casa. Na época eu tinha já dois filhos pequenos, de colo, os dois. Achei que era difícil, mas, talvez estivesse ali a chance que eu precisava. E eu fui à primeira reunião que teve ali na região. E começou ali o desafio de mudar a realidade que nós mulheres vivemos.*³¹⁰

A necessidade de mudanças não deixou que a fragilidade interior, que parecia estar presente nessas mulheres, fosse considerada obstáculo. A partir desse pressuposto, elas passaram a compreender que a opressão vivida justificava-se e qualificava-se pela desigualdade, que comprovava serem homens e mulheres realmente desiguais. “E, como consequência (sic), essas desigualdades naturalizam-se e transformam-se em diferenças biológicas essenciais que,

³⁰⁷ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 97.

³⁰⁸ ZITKOSKI, Jaime J. Humanização/Desumanização. In: **Dicionário Paulo Freire**. STRECK, Danilo. R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 380.

³⁰⁹ Ancila Ferrari (Cila), 47 anos, moradora de Passo Fundo/RS, militante do MMC desde 1984. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³¹⁰ Regina, 40 anos, militante desde 1989 e coordenadora do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

originariamente, são produzidas pela cultura e pela sociedade.”³¹¹

*Foi um tempo em que tivemos que romper os conflitos, superar os conflitos. A discriminação da vizinhança pela mulher que sai de casa e deixa marido e filhos e vai à luta. Então, para mim, o Movimento nesta época foi marcado pela paixão e pela coragem.*³¹²

A presença da dominação simbólica nas relações sociais, embora transpareça uma dominação do universo masculino, não quer dizer que as mulheres se submetam facilmente ou tendam a permanecer sempre submissas a esta dominação, sem mostrar alguma forma de resistência.³¹³

*Eu também sou ser humano, com direitos e utopia. Depois desta descoberta, tudo pareceu mudar. Comecei me libertar. Mesmo sendo criticada, ajudei outras a viver. Conquistamos nosso espaço e nos sentimos mais gente. Não fugimos das peleias e do que vier pela frente. O desafio ainda é grande.*³¹⁴

Neste mundo de descobertas, percebe-se que elas passaram por um processo de reconstrução de sua libertação social e pessoal. Carmen Lorenzone nos conta que, no início dessa constituição, seu trabalho de base junto às mulheres trabalhadoras rurais foi voltado a este processo de “libertação”. Para alcançarem esse propósito, tanto ela, como as outras, foram desafiadas a enfrentar questões ligadas às ações de formação nas questões de gênero, nas questões de políticas públicas, e enfrentamento ao agronegócio e ao patriarcado.

*A luta da mulher, que vê que não nasceu só para cozinhar; cuidar da casa e ir a missa levar os filhos [...] cada dia que passa, é uma nova conquista; vão se libertando aos poucos; muitas ainda não conheceram este esquema; de lutar e se libertar, ficando presa ao sistema; hoje nós lutamos e seguimos em frente, cada dia um dia a mais. Sabemos nosso valor nos dias atuais; não queremos ir na frente, mas também não podemos ficar para trás [...]*³¹⁵

Orientadas por ideais específicos e com uma visão crítica sobre sua realidade, algumas delas conseguiram projetar mudanças em seu cotidiano, para poderem confrontar os vínculos conflituosos, anteriormente vivenciados. Os processos de emancipação e empoderamento, para romper com as amarras que as mantinham submissas em seus espaços, aos poucos foram sendo

³¹¹ FRANCHI, Nilza. Os estudos de gênero e a história das mulheres. **Expressão**: Revista Científica da Fundação Educacional Guaxupé, Guaxupé, MG, v. 1, n. 1, 2000. p. 157.

³¹² Jurema Justo, 53 anos, moradora de Três Cachoeiras, região Litorânea, participa do MMC desde 1982. Fez parte da Direção Estadual (1998-2005). Hoje está na Coordenação Estadual, executando trabalho de base. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³¹³ SELBACH, Jeferson Francisco et al. **Mulheres**: história e direitos. Cachoeira do Sul: Ed. do Autor, 2005. p. 8.

³¹⁴ Regina, 40 anos, militante desde 1989 e coordenadora do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³¹⁵ Fragmento de uma poesia escrita por Noeli da Silva, 35 anos, militante do MMC/RS. Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

construídos entre elas. Para Carmen Lorenzoni, esse processo

*vai sendo construído conjuntamente, na medida em que as mulheres vão se conscientizando de suas capacidades, papéis, direitos, etc., elas vão se tornando e construindo cidadania. Isso é libertação, vão experimentando, passo a passo, tomar suas decisões, opinar, participar, aprender... o gosto que sentem é libertador. Vão perdendo o medo, se tornando audaciosas, participantes e comprometidas.*³¹⁶

As mulheres camponesas que participavam das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por estarem mais fortalecidas politicamente, impulsionaram a organização. Em 1983, durante o processo de reabertura política no Brasil, se determinaram por uma luta popular e coletiva, para a construção de sua cidadania.

Para elas, sua inserção e participação nos espaços da sociedade, bem como na quebra de paradigmas de uma sociedade machista, foram importantes para apontar que era possível conciliar a militância com a vida familiar.

1985/1989 – As mulheres camponesas e sua percepção dos espaços

Em 1985, em Palmeira das Missões/RS, criou-se a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que contou com o apoio de sindicatos rurais do Estado, da Pastoral da Terra e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag). Segundo as perspectivas da Organização, a Comissão propunha algumas ações: a sindicalização da mulher rural, a participação das mulheres na comercialização dos produtos de suas propriedades, a realização de atos públicos pela Reforma Agrária e o reconhecimento da profissão da mulher como trabalhadora rural, acrescido de benefícios trabalhistas específicos.

³¹⁶ Carmen Lorenzoni, 61 anos, militante do MMC (1980), é coordenadora de projetos do MMC/RS, na cidade de Passo Fundo/RS. (Questionário aplicado em agosto de 2010).



Figura 3 – Passeata na cidade de Porto Alegre/RS: mobilização pela Saúde Pública e pela Saúde da Mulher. Fonte: MULHERES ...³¹⁷

Em 1988, a situação econômica de vários países da América Latina, inclusive o Brasil, era de dificuldades, frente à crise do desemprego e do aumento da dívida externa. A imposição de uma política neoliberal, dada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, levou alguns movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e administrações populares, a pensar que não podiam ficar parados frente à eminente situação de empobrecimento e pauperização da classe média e trabalhadora.

Diante deste contexto, com o propósito de avançar suas lutas contra as condições de injustiças sociais e de inserir a Organização na construção de uma sociedade que se emergia dos complexos e conturbados anos da ditadura, *a OMR dá origem ao Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS*. Este processo pode ser caracterizado em três momentos centrais: (a) a sua constituição, inserida no bojo das lutas sociais populares de resistência no Brasil; (b) a busca de direitos, valorização e participação, opção pelo movimento autônomo; (c) gênero, classe e projeto popular: síntese da identidade.³¹⁸

³¹⁷ MULHERES trabalhadoras rurais se preparam para decidir os rumos do MMTR na virada do século. **Jornal Informativo do MMTR/RS (Desperta Mulher)**, Passo Fundo/RS, ano 5, n. 26. set./out. 1997.

³¹⁸ PALUDO, Conceição. **Movimento de mulheres trabalhadoras rurais do Estado do Rio Grande do Sul – MMTR/RS: síntese e trajetória**. Porto Alegre: Ponto & Virgula, 2002. p. 19-23.

Em 1989, com a realização do I Seminário das Mulheres Rurais do RS, intitulado “*A Missão do MMTR, na virada do século*”, elas articularam seu primeiro encontro, que contou com a participação de *Frei Beto*, líder mundialmente conhecido. Sua presença foi com o intento de ajudá-las a perceber novos caminhos e assumir novos desafios, diante da sociedade neoliberal. Para o intelectual e religioso brasileiro,

a missão do MMTR/RS é trabalhar as questões específicas da mulher trabalhadora rural, como: mudança do modelo tradicional de família, de estado, de Igreja, de escola, trabalhar questões como relações de gênero, saúde, sexualidade... Direitos em relação à vida rural como a reforma agrária, relações de trabalho, documentação, salários, infraestrutura (sic) [...] Para isto, este movimento tem que se equipar cada vez mais como tem feito, com metodologias, concepções educativas bem progressistas, libertadoras [...] e ao mesmo tempo, buscar uma política de inserção nas massas, com sabedoria, com profunda inteligência, com profundo respeito aos valores populares.³¹⁹

Frente a esses novos desafios, o Movimento fundamentou suas lutas em princípios éticos, sob a luz da metodologia e das concepções educativas e libertadoras inspiradas no pensamento de Paulo Freire, pioneiro na articulação da práxis libertadora dos Movimentos Populares, em direção à transformação das realidades sociais opressoras.³²⁰ Para o educador,

se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda [...] (a educação) como processo de denúncia da realidade perversa como do anúncio da realidade diferente a nascer da transformação da realidade denunciada.³²¹

Seguindo essas reflexões trazidas pelo Educador, as mulheres camponesas se fortaleceram para discutir novas propostas para o Movimento, conscientes de que, o MMTR

*é uma forma das mulheres se organizarem e participarem da construção de uma sociedade mais justa. É a maneira das mulheres crescerem, se encontrarem, adquirirem mais informação, se ajudarem na luta por nossos direitos.*³²²

Ao realizarem a 1ª Assembleia Estadual do MMTR (1989), na cidade de Passo Fundo/RS, elas se identificaram como um Movimento capaz de intervir na construção da sociedade.

³¹⁹ CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. (Frei Beto). Entrevista. **Boletim Informativo do MMTR**, Passo Fundo, RS, ano 5, n. 28, jan./fev. 1998.

³²⁰ ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 14.

³²¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006. p. 65-70

³²² MARCHISINI, Mônica Zanetti. Entrevista. **Boletim Informativo do MMTR**, Passo Fundo, RS, ano 3, n. 12. nov./dez. de 1994. Mônica, 32 anos, integrante do MMTR desde 1993, e trabalha em uma pequena propriedade, na comunidade de Nossa Senhora Aparecida de Ibiraiaras/RS, onde produz leite, milho, batata, feijão.

As bases do MMTR foram sendo construídas na década dos anos 1980. O processo organizativo, a formação, a ampliação foi crescendo juntamente com a necessidade de se constituir um movimento autônomo de mulheres. Uma grande assembléia (sic) em agosto de 1989, que contou com a participação de mais de 500 mulheres, fortaleceu o MMTR do RS.³²³

Assim, tomaram suas primeiras decisões sobre o processo de implantação de políticas públicas afirmativas, voltadas para o mundo camponês, com propostas que buscassem usufruir de algumas conquistas sancionadas pela Constituição Federal de 1988, como a igualdade jurídica, que fora expressa em seu ordenamento, e a igualdade entre homens e mulheres.

A CF de 88 trouxe dispositivos de grande importância para o fim da discriminação sofrida pelas mulheres, ao garantir-lhes, expressamente, o direito à igualdade, nos termos do art. 5º, inciso I, e ao assegurar-lhes a titularidade da plena cidadania, deflagrando, desse modo, uma verdadeira revolução no que tange à inserção feminina nos espaços sociais. Até 1988, ainda existiam os óbices legais dos artigos 233 e 380 do Código Civil, que estabeleciam que a representação legal da família cabia (sic) ao marido, ao pai ou ao exercício do pátrio poder e, no caso de divórcio, prevalecia (sic) a vontade do marido; e a mulher se não concordasse, deveria buscar o judiciário.³²⁴

Porém, a Constituição não atendeu a todas as mulheres, pois estava mais direcionado às mulheres do espaço urbano, já que o espaço rural não tinha acesso aos condicionamentos da CLT. Em seu capítulo 2, que trata dos direitos sociais, temos:

Art. 7º: a) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, terá a duração de cento e vinte dias (inciso XVIII), ao passo que a licença-paternidade será fixada por lei, sendo de cinco dias enquanto a lei não for editada (inciso XIX combinado com art. 10, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias); b) nos termos da lei, no caso a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), será dada proteção ao mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos. Este dispositivo tem a clara intenção de inserir a mulher no mercado de trabalho, tradicionalmente dominado pelo homem; c) a aposentadoria da mulher será efetuada, de regra, cinco anos antes da concedida ao trabalhador do sexo masculino (nos casos normais, trinta anos e trinta e cinco anos de contribuição para a Previdência Social, respectivamente). É o disposto no inciso XXIV. Combine-se este preceito com o disposto nos arts. 40, § 1º (com respeito aos servidores públicos) e 201 (para o Regime Geral da Previdência Social).³²⁵

Assim, as propostas da Constituinte beneficiavam apenas as mulheres trabalhadoras no meio urbano. “E eu me perguntava: ela (a sogra), que trabalhou mais que ele (o sogro), não tem direito de se aposentar? Isso me doía e comigo eu pensava: um dia eu vou lutar pelas

³²³ LORENZONI, Karen. **Entrevista**. Concedida a Odilon Ramos. Programa “Vidas no Sul”. TV Aparecida. (apresentada no telão, durante Assembleia 20 anos do MMC/RS, em 17 de outubro de 2010).

³²⁴ SANTOS, Tânia Maria dos. A Mulher nas Constituições Brasileiras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: AMÉRICA LATINA EM DEBATE, 2. 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, UFRGS. 2009.

³²⁵ BRASIL. (Constituição, 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 fev. 2010.

mulheres.”³²⁶ Esta aspiração tornou-se uma proposta central para o MMTR que, além das mudanças sociais de gênero, buscava uma transformação da sociedade, que viesse acompanhada de efetivas mudanças estruturais e sociais.

A construção da mulher trabalhadora rural como sujeito político e social no Brasil - até final da década de 1980, era considerada invisível no processo produtivo do meio rural - vem sendo demarcada pela luta dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, que obtiveram várias conquistas, como o reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural; o direito à aposentadoria dos (as) trabalhadores (as) rurais, aos 55 anos para as mulheres e aos 60 para os homens; o direito ao salário-maternidade às mulheres da roça; o direito à saúde pública para todos e com políticas de atenção integral à saúde da mulher pelo Sistema Único de Saúde; o direito à documentação pessoal e profissional, a inclusão do nome da mulher e filhos no bloco de produtor(a).³²⁷

1990 – Uma década marcada pela conquista de direitos

Na década de 1990, o Movimento passou a reivindicar a garantia dos direitos previdenciários referentes aos trabalhadores do campo. Direitos que atendessem, também, a realidade da mulher rural. Essas reivindicações, para elas, foram imprescindíveis, pois marcou uma luta contra a exploração e discriminação feminina, dadas com a sobrecarga de trabalho (casa, campo) no espaço agrário. Essa opressão levou as trabalhadoras rurais a repensarem outra forma de luta.

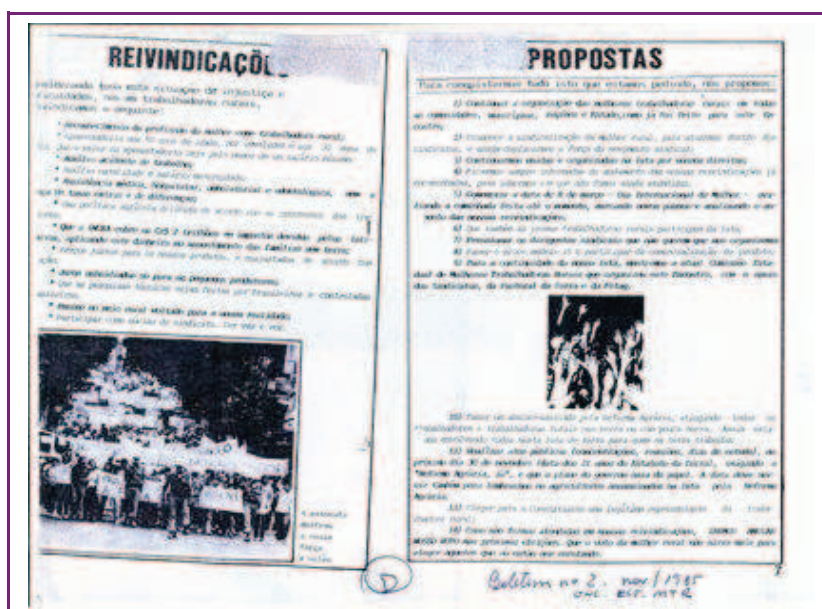


Figura 4 – Passeata na cidade de Porto Alegre/RS: mobilização pela força e união do Movimento.

³²⁶ Ancila Ferrari (Cila), 47 anos, moradora de Passo Fundo/RS, militante do MMC desde 1984. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³²⁷ DARON, Vanderléia Laodete Pulga. **Educação, cultura popular e saúde: experiências de mulheres trabalhadoras rurais, Brasil.** 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2003. p. 19.

Fonte: REIVINDICAÇÕES ...³²⁸

Com a legenda “*Mulher que luta organizada, gera uma nova sociedade*”, algumas militantes do MMTR criaram, em 1985, o Boletim Informativo do Movimento, com edição trimestral. Intitulado de “*Desperta Mulher*”, o jornal passou a dar informações às mulheres camponesas e trabalhadoras rurais. A coluna “textos para estudo” trazia temas políticos, econômicos e culturais do cenário mundial; dicas de programas e instruções sobre a saúde específica da mulher e sobre a produção de alimentos saudáveis. (Atualmente, o jornal tem tiragem bimestral de 500 exemplares, e é distribuído gratuitamente entre as participantes do Movimento. É mantido por 150 assinantes do MMC/RS, mais alguns promotores de seus eventos. Sua produção é feita pelo Coletivo de Comunicação do Movimento, que conta com a ajuda de jornalistas).

Este novo meio de comunicação, mesmo sem os recursos gráficos avançados (os primeiros números eram datilografados e reproduzidos em máquinas copiadoras, em preto e branco), representou um mecanismo de luta e articulação muito importante para essas mulheres do campo. O “*Desperta Mulher*”, ano 3, n. 1, de julho de 1990, trouxe depoimentos e textos abordando sua preocupação em condenar a discriminação sofrida, não só pelas camponesas, mas por todas as mulheres da sociedade. Na página específica para debates, elas apontaram caminhos diretores para esta superação. Em uma das entrevistas feitas pelo Jornal, Mariza Scariot, 19 anos, militante, torna clara esta preocupação:

Acredito que a discriminação que sofro é a que a maioria das mulheres sofre. Uma das formas mais concretas é a educação diferenciada na família, onde somos sujeitas (sic) a fazer apenas os trabalhos da cozinha, aprender a criar filho, etc. [...] no lazer, o que a sociedade nos oferece, priva a nós mulheres de desenvolver nossas potencialidades. Sinto a discriminação quando nossas idéias (sic), posições não são valorizadas na família e até mesmo em discussões com nossos companheiros de luta.³²⁹

Esta fala reflete a condição de muitas mulheres, do espaço rural ou urbano, que ainda se encontram em situação de exclusão intelectual das nossas sociedades do século XXI.

A página sobre Saúde notificou que a mulher camponesa no Brasil perpassa por um sistema histórico de negação aos direitos, no mundo do trabalho, aos recursos básicos da sociedade. Esta questão perpassa, igualmente, pelas questões da economia, no âmbito das políticas agrícolas, que introduziram novas tecnologias no campo, subsidiadas pelo capital neoliberal, com seu processo monopolizante sob o controle de sementes, agrotóxicos e

³²⁸ REIVINDICAÇÕES. *Boletim Informativo do MMTR/RS*, Passo Fundo, RS, ano 1, n. 2. nov. 1985.

³²⁹ SCARIOT, Mariza. Entrevista. *Boletim Informativo do MMTR/RS*, Passo Fundo, RS, n. 1, jul. 1990.

fertilizantes, que adentraram o campo, sem se preocuparem com a saúde rural.

As políticas que vêm sendo implementadas ameaçam os pequenos agricultores, sobretudo o trabalho das mulheres, sob pressão das grandes indústrias de alimentos, de sementes, de insumos agrícolas e de integrados. Dessa forma, colocam em perigo a segurança dos alimentos, a autonomia dos camponeses (as), e favorecem a privatização de bens coletivos, como a saúde, a educação e o saneamento, entre outros.³³⁰

Percebe-se que, para elas, o imperialismo das grandes multinacionais que dominam tanto o Brasil, quanto a América Latina, vai além de provocar, nos moldes da globalização, a exploração agrícola. Ele visa seus interesses, banalizando a questão da saúde nos nossos campos.

Uma pesquisa realizada durante sete anos num hospital de Passo Fundo analisou seiscentos casos de crianças e levantou a hipótese de que, em decorrência do uso de agrotóxicos, nasceram com deformações ósseas, hidrocefalia, anencefalia, entre outras; muitas dessas nem sobreviveram; e a cada 1000 crianças, 4,5 nascem com anomalias. [...] A pesquisa aponta uma série de elementos e dados preocupantes comprovando que os agrotóxicos, entre eles, os organofosforados e os ditiocarbamatos, são produtos neurotóxicos, que afetam o sistema nervoso por causa do seu elevado índice de toxicidade. Dos casos analisados, as maiores vítimas são as mulheres. Ainda segundo a Anvisa “outro dado preocupante é que 44% dos entrevistados demonstraram um forte grau de suspeição de morbidade psiquiátrica, sendo que a frequência (sic) dos casos suspeitos foi maior em mulheres (60%) do que em homens (31,6%)”.³³¹

Diante destes dados, percebe-se a ausência de um controle governamental sobre o uso extensivo de agrotóxicos pelas grandes empresas rurais.



Figura 5 – Campanha Nacional pela Produção de Alimentos saudáveis.
Fonte: CAMPANHA...³³²

³³⁰ DARON, Vanderléia Laodete Pulga. **Educação, cultura popular e saúde**: experiências de mulheres trabalhadoras rurais, Brasil. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2003. p. 50.

³³¹ Ibid., p. 51.

³³² CAMPANHA Nacional pela Produção de Alimentos saudáveis. Mulheres lutam pela preservação da ‘semente crioula’. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/boletim_eletronico/140909_alimentos.jpg>. Acesso em 11 nov. 2010.

Para o MMTR, é urgente a existência de políticas públicas que garantam tanto às mulheres, quanto a toda comunidade do meio rural, meios para enfrentar essas adversidades, postas pelo sistema neoliberal implantado no campo.

4.2 Invisibilidade, Protagonismo e Superação das mulheres camponesas

O ano de 1993 trouxe um novo cenário político para o Brasil. Em comemoração aos seus 493 anos de história, o plebiscito de 21 de abril levou o povo brasileiro, pela primeira vez, às urnas, para escolher a forma de sistema de Governo para o país: a monarquia, o presidencialismo ou o parlamentarismo.

Diante da difícil situação por que passa o povo brasileiro, nós mulheres não podemos ficar simplesmente de braços cruzados. Como companheiras organizadas, temos o grande desafio de participar e lutar por nossos direitos de mulher cidadã. É desta forma que conseguiremos conquistar mais espaços, construindo uma sociedade justa e igualitária.³³³

Mesmo diante de um cenário aparentemente democrático, a opressão se dava pelas incertezas políticas e sociais vivenciadas pelo povo brasileiro. Articulando-se na luta pelos seus direitos e estabelecendo um pensamento de que “93 pode ser diferente”,³³⁴ as mulheres do MMTR se organizaram e promoveram nas cidades de Palmeiras da Missões/RS, Passo Fundo/RS e Porto Alegre/RS, reuniões, encontros e debates, nos meses que se antecederam ao Plebiscito: “Onde não há caminhos traçados, nós voamos”.³³⁵

1993 – Novos caminhos sob uma nova forma de governo

Com eventos destinados à conscientização das mulheres sobre o momento político e as possibilidades de mudanças sociais, elas firmaram uma luta contra a cultura de dominação que, desvelada, transformaria a realidade opressora.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua

³³³ EDITORIAL. **Boletim Informativo do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, n. 2, dez./jan. 1993.

³³⁴ 93 pode ser diferente. **Boletim Informativo do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, n. 2, dez./jan. 1993.

³³⁵ Ibid.

convivência com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que não se cinja a meto ativismo, mas esteja associada a um sério empenho de reflexão, para que seja práxis (*ação/reflexão/ação*).³³⁶

Em agosto de 1993, a vitória do sistema Republicano de governo, que acenou possibilidades de uma democracia, impulsionou as mulheres do MMTR/RS e demais MS ligados à terra a iniciarem novas articulações. Naquele mês, mais de 350 mulheres agricultoras, originárias de onze estados brasileiros (120 delas, representantes do MMTR), foram a Brasília/DF para participarem de uma marcha, objetivada a forçar a votação sobre o projeto que previa o Benefício do Salário Maternidade da Trabalhadora Rural, que tramitava na Câmara dos Deputados Federais. *“Quantas caravanas a Brasília, fazendo ocupação nos prédios da previdência. Em Brasília, a Neusa apanhou na cabeça porque estava junto. Dependeu de muito sacrifício”*.³³⁷

Essa reivindicação baseou-se na Constituição Federal de 1988, que previu este benefício, mas, foi pelo presidente Fernando Collor de Melo, ao regulamentar a Lei da Previdência. Esse ato presidencial não só causou um refluxo dos movimentos sociais no país, como, também, serviu para intensificar a luta pelo direito previdenciário das trabalhadoras rurais.

*Este tempo (início das marchas) foi um tempo marcado na luta pela previdência social. Quem não se lembra da entrada no prédio de Porto Alegre? Quem que estava lá? Depois de 8 de março (1993). Já tínhamos conseguido os direitos na Constituição, mas tínhamos que fazer acontece.*³³⁸

Reivindicações semelhantes também aconteceram em vários estados do Brasil, através de mulheres que se reconheceram como trabalhadoras rurais e com direitos a direitos.

*As nossas idas até Brasília, nos anos 1980 a 1990, foram marchas onde o movimento lutava pelo reconhecimento da mulher como trabalhadora, como cidadã que tem direitos. E iniciou a luta pela aposentadoria, pelo salário maternidade e o previdenciário. Isto marcou o início do Movimento dos anos 1990.*³³⁹

Entre os anos 1991 e 1992, essas reivindicações foram asseveradas por mobilizações massivas, que resultaram na II Assembleia Estadual *“Mulher: Cidadania e Valorização*.

³³⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006. p. 58-59.

³³⁷ Lurdes, 55 anos, militante e uma das fundadoras do MMTR/RS (1989), moradora de Cruz Alta/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³³⁸ Jurema Justo, 53 anos, moradora de Três Cachoeiras, região Litorânea, participa do MMC desde 1982. Fez parte da Direção Estadual (1998-2005). Hoje está na Coordenação Estadual, executando trabalho de base. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³³⁹ Vanderléia L. P. Daron, 37 anos, educadora, doutoranda em educação, militante do MMC/RS desde 1980, mora em Passo Fundo/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

Conquistaremos com Luta e Organização”, onde reivindicaram programas de saúde acessíveis também ao campo e o salário maternidade rural.³⁴⁰



Figura 6 – Mulheres camponesas comemoram a aprovação do Projeto de Lei que prevê o direito ao salário-maternidade das mulheres trabalhadoras rurais do país.

Fonte: MULHERES ...³⁴¹

Em 1994, a agenda do MMTR/RS esteve voltada para questões que versaram sobre as políticas agrícolas e o resgate da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais. No dia 8 de maio, através da *“Jornada Nacional de Luta”*, elas comemoraram o dia da Mulher, em um encontro que reuniu mais de 500 camponesas, para debaterem os temas: políticas agrícolas, Previdência Social e Reforma Agrária. Após a jornada, entre os dias 9 e 13, realizaram um encontro na cidade de Passo Fundo/RS, que serviu de preparo e fortalecimento das lutas, sobre uso consciente do solo e da produção de alimentos saudáveis.

*Nós, mulheres agricultoras, devemos participar de uma política séria e comprometida com a causa dos trabalhadores. Não podemos deixar para os politiquieiros, pois “Elles” nunca irão defender nossos interesses: política agrícola voltada para os pequenos agricultores, saúde e educação para o meio rural.*³⁴²

³⁴⁰ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 104.

³⁴¹ MULHERES garantem aprovação do salário-maternidade. **Jornal Informativo do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, n. 6, ago./set. 1993.

³⁴² MARCHISINI, Mônica Zanetti. Entrevista. **Boletim Informativo do MMTR**, Passo Fundo, RS, ano 3, n. 12, nov./dez. 1994.

Este discurso explicitou a sua preocupação com a ameaça à sobrevivência na roça, onde os agricultores, com muitas dificuldades, buscaram alternativas para viabilizarem a sua produção e garantirem o sustento de sua família.

A inserção da mulher no mercado de trabalho trouxe alguns enfrentamentos à categoria, sobre sua formalização na esfera econômica do país. Sem um registro que assinalasse essa presença, elas disputavam este espaço com os homens, sob condições subalternas e discriminadas. No meio rural, o processo não foi diferente. Mesmo contribuindo com o trabalho no campo, a negação do direito de acesso a terra, através do registro de posse também em seu nome, contribuiu para sua exclusão das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Sabe-se que a maioria das mulheres só tem o título eleitoral e certidão de casamento. Quando se trata de documentos trabalhistas é ainda pior. Poucas mulheres possuem o Bloco de Produtora em seu nome ou em conjunto com o marido. O INCRA da terra geralmente está no nome do homem. As mulheres detêm apenas 1% das propriedades rurais. 70% das pessoas que trabalham de empregados rurais não têm carteira de trabalho. As mulheres são 60% do setor informal brasileiro, não são reconhecidas como trabalhadoras e contribuintes. Uma das conseqüências (sic) disto é que entre 94 e 95 (1994 e 1995), 40% das mulheres que se aposentaram já tinham mais de 60 anos, e a lei é aos 55 anos.³⁴³



Figura 7 - Campanha “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos.”

Fonte: CAMPANHA ...³⁴⁴

Em novembro daquele mesmo ano, elas articularam uma mobilização pelo direito ao

³⁴³ CAMPANHA da documentação. **Jornal Desperta Mulher - MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, ano 5, n. 25, jul. 1997.

³⁴⁴ CAMPANHA da documentação. **Jornal Desperta Mulher - MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, ano 3, n. 12, nov./dez. 1994.

acesso à documentação pessoal (Registro Geral e Carteira de Trabalho), que se estendia apenas aos homens do campo. Quando alguma delas possuía, era apenas o registro de nascimento, ou de casamento. A documentação necessária para serem consideradas cidadãs era privilégio de poucas.

Queria lembrar que o movimento de mulheres, desde a década de 1980, junto com outros movimentos, estava na luta pelo crédito e por um conjunto de políticas para melhorar as condições de vida no campo. Foi aí que percebemos que o seu trabalho diário no campo, como tirar o leite e trabalhar a terra sol a sol com o marido, de cuidar em produzir alimento era um cotidiano que não aparecia. Por mais que as mulheres levantassem de madrugada e trabalhasse até o final do dia, esse trabalho não era reconhecido ou valorizado. Vocês se lembram disto? Na verdade o cotidiano, com o trabalho pesado não reconhecido e não valorizado na agricultura, porque a mulher não era considerada trabalhadora. Quando a gente ia ver, era considerada do lar. Não sendo trabalhadora rural, não tinha direito algum. Era direito condicional trabalhista. Então, na verdade, quando as mulheres começaram a se reunir, se juntaram e perceberam que uma grande parte das mulheres não tinha documentos. Que, quando tinham que se apresentar, diziam que era 'fulana mulher de fulano'. Então, aparecia outro problema, o da cidadania. A mulher era rotulada no nome do marido.³⁴⁵

Este depoimento mostra que a dimensão da invisibilidade do trabalho dessas mulheres está diretamente relacionada à dimensão da invisibilidade de sua cidadania.

1994 - Sem documentação não somos consideradas pessoas!

Neste contexto, os movimentos sociais de mulheres foram essenciais no campo da denúncia e da busca por soluções para o problema da documentação rural das camponesas. Em âmbito nacional, esse debate alcançou notoriedade quando, em 1997, a Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais (ANMTR) lançou a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural com o lema “*Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos*”. Com isto, sensibilizaram os movimentos sindicais rurais, Organizações Não-Governamentais (ONG's), igrejas e os governos (federal, estadual e municipal), em torno da Campanha, estabelecendo parcerias, para a realização de mutirões de documentação.³⁴⁶

³⁴⁵ Vanderléia L. P. Daron, 37 anos, educadora, doutoranda em educação, militante do MMC/RS desde 1980, mora em Passo Fundo/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³⁴⁶ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Documentação da Trabalhadora Rural**. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/pndtr>. Acesso em: 08 nov. 2010.

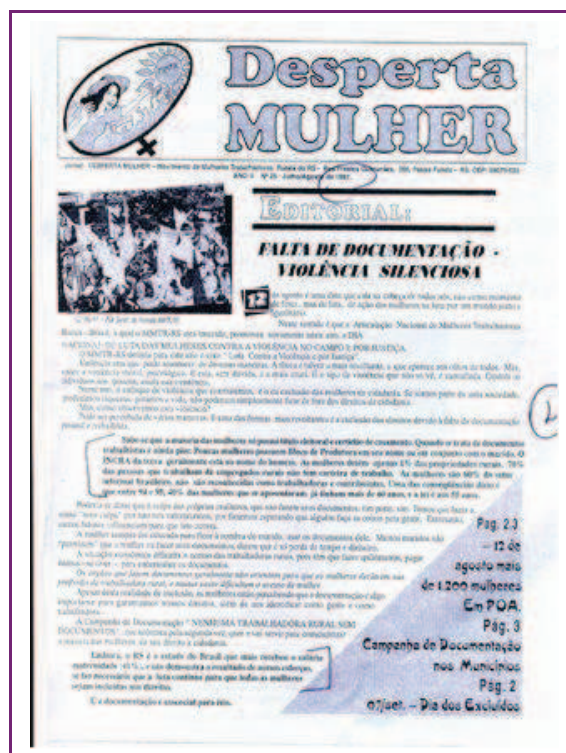


Figura 8 -Falta de documentação – violência silenciosa.
Fonte: FALTA ...³⁴⁷

A Campanha da Documentação para a trabalhadora rural foi difundida, também, através do Boletim Informativo (ano 3, n. 12. nov./dez. 1994), de cartazes e outros materiais de publicação.

*A questão da conscientização das mulheres a partir da organização e da libertação das mulheres que, na verdade, viviam lá no cantinho delas e não sabiam que podiam se organizar, se conscientizar e se libertar um pouco. Elas eram vistas só como uma doméstica. Uma mulher que servia a tudo em casa. E achava que não tinha capacidade e nem direitos. E, por isto, fomos atrás e começamos a nos organizar para serem reconhecidas como mulheres agricultoras e com direito a direitos.*³⁴⁸

Diante da necessidade deste reconhecimento, elas se deslocaram para várias comunidades e municípios do RS, no eixo da Região Sul, formado pelos municípios de Sarandi, Ronda Alta, Cachoeira do Sul, Rondinha e Cruz Alta.

Por meio da Cartilha “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos”, produzida pelo Movimento, elas divulgaram informações sobre o processo de constituição da cidadania, utilizando um pequeno histórico “Nossos direitos têm história”, com questões específicas do tema, voltadas a orientar debates de grupos, formados nas localidades.

³⁴⁷ FALTA de documentação – violência silenciosa. **Jornal Desperta Mulher do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, ano 5. n. 05. jul./ago. 1987.

³⁴⁸ Neli Maria Otfinowski, coordenadora de base e militante do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS.

Companheiras! Todas as trabalhadoras devem ter seus documentos pessoais e profissionais para fins de reconhecimento individual, profissional e também para encaminhamento de seus benefícios. Vamos conhecer melhor quais os documentos pessoais e profissionais que toda a mulher trabalhadora rural precisa ter para conseguir direitos e conquistar cidadania.³⁴⁹

Para elas, a conquista desta documentação representou sair da escuridão cidadã, que as impedia de exercerem seus direitos, pois, formalmente, elas não existiam na sociedade.

Conseguir direitos é conquistar cidadania. Na primeira vez que fomos a Brasília, eles perguntavam “mas mulher da roça trabalha?” Eles achavam que éramos como as mulheres de produtores rurais que, a maioria, mora na cidade e nem sabe que existe a terra. Tem os peões que fazem o trabalho. Produtora rural é uma coisa e trabalhadora rural, é outra.³⁵⁰

O acesso aos documentos de identidade foi agenciado pela Campanha Nacional pela Documentação da Mulher. Somaram-se a estas lutas, as reivindicações salariais, as exigências nas relações e práticas de trabalho, como a carteira de trabalho e o acesso a melhores condições de saúde e educação. Estes elementos inauguraram um novo modelo de articulação na plataforma de lutas e de cidadania feminina.

Após muita luta pelo direito à documentação pessoal e profissional, as mulheres foram autorizadas a colocar seus nomes nos blocos de notas da venda dos produtos agrícolas. Foi mais uma grande conquista, fruto de intensa mobilização nos municípios e no Estado.³⁵¹

Essas reivindicações levaram, uma década depois, o Governo Federal a implantar (2004) o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse Programa já atendeu mais de 275 mil mulheres, com a emissão de 561 mil documentos de identidade, aumentando sua participação nas políticas de desenvolvimento rural.³⁵²

Mulher trabalhadora rural: na luta ocupamos nosso espaço!

O Movimento, para garantir suas demandas, procurou ampliar seus espaços de ação, através de inúmeras Assembleias realizadas no interior do Estado (Palmeira das Missões, Passo

³⁴⁹ Nancy Cardoso Pereira, teóloga, filósofa e educadora, militante do MMC/RS desde 1985. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³⁵⁰ Ibid.

³⁵¹ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 108.

³⁵² RECIVIL. Disponível em: <<http://www.recivil.com.br/conteudolista.asp?cattitulo=Projetos%20Sociais &id=204>>. Acesso em: 16 dez. 2009.

Fundo) e na capital. Nesta caminhada, foi descobrindo seu papel, diante de novos enfrentamentos, como a exemplo, garantir a presença do jovem na área rural, para dar continuidade de seus projetos.



Figura 9 – Mulheres camponesas reivindicam o “Seguro Agrícola”.
Fonte: FALTA...³⁵³

*Quando perguntamos sobre o papel das mulheres no MMC neste contexto do capital e na destruição da natureza a gente faz um pouco de tudo [...] Só que é muito difícil achar pessoas disponíveis hoje em dia. Está ficando só pessoas de idade quase na propriedade. Os jovens estão indo todos para cidade e aí não está sendo fácil.*³⁵⁴

Repetindo um traço histórico, agora sob a égide do capitalismo, as difíceis condições de permanência no campo levaram muitos jovens para a cidade, em busca de empregos e possibilidades de estudo. Apenas os mais velhos acabaram ficando no campo, para darem continuidade à pequena produção de subsistência e criar os filhos pequenos.

Como consequência (sic) do modelo imposto, a agricultura dita de pequena escala, ou a agricultura familiar, estava passando por uma grande crise: muitas famílias estavam endividadadas por causa dos altos juros dos financiamentos agrícolas e outras tantas já sem terra, porque nunca tiveram posse alguma, ou porque o pouco que tinham lhes foi tomado por causa de dívidas nos bancos. [...] o fenômeno da atração dos camponeses e

³⁵³ FALTA de incentivos à agricultura familiar. A um passo do êxodo rural. **Jornal Desperta Mulher do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, ano 6, n. 31. jul./ago. 1998.

³⁵⁴ Ancila Ferrari (Cila), 47 anos, moradora de Passo Fundo/RS, militante do MMC desde 1984. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

camponesas à cidade passou a correr de forma acelerada, provocando inchaço urbano praticamente sem planejamento algum.³⁵⁵

Estes fatores, aliados ao envelhecimento da população no campo, o endividamento e o empobrecimento da classe rural, agravaram cada vez mais a situação da realidade vivida pelas mulheres rurais.³⁵⁶

Havia necessidade de reconstruir as pequenas comunidades. O Movimento também contribuiu para organizar os pequenos agricultores. Neste período em que os pequenos agricultores começaram a se organizar, a partir de 1995, 1996 e 1997, como era difícil se conseguir conversar com o governo. Foi feita uma greve de fome, que iniciou no dia 16 de setembro e foi até dia 3 de outubro. Uma greve de fome de 17 dias, que eu fiz parte dela.³⁵⁷

Neste período, a transparente falta de repasse de recursos governamentais para impulsionar a produção de alimentos, que seriam usados para a subsistência das famílias do campo e/ou, para o comércio na cidade, dificultou a vida no meio rural. O governo, cada vez mais, se mostrava atencioso apenas aos grandes latifúndios e propriedades. As negociações econômicas e as exigências para que créditos bancários fossem liberados para promover a agricultura familiar foram de suma importância, pois asseguraram a conservação e a valorização da produção originária do campo.

Outra questão é o reconhecimento da produção e da renda das mulheres. Trabalhamos, produzimos e reproduzimos, geramos renda e não somos valorizadas. Esse é um grande desafio. Por exemplo, para termos acesso ao crédito rural, precisamos de comprovante de renda e, em geral, a renda das mulheres vai toda para manter a casa, o queijo que é feito é para a família consumir, assim como os ovos e os chás que cultivamos. E isso não é contabilizado. Por isso, não somos vistas como geradoras de rendas.³⁵⁸

Este depoimento explicita que a dificuldade de acesso ao crédito para as mulheres está diretamente relacionada à questão de gênero. Mulheres que conduziam sozinhas suas propriedades, ou porque ficaram viúvas, ou porque os homens em idade capaz de trabalho foram para a cidade, enfrentaram o estigma de não serem competentes, produtivamente, para gerar lucros ou rendas, nos espaços rurais.

³⁵⁵ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 90.

³⁵⁶ Ibid., p. 103.

³⁵⁷ Lurdes, 55 anos, militante e uma das fundadoras do MMTR/RS (1989), moradora de Cruz Alta/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³⁵⁸ PIOVIZANI, Rosângela. **Entrevista**. Concedida a AnaCris Bittencourt. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=988>>. Acesso em: 11 out. 2009.

Foi importante as mulheres participarem do Grito da Terra Brasil [...], pois fazemos parte da produção. [...] Devemos nos mobilizar cada vez mais, a fim de que consigamos sensibilizar as autoridades para que façam uma política agrícola que atenda aos pequenos proprietários e conceda crédito à agricultura familiar. Nós precisamos e queremos ficar na roça produzindo, para isso é necessário crédito, incentivo dos governantes e muita luta de nossa parte. As mulheres devem estar juntas na luta.³⁵⁹

A articulação do MMTR com outros movimentos que lutam pelo direito a terra e à produção agrícola reforçou esse pensamento. Embora cientes de algumas conquistas, ainda lhes faltava apoio institucional suficiente para poderem trabalhar a terra, com autonomia financeira.

Este ponto perpassou pelos vieses da questão do direito à posse de terra, que estava fortemente ligada à subordinação de gêneros no campo, justificando a posição marginal dessas mulheres, quanto ao seu acesso. A exclusão dos processos de participação ou decisão sobre a propriedade inibia as condições de mudança dessa realidade.³⁶⁰ Embora a CF de 88 tenha garantido a titularidade conjunta da terra, ela não a regulamentou devidamente. Até mesmo em algumas regularizações fundiárias, o título quase nunca se dá com nome da mulher.

Diante disto, o Crédito Especial para as Mulheres se torna um instrumento sem uso para a maioria das mulheres. Mesmo com o Pronaf-Mulher³⁶¹, o acesso ao crédito se esbarra na questão: a falta do documento da terra em seu nome. Para as que têm a titularização da terra, há outra dificuldade: a impossibilidade de poderem tomar decisão sobre a aplicação do valor, pois, ainda existe o enfrentamento ao marido, ou ao homem da casa.

1995 - “Mulheres camponesas: rompendo o silêncio contra a violência”

Em 1995, questões como o direito previdenciário, o salário maternidade e a saúde pública continuaram na pauta da lutas reivindicatórias do MMTR/RS.

No âmbito dos direitos previdenciários eu cito o salário maternidade, o auxílio doença, auxílio acidente de trabalho, aposentadoria da mulher rural e, na saúde pública, acesso ao SUS para o atendimento da mulher na saúde integral da mulher, durante a gestação e durante toda sua vida.³⁶²

Nesta trajetória, as mulheres vão desvelando a realidade, saindo da condição de alienação

³⁵⁹ PIOVIZANI, Rosângela. **Entrevista**. Concedida a AnaCris Bittencourt. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=988>>. Acesso em: 11 out. 2009.

³⁶⁰ Sobre esta discussão, entre outros, ler ABRAMOVAY, Ricardo. Construindo as instituições do desenvolvimento rural. **Relatório de consultoria do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 1997.

³⁶¹ BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Pronaf Mulher**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronafmulher.html>. Acesso em: 16 out. 2010.

³⁶² Mariana, militante e uma das fundadoras do MMTR (1985). Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

e conquistando direitos como o salário maternidade (1993), a documentação profissional e pessoal (1995) e um programa específico de saúde da mulher (2001). Mas os avanços parecem ter ficado apenas na esfera pública. Contrapondo estas conquistas, na intimidade do lar elas não tinham muito para comemorar.

A configuração da violência doméstica nos lares do campo reflete o domínio e também o desrespeito de alguns companheiros que, se aproveitando da condição de dependência da mulher no meio rural e da distância das propriedades, usam da força física. Assim, a visibilidade dessa violência fica restrita ao espaço da casa.

Diante da violência histórica não há como falar em igualdade de gênero, como se tudo fosse resolvido, ou que com a existência de uma lei, que diz que “todos são iguais”, haverá igualdade. A igualdade não acontece repentinamente, muito menos na sociedade desigual.³⁶³

Propondo mudanças neste cenário opressor, as camponesas iniciaram vários projetos e articularam inúmeras mobilizações pautadas em questões afirmativas que refletissem mais profundamente sobre as relações de gênero no meio rural, onde elas eram vistas apenas como mulheres que

*viviam lá no cantinho delas e não sabiam que podiam se organizar, se conscientizar e se libertar um pouco. Elas eram vistas só como uma doméstica. Uma mulher que servia a tudo em casa. [...] Elas precisam se libertar. Elas ficam ainda muito presas. [...] Ainda precisa muito trabalhar esta questão de gênero.*³⁶⁴

Neste sentido, o MMTR/RS realizou no mês de abril de 1995, na cidade de Passo Fundo/RS, a III Assembleia Estadual do Movimento, que reuniu cerca de 150 mulheres camponesas, vindas de 49 municípios do Estado. Para Carmem Lorenzone, compreender as relações de gênero também

ajuda a compreender melhor a diferença entre os sexos, e daí também todas as consequências que decorrem pelo fato de ser mulher, e também juntando as questões de classe. Trabalhamos as relações de gênero e classe, identificando por onde passa a exploração e dominação das mulheres, pelo fato de ser mulher e trabalhadora.

³⁶³ CONTE, Izaura Isabel. **Gênero sexualidade e direitos das mulheres**. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_genero_2008.pdf>. Acesso em: 06 out. 2010.

³⁶⁴ Neli Maria Otfínowski, coordenadora de base e militante do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS.



Figura 10 - A violência doméstica contra a mulher, no espaço agrário.

Fonte: EM BRIGA ...³⁶⁵

Numa análise concisa, podemos classificar o binômio “gênero e classe”, no caso do MMTR, como elemento atrelado ao avanço não só das relações de poder simbólico, mas, também, no avanço do poder econômico. Assim, o recebimento de aposentadorias, o crédito para as emergências econômicas rurais e o assentamento de famílias no campo (MST), estaria vinculado às reivindicações de classes. Às reivindicações de gênero, estariam a licença-maternidade, a garantia de creches e o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural.³⁶⁶

*Eu também não acredito que mudando só as relações de gênero, acontecerá a mudança das relações de classe. Daí, então, no meu ponto de vistas, o MMC/RS está absolutamente correto, quando estabelece esta relação entre gênero e classe. E as pesquisas em torno do Movimento têm mostrado que, na medida em que elas vão se compreendendo como trabalhadoras, elas vão se enxergando como mulheres, de outra forma. Então, o movimento não é contrário [...] aí você avança em outros elementos no que diz respeito à igualdade (direitos). No MMC/RS, o contrário não tem sido comprovado.*³⁶⁷

*Partindo do princípio de que somos um movimento de classe, somos também um movimento da ótica feminista. Nós queremos a mudança de sociedade, nós queremos a luta de classes, mas, também queremos que tudo isso seja junto. Não se discutir primeiro a luta de classes e, depois, discutir a condição das mulheres. Isto não. Se hoje o capital explora os trabalhadores, estes, por sua vez, também exploram as mulheres. Como queremos a igualdade se não eliminamos a exploração. Senão, vamos terminar no entendimento “primeiro se resolve a exploração do capital sobre o trabalhador e aí, continua se explorando as mulheres que também são trabalhadoras?” Ou se faz a luta junto e essa mudança junto, ou não se faz mudança.*³⁶⁸

³⁶⁵ EM BRIGA de marido e mulher não se mete a colher? **Jornal Informativo do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, ano 5. n. 23. mar./abr. 1997.

³⁶⁶ PAULILO, Maria Ignez S. Movimentos das Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: PAULILO, Maria Ignez S; SCHIMIDT (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p. 187.

³⁶⁷ Conceição Paludo, Educadora Popular e colaboradora do MMC/RS desde 1980. Entrevista concedida no mês de setembro de 2010, na cidade de Porto Alegre/RS.

³⁶⁸ Luci Rodrigues, conhecida como “Chica”, militante do MMC/RS. Entrevista concedida no mês de agosto de 2010, na cidade de Passo Fundo/RS.

Diante desses depoimentos, fica perceptível que, para que elas possam obter o avanço de gênero e classe, primeiro, elas precisam avançar no que diz respeito à sobrevivência, ou, às garantias das condições materiais da existência. Isto é, o avanço nas relações de gênero e poder só se dão juntamente ao econômico, que perpassa pelas relações de trabalho.

Este tema tem estado presente na pauta dos MS femininos desde o primeiro encontro Feminista da América Latina e Caribe, organizado em Bogotá (Colômbia), entre os 18 e 21 de julho de 1981. Nos anos que se seguiram o encontro, houve denúncias sistemáticas de violência de gênero, desde os castigos domésticos, às violações e torturas sexuais, o estupro, o assédio sexual, a violência pelo governo, incluindo tortura e abuso de mulheres prisioneiras. (Em 2008, a ONU declarou o dia 25 de novembro, como o Dia da Não-Violência contras as Mulheres).

4.2.1 Organizando e constituindo o processo na luta de “gênero” e “feminismo”

Sob o pensamento de que o avanço na luta de gêneros está diretamente relacionado ao avanço do poder econômico, fica perceptível que, ao discutirem as relações de gênero no campo, elas enfrentam um desafio maior: o de transformar uma sociedade que, segundo elas, requer de maior clareza sobre as condições econômicas do meio urbano e rural; e maior entendimento sobre a ampliação de direitos, ligados à valorização e respeito ao corpo, à sexualidade, ao trabalho e às ideias femininas subjetivas.

Sentimos a necessidade e o compromisso de buscarmos vivenciar em todos os momentos e espaços da sociedade, novos valores de igualdade, de solidariedade e fim da submissão... Entendemos que este é o papel de quem se propõe a construir o novo.³⁶⁹

Sendo o novo entendido como adjetivo de superação, para elas, ele está relacionado para além dos temas gênero e direito, à sexualidade:

Entendendo a Sexualidade, na tentativa de conceituação e de uma noção das diferentes compreensões, também retrata as diferenças criadas pelo patriarcado entre a sexualidade feminina e masculina.³⁷⁰

Ao atribuir a sexualidade como manifestação natural dos seres humanos, com relação ao

³⁶⁹ JORNAL Informativo do MMRT/RS, Passo Fundo, RS, ano 3, n. 15, maio/jun. 1995.

³⁷⁰ CONTE, Izaura Isabel. **Gênero sexualidade e direitos das mulheres**. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_genero_2008.pdf>. Acesso em: 06 out. 2010.

prazer, a busca pela realização e também como produto histórico cultural, as mulheres do MMTR/RS asseveraram: para os homens, a sexualidade é atribuída para representar o sexo e, para as mulheres, representar a reprodução e a negação ao prazer.

Na história das sociedades, após a instituição hierárquica do patriarcado, as desigualdades surgidas trouxeram normatizações morais e sociais, que se constituíram em ritos e costumes que camuflaram a violência, justificadas por legalizações, que as abrigam como normais. Desta forma, igualmente, a violência física e moral das mulheres do campo ainda permanece escondida dos olhares da sociedade e das leis.

As trabalhadoras rurais e os movimentos que as apóiam se deparam com inúmeros desafios para avançar no enfrentamento da questão da violência contra as mulheres. "O primeiro é efetivamente conhecer o problema, pois não se têm informações e análises sobre a violência sofrida por essas mulheres nos diferentes contextos em que vivem. A partir desse conhecimento é preciso pensar em ações e políticas voltadas para a articulação entre a violência cometida pelos parceiros, a violência cometida pelos patrões/ latifundiários e pela polícia, além do problema das grandes distâncias, do isolamento, da baixa escolaridade, da presença (e da legitimação) das armas de fogo nos ambientes doméstico e profissional."³⁷¹

Fóruns, assembleias e seminários foram e continuam sendo realizados em várias partes do país, com o intuito de levar essas discussões ao Governo, para implantação e execução de políticas públicas específicas para as mulheres do campo. "As políticas públicas não atingem e não servem para as mulheres rurais, pois elas vivem uma realidade diferenciada e por isso não são contempladas".³⁷²

³⁷¹ REPORTAGEM especial: Violência contra a mulher rural: uma realidade cruel e invisível. **Portal da violência contra a mulher**. Disponível em: <<http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=943>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

³⁷² Ibid.



Figura 11 – Mulheres camponesas discutem as relações de gênero no Campo.

Fonte: III ASSEMBLEIA ...³⁷³

*Nós tivemos muitas vitórias, é verdade. Mas temos muito ainda o que conquistar e muito ainda o que fazer. Porque enquanto nós vivermos no dia a dia, as mulheres sendo violentadas, mortas e condenadas. Nossa luta não terminou e não podemos parar.*³⁷⁴

Em abril de 1995, o Movimento traçou metas para seus próximos três anos (1995/1997), propondo reivindicações aos direitos sociais da mulher, através de indicações de demandas de políticas públicas voltadas à manutenção e avanço dos Direitos Humanos e à fiscalização ao Estado, a fim de torná-lo um espaço de serviço, para atender o social. Outros assuntos ainda foram tratados, como

Qualificar a participação da mulher no processo produtivo [...] construir novas relações sociais de gênero; incentivar a participação em outros espaços como sindicatos, cooperativas [...] continuar o processo de construção do MMTR/RS e trabalhar as seguintes bandeiras de luta: fim da discriminação da mulher; direitos sociais (previdenciários, saúde, educação, fim da violência); Reforma Agrária, e Política Agrícola.³⁷⁵

Para o MMTR/RS, a qualificação para o trabalho é uma oportunidade de ascensão da

³⁷³ III ASSEMBLEIA Estadual do MMTR/RS. **Jornal Informativo do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, ano 3, n. 15. maio/jun. 1997.

³⁷⁴ Lurdes, 55 anos, militante e uma das fundadoras do MMTR/RS (1989), mora em Cruz Alta/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³⁷⁵ Ibid.

mulher, para ser sujeito participativo no processo de construção de seu meio, não só nas esferas de produção, mas, também, nas entidades populares e organizações, com as quais articulam suas lutas. No meio rural, esse processo de qualificação se dá através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que proporciona diferentes cursos de formação e qualificação profissional, específicos para a população rural.

Mas, para o MMTR, o acesso das mulheres a estes Projetos ainda é restrito. Pesquisas realizadas no final dos anos 1990 confirmam esta afirmativa.

A ausência ou a participação marginal das mulheres rurais nesses processos muitas vezes é justificada pelos diversos atores envolvidos como uma decorrência “natural” das diferenciações de papéis de gênero existentes no campo [...] há uma divisão sexual do trabalho dentro da agricultura familiar, que pressupõe além da diferenciação das tarefas entre homens e mulheres, uma subordinação entre os gêneros [...] No caso da agricultura familiar esta subordinação se expressa, entre outras questões, na desvalorização das atividades realizadas pelas mulheres, no papel reconhecido do homem como principal responsável pela unidade familiar, assim como na aceitação mais ou menos generalizada de que, em função disso, cabe ao homem representar a unidade familiar no ambiente público, para fora da propriedade.³⁷⁶

Para a engenheira agrônoma e pesquisadora da UFGRS, Emma Cademartori Siliprandi, a ausência de oportunidades e de interesse pela não participação das mulheres, nesses processos, é clara. Como também é frágil o papel das instituições governamentais, no momento em que não procuram fortalecer as discussões sobre as interrelações de gênero, quando promovem seus cursos técnicos, para a população do campo. Para a pesquisadora, “uma análise mais profunda desta questão teria necessariamente que focar que tipo de desenvolvimento está sendo discutido e implementado [...] para verificar em que medida estas propostas estariam indo ao encontro dos anseios das mulheres rurais. Seria necessário também analisar a forma como vêm se construindo as propostas dos movimentos de mulheres agricultoras, tencionando ou não as diversas políticas públicas que estão sendo propostas.”

Um momento que poderia ser usado para superação das desigualdades, para oferecer aumento de conhecimento formal e promoção social das mulheres do campo, se torna, visivelmente, em um espaço de desvalorização da figura feminina no campo.

³⁷⁶ SILIPRANDI, Emma. Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento: considerações a partir da extensão rural. **EMATER/RS-Brasil**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_233.pdf>. Acesso em: 06 de nov. 2010.

4.3 Os congressos, as Assembleias e as demandas que mobilizaram o MMTR/RS no final do último século

1996 - A violência física ocasionada pela política do agronegócio

“O mesmo corpo que apanha é o mesmo que luta.” A violência e a não garantia de direitos à humanidade da mulher, são históricos. Ao longo do século XX, diversas conferências nacionais e internacionais vêm definindo um conjunto de convenções legais para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, nos espaços públicos, privados e familiares. Podemos citar, em especial, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos de Viena (1993) e a Conferência Mundial sobre a Mulher de Beijing (1995). Estas ações visaram instituir e agenciar instrumentos de direitos humanos especiais para as mulheres.



Figura 12 - A violência no campo, posta pelo domínio da terra ou, em função dela.
Fonte: FUNDADORA ...³⁷⁷

O ano de 1996 foi profundamente marcado pela violência maior contra as mulheres camponesas do RS. Paulina Pagliari Balém, 49 anos, mãe de quatro filhos, trabalhadora rural e uma das fundadoras do Movimento e do Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 1980, foi brutalmente assassinada, no dia 8 de outubro, em sua propriedade, na linha da Gruta, em Aratiba/RS. O assassinato foi implicado como sendo de crime político³⁷⁸.

Esse fato fez o MMTR retomar a pauta sobre a violência contra a mulher, mais especificamente, a violência oriunda do agronegócio, trazida pelas questões latifundiárias, e que abateu sobre os movimentos sociais, neste último século. Esta brutalidade rememorou todas as mulheres vítimas de violência no campo, que não foram e não serão lembradas.

³⁷⁷ FUNDADORA do MMTR é assassinada. *Jornal Informativo do MMTR/RS*, Passo Fundo, RS, ano 4, n. 21, out./nov. 1996.

³⁷⁸ JORNAL Informativo do MMTR/RS, ano 4, n. 21, out./nov. 1996.

No final do ano de 1996, elas se reuniram para fazer uma avaliação de suas lutas e conquistas. *“Mais um ano chega ao fim. Vamos ao Balanço!”*³⁷⁹ Através de depoimentos, essas “companheiras de luta” resgataram seus momentos e escreveram mais um capítulo de sua história.

*O ano de 1996 foi marcado por muitas lutas, assim como prevíamos no início do ano. [...] os agricultores e agricultoras tomaram a estrada, as ruas, empunharam suas bandeiras, seus chapéus, suas enxadas... A falta de política agrícola, somada à violência no campo, à seca e à ameaça de perda dos direitos conquistados na Previdência foram alguns dos motivos que levaram os trabalhadores e trabalhadoras rurais a se mobilizarem.*³⁸⁰

Em seus eventos comemorativos, elas relembrou a participação das mulheres camponesas no “Dia Nacional de Luta Contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária”; na luta pela garantia da aposentadoria rural e pelo salário maternidade; na luta pelos “atingidos pela seca” e; na mobilização em Brasília/DF, no prédio do INSS, pela garantia de permanência dos direitos previdenciários dos agricultores e agricultoras.

“Nós não nascemos mulher, nós nos tornamos mulher”³⁸¹

Inspiradas no discurso da intelectual feminista francesa, Simone de Beauvoir (1908-1986), as mulheres camponesas foram além das mobilizações que visassem seus direitos específicos, e se articularam a outros movimentos, para tratar de questões que ultrapassaram o cenário feminino rural. A Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, representada pela militante Jaci Scheeren, membro da Direção Estadual do MMTR/RS, participou do Seminário sobre Segurança Alimentar, promovido pela ONU, em novembro de 1996, em Roma, na Itália. A representante levou para a pauta,

*a preocupação das mulheres trabalhadoras rurais do Brasil a respeito do papel fundamental que cumprimos na produção e preparação dos alimentos; a necessidade urgente da Reforma Agrária e do incentivo governamental à reestruturação da pequena propriedade, para a garantia da produção de mais alimentos; e o fim da fome e da miséria no mundo.*³⁸²

Na cidade de Curitiba/PR, em novembro de 1996, o ANMTR e o CEPAT se uniram para promover o “Programa de Formação para Dirigentes”, onde 27 trabalhadoras rurais discutiram temáticas sobre gênero, classes, raça e etnia.

³⁷⁹ JORNAL Informativo do MMRT/RS, ano 4, n. 21, out./nov. 1996.

³⁸⁰ JORNAL Informativo do MMRT/RS, ano 4, n. 21, out./nov. 1996.

³⁸¹ SIMONE Beauvoir. Disponível em: <<http://www.simonebeauvoir.kit.net/paris.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

³⁸² JORNAL Informativo do MMRT/RS, Passo Fundo, RS, ano 4, n. 21, out./nov. 1996.

Discutiu-se, primeiramente, como cada mulher constrói sua própria história e também a história das mulheres na questão da discriminação, subordinação, subversão e poder, usando metodologia adequada para entender esse processo.³⁸³

Esses encontros de formação asseveraram que, nesta trajetória, o Movimento veio realizando um importante papel: promover o conhecimento formal e informal e a conscientização sobre a atuação e a presença das mulheres em todos os espaços e todas as sociedades.

Um movimento de resistência e de luta que nós sabemos que não está pronto. Que temos que travar todos os dias, porque esta igualdade e esta libertação que buscamos precisa ser construída com homens e mulheres na sociedade. Sozinhas, não conseguiremos mudar e sozinhas, sem estarmos organizadas e sem estarmos com todos os movimentos juntos, também não vamos conseguir. Nós precisamos de parceria todos os dias. Sabemos que também passa por este lado econômico, a libertação das mulheres, mas que é muito mais profundo. A nossa pressão é a partir do econômico e é a partir do patriarcado que está aí, que é uma cultura de opressão. Que foi pensada e criada para nos dominar. E que dentro deste modelo capitalista que nós vivemos, essa pressão é muito maior.³⁸⁴

Entre tantas missões do Movimento, a “libertação” das mulheres camponesas de qualquer tipo de opressão, foi uma delas. Nessa trajetória de protagonismo e lutas, elas buscaram construir outra forma de relação social, que eliminasse com a cultura herdada, pautada no silêncio, na obediência e na invisibilidade da mulher.

No ano de 1997, a questão sobre a violência contra a mulher voltou para sua pauta, só que sob outro formato de discussão. Fica perceptível que este tema, entre outros, ainda persiste no seu meio, presumindo sua não superação.

“Para sarar a ferida, é necessário por a mão nela”. Retomando uma antiga pauta, elas promoveram o Programa de Combate à Violência contra a Mulher, no dia 8 de março, dia Internacional da Mulher. Reunidas em mais de cento e vinte mil mulheres, entre trabalhadoras rurais e outros segmentos, elas ocuparam praças e ruas de vários municípios do RS, localizados nas regionais de Cruz Alta, Santa Maria, Torres e Alto da Serra e Capital.

Esta numerosa mobilização nos dá a percepção de que as mulheres camponesas do MMTR/RS conseguiram, através de um movimento organizado, disseminar suas propostas e construir suas lutas, em conjunto com outras entidades e movimentos populares. Assim, elas buscaram transmitir à sociedade o entendimento de que a violência contra as mulheres é uma questão social e que precisa ser trazida para um profundo debate coletivo, para se conseguir soluções e efetivações penais.

³⁸³ JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 4, n. 21, out./nov. 1996.

³⁸⁴ Conceição Paludo, Educadora Popular e colaboradora do MMC/RS. Entrevista concedida em Porto Alegre, em 7 setembro de 2010.

*Não podemos aceitar a violência doméstica. Hoje, em torno de 97% das mulheres que denunciaram, são do campo e da floresta, as que sofrem a violência todos os dias. Não podemos deixar isto passar e enfrentar esta cultura e sermos força no nosso destino.*³⁸⁵

Para elas, o maior desafio era o de conseguir que as mulheres compreendessem a importância de a denúncia das agressões partir delas mesmas. Para a coordenadora do Programa de Combate à Violência da Mulher/DF, “é necessário que a mulher quebre o silêncio, enfrente o medo e denuncie. É preciso que todas as mulheres sejam defensoras de si mesmas. Que conversem entre si, se auto-ajudem (sic). Que metam a colher em briga de marido e mulher, sim, pois se trata de desrespeito aos direitos humanos, e isto não podemos aceitar.”

Os pressupostos sobre esta inferioridade da mulher têm origem com o patriarcalismo e suas relações de poder sexista, constituídos há mais de 10.000 anos, e que legitimam e neutralizam as formas de violência, nos espaços de poder, trabalho e tarefas que são diferenciadas para homens e mulheres, como afirmação da hierarquia masculina.³⁸⁶

Para Luciana Piovizani, uma das coordenadoras do MMC/BRASIL, esse encontro foi importante, pois “nesse debate, avançamos bastante, hoje as mulheres entendem que a violência está além de bater, envolve a violência psicológica e outros tipos e com esse entendimento, cada vez mais estão deixando de se esconder.”

1998 - A luta pela saúde das Mulheres Trabalhadoras Rurais

“*Paixão e Coragem na Luta por Saúde, Justiça e Igualdade*” foi o tema central discutido pelo MMTR, ao aspirar por garantias à atenção integral a saúde da mulher. Na amplitude de seus debates, não somente a questão sobre violência ocupou a pauta dessas mulheres camponesas do RS, no final desta década. Na luta pela constituição de direitos sociais e pelo acesso à saúde pública, elas firmaram suas experiências de trabalho e formas alternativas de promover a saúde da mulher do campo. No contexto social, onde há falta de programas de prevenção ou promoção da saúde da mulher, em especial, da mulher camponesa, o Movimento propôs, conjuntamente a outros movimentos sociais, a fazer esse debate.

³⁸⁵ Vanderléia L. P. Daron, 37 anos, educadora, doutoranda em educação, militante do MMC/RS desde 1980, mora em Passo Fundo/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³⁸⁶ GEBARA, Ivone. **Cultura e relações de gênero**. São Paulo: Cepis, 2001.



Figura 13 - 4ª Assembleia pelo direito à saúde, moradia e educação.

Fonte: 4ª ASSEMBLÉIA ...³⁸⁷

A reflexão sobre questões que a experiência das mulheres trabalhadoras rurais apresenta para se pensar a saúde na concepção de saúde coletiva, como, por exemplo, a integralidade com equidade, (sic) implica repensar os processos de trabalho, gestão, planejamento e construção de novos saberes e práticas em saúde: as ações e serviços que se propõem à integralidade devem considerar os modos de vida das pessoas (dimensões histórica, social e individual).³⁸⁸

Em 1998, na cidade de São Leopoldo/RS, cerca de 350 mulheres militantes de vários movimentos sociais se uniram na IV Assembleia Estadual do MMTR/RS, para debaterem o tema. Neste espaço de organização, buscaram a valorização da luta por uma Saúde Pública de qualidade para todos, retratando as necessidades e os anseios de todas as trabalhadoras rurais do Estado.

Depois de um ano de debate, em 1998, a partir da necessidade de aprofundar a discussão em torno da Saúde, foi efetuada a entrega do Programa de Promoção da Saúde da Mulher e Família Rural – PPSMFR ao governo do Estado.³⁸⁹

³⁸⁷ 4ª ASSEMBLÉIA do MMTR - RS. **Jornal Informativo do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, ano 5, n. 23, mar./abr. 1997.

³⁸⁸ DARON, Vanderléia Laodete Pulga. **Educação, cultura popular e saúde**: experiências de mulheres trabalhadoras rurais, Brasil. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2003. p. 93.

³⁸⁹ DARON, Vanderléia Laodete Pulga. **Educação, cultura popular e saúde**: experiências de mulheres trabalhadoras rurais, Brasil. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2003. p. 110.



Figura 14 - “Programa de Promoção da Saúde da Mulher e da Família Rural do RS”.
Fonte: MOVIMENTO...³⁹⁰

Apresentando o “*Programa de Promoção da Saúde da Mulher e da Família Rural do RS*” ao Ministério da Saúde, as camponesas reivindicaram ações educativas para suas famílias e comunidades, como: capacitação de mulheres multiplicadoras de promoção à saúde; a criação de um programa de coordenação geral a nível estadual e uma assessoria técnica, formada por profissionais da saúde (médicas e enfermeiras), para auxiliar na proteção da saúde do trabalho e; um convênio entre o MMTR/RS e o Ministério da Saúde. Assim, esse debate “esteve ligado à luta política pelo SUS e à defesa de um novo modelo de agricultura.”³⁹¹

Na cidade de Porto Alegre/RS, a mobilização em prol da saúde reuniu duas mil trabalhadoras rurais e contou com o apoio de diversas organizações rurais e urbanas, somando cinco mil pessoas.

*Os chapéus coloridos, as bandeiras e camisetas, a firmeza e a beleza, o batom nos lábios, a criatividade, a postura nas audiências, nas manifestações, na ocupação do prédio, na permanência; a solidariedade com as companheiras, com as crianças, com as idosas, também são prova disso: a manifestação de 9 de março foi uma escola para as mulheres, e a continuidade da luta, exigirá, com certeza, maior responsabilidade.*³⁹²

³⁹⁰ MOVIMENTO de mulheres apresenta ao Ministério da Saúde Programa de Promoção da Saúde da Mulher e da Família Rural. *Jornal Informativo do MMTR/RS*, Passo Fundo, RS, ano 5, n. 29, mar./abr. 1998.

³⁹¹ JORNAL Informativo do MMRT/RS, Passo Fundo, RS, ano 4, n. 29, mar./abr. 1998.

³⁹² MOVIMENTO de mulheres apresenta ao Ministério da Saúde Programa de Promoção da Saúde da Mulher e da Família Rural. *Jornal Informativo do MMTR/RS*, Passo Fundo, RS, ano 5, n. 29, mar./abr. 1998.

Através deste trabalho de base, as regionais do MMTR/RS distribuíram em seus municípios, inúmeras cartilhas, que serviram de instrumento orientador dos debates sobre o tema, que aconteceriam nas Assembleias Municipais. Essas articulações resultaram em um documento que foi entregue em Brasília/DF, em audiência com o Ministério da Saúde. Para elas, esta conquista marcou “um novo jeito de ser mulher trabalhadora rural engajada na luta pela vida”.

O ano de 1999 foi um ano de assumir compromissos com a “terra”. Para essas camponesas, a crise na agricultura de exportação e a falta de incentivos à agricultura familiar, colocaram em xeque a garantia e a permanência do pequeno agricultor na roça, trazendo o perigo de o êxodo rural voltar a assombrar a realidade do campo.

De acordo com dados retirados do Censo Agropecuário (IBGE, 1996) “mais da metade da população (55%) morava no meio rural. De lá para cá houve uma redução de mais de 50%, ou seja, hoje menos de 25% da população gaúcha mora no meio rural”. Isto significa que, em uma década, “500 mil pessoas abandonaram o campo e foram concorrer a um emprego nas cidades”.³⁹³

*Muitas famílias de amigos nossos, de vizinhos já foram embora para as cidades e, com certeza, muitos já sentiram o que significa ser desempregado, ter que comprar o ovo, o leite, a carne.*³⁹⁴

Este depoimento, confirmado pelos dados do IBGE, reforça a ideia de que a maioria dos abandonos do espaço rural pelos camponeses se deu pela falta de garantias do Governo ao agricultor, para socorrê-los perante os fenômenos naturais, como a estiagem, temporais, enchentes e até mesmo a geada; e à desvalorização da agricultura familiar, que se tornou sucateada, frente aos volumosos investimentos dados aos latifúndios e empresas estrangeiras. Este abandono do campo também trouxe para as cidades o cenário de desemprego, de miséria e fome.

³⁹³ JORNAL Informativo do MMRT/RS, Passo Fundo, RS, ano 4, n. 31, jul./ago. 1998.

³⁹⁴ JORNAL Informativo do MMRT/RS, Passo Fundo, RS, ano 4, n. 29, mar./abr. 1998.



Figura 15 - Programa implantado através da Coordenadoria Estadual da Mulher/RS.

Fonte: LANÇAMENTO...³⁹⁵

A não efetivação ao acesso da documentação da mulher rural, buscada desde o ano de 1994, levou as camponesas do MMTR a lançarem, a nível estadual, o Projeto de Documentação e Valorização da Mulher Trabalhadora Rural, na cidade de Sananduvá/RS. O Projeto, agora apoiado pela Coordenadoria Estadual da Mulher e Secretarias afins, previu o acesso aos documentos profissionais, juntamente como o Bloco de Notas de Produtora Rural, a Carteira de Trabalho, a inscrição do INSS, bem como todos os documentos pessoais civis.

Este dia marcou uma conquista histórica na luta do MMTR: o acesso ao reconhecimento da mulher como cidadã e como trabalhadora, através de um processo permanente de documentação das mulheres trabalhadoras rurais. [...] Somente no dia do projeto, foram feitas 314 Carteiras de Identidade, 61 Carteiras de Trabalho, 200 inscrições do INSS, 15 Blocos de Produtor(a) e 184 Cadastros de Pessoas Físicas (CPF).³⁹⁶

O acesso a estes documentos foi considerado, para elas, mais do que um simples direito à cidadania, mas, um grande passo para o processo de reconhecimento e valorização da trabalhadora rural.

Ainda neste ano, na cidade de Cachoeira do Sul, o MMTR/RS realizou o IX Encontro Estadual das Comunidades Eclesiais de Base, com a participação de mais de mil pessoas, entre as

³⁹⁵ LANÇAMENTO Estadual da Campanha de Documentação e Valorização da Mulher Rural, em Sananduvá, região do Alto da Serra/RS. **Informativo “Desperta Mulher” do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 36, maio/jun. 1999.

³⁹⁶ JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 6, n. 36, maio/jun. 1999.

comunidades urbanas e do campo. Sob um trabalho conjunto com as comunidades e pastorais da localidade, tiveram como tônica do evento, a realidade do povo: “*CEB’s, caminhando em defesa da Vida e contra a Exclusão*”.

4.3.1 A luta contra o avanço do capitalismo no campo

*Fruto do capitalismo no campo que começou na década de 1970, com o início do uso dos agrotóxicos, com o uso de uma política que fez com que os agricultores aceitassem esse novo modelo capitalista no campo, com o uso de uma tecnologia química, de destruição da natureza, com a substituição do arado pelo trator, além de toda a ofensiva da entrada das indústrias, com suas estratégias para manipular os pequenos agricultores a fazer uso de venenos. Começamos, então, a destruir a natureza.*³⁹⁷

Em 2000, o MMTR/RS e outros movimentos sociais do campo iniciaram novas discussões sobre outro modelo de agricultura. Embora já fizessem parte de seus debates, desde o ano de 1995, a agroecologia e os transgênicos foram questões assumidas como prioritárias nesse debate. “As militantes intensificavam suas práticas agroecológicas, apesar das dificuldades, em um contexto no qual o uso de agrotóxicos nas lavouras tornava-se cada vez mais freqüente (sic).”³⁹⁸

Acreditamos que um projeto popular será possível quando o povo tiver auto-estima (sic) e acreditar no seu poder. Por isso, devemos despertar nas mulheres e nos homens a capacidade produtiva, o potencial humano, os valores que defendem a vida acima de tudo.³⁹⁹

Com o lema “*Mulheres da roça semeando a nova nação*”, constituíram grupos voltados ao estudo sobre a criação de um projeto popular de formação e construção coletiva, que visasse a sustentabilidade, a democracia e o fim da exploração da vida humana e da natureza.

Em março (2000), por ocasião do Dia Internacional da Mulher, o MMTR/RS marcou presença no Acampamento de Mulheres, em Porto Alegre, com a participação das mulheres das demais organizações populares do campo e da cidade. Eram mais de 1000 mulheres no acampamento e, após um dia de estudo, ocuparam a loja do Mc Donald’s, como forma de denúncia contra os alimentos transgênicos.⁴⁰⁰

³⁹⁷ Vanderléia L. P. Daron, 37 anos, educadora, doutoranda em educação, militante do MMC/RS desde 1980, mora em Passo Fundo/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

³⁹⁸ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 107.

³⁹⁹ JORNAL Informativo do MMRT/RS, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 48, out./nov. 2001.

Esta mobilização teve o intuito de conscientizar a população sobre a necessidade de se preservar a diversidade da natureza e dos homens. “Assim, quando começou a venda clandestina e ilegal de sementes de soja transgênica, contrabandeadas da Argentina, já havia sido construída a clareza nos debates dos Movimentos a respeito de essa ser mais uma tentativa de roubar a autonomia dos camponeses e camponesas, além dos possíveis riscos para a saúde e o ambiente”.⁴⁰¹

Através de estudos sobre a agroecologia e experiências feitas com plantas medicinais, somados às propostas de implantação de uma alimentação saudável, em oposição aos transgênicos, o Movimento assumiu uma posição contrária ao plantio de transgênicos.

Também em 2001 aconteceu a V Assembléia (sic) Estadual, com o tema: “*Mulheres da Roça, Semeando a Nova Nação*”. Naquela oportunidade, o Movimento aprofundou a discussão que articulava os temas: gêneros e classe, bem como renovou a proposição de um Projeto Popular para o Brasil. Para viabilizar tais linhas de ação, foram criados os coletivos de trabalho: [...] (entre eles) Formação: Escola da Mulher, Comunicação, e Sustentação Financeira.⁴⁰²

Esses foram alguns dos passos do MMTR/RS, na questão agroecológica, que contou com a participação e mobilização de outros movimentos como: MPA, MAB, MST e PJR, que se uniram pela causa.

A educação formal como forma de contra-ponto

“*O conhecimento liberta.*” Ao longo da história do desenvolvimento das sociedades, constatamos que o acesso à educação formal, principalmente no Brasil, sempre foi prioritário aos homens jovens e brancos, pertencentes à elite dominante ou às instituições que detinham o poder político ou econômico.

Tentando quebrar este paradigma, as mulheres do Movimento lançaram voo em mais uma etapa: o acesso à educação formal. Tendo uma reforma na educação como pano de fundo, somado aos processos de transformação estamental das mulheres nos ambientes educacionais, elas interiorizaram suas ambições educacionais, criando oportunidades de viver uma vida própria⁴⁰³.

⁴⁰⁰ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009, p. 112.

⁴⁰¹ Ibid., p. 112.

⁴⁰² Ibid., p. 114.

⁴⁰³ BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo**: uma conversa com Johannes Willms, tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 71.

Para um dos pastores da Igreja Luterana, que acompanha o crescimento do Movimento há cinco anos,

*nesse processo, precisa haver luta e estudo. O estudo e a luta [...] as duas coisas têm que andar juntas. Esse é o nosso desafio se quisermos construir uma nova sociedade, democrática e socialista. Temos que nos apropriar da teoria do passado: Marx, Lênin, Rosa de Luxemburgo, Gramsci, Carlos Marighella e assim por diante. [...] Pois, com a falta de clareza teórica, nós estamos sendo barrados hoje no nosso movimento social.*⁴⁰⁴

Percebe-se que as categorias teóricas utilizadas na formação do Movimento estão ligadas à ideia da luta de classes, da emancipação social e, enfim, do campo clássico do Socialismo. Os autores por elas utilizados para sua apreensão sobre estes temas, certamente influenciam na construção da visão de mundo (cosmovisão) das mulheres participantes. Assim, elas procuram construir seu protagonismo e lutas sob estas bases.

*O desafio é juntar a luta pelos direitos, a luta pela nossa condição de mulher, trabalhadora camponesa, ou seja, pertencente a uma classe que, considerando o Movimento feminista, luta pela transformação da sociedade em que vivemos.*⁴⁰⁵

Sob a compreensão de que o feminismo está ligado à luta de classes, para o MMC/RS, a libertação e o avanço sociais das mulheres não se darão enquanto não houver a transformação da igualdade de gênero, no campo do trabalho, dos espaços políticos e culturais. O feminino vai além da diferenciação entre homem e mulher.

⁴⁰⁴ Pastor da Igreja Luterana. Fala durante Assembleia do MMC/RS – 20 anos, dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁰⁵ Adriana Almeida, militante e umas das coordenadoras do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS – 20 anos, dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.



Figura 16 - Processo de formação de multiplicadoras- saúde da família rural.
Fonte: FORMAÇÃO...⁴⁰⁶

Assim, a valorização do saber para essas mulheres se pautou, além do apoio destes clássicos, sob uma metodologia que lhes foi específica. Uma metodologia que conseguiu se comunicar, de forma especial, com sua realidade e transformou o diálogo, entre os momentos de formação, em instrumento de luta e revolução cultural⁴⁰⁷. Para elas, o desafio ao conhecimento está intrinsecamente ligado às questões camponesas, onde o trinômio: desejo, saber e transformação, se encontram interligados.

E, para obter este conhecimento desejado, a metodologia escolhida pelo MMTR/RS, como proposta pedagógica, foi a Educação Popular,⁴⁰⁸ por apresentar princípios dialógicos e comprometimento com a realização de um humanismo libertador, que implicou em um novo projeto de sociedade, o que atendeu as ideologias do grupo.

Um novo projeto de sociedade implica em novas propostas de educação, que tragam, para esse processo, a participação do oprimido, através de um processo incansável de conscientização [...] A conscientização torna mais claros os caminhos da compreensão crítica da situação de opressão e é o modo mais eficaz de promover a superação histórica das condições de desumanização e negação da vocação ontológica do ser humano.⁴⁰⁹

⁴⁰⁶ FORMAÇÃO é prioridade no MMTR. Informativo “Desperta Mulher” do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 34, jan./fev. 1999.

⁴⁰⁷ ZITKOSKI, Freire e o pensamento latino Americano: raízes da educação Popular, 2007.

⁴⁰⁸ INFORMATIVO MMC. Movimento de Mulheres Camponesas, SC, Chapecó, SC, ano 17, jul./ago. 2010. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/informativo_sc_julhoagosto10.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2010.

⁴⁰⁹ ZITKOSKI, Jaime José; TROMBETTA, Sérgio. Educação e política em Paulo Freire. In: **Colóquio—Revista das Faculdades Integradas de Taquara**, Taquara, v. 6, n. 1/2, jan./dez. 2008/2009. p. 58.

Sob este pano de fundo, o projeto procurou contribuir com os estudos e debates que abordaram as mudanças sociais do Movimento, em relações as temas sociopolítico, culturais, econômicos e éticoecológicos, que marcaram seu contexto. Assim, estes elementos passaram a fazer parte de seus principais debates.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos desta opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.⁴¹⁰

Neste entendimento, as mulheres camponesas buscaram pela sua libertação, constituindo seus ideais e vencendo obstáculos: *“em nossa trajetória de construção, caminhamos sempre transformando as necessidades, em lutas”*.⁴¹¹

Através de projetos que, contíguo à educação formal, promovessem uma educação que abarcasse direitos, deveres, trabalho e cultura, o MMC desenvolveu ações educacionais, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesta modalidade, além da preocupação com a dimensão cultural, suas ações educativas perpassam e divulgam a pluralidade das práticas sociais, apresentando propostas que busquem contribuir com a construção humana, possibilitando a desalienação, o desvelamento da realidade e o exercício da democracia.

4.4 A dinâmica da evolução trouxe uma nova roupagem ao MMTR

Durante toda essa história, que tem mais de vinte anos, de luta e de organização das MMC/RS, nós tivemos muitos avanços. [...] Do ponto de vista pessoal, eu posso falar muito a partir daquilo que eu vivenciei durante este período de estar e de ser movimento de mulheres. Até então, antes de entrar no movimento, eu percebia o mundo muito pequeno. Não sei se pequeno, mas, talvez, limitado. A vida não podia ser muito mais além da casa, um marido e um filho. A partir deste ingresso no movimento, tu começa a perceber primeiro que tu és gente, que tu podes e que tens direito. A vida se amplia, a visão de mundo também. E para um processo maior de libertação, é praticamente um passo. Este período agora é, para nós, é um momento especial, de organização e de articulação de mulheres, para comemorar estes vinte anos de história. Nós encontramos com muitas mulheres que iniciaram a luta e iniciaram a organização, e que dizem que “para mim, no MMC/RS, eu encontrei a razão de viver, a razão de existir. Comecei a entender o que era mesmo ser uma camponesa e o que era ser uma mulher”.⁴¹²

⁴¹⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006. p. 34.

⁴¹¹ Vanderléia L. P. Daron, 37 anos, educadora, doutoranda em educação, militante do MMC/RS desde 1980, mora em Passo Fundo/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴¹² Elisiane de Fátima Jahn, 27 anos, Educadora, militante há sete anos, coordena o município de Palmeira das Missões-RS e é representante na Nacional do MMC/RS, 2009. Entrevista realizada na cidade de Porto Alegre-RS, no dia 22 de setembro de 2009.

“14 anos promovendo cidadania”. O ano de 2003 foi, para o MMTR/RS, um ano de reflexões sobre a trajetória de lutas do movimento, que teve seu início com a primeira grande mobilização em 1988, no processo da Constituinte.

Mesmo com as dificuldades, temos muito que comemorar. Muita coisa mudou nestes 14 anos [...] a luta por aposentadoria, salário maternidade, campanha da documentação, crédito para a agricultura e outras tantas, nós conseguimos realizar grandes mobilizações, com muitas mulheres e com o apoio de várias entidades.⁴¹³

As barreiras encontradas ao longo do caminho não impediram que elas continuassem na busca pela implementação de demandas específicas do Movimento. Suas campanhas e mobilizações foram imprescindíveis para legitimar o MMT/RS.

Toda a luta pela implementação dos direitos conquistados: a aposentadoria, salário maternidade, a defesa pela saúde pública através dos SUS. Firmando experiências do trabalho com a saúde, envolvendo plantas medicinais, alimentação e tantas outras questões. Na base do debate deste período está a vida das mulheres na roça. A luta contra o sistema neoliberal capitalista, a luta pela continuidade dos direitos. O trabalho de base dos grupos firma a questão das alternativas, tanto na produção, quanto na saúde. É um tempo de grandes desafios. [...] É um tempo de articulação entre as mulheres do campo, nacionalmente e internacionalmente. É um tempo para construir passos para ser, futuramente, um movimento de mulheres do Brasil. É um tempo de muitas lutas e de resistência.⁴¹⁴

Percebe-se que, quando elas se compreendem como um movimento social efetivo, ao reconhecerem suas vitórias, elas se colocam como agentes de transformação da sociedade e criam condições de permanência em seus espaços, o que legitima a sua responsabilidade de continuar no campo e, também, ir além dele.

“De MMTR a MMC – Fortalecer a luta em defesa da vida”. Nesta trajetória de resistência e organização, as mulheres camponesas tornaram pública sua indignação com o modelo de sociedade capitalista, quebraram tabus, preconceitos e padrões culturais seculares. “Nós não queremos mais favores, nossa história a gente faz”.

⁴¹³ ROSSI, Severina (Sananduva/RS). [Entrevista]. **Jornal Informativo do MMRT/RS**, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 59, set./out. 2003.

⁴¹⁴ Luciana, 30 anos, moradora da Serra Gaúcha, militante do MMC desde 1990 e coordenadora de sua região. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.



Figura 17 – A consolidação dos movimentos de mulheres rurais, para formar o MMC.
Fonte: CONGRESSO...⁴¹⁵

*A partir do processo de organização e luta, sentiu-se a necessidade de um movimento autônomo de Mulheres Camponesas, que unificasse as nossas lutas de enfrentamento e resistência.*⁴¹⁶

Em março de 2004 (5-8), no I Congresso Nacional de Unificação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, realizado em Brasília/DF, o Movimento Autônomo de Trabalhadoras Camponesas do Brasil inaugurou uma nova fase em sua história. Passou a chamar *Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil (MMC/BRASIL)*.

No Movimento (MNMR) se discutiu amplamente a necessidade de unificação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil [...] O entendimento de alguns dirigentes era de que não havia a necessidade da existência de um movimento autônomo de mulheres [...] Com a identidade feminista e classista e a legitimidade de quem já havia aglutinado anos de história de luta, militantes e dirigentes reafirmaram a necessidade dessa autonomia. Ficou explícito, no processo, que o patriarcado perpassa inclusive as organizações da esquerda. A resposta das mulheres foi de que elas superaram, há muito tempo, a fase de necessitar de pedir licença [...] Eis que surge o MMC Brasil.⁴¹⁷

Durante esse processo de unificação dos Movimentos de Mulheres no Brasil, houve um

⁴¹⁵ CONGRESSO marca consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas. **Jornal Informativo do MMC/RS**, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 58, mar./abr. 2004.

⁴¹⁶ Adriana Almeida, militante e umas das coordenadoras do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS – 20 anos, dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴¹⁷ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 115.

enfrentamento dessas camponesas, contra a cultura dominante da figura masculina no interior dos movimentos mistos. Mas, essa limitação não as impediu de consolidá-lo, durante um encontro que reuniu cerca de mil e duzentas mulheres, vindas de vários movimentos de todo o Brasil.

Para se ter uma idéia (sic) de quem e quantos eram (os movimentos), enumeram-se a seguir: Movimentos de Mulheres Agricultoras em SC-MMA; Organização de Mulheres Rurais do PR – OMR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras do RS – MMTR; Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do AC – CAMUTRA; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de RR – MMTR; Comissão de Trabalhadoras Rurais de AL – CMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de TO – MMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da PB – MMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da BA – MMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do PA – MMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MS – MMTR; Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do ES – AMUTRES; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Ribeirinhas do AM – MMTR; Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MA – CMTR.⁴¹⁸

A união de forças dessas trabalhadoras rurais, somada à afirmação de um compromisso com as transformações nas relações de gênero e classe, foi a justificativa para a criação de um Movimento Nacional, necessário para fortalecer e ampliar o trabalho de base nos Estados do Brasil.⁴¹⁹

Cabe ressaltar que os grupos de base são fundamentais para a organização do MMC, porque são neles que as mulheres se reúnem e discutem problemas, realizam debates, estudos, distribuem tarefas, etc. É desde os grupos de base que constroem e reconstróem o dia-a-dia (sic) do Movimento. [...] É o espaço de falas, aprendizado e articulação para a luta entre as companheiras.⁴²⁰

Outra modificação importante foi a opção pelo termo “camponesa”, que substituiu o “trabalhadora rural”. Se antes o Movimento demarcava o espaço e a profissão, agora, passa a demarcar politicamente o Movimento, já que carrega uma história de oposição ao capital: latifúndio/agronegócio explorador.⁴²¹

Depois de muito debate, chegamos ao entendimento de que este é o nome que melhor une as nossas diferenças de trabalhadoras do campo do Brasil, soma nossas diversidades e nos dá forças para permanecermos no campo, produzindo alimentos e defendendo a vida. [...] Todas e todos ganham com esta mudança, porque nos tornamos um

⁴¹⁸ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009, p. 116.

⁴¹⁹ RÜBENICH, Loiva Lourdes. **Mulheres em movimento construindo a identidade de mulher camponesa**. Chapecó, 2004. (texto digitado).

⁴²⁰ CONTE, Isaura Isabel; op. cit. 2009, p. 118.

⁴²¹ Ibid., 2009, p. 124.

movimento de mulheres do tamanho do potencial do Brasil. Ousamos resgatar a origem do nosso nome, continuando com a mesma “garra e paixão”.⁴²²

Nessa metamorfose, mantiveram na pauta as ideologias já produzidas, e avançaram na discussão de se efetivar lutas específicas das mulheres, pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, direito à aposentadoria [...] salário maternidade, direito à saúde e acesso à documentação pessoal e profissional.⁴²³

*O ano de 2004 foi um momento muito importante para a história do MMC. Pois foi nesta data que, em 8 de março, se juntam as bandeiras das diversas organizações, dos diversos movimentos autônomos de mulheres do Brasil e se funda, se consolida o MMC/BRASIL. Naquele momento, nós estávamos em 14 Estados e agora, cinco anos já se passaram e estamos com a experiência de trabalho em 22 Estados brasileiros.*⁴²⁴

Esse processo de unificação dos movimentos de mulheres do campo do Brasil foi fruto de um trabalho que apontou a necessidade de se avançar na formação dos grupos de base, bem como nas lutas específicas ao processo de construção de sua identidade.

Sob esta mesma perspectiva, as mulheres do MMTR/RS, neste mesmo ano, passaram a designar-se Movimento de Mulheres Camponesas do RS. Essa decisão contou com a aprovação de várias trabalhadoras rurais, vindas da Região Alto da Serra (Missões I e II), do Vale Cachoeira do Sul, de Cruz Alta e Santa Maria, da Zona da Mata Atlântica e região Litorânea, do Planalto do Icaraí, Passo Fundo e Palmeira das Missões.

4.4.1 A Agricultura Familiar: novo modelo de organização no campo

O Movimento de Mulheres Camponesas vem, de forma organizada e coletiva, estudando e desenvolvendo práticas a partir da agroecologia. Temos como missão a libertação da mulher e a promoção da vida, pois entendemos que desenvolvimento e modernidade significam promoção e continuidade da vida para toda a humanidade.⁴²⁵

Surgido de forma dominante e predatória com o meio ambiente, o capitalismo no campo⁴²⁶ (1970) tornou-se um imenso desafio para o mundo rural da América Latina e do Brasil.

⁴²² JORNAL Informativo do MMRT/RS, Passo Fundo, RS, ano 12, n. 57, jan./fev. 2004.

⁴²³ CONTE; MARTINS; DARON, op. cit., 2009. p. 100.

⁴²⁴ JORNAL Informativo do MMRT/RS, Passo Fundo, RS, ano 12, n. 57, jan./fev. 2004.

⁴²⁵ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC/BRASIL. **Agroecologia uma alternativa para a continuidade da vida**. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder_agroecologia.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2010.

⁴²⁶ Sobre este assunto, ler ABRAMOVAY, R.; BEDUSCHI FILHO, L. C. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia** (UFMG), Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, 2004 e ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992.

A disputa entre as formas artesanais de produção contra este novo modelo, que conta com o capital financeiro internacional, levou os movimentos sociais rurais, principalmente os femininos, a se oporem ao agronegócio e a modernização da agricultura. Com uma proposta pautada na conservação da agricultura camponesa e fundamentada nos princípios agroecológicos, as mulheres do MMC/RS mostraram sua aversão, através da implantação do projeto popular de agricultura camponesa.⁴²⁷

Nesta disputa de modelos, o domínio do latifúndio traz conseqüências (sic) bem concretas no nosso dia-a-dia (sic). Dados do IBGE (1995/6) apontam que 32% da população brasileira é miserável, e ainda, o IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada), no ano de 2002, mostra que referente a população do campo, 57,1% é considerada pobre (valor calculado sobre meio salário domiciliar percapita). Segundo dados do IBGE, de 1990, 20% da população mais pobre tinham 2% da riqueza no Brasil, enquanto que 10% da população mais rica tinham 53,2% da riqueza.⁴²⁸

Diante deste quadro, o Movimento responsabilizou o agronegócio pela pauperização da população do meio urbano, como reflexo do colapso do campo, bem como pela diminuição da diversidade de produção, promovida pelas grandes monoculturas, que priorizaram a produção de grãos para exportação, diminuindo, assim, a produção de subsistência e comercialização local.

A ação do capital no campo se tornou e continua sendo cada vez mais avassaladora na exploração de camponeses e camponesas, sob nova roupagem. A produção de monoculturas atendia ao mercado internacional, deixando de lado a produção de alimentos e o respeito à natureza [...] o êxodo rural ainda era crescente e a perda da soberania e autonomia ficavam cada vez maiores; por isso e pela concentração da riqueza, a miséria e a fome aumentavam.⁴²⁹

Ao revelarem sua preocupação com a produção de alimentos para a humanidade, elas denunciaram o controle das multinacionais sobre a produção brasileira. Para elas, a conivência do Estado, reafirmou a necessidade da luta feminina, frente à destruição tanto da natureza, quanto do homem, em benefício do capital.

Como contraponto, em 2004, com a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos

⁴²⁷ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC/BRASIL. [Cartilha]. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_sementes.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2010.

⁴²⁸ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC/BRASIL. [Folder]. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/campanhas/estudo1.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

⁴²⁹ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 119

Saudáveis⁴³⁰, vinculada ao Projeto Popular da Agricultura, elas abrangeram as dimensões ambiental, cultural, econômica, social e ética no espaço da produção de alimentos, e propuseram mudanças na forma de produção e consumo, que resignificassem as relações humanas com a natureza.

Em ato público, realizado na cidade de Porto Alegre/RS, denunciaram a falta de incentivos para as famílias produzirem seu sustento, e a ausência de compromisso e valorização dos governos, em suas instâncias, para atender as demandas. Após a manifestação, as camponesas organizaram uma mostra de produtos cultivados na agricultura familiar [...] No encerramento, os produtos e sementes expostos foram entregues ao MTD, em um gesto de solidariedade com os trabalhadores urbanos.⁴³¹

“Mais de 500 mulheres em ação no Rio Grande do Sul”⁴³²

“Mulheres Camponesas: lutas e resistência!” No mês de maio de 2005, o MMC/RS, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, realizou a 6ª Assembleia Estadual, na cidade de Passo Fundo/RS. Na pauta, constavam os projetos sobre a continuidade do projeto de agricultura camponesa e o controle da produção e consumo agrícola.

O MMC propõe o projeto popular de agricultura camponesa enraizado na luta feminina e socialista, com base nos princípios da agroecologia, buscando a constituição de espaços onde as relações de poder entre homens e mulheres sejam igualitárias.⁴³³

Após a Assembleia, cerca de trezentas trabalhadoras ocuparam uma das instalações da empresa Bunge Alimentos, em Palmeiras das Missões/RS e outras duzentas, acamparam em Três Cachoeiras/RS, na região litorânea.

Nestes espaços, elas realizaram cursos, estudos e panfletagem, para denunciar a falta de incentivo governamental para a agricultura camponesa e o injustificado incentivo e apoio deste, para o agronegócio. Em outros 19 Estados, cerca de 20 mil mulheres trabalhadoras rurais também se reuniram para a realização de marchas e atos públicos e para estudos de temas relacionados à agricultura ecológica, geração de renda, agronegócio, crédito agrícola.

Nesta mesma data, uma comissão de dirigentes do MMC/RS seguiu para Brasília/DF, onde entregaram ao Governo Federal essa pauta de reivindicações. Outras quarenta e cinco

⁴³⁰ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC/BRASIL. [Folder]. Disponível em: <<http://www.mmc-brasil.com.br/campanhas/estudo1.pdf>>. Acesso em 07 de nov. 2010.

⁴³¹ JORNAL Informativo do MMRT/RS, Passo Fundo, RS, ano 12, n. 60, jul./ago. 2004.

⁴³² INFORMATIVO do Movimento de Mulheres Camponesas–RS, Passo Fundo, RS, ano 8, n. 64, mar./abr. 2005.

⁴³³ INFORMATIVO do Movimento de Mulheres Camponesas–RS, Passo Fundo, RS, ano 8, n. 65, maio/jun. 2005.

camponesas do RS participaram da caminhada promovida pela Marcha Mundial de Mulheres, em São Paulo, onde fizeram o lançamento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade.⁴³⁴

Com estas ações, podemos acenar que as mulheres do MMC/RS inauguraram uma nova fase do movimento, quando

(trouxeram) para sua pauta os eixos de atuação: a questão ambiental, “entendida como o conjunto constituído pelo espaço onde se estabelecem relações sociais [...] entre os seres humanos e destes com a natureza; a reforma agrária, “justa e necessária para um projeto popular de produção agrícola”; a produção agroecológica, “com o uso de formas alternativas de energia e com acesso e controle dos meios de produção [...] a soberania alimentar (que é) imprescindível, assim como a recuperação das sementes crioulas ou tradicionais”; as políticas públicas, que garantam os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais [...]”⁴³⁵

A partir desta nova constituição, elas iniciaram novas leituras de oposição e adversidade a respeito de determinadas questões ou demandas da sociedade ao Estado, preconizando inovação do cenário de suas reivindicações.

⁴³⁴ FORUM MULHER. Disponível em: <http://www.forumulher.org/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=33>. Acesso em: 07 nov. 2010.

⁴³⁵ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 130.

CAPITULO V

5 INVISIBILIDADE E PROTAGONISMO: SUPERAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS DO MMC/RS

Nós mulheres, todas as mulheres, sempre estivemos presentes nas histórias das lutas e na organização popular, embora sempre fôssemos invisibilizadas. Negadas de existir enquanto mulheres e enquanto protagonistas e enquanto comandantes. Ou, quando aparecemos por força da luta e da organização, somos consideradas vândalas, selvagens ou, simplesmente, meios de reprodução.⁴³⁶

Este capítulo analisa o cotidiano das mulheres camponesas do MMC/RS, considerando como elementos básicos, a invisibilidade e o protagonismo. Integro estes conceitos não apenas os tendo como questões exóticas, mas, como elementos de um processo histórico, onde não podemos ignorar a sua integração.

Ao trazermos para o debate o tema da invisibilidade da mulher na sociedade econômica e social, o vemos, ainda de forma tímida, em alguns indicadores de pesquisas sociais,⁴³⁷ dos núcleos de pesquisa científica sobre estudos de população e gênero. Nos nichos acadêmicos, sua presença é mais frequente, embora, quase sempre, seja executado por mulheres, ou, quando não, se limitam à superfície destes motes. Esses fatos podem contribuir para perpetuar o mito da superioridade masculina, que se confirma em um mundo onde ainda são raras as igualdades de oportunidades entre homens e mulheres.

Sob um pensamento constituído pela ideologia patriarcal, na construção social da história do Brasil temos, paradoxalmente, o papel da mulher na instituição família, educação e trabalho doméstico, predominante feminino, embora o pensamento sobre estes aparelhos seja hegemonicamente masculino, principalmente no que diz à manutenção. Isto se firma mesmo diante as estatísticas de pesquisas, que mostram que grande parte das famílias brasileiras é sustentada exclusivamente pela mulher-mãe.

⁴³⁶ Elisiane de Fátima Jahn, 27 anos, Educadora, militante há sete anos, coordena o município de Palmeira das Missões/RS e é representante na Nacional do MMC/RS (2009). Entrevista realizada na cidade de Porto Alegre-RS, no dia 22 de setembro de 2009.

⁴³⁷ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **População por gênero**. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=306>>. Acesso em: 29 out. 2010.

Em todo o Brasil, no campo e na cidade, cresce cada vez mais o número de lares sustentados exclusivamente por mulheres. Elas, no entanto, continuam ganhando menos que os homens e enfrentando quase sempre sozinhas o desafio de conciliar maternidade, emprego e atividades domésticas [...] Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 28,8% das famílias brasileiras eram encabeçadas em 2003, por pessoas do sexo feminino, índice que cresceu 23% nos últimos dez anos.⁴³⁸

Diante deste contexto, as mulheres têm contribuído para que algumas transformações importantes sejam colocadas em prática: a politização do cotidiano doméstico, o fim do isolamento das mulheres no seio da família; a importância de a reflexão coletiva social; a definida integração das mulheres nas lutas sociais e seu papel de destaque na renovação da própria cultura de produção agrícola e de sustentabilidade.⁴³⁹

Mas, para chegar a estas transformações, algumas tiveram que passar por momentos de autoreflexão e autovalorização, que lhes desvendaram que esta invisibilidade é inerente à dimensão econômica, isto é, vai além do social:

Dizer que as mulheres são invisíveis é uma meia verdade. Porque se tu considerar a mulher objeto de cama e mesa, ela é visível. É só tu ligares a televisão. Se tu considerar a mulher trabalhadora, aí, é grande a invisibilidade: a do trabalho, principalmente do trabalho de casa, que ainda não é considerado. As mulheres camponesas tiveram que empreender uma luta árdua para conseguir o salário maternidade, a aposentadoria [...] parte da dimensão do que é da mulher ainda é invisível. Eu acho que esta parte é o trabalho. Na medida em que se vai avançando para as conquistas relacionadas ao trabalho, é que vai se pautando outra forma de se compreender a mulher. E de se enxergar o que ela pode, o que não pode, o que ela é, ou, deixa de ser. Mas isso não hegemoniza de forma alguma nossa sociedade. Ainda há aquela visão da mulher submissa, como um ser inferior, cama e mesa.⁴⁴⁰

Na medida em que elas conseguirem avançar suas conquistas relacionadas ao mundo econômico e do trabalho, elas passarão a se compreender de outra forma e a se projetarem como protagonistas de uma nova sociedade. Assim, sua capacidade de produzir e reproduzir valores será de grande contribuição para acabar com a *cegueira social*,⁴⁴¹ causadora dessa invisibilidade, e promoverá um novo olhar para este sujeito, para este novo ator social do século XX.

Trazendo esses elementos para o contexto das mulheres camponesas do MMC/RS, busco discorrer sobre seus distintos papéis na sociedade, fazendo uso de seus depoimentos, entrevistas, documentos oficiais e meu diário de campo.

Mulher: gênero, trabalho e poder

⁴³⁸ REPORTAGEM especial: Pobreza tem sexo. **Repórter Brasil**. São Paulo, 22 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=168>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

⁴³⁹ GIULIANI, Paola Cappelin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997. p. 649.

⁴⁴⁰ Conceição Paludo, Educadora Popular e colaboradora do MMC/RS. Entrevista concedida em Porto Alegre, em 7 setembro de 2010.

⁴⁴¹ Sobre este tema, ler SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Na medida em que as mulheres vão se compreendendo como trabalhadoras, elas também vão se enxergando como mulheres, de outra forma. Então, o MMC/RS não é contrário. Se tu te fazes respeitar como trabalhadora, tu te compreendes como trabalhadora e avança em outros elementos no que diz respeito à igualdade. No MMC/RS não se avançou em outros elementos enquanto as mulheres não avançaram no aspecto que diz respeito à sobrevivência, à garantia das condições materiais da existência.⁴⁴²

Sobre a valorização da mulher pelo seu trabalho, ou, a valorização do trabalho da mulher, o Movimento é convicto de que, enquanto não se mudar as relações dentro da família, ou da sociedade, não se mudará outras relações. “A centralidade é o trabalho.”⁴⁴³

Na literatura acadêmica, as relações de gênero têm sua compreensão teórica relativamente recente, com um maior aprofundamento emergido nas bases dos novos movimentos sociais. Uma de suas definições, feita sob uma ótica pós-marxista, é introduzida pela ideia de imposição de uma dominação, a ideia da criação de ser dominado pelo poder masculino.

Nada me impediu [de participar do movimento]. Nada. Era difícil a conversa com o marido em casa, pedir... na verdade, na época, a gente pedia ao marido para sair de casa. A gente pedia licença como se a gente fosse propriedade deles.⁴⁴⁴

A sociedade moderna, criada como a sociedade dos homens, ausentou a mulher desse polo dirigente, embora sua participação seja tanto quanto a do homem, só que em situação de dominação.⁴⁴⁵ Para as mulheres do MMC/RS, a luta de gênero é uma luta contra o domínio do patriarcado. Mas, para o Movimento, este só poderá ser rompido quando se mudar o pensamento sobre as relações que objetivamente produzem o ser humano e o condicionam a ter que competir para sobreviver. Este “convencimento” sobre a possibilidade de alcançar a igualdade de gêneros às insere criticamente na situação de luta, e se torna elemento indispensável para a verdadeira transformação.⁴⁴⁶

Temos que lutar pela igualdade do homem e da mulher [...] Temos também que olhar no avanço do feminismo em defesa da divisão sexual do trabalho que, mesmo com este avanço, não nos libertamos ainda. Ainda não dividimos nossas tarefas domésticas [...] Isto é retrato do patriarcalismo. Precisamos nos dar conta disto, não achar que não vale à pena e que a luta tem que ser para algumas. [...] Vivemos em uma sociedade onde a mulher e a terra são apenas um meio, um instrumento. A terra para produzir e a mulher, para reproduzir. O núcleo ideológico que faz com que se domine a terra e domine as mulheres é o mesmo. Por isso, nossa luta ideológica também não pode ser separada.⁴⁴⁷

⁴⁴² Conceição Paludo, Educadora Popular e colaboradora do MMC/RS desde 1980. Entrevista concedida na cidade de Porto Alegre/RS, no mês de setembro de 2010.

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ Rosana Tenroller, coordenadora de base e militante do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS.

⁴⁴⁵ TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução Gentil Avelino Tilton. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 212.

⁴⁴⁶ FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 61.

No depoimento acima, fica perceptível como, no imaginário social, a dominação masculina estabelece e internaliza como legítimo e natural qual é o lugar estabelecido para a mulher e para mãe. A construção deste lugar emana da educação familiar, que preconiza e identifica esse modelo, desde a diferente forma de criação entre filhos e filhas, no espaço da casa. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas da feminilidade, enquanto a iniciativa e a participação do mercado de trabalho definiriam a masculinidade.⁴⁴⁸

Quando essas mulheres explicam sua luta pela abolição de todas as formas de discriminação e de injustiça, é porque elas desejam estabelecer uma completa igualdade entre homens e mulheres e, portanto, suprimir toda referência de gênero no campo e nos vários espaços da sociedade.⁴⁴⁹

Mulheres: em busca de uma nova cidadania

Trazendo em sua trajetória a exclusão histórica e a condição de não serem reconhecidas como cidadãs, as mulheres do MMC/RS almejavam conquistar sua cidadania, para além de uma cidadania cívica ou política. Buscaram a conquista de direitos sociais, entendidos como educação, saúde, habitação e seguridade.

*E a partir deste momento, começou a luta pelo salário maternidade e pela aposentadoria da mulher. Quantas caravanas a Brasília, fazendo ocupação nos prédios da previdência [...] Nós queríamos que as mulheres também se chamassem cidadãs e que tivessem sua documentação e sua aposentadoria. Porque até aqui nós éramos somente a sombra.*⁴⁵⁰

Protagonizando um cenário de inclusão, através da Constituição de 1988, elas conquistaram e asseguraram alguns direitos, como a Previdência Social, aposentadoria, salário-maternidade, auxílio à invalidez e documentação pessoal. Para que esses direitos chegassem também ao campo, as mulheres do MMC/RS participaram diretamente desta conquista, através de mobilizações e ações coletivas.

Mulher camponesa: ser mulher no espaço rural

⁴⁴⁷ Rosana Tenroller, coordenadora de base e militante do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS.

⁴⁴⁸ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997. p. 609.

⁴⁴⁹ TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução Gentil Avelino Titton. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 216.

⁴⁵⁰ Lurdes, 55 anos, militante e uma das fundadoras do MMTR/RS (1989), moradora de Cruz Alta/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

Ser mulher camponesa é ser parceira da terra e de tudo que ela compõe nas nossas ações. Mais do que tudo, é ter responsabilidade com a vida e com tudo que compõe nossas raízes. É assumir o compromisso de perpetuar a luta e ser protagonista de nossa história.⁴⁵¹

Quando uma mulher se identifica como mulher e, dentro do movimento, como mulher camponesa, ela não está de fato respondendo somente a alguma questão que lhe foi feita, ela está claramente estabelecendo uma evidência que a exclui do papel de ser vista como vítima, embora muitas delas tivessem sofrido injustiças. Esta autodefinição faz com ela se coloque no centro de sua própria vida e construa uma imagem de si mesma para ela.⁴⁵²

Ser camponesa é minha realização como mulher trabalhadora. Participar do movimento é minha atuação política no compromisso de luta com as mulheres contra a violência e as injustiças. Ser MMC para mim é ser força, coragem, luta; é estar sempre buscando aprendizado. É passar para as companheiras o jeito de a gente se libertar de todas as formas de opressão. É a fonte onde eu encontro forças para enfrentar todas as dificuldades do dia a dia.⁴⁵³

Ser mulher não é a pura constatação de um estado de fato, mas a afirmação de uma vontade de ser. A grande tarefa de todas elas é o dever de ser o que elas entendem por mulher, a partir da consciência delas mesmas e daquilo que elas querem ser.⁴⁵⁴

Continuar sendo movimento de luta e resistência de todas as mulheres camponesas, todas as formas de opressão, exploração, dominação e violência. Junto com outras organizações, lutar com mulheres e toda a classe trabalhadora.⁴⁵⁵

Para as camponesas do MMC/RS, sua participação como uma figura feminina, em atividades concretas que interfiram em decisões políticas e econômicas de seu espaço, do espaço de sua comunidade e da sociedade, as fez sair da condição marginal desses processos. Se a tomada de consciência abre o caminho à expressão de insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão.⁴⁵⁶

Mulheres e movimento sociais: participação política e solidária

⁴⁵¹ Paula, participante do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁵² TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução Gentil Avelino Titton. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 217-218.

⁴⁵³ Juraci Machado, participante do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁵⁴ TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007a. p. 27-43.

⁴⁵⁵ Adriana Messaro, militante do MMC/RS desde 2000. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁵⁶ FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 24

Minha história é igual a tantas outras das que estamos aqui. Chamaram-me para participar do Movimento. E eu pensei “mas eu?”. Mas, dizer não também era impossível. E aceitei o desafio de sair de casa.⁴⁵⁷

Os novos movimentos sociais vieram representar a afirmação da subjetividade ⁴⁵⁸ e de emancipação⁴⁵⁹ de grupos sociais que lutam não apenas politicamente, mas pessoal, social e culturalmente, extravasando a mera concessão de direitos abstratos e universais.

No início, éramos organização e nos grupos, um espaço para se encontrar, falar, desabafar e se preparar. Na dinâmica da evolução, um Movimento se formou e nacionalmente se consolidou.⁴⁶⁰

As práticas sociais, ligadas ao espírito coletivo do movimento, apresentam ações e comportamentos quase sempre inconscientes em sua organização. A prática solidária entre as mulheres camponesas do MMC/RS nasce do espírito de cooperação ante as dificuldades econômicas e sociais da maioria delas. Na concepção do movimento, este tipo de comportamento foi incentivado pela ala progressista da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra. A presença desta instituição, no início da organização foi determinante para a participação das mulheres nos espaços públicos, visto que era um dos poucos lugares que elas tinham acesso e, portanto, possibilidades de transformações sociais.⁴⁶¹

E, se hoje eu consigo ajudar alguém, consigo ajudar as companheiras, é porque isto eu aprendi no movimento, e não na faculdade. Eu vou dizer para vocês que o Movimento é uma grande família.⁴⁶²

As manifestações coletivas, quando perpassam pela busca de mudanças sociais, afirmam este relacionamento como grupal e criam vínculos profundos entre seus membros, ao mesmo tempo em que os realizam.

⁴⁵⁷ Regina, 40 anos, militante desde 1989 e coordenadora do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁵⁸ Giuliani traz a subjetividade do movimento de mulheres como uma afirmação de sujeitos de direitos e de liberdade, com poder de decisão e de responsabilidades, com capacidade de vincular as reflexões sobre a vida doméstica às demandas dos movimentos históricos. GIULIANI, Paola Cappelin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997. p. 645-649.

⁴⁵⁹ “Não há emancipação em si, mas, antes relações emancipatórias” que se integram numa relação de práticas que reproduzam o poder em capacidades que o destroem. SANTOS, Tânia Maria dos. A Mulher nas Constituições Brasileiras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: América Latina em debate, 2, 2009. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 269.

⁴⁶⁰ Regina, 40 anos, militante desde 1989 e coordenadora do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁶¹ GAIGER, L. I. G. **Agentes religiosos e camponeses sem terra**: quadro sociológico de interpretação. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁴⁶² Lurdes, 55 anos, militante e uma das fundadoras do MMTR/RS (1989), moradora de Cruz Alta/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

*São vinte anos de história, queremos homenagear as mulheres fortes, guerreiras, lutadoras firmes de uma vida inteira. Mulheres vivas, presentes, ausentes e às que tomaram, memória permanente. São 20 anos de caminhada, a luta vai continuar.*⁴⁶³

Essas mulheres, ao discursarem, sempre falam a partir de um coletivo, um plural necessário para continuidade do movimento. As mulheres camponesas são desafiadas a cultivar, além da produção, a solidariedade, a partilha e o companheirismo entre elas, tanto nos espaços privados, como nos públicos, para construir relações humanas a partir de uma visão ampla e integral da vida.⁴⁶⁴

Por meio da união é possível organizar formas de lutas para a transformação concreta do mundo. Os movimentos sociais, articulados por uma prática cultural dialógica e problematizadora, tornam-se verdadeiros exemplos de completa organização dos oprimidos diante dos desafios que surgem no processo desencadeado pela ação cultural libertadora [...] Por meio da união e da organização das classes populares será possível atingir uma nova cultura que brota do impulso libertador vindo dos oprimidos como partejamento do homem novo na história.⁴⁶⁵

Conhecer a visão de mundo destas atrizes, dentro e fora do Movimento, implica a nós, reconhecer seu pensamento individual no conjunto da vida social e organizativa. Ao conhecer suas aspirações, reconhecemos, também, sua forma organizativa e estratégias de empoderamento e superação.

Dando continuidade à importância de conhecermos e reconhecermos as especificidades deste grupo, exponho, a seguir, algumas considerações sobre os símbolos do MMC/RS, que se inserem no seu campo de valores, de subjetividade e cidadania.

5.1 Interpretando os Símbolos, Bandeiras de Luta: Valores e Cidadania do MMC/RS

A nossa simbologia será expressa na Bandeira do MMC que deverá nos acompanhar em todas as atividades realizadas. A cor lilás, o chapéu de palha e o lenço lilás, que expressam a luta de resistência das mulheres trabalhadoras deverão estar presentes em tudo àquilo que nos identifica.⁴⁶⁶

⁴⁶³ Nancy Cardoso Pereira, teóloga, filósofa e educadora, militante do MMC/RS desde 1985. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁶⁴ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 128.

⁴⁶⁵ ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 36-37.

⁴⁶⁶ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Quem somos**. Disponível em: <www.mmcbrasil.com.br/menu/quem_somos.html>. Acesso em: 15 out. 2010.



Figura 18 – Evento que marcou os 20 do MMC/RS. (Camponesas apresentam alguns símbolos que permeiam seu contexto, como forma de cultuarem os frutos que a terra dá. Os elementos advindos da terra representam sua subsistência e a de suas famílias).

Fonte: Leandro Silva.

A história cultural das sociedades está permeada por símbolos, que reproduzem suas práticas culturais, com diferentes formas de representação e de aquisição de sentidos. A simbologia se tornou um elemento importante dentro dos movimentos sociais, servindo como veiculação de valores. Se estas representações são compreendidas por outros, que não aqueles que as fabricam, é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural.⁴⁶⁷ Raramente a força simbólica e convencional da representação visual não revela a semelhança entre sua imagem e sua função.⁴⁶⁸

⁴⁶⁷ JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Lisboa, Editora 70, 2007. p. 44.

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p. 140.



Figura 19 – “A nossa simbologia será expressa na bandeira do MMC”
 Fonte: BANDEIRA⁴⁶⁹

O valor simbólico de uma imagem é, mais do que qualquer outro, definido pragmaticamente pela aceitabilidade social dos símbolos representados.⁴⁷⁰

Os símbolos, no interior dos MS, têm apresentado várias dimensões, que servem de indicativos da diversidade e peculiaridade de suas lutas. A dimensão simbólica tem sido constituída no interior dos movimentos sociais também através do campo religioso, onde se coloca como elemento aglutinador das demais dimensões e dos diferentes campos. A dimensão mobilizatória tem sido pensada, principalmente, a partir do campo político, servindo de base para as ações de muitos movimentos sociais. Já, a dimensão educativa, tem sido analisada por esses grupos sociais, em seus diferentes campos de atuação, como forma de melhor estruturar suas práticas mobilizatórias, com a sua identidade e os seus objetivos.⁴⁷¹

Tomando como ponto de partida estas dimensões, que asseveram a importância da simbologia como um elemento de expressão dos movimentos, temos que

os significados múltiplos da imagem apresentam um elemento essencial na análise dos significados construídos, inculcados e veiculados pelo meio social. A análise do espectador passa por uma negociação de sentido que transcende a própria imagem e se

⁴⁶⁹ BANDEIRA do MMC. **Informativo “Desperta Mulher” do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 34, jan./fev. 1999. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/menu/quem_somos.html>. Acesso em 11 nov. 2010.

⁴⁷⁰ AUMONT, Jacques. **A imagem**. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Cláudio Cesar Santoro. Campinas/SP: Papyrus, 1993. p. 79.

⁴⁷¹ PIANA, Marivone. Música e movimentos sociais: perspectivas iniciais de análise. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, UFSC. Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p. 1.

realiza no contexto da cultura e dos textos culturais no qual ele convive. Nesse aspecto, a imagem pode ser lida como um texto e apontada por estes textos.⁴⁷²

Dentro dos vários símbolos que verificamos nos movimentos, o mais palpável que temos é, sem dúvida, a *bandeira*, que tem um significado especial, para além do simbólico e das crenças.

A bandeira não representa apenas um retalho de pano, que traz uma flâmula. Nela, estão contidas as lutas, as conquistas e uma gama de efeitos sociais. A bandeira que representa um MS, também representa seus princípios, identificando-os com os sentidos ali contidos.



Figura 20 – Camponesa segura a bandeira do Movimento MMC.
Fonte: Leandro Silva.

*Então, a luta das mulheres é muito maior do que aquilo que a gente está conseguindo enxergar hoje. E nesta bandeira, a gente quis expressar um pouco deste sentimento que a gente tem dentro de cada uma de nós. Desta história que está registrada dentro de cada uma de nós. Do que a gente fez até hoje. Dos passos que nós construímos. E que nós, deste o início da nossa história, a nossa primeira bandeira foi a da libertação das mulheres. E esta bandeira, nós não podemos deixá-la cair nunca. Porque essa libertação ainda está longe de acontecer.*⁴⁷³

⁴⁷² NOVAES, Sylvia Caiuby. O uso da imagem na antropologia. In Samain, Etienne (Org.). **O fotográfico**. São Paulo Hucitec, 1998. p. 117.

⁴⁷³ Izanete M. Colla, militante do MMC/RS, da cidade de Ibiricá/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.



Figura 21 – Uma bandeira única, ‘costurando’ a trajetória do MMC/RS.
Fonte: Leandro Silva.

*[...] esta bandeira vai continuar a ser construída nas nossas regiões por onde vai passar para continuarmos esta costura. E dentro desta costura também nós vamos pensando nos nossos desafios; que retalhos nós vamos botar agora? Que retalho está precisando ser colocado agora? E, assim, nós vamos fazer com que esse nosso projeto de vida vá se realizando, e vamos simbolizar nesta bandeira. Ela vai ficar muito grande e muito bonita, com certeza.*⁴⁷⁴

*E aqui eu quero dizer que todas as companheiras que passaram por aqui estavam costurando a sua história e as que ainda virão, nesta bandeira. Esta bandeira, nós queremos que seja a história de todas nós. E esta bandeira será colocada nestes dois dias aqui ao lado e todas nós e todos os companheiros homens que quiserem também poderão costurar nossa bandeira, que é a nossa história. Cada um vai costurar seu pedacinho de vida. Aquilo que nós já fizemos e aquilo que ainda vamos fazer.*⁴⁷⁵

Para o MMC/RS, esta representatividade não é diferente. É perceptível que, em todos os seus momentos, a bandeira demarca seu território de mobilização e sua importância socioeconômica e cultural.



⁴⁷⁴ Izanete M. Colla, militante do MMC/RS, da cidade de Ibiricá/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁷⁵ Lurdes, 55 anos, militante e uma das fundadoras do MMTR/RS (1989). Depoimento dado na Assembleia do MMC 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS.

Figura 22 – Um dos símbolos da mulher camponesa, o chapéu de palha, decora o palco da 7ª Assembleia do MMCR/RS, em 2009.

Fonte: Leandro Silva.

A cor lilás, expressa no lenço, está ligada à ideia da mistura das cores azul e vermelho, que faz alusão ao masculino e feminino. O lenço, cobrindo parte da face, representa um momento de ação. O chapéu de palha expressa a luta e resistência das mulheres. Historicamente, o chapéu foi usado como símbolo de poder e *status*, mas, para essas mulheres, ele caracteriza sua cultura e tradição de homem e mulher do campo. Estes símbolos também estão presentes em tudo àquilo que as identifica.

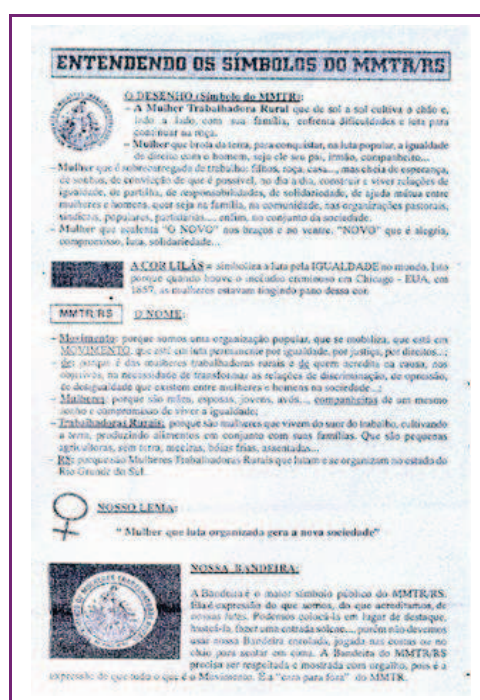


Figura 23 – A simbologia é parte de constantes de estudos do Movimento.

Fonte: ENTENDENDO...⁴⁷⁶

Lá estão elas com sua identidade: como mulheres e trabalhadoras camponesas, de chapéu de palha e sonhos na cabeça, além de chinelos nos pés e a firmeza na caminhada.⁴⁷⁷

5.2 História Visual do Movimento das Mulheres Camponesas

A história visual, independente de seu contexto, somada aos recursos da escrita, pode nos

⁴⁷⁶ ENTENDENDO os símbolos do MMTR/RS. Informativo “Desperta Mulher” do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 34, jan./fev. 1999.

⁴⁷⁷ Lusa, Mailiz Garibotti. *Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em terras catarinas* – uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia, Brasil. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

proporcionar outro olhar sobre um trabalho produzido. Neste sentido, através de algumas imagens fotográficas, conteúdo de meu diário de campo e depoimentos, descrevo um dos acontecimentos da trajetória das mulheres do MMC/RS, que traz a 7ª Assembleia do MMC/RS.

Este evento aconteceu no dias 17 e 18 de outubro de 2009, na cidade de Palmeiras das Missões/RS (Parque Municipal de Exposições Tealmo José Schardong), onde cerca de 500 mulheres participaram da comemoração dos 20 anos do Movimento.

Não deixando de lado seus olhares, rostos, similitudes e distinções pessoais, exponho algumas imagens deste evento, e procuro contextualizar suas ações e leituras de mundo, para tentarmos conhecê-las mais em profundidade.



Figura 24 - Panfleto distribuído durante a 7ª Assembleia do MMC.
Fonte: MMC-RS⁴⁷⁸

2004 – OS 20 ANOS E A 7ª ASSEMBLEIA DO MMC/RS

A Assembleia reuniu mulheres camponesas de vários municípios do RS e também de outros Estados, bem como representantes dos movimentos sociais: MST, Via Campesina, MAB, CPT, PJR, entre outros. O primeiro dia do encontro contou, também, com a presença de algumas

⁴⁷⁸ MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS/RS. [Panfleto]. Palmeira das Missões, 2009.

autoridades, entre elas, o prefeito local e alguns deputados, simpatizantes do Movimento.

Vindas em caravanas, muitas delas trouxeram seus filhos e companheiros. O que nos mostra que a luta dessas camponesas é, também, importante para eles. Tive esta percepção quando, ao almoçar com uma das caravanas do litoral, presenciei que o almoço estava sendo preparado pelos companheiros, que as aguardavam no local. A inversão da lógica – os homens preparando a comida – tem um peso simbólico, uma importância. Os sujeitos se encontram, na ação e no discurso, para produzir a vida social.⁴⁷⁹ Aqui, produziram a vida de modo a não reproduzir a desigualdades.

Na abertura do evento, música, alegrias, bandeiras, vozes e abraços de encontros e reencontros, assinalaram o clima de festa. Assim, todas foram acolhidas para o início dos trabalhos, com avisos, agradecimentos e chamamentos.

Durante o encontro, depoimentos e relatos feitos por essas camponesas, narraram a trajetória do Movimento, desde sua concepção até suas lutas atuais. Através de um painel, intitulado “*Painel Histórico dos 20 anos de Luta e Resistência do MMC do RS*”, algumas narrativas feitas pelas entrevistadas foram entrelaçando a história de suas vidas à da caminhada no MMC/RS.

O ambiente estava receptivo e contava com a presença de aproximadamente 500 mulheres. As gravações foram feitas durante a apresentação dos Painéis da Assembleia. Embora houvesse alguns ruídos, foi possível uma gravação nítida, pois me coloquei próxima ao palco das apresentações.⁴⁸⁰

Inserida neste espaço (já devidamente apresentada e autorizada para a realização de meu trabalho), gravei narrativas, depoimentos e falas (algumas feitas durante a formação de um grupo de debate) e fiz anotações em meu diário de campo, sobre momentos que achei serem pontuais. Com dados deste material, exponho as descrições a seguir.

⁴⁷⁹ JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁴⁸⁰ Diário de Campo da Pesquisadora.



Figura 25 – Mulheres camponesas do MMC e de vários outros movimentos sociais rurais (MAB, MST, CPT, PJ) realizam a 7ª Assembléia do MMC/RS, 2009.

Fonte: Leandro Silva.

A apresentação foi coordenada por Vanderleia Daron e Regina (militantes e colaboradoras) que, após as boas vindas, iniciaram uma narrativa, resgatando a trajetória do Movimento, desde sua concepção, até os dias atuais. Seguindo esta lógica, transcrevo minhas anotações.

Na abertura da Assembleia, fez-se um resgate histórico da trajetória do MMC ao longo desses 20 anos. Separados em períodos, Regina, uma das coordenadoras o MMC-RS, nos dá seu depoimento e também traz outras mulheres do movimento, para nos contar como foi a constituição desta organização.⁴⁸¹

⁴⁸¹ Diário de Campo da Pesquisadora.



Figura 26 – Mulheres camponesas, na 7ª Assembléia do MMC/RS – 2009.
Fonte: Leandro Silva.



Figura 27 – Logotipo que identifica a bandeira do MMC/BRASIL. (O símbolo do sexo feminino - um espelho na mão da deusa Vênus, envolve mulheres camponesas de diferentes etnias, que trazem em suas mãos, os filhos, a sua ferramenta de trabalho e os frutos vindos dele. Ao fundo, temos o mapa do Brasil, que demarca o espaço das ações do movimento.)

Fonte: MMC Brasil⁴⁸²

Dos anos 1989 a 1995, as descreveram seus desafios, impedimentos e superações para poderem, através de suas utopias e vontades de construir um espaço considerado delas: “Conquistamos nosso espaço e nos sentimos mais gente.”

Dos anos 1995 a 2003, inúmeros relatos perpassaram pela história, desde a implantação de direitos como: a aposentadoria do homem do campo, o salário maternidade da mulher rural, a defesa pela saúde pública (SUS). Para elas, foi um tempo onde a “base do debate deste período estava na vida das mulheres na roça [...] um tempo de articulação entre as mulheres do campo,

⁴⁸² MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br>>. Acesso em: 16 out. 2010.

nacionalmente e internacionalmente [...] um tempo para construir passos para ser, futuramente, um movimento de mulheres do Brasil. É um tempo de muitas lutas e de resistência.”

Dos anos 2003 a 2009, resgataram todas as mobilizações que foram feitas para a obtenção do crédito agrário e de recursos para a implantação da agricultura camponesa; a oposição ao agronegócio e insistência pela produção de alimentos saudáveis. Outro tema também trazido foi sobre a violência contra as mulheres que, no cenário rural, ainda é presente e velado pela sociedade.



Figura 28 – No dia 25 de novembro, a luta pelo fim da violência contra a mulher. (Na escadaria do prédio do governo federal, em Porto Alegre, vestidas de preto, protestaram contra as violências sociais)

Fonte: MMC/Brasil⁴⁸³

Deste período, destacaram o ano de 2004: “O ano de 2004 foi um momento muito importante para a história do MMC. Pois, foi nesta data que, em 8 de março, se juntaram as bandeiras de diversas organizações, de diversos movimentos autônomos de mulheres do Brasil e se fundou, se consolidou o MMC/RS.”

Neste ano, muitas agendas foram assumidas pelo Movimento. Nos relatos, elas resgataram a luta conjunta à Via Campesina do Brasil, contra o “deserto verde” implantado pelas multi e transnacionais. Relembrou seus enfrentamentos e mobilizações feitos na capital nacional, onde inúmeras mobilizações marcaram o cenário.

*São vinte anos de história, queremos homenagear mulheres fortes, guerreiras, lutadoras firmes de uma vida inteira. Mulheres vivas, presentes, ausentes e, às que tomaram, memória permanente. São 20 anos de caminhada, a luta vai continuar, os direitos conquistados estão sempre ameaçados. Temos que preservá-los.*⁴⁸⁴

⁴⁸³ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/ilustra/251110_25novembrocp.jpg>. Acesso em 26 nov. 2010.

*Vimos até agora um pouco de nossa história nestes 20 anos. Lembramos que isto foi apenas uma parte de nossa vida. Temos muito a fazer ainda.*⁴⁸⁵

Esses depoimentos nos explicitam que a participação coletiva e individual, nesta caminhada, pôde tornar real a constituição do MMC. Para elas, o Movimento não caminha sozinho, pois, as lutas conjuntas as fazem mais fortes. A presença de vários movimentos firmou este pensamento coletivo.



Figura 29 – Representantes da Marcha Mundial de Mulheres (7ª Assembleia do MMC/RS, 2009)
Fonte: Leandro Silva.

*É com muito orgulho que nós da MMM⁴⁸⁶ estamos aqui hoje com vocês comemorando estes 20 anos do MMC, um movimento de resistência e de luta que nós sabemos que não está pronta. Que temos que travar todos os dias porque esta igualdade e esta libertação que buscamos precisa ser construída com homens e mulheres na sociedade. [...] Nós queremos trazer aqui a nossa parceria permanente da MMM ao MMC e a todas as mulheres do campo e da cidade, para que a gente possa, cada vez mais, lutar na sociedade contra todas as formas de violência e opressão, discriminação, machismo, contra o capitalismo que nos detona todos os dias.*⁴⁸⁷

É com muito prazer e com muito carinho que trouxemos o abraço das mulheres do MST e para dizer o quanto é importante para as mulheres sem terra e o quanto tem sido importante o MMC ao longo

⁴⁸⁴ Nancy Cardoso Pereira, teóloga, filósofa e educadora, militante do MMC/RS desde 1985. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁸⁵ Lurdes, 55 anos, militante e uma das fundadoras do MMTR/RS (1989), moradora de Cruz Alta/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁸⁶ A Marcha Mundial das Mulheres nasceu em 2000 como uma grande mobilização contra a pobreza e a violência. Naquele ano, as ações começaram justamente em 8 de março e terminaram em 17 de outubro (Dia Internacional pela Erradicação da Pobreza), organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. A inspiração para a criação da Marcha partiu de uma manifestação realizada cinco anos antes (em 1995), no Canadá. Na ocasião, 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo. Ao seu final, diversas conquistas foram alcançadas naquele país, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. JORNADA de lutas das mulheres camponesas, Porto Alegre, n. 35, mar. 2010. Disponível: <<http://www.mst.org.br/book/export/html/9188>>. Acesso e: 20. dez. 2010.

⁴⁸⁷ Cláudia Prates, integrante da MMM. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

*destes 20 anos de luta que vocês comemoram este ano. Porque as mulheres sempre estiveram presentes na luta pela terra e na luta pela reforma agrária.*⁴⁸⁸

*É com muita alegria também que nós, os atingidos pelas barragens viemos participar deste encontro. Eu e mais uma companheira, do movimento popular urbano MPU de Erechim estamos aqui para dizer que as palavras da companheira do MST foram muito felizes e transmitiram o sentimento que nós e os outros movimentos, que compomos a Via Campesina, temos em relação ao debate, que é importante e fundamental que o MMC traga para dentro da VC. Este debate tem sido importante para que os outros movimentos como o MAB consiga acumular sobre a questão do feminismo.*⁴⁸⁹

*Estou meio com medo de falar para todas essas companheiras.[...] Eu quero dizer que a PJR tem sua história desde 1983 e tem construído muito junto com as mulheres camponesas. Nós, os jovens rurais, sabemos o quanto é importante que as jovens e os jovens do campo se organizem no campo. A roça precisa das mulheres e as mulheres são muito importantes. [...] Então a PJR se engancha na luta do MMC nestes 20 anos de história, e que vamos construir muito mais. A luta começa e ela não para.*⁴⁹⁰

Durante esses depoimentos e palavras de apoio, percebi que, para as mulheres do MMC, suas lutas e conquistas não foram em vão e que elas se sentiram realmente homenageadas pelos grupos apresentados.

Todas são convidadas a ficar de mãos dadas e cantar uma das músicas que conta a história dos 20 anos do Movimento. “Cantando as diferenças”: que representa a semente de uma grande árvore que deverá ter raízes profundas, fixas no reconhecimento político das diferenças, grandes troncos sustentando a sensibilidade universal. Sombra fresca e oxigênio para as diferenças: flores exalando os direitos humanos, e frutos, com sabor de cidadania para todos os seres deste planeta.⁴⁹¹



Figura 30 – “Cantando as diferenças”.

⁴⁸⁸ Ana, militante do MST/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁸⁹ Alessandra, militante do MAB/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁹⁰ Lusimar, participante da PJR /RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁹¹ Diário de Campo da pesquisadora.

Fonte: Leandro Silva.

A unidade da família no espaço agrário sofre forte influência, principalmente, da presença religiosa. Embora seja um espaço que demarca posições, entre homens e mulheres, também se traduz em um espaço de coletividade. Todos plantam, todos colhem, todos trabalham. Dentre deste espírito, somado à importância que as mulheres dão à nova geração, essas camponesas, sobre uma nova reflexão, criam seus filhos e filhas sob a perspectiva de solidariedade entre os gêneros: no mesmo espaço onde estão os homens, as mulheres também devem estar. Isto me ficou evidente ao presenciar alguns preceitos sobre gênero, respeito e equidade, que foram transmitidos às crianças, durante o evento. A participação desses meninos e meninas nos eventos, firma esse pensamento. Em um local apropriado, elas produziram algumas atividades e brincadeiras lúdicas, que foram apresentadas num momento de interação.



Figura 31 – Crianças, filhas e filhos de camponeses, participam da 7ª Assembleia. (Elas sobem no palco para apresentarem seus trabalhos, produzidos durante o evento)

Fonte: Leandro Silva.

As crianças, reunidas no palco, apresentaram uma ciranda de roda, músicas e desenhos produzidos durante o evento, numa oficina de artes.

Após a apresentação das crianças, um momento místico relembrou a missão que elas assumiram. O juramento foi celebrado com a entrada da bandeira do MMC/RS e bandeiras de diversos movimentos.



Figura 32 – Mulheres fazem juramento de seguir a missão do MMC/RS.
Fonte: Leandro Silva.

Naquele momento, a música “Luta na roça e na cidade” foi cantada.

“... hoje carrego a bandeira, a sua estampa tão linda, florescendo a vitória, olhar alegre da vida... com o passar do tempo... hoje carrego a bandeira, faço parte desta luta, que é limpa e verdadeira... pelo mundo e pela pátria, pela pátria brasileira... De longe eu avistei uma bandeira em minha frente, coração bateu mais forte, senti algo diferente, sua cor era vibrante, da cor do sangue da gente... sua cor era vibrante, da cor do sangue da gente... sua cor me atraía tremulando para o povo, cercada de sem terras, que caminhava orgulhoso, buscando a esperança, esperança de um mundo novo...hoje vejo a bandeira, a sua estampa tão linda ...”



Figura 33 – Momento místico do encontro: bandeiras e o lenço lilás, símbolo de força.
Fonte: Leandro Silva.

*Esta bandeira é a mostra de um pouco do sentimento que a gente trouxe para essa Assembléia, para comemoração destes 20 anos. Das lutas que fizemos nestes 20 anos. Que não são 20 anos, mas muito mais [...] E esta bandeira é o nosso símbolo que hoje vamos carregar e vamos continuar a construir, como na nossa luta que viemos dando passos e não conseguimos tudo numa luta só. Foram muitas. Muitas vezes nós mulheres saímos de casa e fomos para rua e encaramos a polícia, encaramos muitos problemas. Foram os passos que nós demos. Foram muitos os passos.*⁴⁹²

⁴⁹²Izanete M. Colla. Participante do MMC, do município de Ibiricá-RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.



Figura 34 – Mulheres costuram suas bandeiras à bandeira do MMC/RS (sinal de aliança às ideologias e lutas, entre os MS)

Fonte: Leandro Silva.

*E ainda temos muitos passos para dar. Então, simbolizando isto, esta bandeira vai continuar a ser construída nas nossas regiões por onde vai passar para continuarmos esta costura. E dentro desta costura também nós vamos pensando nos nossos desafios; que retalhos nós vamos botar agora? Que retalho está precisando ser colocado agora? Assim nós vamos fazer com que esse nosso projeto de vida vá se realizando, e vamos simbolizar nesta bandeira. Ela vai ficar muito grande e muito bonita, com certeza. Hoje, o que temos que levar para casa é a lembrança destes momentos que vivemos e revivemos e também o compromisso da continuidade disso.*⁴⁹³

Fica perceptível, na fala dessas camponesas, a consciência sobre suas lutas. "Foram muitas". "Foram muitos passos". Essas expressões nos revelam que, para chegarem à visibilidade, isto é, para conseguirem que fossem valorizadas pelo seu trabalho na produção do campo, no cuidado da casa e da família e no mundo do trabalho, elas tiveram que enfrentar muitas barreiras. E, a primeira delas, foi no espaço da própria casa, na afirmação da importância de seu papel na

⁴⁹³ Izanete M. Colla, militante do MMC/RS, da cidade de Ibiricá/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

economia doméstica, através de seus feitos diários da lida da casa e do campo. Barreira que, para muitas delas, ainda se encontra intransponível, visto que a discriminação e a desvalorização do trabalho da mulher, como força econômica, ainda são evidentes.

Ao costurarem suas bandeiras, símbolos de suas ações e lutas, sua trama compõe uma bandeira maior, aliando suas ideologias e sonhos.



Figura 35 – Momento místico, mulheres sobem no palco e agitam suas bandeiras.
Fonte: Leandro Silva.

Sob o tema: “*A história que não nos contaram. Histórias que negaram. Histórias silenciadas*”, Luciana, da Serra Gaúcha/RS, juntamente com outras participantes, fizeram uma homenagem às mulheres consideradas lutadoras (1756 a 2009), que foram silenciadas em suas lutas. Em sua leitura, a camponesa resgatou inúmeras personagens do cenário brasileiro e Latino Americano, que foram massacradas, mortas, violentadas ou assassinadas durante sua caminhada.

Naquele momento, quando as mulheres entraram carregando suas bandeiras, pareceu-me que, quando elas trazem para seu espaço a lembrança ou a memória de outras mulheres, não apenas resgatam um passado, mas, trazem para o presente, a imagem de mulheres que antecederam suas lutas. Para elas, há o entendimento de que essas precursoras são diretamente responsáveis por seu protagonismo atual.



Figura 36 – Homenagem à Loiva e Margarida Maria Alves.
Fonte: Leandro Silva.

Entre as homenageadas, estão: Jussara e Pazzar (índias guerreiras); Aqualtume, Tereza de Karitê (comandantes de quilombos); Margarida Alves e Loiva Rumeniwsk (camponesas contemporâneas). “São mulheres do nosso tempo que estão resgatadas, cujas histórias são contadas aqui... vivas ou mortas...”

Durante o evento, houve o lançamento do livro, “*Mulheres, resistência e luta em defesa da vida*”, escrito por algumas participantes do MMC/RS.



Figura 37 – O Livro do MMC/RS (a educadora popular Conceição Paludo apresenta o livro organizado por ela e escrito por várias mãos camponesas. Nele, a história, as lutas e as ideologias que versam o mundo camponês)
Fonte: Leandro Silva.

[...] a gente organizou um livro que é nosso [...] Não é de quem organizou ou de quem escreveu. É nosso, na medida em que ele conta a história nossa, das mulheres deste país [...] É uma história de resistência coletiva e também individual.⁴⁹⁴



a

O livro traz, entre muitos temas, homenagens, artigos e resgates históricos sobre caminhada do Movimento, revelando os bastidores de episódios polêmicos, entre outras lutas.



Figura 38 – O Livro do MMC/RS. (a camponesa e educadora Elisiane Jahn, conta como se deu o processo de escrita do livro, feito por várias mãos)

Fonte: Leandro Silva.

Este livro traz o registro de uma história. Que é a história destes 20 anos de luta e de organização. Ele está disponível em nossa Secretaria. Foi apoiado por algumas entidades como o CEB e o SESI que, em nome do MMC agradecemos publicamente.⁴⁹⁵

Muitos outros momentos fizeram parte deste evento. Entre eles, destaco o debate em grupo, com as proposições: “qual o lugar das mulheres camponesas nestes 20 anos de luta?” e “a importância do papel da mulher neste contexto do capital e na destruição da natureza?”

A questão da conscientização das mulheres, a partir da organização e da libertação das mulheres que, na verdade, viviam lá no cantinho delas e não sabiam que podiam se organizar, se conscientizar e se libertar um pouco. Elas eram vistas só como uma doméstica. Uma mulher que servia a tudo em casa. E achava que não tinha capacidade e nem direitos. E por isto, fomos atrás e começamos a nos organizar para serem reconhecidas como mulheres agricultoras e com direito a direitos. E temos que continuar para que não se perca o que já foi conquistado nestes vinte anos. A libertação ainda está por vir e tem muita coisa ainda. Elas precisam se libertar. Elas ficam ainda muito presas. Lá na base, quanto formos organizar as mulheres para vir aqui, tinha umas vinte ou trinta. Mas, quanto chegou a hora de

⁴⁹⁴ Conceição Paludo, Educadora Popular e colaboradora do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁹⁵ Elisiane de Fátima Jahn, 27 anos, Educadora, militante há sete anos, coordenadora do MMC/RS no município de Palmeira das Missões/RS e representante na Nacional do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

*vir, tinha um número bem menor por causa, ainda, do compromisso que elas acham que tem o primeiro lugar: a casa, e não vão. Ainda precisa muito trabalhar esta questão de gênero. Nas bases, na verdade, porque a luta não acontece sem o povo e o povo tá nas bases.*⁴⁹⁶

*Nosso grupo concluiu que foram dois papéis distintos que as mulheres tiveram. Porque foram duas atitudes diferentes. A atitude daquelas que tiveram a coragem de se organizar e denunciar, fazendo o enfrentamento da luta de verdade e o papel daquelas que, infelizmente, ficaram em casa, esperando a carona para conseguirem alguma coisa. Aqui a gente percebe a diferença. E, hoje, o papel seria o desafio de não deixar o movimento fracassar, pois notamos que várias comunidades têm enfraquecido e, portanto, é importante a conscientização das lideranças, que também estão se deixando abater. Pensamos: será que já conquistamos tudo? A aposentadoria o salário maternidade, não precisamos de mais nada? Então, fica este desafio para mulher e para o movimento. As questões também da agroecologia e dos alimentos. É isto que também queremos de verdade? Temos que prosseguir.*⁴⁹⁷



Figura 39 – Grupos de debate.
Fonte: Leandro Silva.

*Em nosso grupo discutimos o papel das mulheres e alguns desafios nesta sociedade de hoje. Veio do grupo: continuar a luta pelos direitos, defender a natureza; ser camponesa e ter, como missão, todos os dias: a alimentação; repartir com o companheiro os compromissos da casa, dos filhos, dos idosos e estudar e refletir sobre a realidade que vivemos. E um importante papel na participação política, para que nós possamos ser vistas como sujeitos desta história que está sendo construída. Alguns outros desafios pontuais que foram postos pelo grupo: o sair de casa, onde temos que deixar o pão feito, o feijão cozido, enfim, ter que deixar tudo organizado. A retomada do trabalho de base, que a gente vem discutindo, que é necessário voltar a fazê-lo, com lutas locais de enfrentamento, como construir o projeto de agricultura camponesa agroecológica, produzir alimentos saudáveis. Fazer o enfrentamento ao capital. E uma tarefa importante, que é envolver as jovens camponesas no MMC, porque sabemos que se a participação da juventude não se concretizar, o movimento pára. Temos que ter continuidade com a juventude. A minha filha está aqui. Uma pequena jovem que já está se desafiando a vir aqui na frente e que, daqui a alguns anos, poderá assumir o comando do MMC.*⁴⁹⁸

⁴⁹⁶ Neli Maria Otfinowski, coordenadora de base e militante do MMC/RS. Depoimento dado na Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões, RS, no momento da plenária do debate de grupo.

⁴⁹⁷ Edriane, militante do MMC/RS, no momento da plenária da Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.

⁴⁹⁸ Noeli, moradora de Penápolis (extremo oeste de SC), militante do MMC/SC, no momento da plenária da Assembleia do MMC/RS 20 anos, no dia 17 de outubro de 2009, na cidade de Palmeira das Missões/RS.



Figura 40 – Imagens da Plenária dos grupos de debate.
Fonte: Leandro Silva.

A partir destas narrativas, depreendo que a luta pela resistência do grupo, pela continuidade da luta, pela responsabilização subjetiva sobre a questão agroecológica e, por fim, a visibilidade do Movimento, são as mais importantes bandeiras de lutas trazidas e sustentadas por elas.



Figura 41 – O cantor e compositor Zé Martins homenageia os 20 anos do MMC/RS.
Fonte: Leandro Silva.

“Faço uma canção ligeira, brejeira, estradeira à mulher campesina. Que acorda toda a luz, toda a manhã. Em cada rosto uma poesia uma história, em cada cabeça chapéu de palha... em cada cabeça a certeza vamos juntos vencer... Faço uma canção ligeira, brejeira, estradeira à mulher campesina... que luta pelos seus direitos, pela vida, pela paz... são agricultoras, meeiras, ribeirinhas, posseiras, diaristas, bóias frias, pescadoras, quebradeiras de côco... e muitas mais... são mães, filhas, camaradas, companheiras, esposas, cúmplices, amantes e parceiras... são mulheres e não precisa mais. Faço uma canção ligeira, brejeira e estradeira à mulher campesina... faça uma canção campesina...”

Para encerramento do encontro, tivemos uma série de apresentações culturais, com artistas conhecidos da região e apresentações artísticas locais. Dentre as apresentações, destaco uma em especial, que traz uma música que foi escrita especialmente para esta ocasião. Carregada de traços que nos possibilita identificar quem é a mulher camponesa, seu labor, sua luta e ideologias, a música, como outras que são contadas pelos MS, vêm carregadas de simbologias e subjetividade.





Figura 42 – Fotos sobre a Confraternização feita com produtos vindos do campo.
Fonte: Leandro Silva.

Após as apresentações artísticas, houve um momento de partilha e confraternização do encontro. Trazendo produtos de suas propriedades, as mulheres, através do gesto da partilha, fizeram o encerramento do evento. Além de alimentos oferecidos, as mulheres realizaram uma feira de economia solidária, comercializando inúmeros produtos naturais e outros, preparados por elas mesmas. Nesta ação, fica perceptível que elas estão convictas de que seu protagonismo está rendendo frutos, embora saibam que ainda têm muito por fazer.

CAPÍTULO VI

6 ÚLTIMOS OLHARES DA PESQUISADORA

“Mais cedo ou mais tarde, gostem ou não, faremos desta terra uma pátria de liberdade, igualdade e justiça”

Baseadas na ideologia marxista, presente em sua formação, as mulheres camponesas perceberam o desenrolar da História, como construção: a condição de uma sociedade justa, fraterna e igualitária dependendo da luta dos sujeitos históricos (veem-se, dessa forma, como agentes transformadores, como sujeitos da luta de classes). O discurso acima demonstra esta ideologia de cunho revolucionário.

O empoderamento das mulheres significa a negação da estrutura que as violenta e que as nega como seres humanos com direito ao respeito e à felicidade.⁴⁹⁹

Nos anos seguintes à constituição do MMC/RS, as questões sobre o feminismo e gênero sempre estiveram em suas pautas de debate, por ser entendido, por elas, como elementos de oposição à sociedade patriarcal e capitalista, e sinalizadores para prosseguir na construção dos projetos engendrados ao longo destes 20 anos.

Na evolução do Movimento, percebe-se que, na medida em que as mulheres vão avançando suas lutas, seus desafios aumentam, fazendo com que elas promovam outras práticas, baseadas em novas reflexões e novas formas de lutas. Assim, suas aspirações continuam seguindo e reconstituindo suas interações sociais que, historicamente, vêm reforçando seus papéis, a partir de ponderações e resignificados de suas ações.

Neste contexto de mudanças, essas atrizes vão, no avanço de suas lutas, reformulando seus enfoques e suas relações políticas e culturais, sob um olhar interorganizacional, como forma de empoderamento de seu grupo. Essa nova forma de inclusão do Movimento, também nos espaços plurais de mobilização, está na necessidade de superar novos desafios, postos pela complexidade das demandas e pela formação de agendas comuns de interesses, o que contribui

⁴⁹⁹ PALUDO, Conceição. **Mulheres**: resistência e luta em defesa da vida. Rio Grande do Sul: Ed. CESE. 2009. p. 130.

para animar a caminhada.

O dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher) foi escolhido pelas mulheres, participantes ou não, de movimentos sociais, para renovar a luta contra as distintas formas de violência sofrida pelas mulheres. Considerado, também, um dia de luta por novas relações de gênero e classe, direitos sociais, políticas públicas e transformação social, esta data vem sendo estabelecida, em inúmeros lugares e pelas mãos de muitas mulheres lutadoras, que desejam e sonham com uma vida justa, baseada na igualdade, condição para ser feliz.⁵⁰⁰



Figura 43 – Folder sobre a mobilização de 8 de março.

Fonte: MMC/Brasil⁵⁰¹

Devido ao elevado número de casos nestas últimas décadas, que revelaram a violência contra as mulheres,

o dia 25 de novembro é lembrado e marcado em todo o mundo como o Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres. [...] Nesta data, diversas Organizações de mulheres, especialmente feministas, do campo e da cidade no mundo todo, fazem ações e debates sobre a violência cometida contra mulheres. Nós, do MMC, consideramos importante nos manifestar frente ao tema da violência contra as mulheres, pelo fato de sermos nós mesmas as vítimas, nas mais diversas situações e sobre isso, queremos refletir: [...] Quanto maior o silêncio das mulheres em relação à

⁵⁰⁰ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/ BRASIL. História de mulheres lutadoras, contadas e resignificadas. **Boletim Eletrônico**. 8 mar. 2010. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/boletim_eletronico/010310_8marco2010.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010.

⁵⁰¹ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/ BRASIL. Dia Internacional de Luta das Mulheres. **Boletim Eletrônico**. 8 mar. 2010. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/boletim_eletronico/boletim_mmc_010310.html>. Acesso em: 15 nov. 2010.

violência, maior é o índice dela e, conseqüentemente, o medo imposto sobre as mulheres. Por isso, reafirmamos a importância de romper o silêncio, de nos indignar e denunciar qualquer forma de violência praticada contra as mulheres [...] ⁵⁰²

Esta data também é considerada muito importante para as mulheres camponesas, pois marca sua caminhada contra a violência que, silenciosa ou não, está nos espaços da sociedade urbana e agrária.



Figura 44 – Cartaz sobre a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis.
Fonte: MMC/Brasil ⁵⁰³

Entre os anos 2006 a 2009, algumas práticas e reflexões do MMC/RS se voltaram para as questões da agroecologia e Soberania Alimentar. Para o Movimento, a preocupação com o meio ambiente, que permeia essas questões, deve ser pensada com cuidado, respeito e preservação. Neste aspecto, a sistematização de seu Projeto Popular de Agricultura aponta alguns eixos, como: mudança da estrutura agrária, formas de produção e economia camponesa; relação entre os seres humanos e a terra; políticas públicas para o campo; cultura camponesa e feminista; e valorização e participação das mulheres também no espaço rural.

Este último aspecto está extrinsecamente ligado à necessidade de fortalecer a participação efetiva das camponesas em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, as relações humanas, políticas e comunitárias, de maneira a garantir a manutenção e o avanço do campesinato. ⁵⁰⁴

Estas ações, para o MMC/RS, são imprescindíveis para que consiga suplantar seu espaço e seu direito a respeitabilidade, a humanização e ao reconhecimento, como parte importante da

⁵⁰² MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. **Mulheres camponesas rompendo o silêncio**. 25 nov. 2010. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/241110_25_novembro.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2010.

⁵⁰³ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. **[Campanhas]**. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/campanhas/cartaz800px.jpg>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

⁵⁰⁴ PALUDO, Conceição. **Mulheres: resistência e luta em defesa da vida**. Rio Grande do Sul: Ed. CESE. 2009. p. 130.

sociedade.

Nesta luta, observa-se uma troca de saberes com outros MS. As mulheres camponesas se inserem em uma rede de discursos que vai complectizando sua visão de mundo e acrescentando questões, como por exemplo, a ecologia e o eco-feminismo, consideradas típicas dos NMS. Superando as demandas exclusivamente ligadas à classe social, esses diferentes elementos, presentes na rede de discursos, vão compondo o campo semântico cognitivo-expressivo dessas mulheres.

Essa troca de saberes resultou, em 2009, na campanha “*Mulheres Camponesas na luta pela Preservação do Ambiente*”, quando iniciaram, juntamente com a VC, um processo de estudos sobre o Código Florestal Brasileiro. Em parceria com ambientalistas em defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente, promoveram negociações com o Ministério do Meio Ambiente, conseguindo inferências decreto nº 7.029 de 10 de dezembro de 2009. Desse processo, se instituiu o *Programa Federal de Apoio à Regulamentação Ambiental de Imóveis Rurais*, denominado “*Programa Mais Ambiente*”,⁵⁰⁵ que dimensiona, além da preservação ambiental, a Campanha de Alimentos Saudáveis, o Projeto de Agricultura Agroecológica e a preservação das Sementes Crioulas.

Assim, neste novo milênio, o MMC/RS e os MS do campo se propõem na manutenção de suas lutas pela sobrevivência na e pela terra.

⁵⁰⁵ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. **Mulheres camponesas na luta pela preservação do ambiente**. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/projeto_tabloide.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2010.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, R.; BEDUSCHI FILHO, L. C. **Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais**. Belo Horizonte: Nova Economia (UFMG), 2004.
- ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, 2005.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos, 3).
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Cláudio Cesar Santoro. Campinas-SP: Papyrus, 1993.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997.
- BASSANI, Paulo. **Frente Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2008.
- BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo: uma conversa com Johannes Willms**, tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BENHABIBI, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da Modernidade**. Tradução Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1987.
- BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien. *Annales d'histoire économique et sociale (Anais de História Econômica e Social)*, pela Universidade de Estrasburgo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revue_des_Annales> . Acesso em: 18 nov. 2010.
- BLUMER, Herbert. Social movements. In: ALFRED, Lee. **Principles of sociology**. Nova York: Barnes & Noble, 1951.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOLETIM Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 1, n. 2. nov. 1985.

BOLETIM Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, n. 2, dez./jan. 1993.

BORDIEU, P. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BORÓN, A.; PEGORARO, J. Luchas Sociales en ak Agro Argentino. In: Casanova, P. G. (Org.). **História política de los campesinatos latinoamericanos**. México, Siglo XXI, 1985.

BRASIL. (Constituição, 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.direitosociais.org.br/secoes_detalhes.php?id=171>. Acesso em: 02 fev. 2010.

BRASIL. (Constituição, 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 fev. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia. **Documentação da trabalhadora rural**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas//pnldr>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Documentação da Trabalhadora Rural**. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/pnldr>. Acesso em: 08 nov. 2010.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Pronaf Mulher**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronafmulher.html>. Acesso em: 16 out. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>>. Acesso em: 11 out. 2010.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais, os pólos da prática metodológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAMPANHA Nacional pela Produção de Alimentos saudáveis. **Mulheres lutam pela preservação da semente crioula**. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/boletim_eletronico/140909_alimentos.jpg>. Acesso em 11 nov. 2010.

CARLOS, Daiane dos Santos. CONTE, Isaura Isabel. Oito de março de 2006: em defesa da vida, mais um marco na luta das mulheres camponesas. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009.

CARVALHO, João Carlos Monteiro de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. (Frei Beto). Entrevista. **Boletim Informativo do MMTR**, Passo Fundo, RS, ano 5, n. 28, jan./fev. 1998.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009.

CONTE, Isaura Isabel. Mulheres na luta: o feminino camponês. In: **Le Monde diplomatique Brasil**, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=78&PHPSESSID=2992afb2cd65c8594faad2ff286459fc>>. Acesso em 11 dez. 2010.

CONTE, Izauro Isabel. **Gênero sexualidade e direitos das mulheres**. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_genero_2008.pdf>. Acesso em: 06 out. 2010.

CONTE, Isaura Isabel. Mulheres camponesas, e, feministas? **Revista Espaço da Sophia**, Tomazina, PR, ano. 2. n. 15, jun. 2008.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: PISCITELLI, Adriana et al. (Org.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

CUT. CONTAG. **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil caderno de apoio aos seminários microrregionais**. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/enfoc/imagens/f1091cartilhaprojetocutcontag.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2010

DARON, Vanderléia L. P. **Educação, cultura popular e saúde: experiências de mulheres trabalhadoras rurais, Brasil**. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2003.

DARON, Vanderléia L. P. A dimensão educativa da luta por saúde no movimento de mulheres camponesas e os desafios político-pedagógicos para a educação popular em saúde. **Cadernos Cedés**, Campinas, v. 29, n. 79, p. 387-399, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 nov. 2010.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997.

DELGADO, Nelson Giordano. As relações entre a macroeconomia e a política agrícola. Provocações para um debate interrompido. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 14, abr. 2000.

DIÁRIO de Campo da Pesquisadora.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Populações rurais brasileiras. In: SZMRECSÁNYI. Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EDITORIAL. **Boletim Informativo do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, n. 2, dez./jan. 1993.

EDUCAÇÃO de qualidade para a população do campo. 4 nov. 2010. **Blog do Planalto** Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/educacao-de-qualidade-para-a-populacao-do-campo/>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972.

FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações: e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. **Revista Oikos**. Revista de Economia Ortodoxa, 2004.

FORUM MULHER. Disponível em: <http://www.forumulher.org/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=33>. Acesso em: 07 nov. 2010.

FRANCHI, Nilza. Os estudos de gênero e a História das mulheres. **Expressão: Revista Científica da Fundação Educacional Guaxupé**, Guaxupé, MG, v. 1, n. 1, 2000.

FRANCO GARCÍA, M.; THOMAZ JUNIOR, A. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 6. n. 119 (27), 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-27.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio à Edição Brasileira. In: THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FROMM, E. **Escape from freedom**. Nova York: Rinehart, 1941.

GADEA, Carlos A. The study of social movements and the political left in Latin America. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, Dec. 2008. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300006&lng=en&nrm=iso>. Access em: 23 nov. 2010.

GAIGER, L. I. G. **Agentes religiosos e camponeses sem terra: quadro sociológico de interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. A ambivalência da pastoral popular libertadora frente à razão moderna. **Perspectiva teológica**, Belo Horizonte, n. 25, p. 163-80, 1993.

_____. As razões da luta: uma análise das condições sócio-culturais do engajamento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. **Caderno de Resumos**. Caxambu: ANPOCS, 1998.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GEBARA, Ivone. **Cultura e relações de gênero**. São Paulo: Cepis, 2001.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIULIANI, Paola Cappelin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Os Sem Terra, Ongs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis, 2003.

_____. Mulheres atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Dossiê Política & Sociedade**. n. 11, p. 41- 70, out. 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. Cadernos do Cárcere (v. 3: **Maquiavel. notas sobre o Estado e a Política**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.

GRAZIANO NETO, F. **Qual reforma agrária? terra, pobreza e cidadania**. São Paulo: Geração, 1996.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2007.

HAYER, Millie. Feminismo Transnacional: re-lendo Joan Scott não sertão. **Revista Estudos Femininos**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100006&lng=en&nrmiso>. Acesso em: 23 maio 2010.

HEBERLE, Rudolf. **Social movements**: an introduction to political sociology. Nova York: Appleton-Century-Crofts Inc., 1951.

HOFFER, E. **The true believer**: thoughts on the nature of mass movements. Nova York: Mentor, 1951.

IANNI, Otávio. A utopia camponesa. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1986.

_____. Revoluções camponesas na América Latina. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (Org.). **Revoluções camponesas na América Latina**. São Paulo: Unicamp, 1985. 286 p. (Coleção: América Latina).

_____. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

INFORMATIVO MMC. Movimento de Mulheres Camponesas, SC, Chapecó, SC, ano 17, jul./ago. 2010. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/informativo_sc_julhoagosto10.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2010.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

JAHN, Elisiane de Fátima; PEREIRA, Nancy Cardoso. Todas as vidas... todas as vias camponesas! In: PALUDO, Conceição. **Mulheres**: resistência e luta em defesa da vida. Rio Grande do Sul: CESE. 2009.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Lisboa, Editora 70, 2007.

JORNADA de luta contra o agronegócio e contra a violência: por reforma agrária e soberania alimentar. **Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas**, n. 35, 2010. <<http://www.mst.org.br/book/export/html/9188>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

JORNADA de lutas das mulheres camponesas, Porto Alegre, n. 35, mar. 2010. Disponível: <<http://www.mst.org.br/book/export/html/9188>>. Acesso e: 20. dez. 2010.

JORNAL Desperta Mulher - MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 3. n. 12. nov./dez. 1994.

JORNAL Desperta Mulher - MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 5, n. 25, jul. 1997.

JORNAL Desperta Mulher - MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 5. n. 05. jul./ago. 1987.

JORNAL Desperta Mulher - MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 5, n. 23, mar./abr. 1997.

JORNAL Desperta Mulher - MMTR/RS, Passo Fundo/RS, ano 5, n. 26. set./out. 1997.

JORNAL Desperta Mulher - MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 6, n. 31. jul./ago. 1998.

JORNAL Desperta Mulher - MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 36, maio/jun. 1999.

JORNAL Informativo do MMC/RS, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 58, mar./abr. 2004.

JORNAL Informativo do MMC/RS, Passo Fundo, RS, ano 8, n. 64, mar./abr. 2005.

- JORNAL Informativo do MMC/RS, Passo Fundo, RS, ano 8, n. 65, maio/jun. 2005.
- JORNAL Informativo do MMC/RS, Passo Fundo, RS, ano 12, n. 57, jan./fev. 2004.
- JORNAL Informativo do MMC/RS, Passo Fundo, RS, ano 12, n. 60, jul./ago. 2004.
- JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 3, n. 15, maio/jun. 1995.
- JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 4, n. 21, out./nov. 1996.
- JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 4, n. 29, mar./abr. 1998.
- JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 4, n. 31, jul./ago. 1998.
- JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 5, n. 23, mar./abr. 1997.
- JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 5, n. 29, mar./abr. 1998.
- JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 6, n. 36, maio/jun. 1999.
- JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, n. 6, ago./set. 1993.
- JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 34, jan./fev. 1999.
- JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 48, out./nov. 2001.
- JORNAL Informativo do MMTR/RS, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 34, jan./fev. 1999. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/menu/quem_somos.html>. Acesso em 11 nov. 2010.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Caxambu, 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm>. Acesso em: 21 out. 2010.
- LAZARTE, Rolando. **Max Weber**: ciência e valores. 2. ed. São Paulo. Cortez. 2001, (Coleção Questões da Nossa Época).
- LAVALLE, Adrián Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 66, p. 93, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.
- LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LORENZONI, Karen. **Entrevista**. Concedida a Odilon Ramos. Programa “Vidas no Sul”. TV Aparecida. (apresentada no telão, durante Assembleia 20 anos do MMC/RS, em 17 de outubro de 2010).

LUSA, Mailiz Garibotti. **Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em terras catarinas**: uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia, Brasil. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MANZINI-COVRE, Marilou. **No caminho de Hermes e Sherazade**. São Paulo: Vogal. 1996.

MARCHISINI, Mônica Zanetti. Entrevista. **Boletim Informativo do MMTR**, Passo Fundo, RS, ano 3, n. 12. nov./dez. de 1994.

MARKUS, Maria. Mulheres, êxito e sociedade civil: submissão a ou subversão do princípio de realização. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os caminhos e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MARTINS, José de Sousa. **Campesinato e política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/aideologiaalema.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2010.

MARXIST INTERNET ARCHIVE. **Dicionário político**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/u/uni_lavrad_trab_agricolas.htm>. Acesso em: 11 nov. 2010.

MÁSPERO, Emilio. **Movimiento de trabajadores siglo XXI**. [S.l.]: Ediciones FLATES, 2004.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** São Paulo: Lua Nova, 1989.

_____. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MMC mobiliza trabalhadoras do campo em todo o país. 9 mar. 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticias/090310_mmc.html>. Acesso em: 11 dez. 2010.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. p. 51-59. (Série Princípios).

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Quem somos**. Disponível em: <www.mmcbrazil.com.br/menu/quem_somos.html>. Acesso em: 15 out. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Missão do MMC Brasil**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/missao.html>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **A afirmação de muitas histórias**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Organização do MMC**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/organizacao.html>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS/Brasil. [**Panfleto**]. Palmeira das Missões, 2009.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. [**Cartilha**]. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_sementes.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. [**Folder**]. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/campanhas/estudo1.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. Disponíveis em: <www.mmcbrazil.com.br>. Acesso em: 15 out. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/poesias/100108_movimento.html>. Acesso em: 22 out. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br>>. Acesso em: 16 out. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/ilustra/251110_25novembrocp.jpg>. Acesso em 26 nov. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. **Agroecologia uma alternativa para a continuidade da vida**. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder_agroecologia.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. Dia Internacional de Luta das Mulheres. **Boletim Eletrônico**. 8 mar. 2010. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/boletim_eletronico/boletim_mmc_010310.html>. Acesso em: 15 nov. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. História de mulheres lutadoras, contadas e resignificadas. **Boletim Eletrônico**. 8 mar. 2010. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/boletim_eletronico/010310_8marco2010.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. **Mulheres camponesas rompendo o silêncio**. 25 nov. 2010. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/241110_25_novembro.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. [**Campanhas**]. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/campanhas/cartaz800px.jpg>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. **Mulheres camponesas na luta pela preservação do ambiente**. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/projeto_tabloide.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2010.

MÜLLER, N. L. **Tipos de sítiantes em algumas regiões do Estado de São Paulo**. Brasil. 1946. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1946.

NIEMEYER, Carolina Burle de. Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. In: SEMINÁRIO NACIONAL: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O uso da imagem na antropologia. In samain, Etienne (Org.). **O fotográfico**. São Paulo Hucitec, 1998.

O MASTER nasceu a 50 anos na luta pela reforma agrária no RS. 24 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/10167>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

OFFE, Claus. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madri: Sistema, 1988.

_____. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PALUDO, Conceição. **Mulheres: resistência e luta em defesa da vida**. Rio Grande do Sul: Ed. CESE. 2009.

_____. **Movimento de mulheres trabalhadoras rurais do Estado do Rio Grande do Sul – MMTR/RS: síntese da trajetória**. Porto Alegre: Ponto & Vírgula, n. 46. 2002.

_____. Movimento de mulheres camponesas: há muito para aprender com elas! In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009.

PARK, Robert E. Human communities - the city and human ecology. In: PARK, Robert E. **The collected papers**, Nova York: Free Press, 1952. v. 2.

PARSONS, Talcott. **The social system**. Londres: Tavistock, 1952.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimentos das Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: PAULILO, Maria Ignez S; SCHIMIDT (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PESSIS, Anne-Marie; MARTÍN, Gabriela. **Das origens das desigualdades de gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

PIANA, Marivone. Música e movimentos sociais: perspectivas iniciais de análise. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

_____. Arte em movimento no MST: a expressão simbólica das transformações. In: **Cadernos de Pesquisa: Movimentos sociais rurais: identidades, símbolos e ideais**, Florianópolis, n. 34, 2000.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. v.1.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. v. 2.

PIOVIZANI, Luciana. **Entrevista**. Concedida a AnaCris Bittencourt. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=988>>. Acesso em: 11 out. 2009.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI; Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Nacional, 1972.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997.

RAMOS, Alcides Freire. A historicidade de Cabra marcado para Morrer (1964-84, Eduardo Coutinho). Nuevo Mundo Mundos Nuevos, **Debates**, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1520>>. Acesso em: 31 nov. 2010.

RECIVIL. Disponível em: <<http://www.recivil.com.br/conteudolista.asp?cattitulo=Projetos%20Sociais&id=204>>. Acesso em: 16 dez. 2009.

REPORTAGEM especial: Violência contra a mulher rural: uma realidade cruel e invisível. **Portal da violência contra a mulher**. Disponível em: <<http://copodeleite.rits.org.br/apc-aapatricialgalvao/home/noticias.shtml?x=943>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

REPORTAGEM especial: Pobreza tem sexo. **Repórter Brasil**. São Paulo, 22 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=168>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

REPORTAGEM especial: Igreja da libertação na América Central. **ADITAL**. São Paulo, 14 maio. 2010. Disponível em: <http://www.adital.com.br/hotsite_ecumenismo/noticia.asp?lang=PT&cod=47759>. Acesso em: 20 out. 2010.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **População por gênero**. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=306>>. Acesso em: 29 out. 2010.

ROSSI, Severina (Sananduva/RS). [Entrevista]. **Jornal Informativo do MMRT/RS**, Passo Fundo, RS, ano 7, n. 59, set./out. 2003.

RÜBENICH, Loiva Lourdes. **Mulheres em movimento construindo a identidade de mulher camponesa**. Chapecó, 2004. (texto digitado).

SAFFIOTI Heleieth; BONGIOVANI, Iara. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião**: luta, paixão e morte de um agitador. Recife: Assembleia Legislativa, 2001. (Série Perfil Parlamentar Século XX).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo, Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Tânia Maria dos. A Mulher nas Constituições Brasileiras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: AMÉRICA LATINA EM DEBATE, 2. 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, UFRGS. 2009.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHERER-WARREN, ILSE. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais**. Florianópolis: Editora UNIVALE, 1999.

_____. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. História: debates e tendências. [S.l.], Ed. da UPF, 2008.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCOTT, James. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. New Haven. Londres: Yale University Press, 1999.

SCARIOT, Mariza. Entrevista. **Boletim Informativo do MMTR/RS**, Passo Fundo, RS, n. 1, jul. 1990.

SELBACH, Jeferson Francisco et al. **Mulheres: história e direitos**. Cachoeira do Sul: Ed. do Autor, 2005.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento: considerações a partir da extensão rural. **EMATER/RS-Brasil**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/need/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_233.pdf>. Acesso em: 06 de nov. 2010.

SILVA, Maria Aparecida. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP: Contexto, 1997.

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. **A construção do sujeito no MST: assentamento Eldorado dos Carajás, Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, SC, 2007.

SIMONE Beauvoir. Disponível em: <<http://www.simonebeauvoir.kit.net/paris.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

SIROUYAN, Cristian. El triste recuerdo de La Forestal. **Clarín**, 22 fev. 1999. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/1999/02/22/e-04802d.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

SOARE S, V. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo; Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1972.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STAVENHAGEN, Rodolfo. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972.

STEREN DOS SANTOS, Tânia. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 120-156, jan./jul. 2009.

SZMRECSANYI, Tamas; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Política de colonização agrícola e o protesto camponês. In: **ENSAIOS FEE**, Porto Alegre, 1985. p. 127-140.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Do silêncio à palavra: identidades e representações sociais de mulheres camponesas no Noroeste do RS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2007a.

_____. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970–1990)**, Brasil. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

_____. O Fazer Histórico e a invisibilidade da mulher. **OPIS**, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007. p. 329-339.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. Governador Brizola, o Master o e conflito na Fazenda Sarandi, 1960-1962. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2007.

THOMAS, W. I. **On social organization and social personality**. Chicago: Ed. Morris Janowitz, 1966.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007a.

_____. The study of social movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, 1985.

_____. A sociologia da ação: uma abordagem teórica dos movimentos sociais. In: PERALVA, A.; SPOSITO, M.; JACOBI, P. (Org.). **Anais do Seminário O Retorno do Ator**. França/Brasil. Movimentos Sociais em Perspectiva. SP, FEUSP, 1991.

_____. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Tradução Gentil Avelino Tilton. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

TURNER, Ralph H., KILLIAN, Lewis M. **Collection Behavior**. Nova York: Prendice-Hall, Inc., [19--?.]

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Núcleo de Pesquisa em História. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nph/>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

VALENTE, Jonas. Movimentos sociais reagem ao “tratoração” do agronegócio. **Carta Maior**, São Paulo, 28 jun. 2005. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3524>. Acesso em: 15 nov. 2010.

VIEZZER, Moema. VARGAS, Gina. O desenvolvimento do feminismo e da Educação Popular na América Latina. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO: FEMINISMO E EDUCAÇÃO POPULAR, 1986, Montevideu. **Anais...** Uruguai, 1986.

WOLF, Eric R. Revoluções sociais no campo. In: SZMRECSÁNYI. Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.) **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972.

YOUNG, Íris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIBI, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1987.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 95.

_____. Humanização/Desumanização. In: **Dicionário Paulo Freire**. STRECK, Danilo. R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Freire e o pensamento latino Americano: raízes da educação Popular**, 2007.

ZITKOSKI, Jaime José; TROMBETTA, Sérgio. Educação e política em Paulo Freire. **Colóquio** – Revista das Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, v. 6, n. 1/2, p. 57-64, jan./dez. 2008/2009.

APÊNDICE A – ORGANIZAÇÃO DO MMC/RS

Organização do MMC

Grupo de base – é o espaço de formação, organização e preparação para as lutas que garantirão os direitos das mulheres possibilitando o exercício da libertação. Será coordenado por duas dirigentes do grupo.

Direções municipais – tem a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC no seu município e fazer a relação com as demais instâncias do MMC. Será composta por uma dirigente de cada grupo de base.

Direções regionais - tem a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC nas Regionais dos Estados. Compõem a direção regional duas dirigentes de cada município.

Direções estaduais - tem a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC no Estado. Será composta por duas dirigentes de cada regional.

Coordenação nacional – responsável por dar as linhas políticas ao MMC nacional, articular e coordenar as atividades e fazer a relação garantindo os encaminhamentos com seus Estados. Será composta por duas companheiras de cada Estado.

Direção executiva - implementa e viabiliza as decisões da Coordenação Nacional. Será composta por 10 pessoas da coordenação nacional e reunirá as coordenadoras das equipes de trabalho.

Equipes que devem compor a direção executiva:

Lutas; Formação (elaboração de materiais, cantos, vídeos, etc). ; Finanças; Organização; Relações internacionais; Relações nacionais (lutas); Comunicação (divulgação, marketing, propostas...).

Congresso ou Assembléia Nacional - De três em três anos. Instância máxima de decisão do MMC. Aprofundar o processo/ dinâmica de decisão das assembléias ou congressos estaduais, regional, nacional.

Estrutura de apoio- O MMC Brasil terá como apoio o *escritório nacional* com sede em Brasília/DF e a secretaria nacional com sede em Passo Fundo/RS.

APÊNDICE B – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA

O MST, uma breve leitura

No Brasil e na América Latina, a luta das classes populares e das populações do campo pelo direito a terra é secular. Influenciados e apoiados pela Igreja Católica, Partidos Comunistas, entre outras instituições, vários movimentos camponeses se organizaram por seus direitos às questões da terra e extensivos a ela.

No Brasil, a partir dos anos 1940, várias organizações de trabalhadores rurais efetivaram seus projetos através de sindicatos e confederações. Mas, alguns anos depois foram suprimidos pelo Golpe Militar, em 1964.

A partir dos anos 1970, devido ao momento político vivenciado no país, os conflitos aumentaram, principalmente após a efetivação dos projetos governamentais, que passaram a ser comandados pelo capital estrangeiro. Este fato instigou o ressurgimento de organizações de luta em defesa do trabalhador rural. Em 1975, através da CPT, apoiada pela ala progressista da Igreja Católica, que atuava junto aos pobres e ao meio popular, “os homens do campo encontraram no discurso profético, o modo de expressar e de organizar suas lutas”.⁵⁰⁶ Destes processos de restabelecimento da força organizativa dos movimentos do campo, surge, em 1979, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Estado de Santa Catarina, onde ganha força e se estende para todo o país, ao longo dos anos 1980, e torna-se a mais importante organização de lutas, a nível nacional.⁵⁰⁷

É de se notar por outro lado que os sem-terra reúnem os agricultores atingidos negativamente pelas transformações econômicas. São eles - ou as gerações que os precederam - que não resistiram à disseminação da economia de mercado, que foram apenas marginalmente beneficiados pela difusão de novos saberes e das inovações técnicas, que sofreram os efeitos desiguais da modernização do campo.⁵⁰⁸

O MST nasce oficialmente em 1984 no encontro nacional ocorrido em Cascavel (PR) e, a partir de 1985, após seu primeiro Congresso Nacional, se expande pelas demais regiões do país, assim como definiu que sua principal arma seria a ocupação de terras, a fim de viabilizar a

⁵⁰⁶ GAIGER, L. I. G.. As razões da luta: uma análise das condições sócio-culturais do engajamento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. Caderno de Resumos. Caxambu: ANPOCS, 1998. p. 23.

⁵⁰⁷ GOHN, Maria da Glória. **Os Sem Terra, Ongs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 142.

⁵⁰⁸ GAIGER, 1998, op. cit., p. 45.

Reforma Agrária. Daí, o lema: "*ocupar é a única solução*".⁵⁰⁹

No começo dos anos 1980, num quadro que se agrava na década seguinte, o pequeno agricultor sente-se acuado, inquieto por seu futuro, obrigado a vagar pelas estradas vicinais e ao redor das cidades, enquanto a propriedade da terra e a riqueza se concentra a olhos vistos no outro extremo da pirâmide social. Completando o panorama, inúmeras fazendas permanecem improdutivas, inclusive algumas reservadas pelo Estado para o assentamento - ainda não realizado - dos sem-terra no RS.⁵¹⁰

Através de articulações com o Estado do RS, o MST conseguiu promover, entre os anos 1990 e 1996, mais de 150 mil assentamentos rurais, como forma de apoio àqueles que foram expulsos do campo pelas indústrias e empresas latifundiárias.

A estratégia básica dos sem-terra é a ocupação de terras improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que leva a pressionar os órgãos públicos a negociarem com o movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através de concessão de títulos de posse.⁵¹¹

Apresentando ocupações organizadas e planejadas, os acampados e assentados, em defesa da mídia elitista e da repressão, criaram elementos místicos que assinalam sua presença: hinos, bandeira e elementos de ordem moral, além de se preparem com estudos educativos sobre o manuseio do campo, as conjunturas políticas e sociais do Brasil e do mundo, bem como estudos de formação sindical. Hoje, sem o controle da Igreja Católica ou de partidos políticos, o movimento mantém sua autonomia.

A partir dos anos 1994, inúmeras formas de repressão e conflitos dos sem-terra com os latifundiários, principalmente, vêm sendo apresentados pela mídia, de forma obscura, que ignora os trabalhos e as contribuições sociais da organização, conforme podem ser observadas em literaturas específicas de autores como Castells (1996); Chomsky (1978-1988-1989-1992) entre outros.⁵¹² A causa maior desses conflitos está na expulsão de trabalhadores rurais (SP e PA) por proprietários de terra em litígio com o Estado; por grileiros ou, com o próprio Governo, nos processos de terras devolutas, que poderiam ser destinadas à Reforma Agrária.

Nos primeiros anos do século XXI, mesmo diante de agravos e ataques subjetivos sofridos pelos trabalhadores sem-terra e militantes do MST, o movimento vem resistindo à luta e

⁵⁰⁹ SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. **A construção do sujeito no MST: assentamento Eldorado dos Carajás**, Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, SC, 2007.

⁵¹⁰ GAIGER, L. I. G.. As razões da luta: uma análise das condições sócio-culturais do engajamento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. Caderno de Resumos. Caxambu: ANPOCS, 1998. p. 45.

⁵¹¹ GOHN, Maria da Glória. **Os Sem Terra, Ongs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 144.

⁵¹² Ibid., p.155.

contribuindo para a construção de uma identidade peculiar desta parcela da população. Pelo protagonismo e lutas, eles vêm sendo reconhecidos internacionalmente pela sua busca aos direitos humanos dos trabalhadores não incluídos nos processos sociais e econômicos das sociedades.

ANEXO - FIGURAS

- i LEANDRO SILVA <ryaathos@yahoo.com.br>, fotógrafo profissional pelo SENAC/RS e Fabico/UFRGS. Iniciou seus trabalhos como fotógrafo em 2005, na área de evento sociais. Nestas atuações, conheceu uma das lideranças do MTD/RS, em um assentamento, na cidade de Charqueadas/RS. Através deste integrante do MDT, soube que a ‘grande mídia’ não tinha interesses em divulgar fotos de movimentos sociais e, portanto, nada era registrado, nem pelo próprio Movimento. Assim, passou, juntamente com Nilton (filmagens), a registrar as marchas e as ocupações, e a divulgá-las pelo sítio da Mídia Independente. Seu trabalho ganhou mais espaço ao entrar em contato com a ‘Chasque’, agência da Via Campesina, enviando fotos para postagem no seu sítio. A partir destas divulgações, seu trabalho foi evoluindo e ganhando espaço nos veículos de comunicação ligados a diversos movimentos sociais. Entre eles, o jornal Brasil de Fato. Para os movimentos, seu trabalho é feito de forma solidária (gratuita). “É muito legal fazer este trabalho, porque o povo já é muito sofrido e, o que ganho em eventos sociais dá para fazer este tipo de trabalho social.”
- ii ZÉ MARTINS é natural de Porto Alegre/RS e reside atualmente em São Leopoldo/RS. Professor, músico e artista plástico. Licenciado em Educação Artística, bacharel em Artes Plásticas e pós-graduado em Educação, Estética e Arte pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Músico profissional há mais de 25 anos, com uma longa trajetória de participações em festivais, mostras coletivas, CDs, shows e eventos culturais em vários estados do Brasil e em países latino-americanos como Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia e Cuba. Gravou e dividiu, com o Grupo Unamérica, três discos (Unamérica, Unamericando e Unamérica 15 anos). Participou de várias coletâneas destacando, recentemente, o CD “*Trovas da Pátria Grande*”, juntamente com músicos uruguaios, chilenos e cubanos. “*Cantar, compor, enfim, criar para movimentos sociais como o MMC é mais que uma honra, é uma obrigação. O que escrevo ou o que esculpo sempre tem uma preocupação com a transformação, que possa e deva causar. Acredito e defendo uma arte engajada, comprometida com as questões sociais desta América. Compor para o MMC foi um raro prazer. Foi uma forma de ajudar na luta.*”